

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

TESE

**“Só existia seringueiro, não tinha fazendeiro”: Atos de Estado e a devastação
da Resex Jaci-Paraná (Rondônia)**

Discente: Paula Stolerma Araujo

Manaus

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

TESE

**“Só existia seringueiro, não tinha fazendeiro”: Atos de Estado e a devastação
da Resex Jaci-Paraná (Rondônia)**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Paula Stolerma Araujo

Orientador: Professor Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

Manaus

2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A663s Araujo, Paula Stolerma
 “Só existia seringueiro, não tinha fazendeiro”: Atos de Estado e a
 devastação da Resex Jaci-Paraná (Rondônia) / Paula Stolerma
 Araujo . 2024
 223 f.: il. color; 31 cm.

 Orientador: Alfredo Wagner Berno de Almeida
 Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal
 do Amazonas.

 1. Resex. 2. atos de Estado. 3. conflito ambiental. 4. ordens de
 justificação. 5. território. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II.
 Universidade Federal do Amazonas III. Título

PAULA STOLERMAN ARAUJO

**“Só existia seringueiro, não tinha fazendeiro”: Atos de Estado e a devastação
da Resex Jaci-Paraná (Rondônia)**

Aprovada de 15 de agosto de 2024

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida - Orientador-Presidente
(PPGAS/UFAM)

Profa. Dra. Ana Carla dos Santos Bruno – Examinadora Interna
(INPA/COSAS - PPGAS/UFAM)

Profa. Dra. Maria Helena Ortolan – Examinadora Interna
(PPGAS/UFAM)

Prof. Dr. Emmanuel de Almeida Farias Júnior - Examinador Externo
(PPGCSPA/UEMA)

Prof. Dr. Glademir Sales dos Santos – Examinador Externo
(GEEI/SEMED/Manaus)

AGRADECIMENTOS:

O primeiro agradecimento é aos extrativistas da Resex Jaci-Paraná, por sua coragem e resistência. Os que permaneceram e os expulsos são um exemplo de luta.

Agradeço também à Organização de Seringueiros de Rondônia, buscando auxiliar na pesquisa para este trabalho desde os primeiros contatos.

Agradeço ao meu orientador, Professor Alfredo Wagner, sempre muito atencioso e dedicado aos alunos, assim como é exemplo de compromisso com a pesquisa na Amazônia.

Aos servidores da SEDAM e diversos profissionais de outras instituições do estado e organizações não-governamentais que conversaram comigo e me auxiliaram a entender um pouco mais a terra onde eu estava pisando.

Agradeço ao meu companheiro, Chagas, que em tudo que foi possível me auxiliou a escrever este trabalho.

Agradeço à UNIR, que me concedeu o afastamento de minhas funções laborais. Sem este recurso eu certamente não teria chegado à uma conclusão.

Ao PPGAS-UFAM e aos docentes do Programa.

À Joelma querida, me auxiliando nos momentos em que fiquei na sala do PNCSA e tantos outros mais.

Aos amigos do PPGAS, com quem eu estreitei laços, mesmo à distância.

Quanto mais se afastam os eventos, mais se completa e aperfeiçoa a construção da verdade de conveniência.

Primo Levi

RESUMO:

Os dados da IDARON calcularam a presença de 216.047 cabeças de gado dentro da Reserva Extrativista Jaci-Paraná em setembro de 2023. A expulsão dos extrativistas foi violenta e não ocorreu uma contenção das invasões por parte das instituições que deviam agir em nome do estado. Ao não impedirem as invasões, o estado demonstrava colaborar ativamente para que a Resex fosse devastada, assim como com o processo de desenraizamento por qual passou os extrativistas. A participação de atos do “Estado” no processo de devastação da Reserva Extrativista de Jaci-Paraná não foi imediatamente colocado para mim, de início. Porém com as reflexões durante o trabalho de campo, a partir de uma relação estabelecida com determinados interlocutores, assim como o acompanhamento de discussões e análises documentais, o Estado foi migrando da periferia para um lugar de relevância na descrição e interpretação sobre a devastação e as violências cometidas contra a população extrativista. Projetos de desenvolvimento são implantados na Amazônia com a justificativa de integração e melhorias para a sociedade local e em prol do povo brasileiro. Como acompanhei em minha pesquisa, a efetiva invasão de terras públicas, grilagem, roubo e transporte ilegal de madeira, assim como outros crimes como as ameaças às populações tradicionais e assassinatos, são encobertas pelo discurso de desenvolvimento do estado, que criminaliza os povos tradicionais e enaltece a “grandeza” daqueles que produzem “riqueza” para Rondônia, afirmando a vocação do estado para o agronegócio, em detrimento de povos que tradicionalmente ocupam o território. Diante dos diversos elementos que estão presentes nesse campo de conflito ambiental na Resex Jaci-Paraná, encontrei como chave interpretativa viável, a análise de um evento específico que ocorreu em Porto Velho, durante a pandemia e em momento de restrições sanitárias. Foi a audiência pública, chamada sem ampla divulgação, que ocorreu no auditório da Assembleia Legislativa de Rondônia e que propôs discutir um Projeto de Lei Complementar Estadual que reduzia a Resex Jaci-Paraná e criava uma série de outras Unidades de Conservação. Adianto que o PL foi aprovado como lei e que depois foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Diferentes grupos de interesse se alternaram em falas na audiência, para demonstrar as irregularidades do PL 80/2020, porém algumas significações sobre o território são preferíveis e tem mais capital político e simbólico do que outras. O discurso predominante na audiência pública permitiu perceber que a manutenção da ordem e de um senso de justiça, no imaginário construído pelo estado de Rondônia, controlado por grandes produtores rurais, implica em apropriação de terras, mesmo que de forma ilegal e liberá-las para um modelo de produção voltado para o mercado internacional. Os extrativistas que deixaram a reserva, de acordo com os relatos que tive acesso, de forma direta ou indireta, se dispersaram em municípios diversos, em alguns casos passaram por mais de uma estadia, numa migração. Essa dispersão, causada por um processo de desestruturação forçada do mundo social, diretamente vinculada aos embates do conflito ambiental, resultou no desenraizamento dos extrativistas.

Palavras-chave: Resex; atos de Estado; conflito ambiental; ordens de justificação; território.

ABSTRACT:

IDARON data calculated the presence of 216,047 heads of cattle within the Jaci-Paraná Extractive Reserve in September 2023. The expulsion of the extractivists was violent and there was no containment of the invasions by the institutions that were supposed to act on behalf of the state. By not preventing the invasions, the state demonstrated that it actively collaborated in ensuring that the Resex was devastated, as well as in the uprooting process that the extractivists went through. The participation of acts of the "State" in the process of devastation of the Jaci-Paraná Extractive Reserve was not immediately clear to me at first. However, with reflections during fieldwork, based on a relationship established with certain interlocutors, as well as monitoring discussions and documentary analyses, the State migrated from the periphery to a place of relevance in the description and interpretation of the devastation and violence committed against the extractivist population. Development projects are implemented in the Amazon with the justification of integration and improvements for local society and for the benefit of the Brazilian people. As I observed in my research, the effective invasion of public lands, land grabbing, theft and illegal transport of wood, as well as other crimes such as threats to traditional populations and murders, are covered up by the state's development discourse, which criminalizes traditional peoples and praises the "greatness" of those who produce "wealth" for Rondônia, affirming the state's vocation for agribusiness, to the detriment of people who traditionally occupy the territory. Given the various elements that are present in this field of environmental conflict in Resex Jaci-Paraná, I found a viable interpretative key to be the analysis of a specific event that occurred in Porto Velho, during the pandemic and at a time of health restrictions. It was the public hearing, called without wide publicity, which took place in the auditorium of the Legislative Assembly of Rondônia and which proposed discussing a State Complementary Law Project that reduced the Resex Jaci-Paraná and created a series of other Conservation Units. I would like to say that the PL was approved as law and was later considered unconstitutional by the Federal Supreme Court. Different interest groups took turns speaking at the hearing, to demonstrate the irregularities of PL 80/2020, but some meanings about the territory are preferable and have more political and symbolic capital than others. The predominant discourse at the public hearing allowed us to perceive that maintaining order and a sense of justice, in the imagination constructed by the state of Rondônia, controlled by large rural producers, implies appropriation of land, even if illegally, and releasing it for a production model aimed at the international market. The extractivists who left the reserve, according to the reports I had access to, directly or indirectly, dispersed to different municipalities, in some cases they spent more than one stay, in a migration. This dispersion, caused by a process of forced destructuring of the social world, directly linked to the clashes of environmental conflict, resulted in the uprooting of extractivists.

Keywords: Resex; acts of State; environmental conflict; justification orders; territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Informe Polonoroeste	64
Figura 2: Informe Polonoroeste	65
Figura 3: Trecho de carta enviada ao Banco Mundial, denunciando a ameaça de extermínio dos povos indígenas e do descontrole de todos os parâmetros do Projeto	68
Figura 4: Mapa da 1ª aproximação do ZONEAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO-ECOLÓGICO DE RONDÔNIA	71
Figura 5: Parte da denúncia ao Painel de Inspeção do Banco Mundial sobre o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO).....	74
Figura 6: Visão de quem assistiu a audiência pública pelo YouTube. O prefeito de Buritis, Roni Irmãozinho, com a camisa da ASPRUMIN – Associação dos Produtores de Minas Novas.....	107
Figura 7: Abertura da Audiência Pública	110
Figura 8: Imagem de divulgação da Assembleia Legislativa de Rondônia.....	154
Figura 9: Quadro - Exposição de comentários no chat do YouTube, durante a Audiência Pública sobre o PL 80/2020.....	156
Figura 10: Descrição do trabalho com a Asprumin, na página de “Cases e Clientes” da empresa Ambiente Gaia.....	160
Figura 11: Capa do diagnóstico (estudos ambientais) encomendado pela ASPRUMIN.	161
Figura 12: Parte do diagnóstico feito pelo ITERON, PNUD e INDIA.	162
Figura 13: Parte do diagnóstico feito pelo ITERON, PNUD e INDIA.	163
Figura 14: Parte do diagnóstico feito pelo ITERON, PNUD e INDIA. (1995).....	163
Figura 15: Projeto para assentar extrativistas	164
Figura 16: Projeto para assentar famílias extrativistas na Resex Jaci-Paraná.....	165
Figura 17: Projeto para assentar famílias extrativistas na Resex Jaci-Paraná.....	165
Figura 18: Parte do Relatório de ação do Batalhão de Polícia Ambiental na Resex Jaci-Paraná.....	166
Figura 19: A “ponte do Apolo” atualmente, fotografada pela empresa Gaia. 2019..	167
Figura 20: Frases de entrevistados na Resex Jaci-Paraná.....	169
Figura 21: Imagens de áreas desmatadas dentro da Resex Jaci-Paraná.....	175

Figura 22: Fotografia de casa de Seringueiro na colocação Três Praias, na Resex Jaci-Paraná.....	187
Figura 23: Reunião Comunitária na Resex Jaci-Paraná.	189
Figura 24: Colocação invadida com trator para roubo de madeira.....	190
Figura 25: Fazenda no interior da Resex Jaci-Paraná.	192
Figura 26: Casa de Extrativista incendiada.	195
Figura 27: “Abertura de área” numa colocação de extrativista.	197
Figura 28: Estacas e cerca dentro da colocação de extrativistas na Resex Jaci-Paraná.	209
Figura 29: Área desmatada próximo ao rio Jaci-Paraná.	210
Figura 30: Castanheira derrubada.....	210
Figura 31: Nota publicada pela OSR no Diário da Amazônia em 12/12/1999.....	211
Figura 32: Captura de tela referente à audiência pública.	212
Figura 33: Informe Polonoroeste.	213
Figura 34: Captura de tela da Audiência Pública transmitida pelo YouTube.....	214
Figura 35: Chat da Transmissão com opiniões e comentários diversos.	214

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: DINÂMICA DO DESMATAMENTO NA REGIÃO AMACRO.....	76
Mapa 2: Desmatamento na Resex Jaci-Paraná 1996 a 2006.	77
Mapa 3: Desmatamento na Resex Jaci-Paraná 2016 a 2022.	77
Mapa 4: Desmatamento na Resex Jaci-Paraná até maio de 2023.	78
Mapa 5: Áreas Protegidas da Amazônia Sul-Occidental.....	98
Mapa 6: Localização da Resex Jaci-Paraná, Flona e TIs.	99
Mapa 7: Carta Imagem da localização da Resex Jaci-Paraná.....	179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALE	Assembleia Legislativa
ASPRUMIN	Associação dos Produtores Rurais de Minas Novas
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
COGEO	Coordenadoria de Geociências
CPT	Comissão Pastoral da Terra
D.O.	Diário Oficial
DPE	Defensoria Pública do Estado
ECOPORÉ	Ação Ecológica Guaporé
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FAPERON	Federação da Agricultura e Pecuária de Rondônia
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
ICM-Bio	Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade
IDARON	Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia
IEA	Instituto de Estudos Amazônicos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
ITERON	Instituto de Terras de Rondônia
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OSR	Organização dos Seringueiros de Rondônia
PDL	Projeto de Decreto Legislativo
PL	Projeto de Lei
PLANAFLORO	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
RESEX	Reserva Extrativista
SEAGRI	Secretaria de Estado de Reforma Agrária

SEDAM	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UHE	Usina Hidrelétrica
WWF	World Wildlife Foundation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	13
Contexto da Pesquisa:.....	13
A Construção do Objeto de Pesquisa e o Caminho Etnográfico:.....	28
ELEMENTOS TEÓRICOS: ELABORANDO UMA GRAMÁTICA ADEQUADA PARA EXPOSIÇÃO DE PESQUISA.....	43
DESENVOLVIMENTO E EFEITOS SOCIAIS: ATOS DE ESTADO, A CRIAÇÃO E DEVASTAÇÃO DA RESEX JACI-PARANÁ:	60
Atos de Estado para o Desenvolvimento: As Consequências para a Resex Jaci-Paraná	60
Atos de Estado: as disputas e críticas internas	82
ANÁLISE DE UMA SITUAÇÃO SOCIAL NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA.....	100
A Questão dos Bastidores da Política e da Participação Pública:	100
Análise de uma situação social: a Audiência Pública do PL 80/2020.	107
Os “Estudos Ambientais” encomendados pela ASPRUMIN:	159
TESTEMUNHOS DO DESENRAIZAMENTO.....	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
ALBUM DE FOTOGRAFIAS E IMAGENS:	209
REFERÊNCIAS.....	215
OBRAS CONSULTADAS	222

INTRODUÇÃO:

Contexto da Pesquisa:

Iniciei a pesquisa interessada em compreender o conflito entre extrativistas e pecuaristas na Reserva Extrativista (resex) Jaci-Paraná. Os pecuaristas invadiram a reserva e a transformaram em uma área repleta de fazendas. Os dados da IDARON calcularam a presença de 216.047 cabeças de gado dentro da Reserva Extrativista Jaci-Paraná em setembro de 2023¹. A expulsão dos extrativistas foi violenta e não ocorreu uma contenção das invasões por parte das instituições que deviam agir em nome do estado. Ao não impedirem as invasões, o estado demonstrava colaborar ativamente para que a Resex fosse devastada, priorizando o avanço da produção de carne, uma commodity relevante para a exportação brasileira. Uma consequência visível relacionada aos atos de estado, foi o processo de desenraizamento por qual passou os extrativistas.

A Reserva Extrativista Jaci-Paraná foi estabelecida durante um momento específico da história do estado de Rondônia e da própria Amazônia. Os olhares internacionais se voltavam para as perdas florestais geradas pelos denominados projetos de desenvolvimento, assim como as consequências sociais da expansão da fronteira forçada, que exterminou povos indígenas assim como desalojou e causou a morte dos sobreviventes e de outras comunidades e povos tradicionais como ribeirinhos e extrativistas.

A Resex Jaci-Paraná, além de atender à necessidade de delimitarem-se unidades de conservação em Rondônia, era uma urgência reivindicada pela Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR) e pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), juntamente com outras organizações de base e organizações não governamentais (ongs). Tais organizações conformaram um embate suficientemente ruidoso e coeso para que fosse estabelecida a referida área como reserva, voltada para acolher a população extrativista que ali já habitava anteriormente, assim como ao acolhimento de um outro grupo de extrativistas, que foi desalojado pela intervenção

¹ RELATÓRIO SITUACIONAL DA RESEX JACI-PARANÁ – SETEMBRO 2023. Ofício nº 8393/2023/IDARON-COTEC.

do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que transformou a área onde estavam estabelecidos em área para o assentamento Buriti².

Em 2019 fiz a seleção para ingresso no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social na UFAM. Ao entrar no PPGAS, considerei que o tema da discussão estaria em torno de um conflito ambiental (Acselrad, 2004) ocorrendo na Reserva Extrativista (Resex) Estadual Jaci-Paraná, entre extrativistas, que ainda resistem para permanecer e os fazendeiros, que formaram seus pastos na área da própria Resex. Os extrativistas resistem em meio às ameaças de morte e invasões para roubo de madeira e cercamento ilegal de suas colocações, atividades criminosas que, pela impunidade, já converteram quase que integralmente a extensão da reserva em pasto.

Fui me aproximando das questões que envolvem a Resex com o trabalho de campo, através de entrevistas e técnicas de observação direta. Então, passei a considerar que interpretar a situação social observada como conflito ambiental, unicamente, talvez não fosse o caminho mais adequado para explicar os processos e relações sociais envolvidos no quase total desmatamento de uma área aproximadamente do tamanho da cidade de São Paulo. A Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do estado de Rondônia (SEDAM), não se posicionava quanto à ocupação vertiginosa da reserva, assim como os extrativistas relataram perseguições de agentes públicos enquanto percebiam uma certa tolerância para com os ocupantes ilegais.

Os rebanhos criados dentro da reserva também recebem suporte do controle sanitário de criações de animais do estado, recebendo vacinação e mantendo sua qualidade, o que permitia a manutenção dessa produção sem perdas. A instituição responsável pelo controle e vacinação do gado é A Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia (IDARON), uma autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Reforma Agrária (SEAGRI). Além disso esta instituição tem parcerias com diversas outras organizações que fazem parte da gestão relacionada à produção agropecuária.

² Essa informação está em um dos relatórios do Planafloro e foi confirmada por um dos interlocutores da pesquisa que acompanhou esse momento. No entanto, não consegui localizar nenhum “documento oficial” relatando exatamente esse deslocamento dos extrativistas. Infelizmente, em Rondônia, a prática de arquivamento é deficitária, de forma que tive acesso a informações por meio da contribuição de alguns servidores de instituições públicas, que me confiaram documentos que os próprios pessoalmente guardaram, para que não fossem descartados ou “sumissem”.

Os conflitos ambientais não estão subsumidos à disputa por recursos naturais. Acselrad (2004) sugere que se está diante a formação de um campo dos conflitos ambientais. Os campos (Bourdieu, 2007) são espaços sociais, instrumentos de interpretação sociológica que têm como propósito evidenciar as relações estruturais de poder em que os agentes disputam a dominância, mediante o controle de distintos tipos de capital. Os capitais têm variações relativas ao tipo de campo a que se referem, porém, o capital “supremo”, o que perpassa todos os outros tipos de capital é o capital simbólico.

O campo dos conflitos ambientais encerra a disputa em que as atribuições simbólicas a respeito do meio ambiente se mostram divergentes. Trata-se de embates entre grupos sociais com visões antagônicas sobre a apropriação, o uso e o significado do território e dos recursos ambientais. O estopim do conflito se dá quando os extrativistas percebem a ameaça à sua vida pelas ações de outro, ou seja, os grupos com interesses diversos na área da resex, sejam madeireiros, fazendeiros e outros.

Os conflitos ambientais podem ser compreendidos por quatro dimensões constitutivas das relações sociais: a dimensão de apropriação material, de apropriação simbólica, da continuidade e da interatividade das práticas sociais (Acselrad, 2004). Essas dimensões não estão apartadas. Porém, esse tipo de divisão permite justamente a possibilidade de compreender os agentes e processos sociais envolvidos no conflito.

O trabalho de campo evidenciou que o Estado se constituía em mais uma dimensão do conflito ambiental. Dessa forma, não caberia pensar exclusivamente em extrativistas e fazendeiros, mas em outros tipos de relações sociais que corroboram a destruição da Resex. A atuação do Estado é invocada pelos extrativistas ameaçados (e sem resposta) e também pelos fazendeiros, acreditando que as áreas invadidas serão “liberadas” para a posse. O Estado é campo e simultaneamente agente, atuando por meio de um discurso coletivizado, garantido pela crença comum sobre sua ação prática, normatizando acordos entre o povo e as elites dominantes. Isso é possibilitado mediante o poder simbólico que o Estado exerce, pela crença em sua atuação em nome de “todos” (Bourdieu, 2012).

Das e Poole (2008), sugerem fazer uma etnografia do Estado, porém tendo como princípio as situações, lugares e povos que se estão “à margem”. Segundo as autoras, essa “Antropologia das Margens” é um caminho para a compreensão sobre

o Estado justamente por evidenciar que a existência e permanência dessa instância é elemento necessário para a existência estatal. “(...) *los márgenes son implicaciones necesarias del estado, de la misma forma que la excepción es un componente de la regla* (p.4)”.

Propus como projeto para o doutorado em Antropologia Social etnografar os conflitos envolvendo extrativistas da Resex Jaci-Paraná e os pecuaristas que hoje ocupam grandes áreas desse território que deveria estar preservado para o usufruto das famílias de seringueiros que ali viviam. No decorrer da pesquisa e trabalho de campo, pude perceber que havia mais agentes nesse campo de conflitos, sendo um deles o estado de Rondônia, por meio de instituições administrativas e políticas.

No campo da representação política, a assembleia legislativa do estado, juntamente com o governador coronel Marcos Rocha, trabalham continuamente para deslegitimar as garantias legais sobre o território da Resex, incluindo tentativas de reduzir a área da reserva quase que em sua totalidade para atender aos invasores³, compreendidos como “pessoas que há tanto tempo trabalham ali, há tanto tempo se dedicam e sonham em ter aquelas terras onde eles já produzem” (Rocha, 2020). As observações sobre o tema me levaram a expandir a reflexão e buscar etnografar os atos de estado que em Rondônia, incorrem em atividades ilegais e esforços burocráticos para legalizar à força atos ilegais.

Além das múltiplas dimensões que se apresentavam no decorrer da pesquisa, também surgiu um questionamento sobre a utilização do termo “pecuarista” como classificação⁴ adequada para os ocupantes ilegais da reserva, como propus anteriormente, na qualificação do trabalho. Há uma diversidade de estruturas no espaço físico da terra, com famílias que mantêm poucas cabeças de gado até o registro de mil cabeças de gado em nome de uma pessoa só. O significado de

³ Trata-se de um vídeo postado no Facebook, no qual o governador faz a exposição sobre o envio de projeto de lei para desafetar a Resex. Ao lado do vídeo há a seguinte descrição: “Boa noite, Rondônia! Na campanha estive com esses produtores na cidade de Buritis e pude vivenciar o sofrimento deles. Vi pessoas chorando e respeitosamente clamando por ajuda na resolução desses problemas. Atendendo ao pedido, cumpro mais esse compromisso de campanha. Após estudos técnicos, acompanhados do Ministério Público, compreendemos que essa é a decisão mais justa e equilibrada. Outras áreas serão contempladas futuramente. Forte abraço. Fiquem com Deus!”. Disponível em <https://www.facebook.com/celmarcosrocha/videos/241045827146979/?t=85%20https%3A%2F%2Fwww.facebook.com%2Fcelmarcosrocha%2F>. Visualizado em 27/01/2023

⁴ “Quando se trata do mundo social, com efeito, classificar é classificar sujeitos que também classificam; é classificar ‘coisas’ que têm como propriedade serem sujeitos de classificação. É preciso então investigar as classificações cujos sujeitos são os sujeitos sociais.”

pecuaristas coexiste com um grupo heterogêneo de agentes sociais que compõem ameaça à reserva⁵.

Dessa forma, estabeleci que o termo “fazendeiro” seria o mais adequado, visto que é a forma que ouvi os extrativistas referirem-se aos proprietários de rebanho. Ademais, os extrativistas compreendem que há diferença entre agricultura familiar e os processos de ocupação que ocorreram na Resex. Mais do que a classificação, esses termos são relevantes pois remetem à própria constituição do campo social e em que medida são expressão de habitus diferentes. O “fazendeiro” constitui-se em um habitus (Bourdieu, 2021) que implica na compreensão da terra como mercadoria.

Essa pesquisa foi um desafio, não apenas pelos motivos já explorados e reiterados nos textos etnográficos que marcam de forma expressiva o campo da Antropologia, mas também porque parte razoável do tempo de doutorado ocorreu enquanto vivenciávamos uma pandemia, sob um governo de extrema direita, que favoreceu ações genocidas.

Ao decidir sobre o tema de pesquisa que iria compor meu projeto a ser apresentado para a banca de seleção do PPGAS-UFAM, ainda não tinha noção das dificuldades que surgiriam e quão diferenciado seria para proceder à pesquisa na Resex. Antes mesmo de pensar no trabalho de campo e buscar compreender os imponderáveis da pesquisa (Malinowski, 1978, p.29), fui acossada pela pandemia de COVID-19, uma doença desconhecida e possivelmente fatal, com o sério agravante de o Brasil ter um governante à época com um comportamento negacionista, que ignorava a gravidade da pandemia.

Dessa forma, eu e minha pesquisa fomos atravessadas pelo que Veena Das (1995, p.6) descreveu como um evento crítico. “*Critical event*” consiste em um conceito elaborado mediante as etnografias da autora, que acompanhou diversas situações de violência entre povos e entre populações diversas e o Estado. O evento crítico consiste num acontecimento, de ordem natural ou provocada (apesar de atualmente essa separação não fazer muito mais sentido), que altera os ordenamentos sociais existentes, provocando uma ruptura no cotidiano e afetando profundamente a vida das pessoas. A pandemia de Covid, foi percebida de forma diferenciada pelos agentes

⁵ Em um documento da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, a SEDAM, os ocupantes estão classificados como “posseiro (invasor)” e há as seguintes descrições como perfil ocupacional: “agricultora”, “professor rural”, “vendedor de carros”, “pecuarista”, “empresário”, “comerciante”, “autônomo”, “professora”, “aposentada”, “servidor público”, “conselheiro tutelar”, “pastor de Igreja”, “pedreiro”, “carpinteiro”, “estudante”. Documento sem data.

sociais e de forma mais cruel foi sentida pelas populações mais frágeis, “à margem”, tendo como complicador da doença, a política de saúde do governo federal, ou a ausência dela.

Enquanto tentava acompanhar as disciplinas de forma remota, com professores que se esforçavam em entregar os conteúdos sem que houvesse suporte da universidade assim como qualquer tipo de treinamento sobre as técnicas necessárias para um efetivo ensino à distância, buscávamos nos proteger e proteger os nossos, e pensar em como estabelecer algum tipo de conexão segura com os interlocutores. O “nós” aqui refere-se aos discentes das turmas de mestrado e doutorado de 2020, que tiveram as incertezas sobre a pandemia como um elemento concomitante ao início do trabalho acadêmico.

Diante do que era então minha realidade, a disciplina Tópicos Especiais XIII – “o método etnográfico e a desordem produtiva na pesquisa antropológica: os imponderáveis da vida em pandemia” ministrada pelas professoras Ana Carla Bruno e Maria Helena Ortolan, me auxiliou com diversas discussões, propondo respostas possíveis às imposições de contextos adversos e até inimagináveis para o trabalho de pesquisa.

Malinowski exprime a necessidade de o competente trabalho de campo se ocupar daquilo que não é previsto, os empecilhos que discorrem pelo próprio acontecer da vida cotidiana. As dimensões de uma pandemia e de um motor de barco quebrado, a meu ver, compõem graduações diferentes de imponderáveis, incorrendo em tipos de “riscos” (Bonetti, Fleischer, 2010) diferentes tanto para o pesquisador como para seus interlocutores. Mas ambas são situações imprevistas, possibilidades para reagir às expressões do campo social.

Mais uma vez Malinowski faz o alerta em *Coral Gardens* (1935, 1966) sobre a necessidade de admitir os percalços e enganos durante o trabalho de campo. É justamente essa reflexividade que é tanto prática quanto teórica que pode proporcionar um rumo acertado para a pesquisa. Não posso ignorar que por mais que não se saiba o que encontraremos no decorrer da pesquisa, há alguma expectativa quanto ao que se vai encontrar. Pois eu, enquanto pesquisadora, também me reporto à realidade social como detentora de um *habitus* específico, relacionado ao capital cultural, ao tipo de educação ao qual tive acesso e assim minha subjetividade se expressa em preconceitos. Não se parte de um ponto de possível neutralidade.

Diante dessa condição, que está presente com ou sem pandemia, há a necessidade de adequação teórica pois as observações, juntamente com as reflexões sobre o que houve em termos de interação e participação em diferentes situações sociais, levam ao processo mais apropriado à construção do objeto de pesquisa.

Desde a graduação em Ciências Sociais vinha participando de pesquisas relacionadas ao campo de conflitos ambientais, especificamente voltadas às consequências para os grupos sociais atingidos, na implantação das barragens do rio Madeira, em Rondônia. Na pesquisa de graduação e mestrado acompanhei o deslocamento compulsório dos moradores de Mutum-Paraná, visto que essa localidade se tornou parte do reservatório da Usina Hidrelétrica de Jirau. Como pesquisadora da e na Amazônia, busquei compreender as transformações sociais impostas por um grande projeto de desenvolvimento, que alterou gravemente a vida da população de Mutum-Paraná, privando-a de sua territorialidade específica e respectivos recursos ambientais e territoriais.

Nessa pesquisa, busquei evidenciar as diferentes percepções e interpretações a respeito do meio ambiente, assim como os discursos expressos no processo de implantação da UHE Jirau. Nesse trabalho, o conceito principalmente mobilizado foi o de 'conflito ambiental'. No trabalho, segui a proposição de Acselrad, (2004, p.19), que definiu relações sociais de luta envolvendo diferentes percepções a respeito do meio-ambiente, a partir do desdobramento do conceito de Campo (Bourdieu, 2007).

Para Acselrad (2007), o campo dos conflitos ambientais se trata de um espaço social composto por relações de disputa, materiais e simbólicas, onde o capital simbólico é o reconhecimento legítimo de sua apropriação/interpretação a respeito dos significados do meio ambiente. Desse modo, as disputas dentro do campo de conflitos ambientais são constituídas por grupos sociais distintos onde a atuação de um, suprime a continuidade da forma de apropriação ambiental do outro. Ademais, no campo de conflitos ambientais ocorre a disputa pela legitimidade de se atribuir à determinadas ações a sua qualidade de ambientalmente benigna ou danosa.

No caso da minha pesquisa de graduação os agentes considerados em questão eram a empresa Energia Sustentável do Brasil e a população de Mutum-Paraná. Por um lado, a empresa responsável pela construção de Jirau anunciava práticas que preservam o meio-ambiente e por outro, os ribeirinhos à acusavam de não os informar corretamente sobre o local do remanejamento e a qual distância

ficariam do rio (em Mutum Paraná, as casas ficavam na beira do rio enquanto Nova Mutum foi erguida à beira da BR-364).

A instalação da usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, impossibilitou que os ribeirinhos mantivessem o seu modo de vida tradicional, não tendo alternativas que não fossem acatar as indenizações propostas e as casas pré-fabricadas. Apesar da contestação dos moradores, com apoio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o poder maior imposto dentro do campo foi o da empresa, juntamente com o discurso de “desenvolvimento” e “crescimento econômico”.

No mestrado, em Geografia, na UNIR, o tema de pesquisa se centrou na questão dos atingidos por barragens, remanejados para Nova-Mutum, e sua experiência em um lugar que não recompunha seus modos de viver. Pude revisitar algumas pessoas que conheci em Mutum-Paraná na época de graduação e que, quando cheguei no mestrado, estavam vivendo em Nova-Mutum. Dessa forma creio que há uma continuidade entre essas duas pesquisas, mesmo que em diferentes regiões e domínios de saber.

Concluí o mestrado no ano de 2014, em Geografia e trabalhei por um tempo curto em uma instituição privada de ensino superior, como professora. Também atuei como professora de Sociologia no âmbito do ensino estadual de Rondônia, porém me foi atribuída a disciplina de história. No ano de 2016 assumi o cargo de Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal de Rondônia. A demanda de trabalho, adicionada ao desgaste emocional que vivi com a pesquisa sobre a implantação das usinas hidrelétricas do rio Madeira, faziam com que não me sentisse em condições de fazer uma seleção de doutorado imediatamente.

Em 2018 fiz a seleção para o PPGAS da UFAM mas não fui aprovada. Não estava satisfeita com o tema do projeto que eu apresentei à época, mas sabia que minhas motivações pessoais de pesquisa estavam voltadas para as relações entre “políticas de desenvolvimento”, povos tradicionais, políticas ambientais e territórios em disputa. Enfim, devia refletir sobre qual tema construiria o projeto a ser apresentado em 2019, baseado em minhas experimentações de pesquisa. Em 2019 fui aprovada na seleção de doutorado, para ingresso na turma de 2020.

Residia e resido em Porto Velho, Rondônia. Então, me desloquei para Manaus nos dias referentes à sexta do PPGAS, 13 de março de 2020 e depois na segunda-feira, dia 16 de março, assistiria a conferência inaugural do semestre, com a presença da Profa. Dra. Heloísa Buarque de Almeida, integrante do PPGAS/USP e

coordenadora do Comitê de Gênero e Sexualidade da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Esse era meu plano, mas no dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS), já havia decretado estado de pandemia pelo Corona vírus e em 13 de março, São Paulo, localidade de onde vinha a palestrante, já suspendia eventos públicos por conta da transmissão comunitária da doença (isso quer dizer que já não há possibilidade de se conhecer a origem do vírus, podendo ser interna ou externa ao estado).

A partir disso foi exposto todo um léxico médico que foi agregado ao cotidiano, através de preocupação com o uso de máscaras e com pessoas contaminadas pelo negacionismo científico (incluindo uma parte da classe médica). E também houve o medo. Lembro da aflição por não saber exatamente como ocorreria nossa pós-graduação. E ainda tinha proposto uma etnografia a respeito de um tema que eu não conhecia diretamente e nem tinha algum contato que me conectasse com possíveis interlocutores. Tivemos que absorver outros comportamentos e a proximidade com outros corpos em aglomeração passou a ser potencialmente perigosa.

A emergência da pandemia gerou uma apreensão muito grande, tanto em mim quanto em meus colegas pois além do temor por nossa saúde e daqueles mais próximos e queridos a nós, pensávamos nos riscos que seria um trabalho de campo, tanto pelo contato com os interlocutores da pesquisa quanto pela possibilidade de trazermos a doença para nossas residências.

Ao final de abril de 2020 a UFAM publicou um plano de contingência frente à pandemia de COVID-19, no entanto, eram imensas as dificuldades para operacionalizar todas as atividades universitárias de forma remota. No segundo semestre de 2020 conseguir frequentar duas disciplinas de forma remota: uma ofertada pelo Professor João Pacheco, no programa do Museu Nacional, “Antropologia Histórica”. A outra foi oferecida pelo meu orientador, Professor Alfredo Wagner: Uma “Discussão sobre as Práticas de Trabalho de Campo: *Fieldnotes*”.

Concomitantemente eu vivia problemas pessoais. Minha mãe adoeceu e tive que assumir seu cuidado, além de ter que me recuperar dos anos que vivi em um ambiente controlado de seita, onde ocorreram diversos tipos de abuso. Isso adicionado à crise sanitária gerou um sofrimento mental maior do que se é esperado durante a pós-graduação. Algumas vezes vêm se levantando para debater a saúde

mental do pós-graduando, mas creio que o tema tenha que se desenvolver mais, exigindo maior atenção médica e medidas preventivas.

As disciplinas cursadas foram importantes para iniciar algumas reflexões referentes à tese, mas também foi extremamente desafiador ficar horas na frente de uma tela, exigindo um tipo de atenção e dinâmica que era muito diferente do que o encontro presencial. Por outro lado, dificilmente eu conseguiria ir ao Rio de Janeiro, acompanhar uma disciplina do Museu Nacional, que era meu propósito inicial.

Como mencionado anteriormente, o processo de pesquisa foi duramente interrompido pela pandemia do Corona vírus. Não tenho como proposta abordar especificamente as repercussões da pandemia em relação ao meu projeto inicial, mas a emergência de um evento crítico (Das, 1995)⁶ desta amplitude, causou uma alteração em todo tipo de relação social, incluindo a interação de pesquisadora com os interlocutores de pesquisa. Às preocupações já presentes, pelo contexto de violência que permeia o conflito ambiental abordado (Acseirad, 2004), foi adicionado o medo do contágio biológico, de tornar-se uma ameaça ambulante de propagação da doença que vinha sendo criminosamente negligenciada pelo governo de Jair Bolsonaro (2018-2022).

Permeada pelo contexto de pandemia, busquei conversar com diferentes agentes do campo social: produtores rurais, o advogado da associação de pecuaristas denominada Associação dos Produtores Rurais de Minas Novas - ASPRUMIN, servidores públicos, seringueiros, representantes do terceiro setor (organizações não-governamentais), pesquisadores da universidade federal do Rondônia. Procurei

⁶ *"This is that, after the events of which I speak, new modes of action came into being which redefined traditional categories such as codes of purity and honour, the meaning of martyrdom, and the construction of a heroic life. Equally, new forms were acquired by a variety of political actors, such as caste groups, religious communities, women's groups, and the nation as a whole. The terrains on which these events were located crisscrossed several institutions, moving across family, community, bureaucracy, courts of law, the medical profession, the state, and multinational corporations. A description of these critical events helps form an ethnography which makes an incision upon all these institutions together, so that their mutual implications in the events are foregrounded during the analysis (Das, p. 6, 1995)."*

Num evento crítico, definido desta forma por Veena Das (1995), surgem novas formas de agir que redefinem categorias como "pureza e honra, o sentido de martírio e a construção da vida heroica. Igualmente, surgem novos formatos para os agentes políticos, como castas, comunidades religiosas, grupos de mulheres e a nação como um todo. Os terrenos onde ocorrem esses eventos são entrecortados por diversas instituições, movendo-se através de instituições como família, comunidade, burocracia, sistema jurídico, a área médica, o estado e corporações multinacionais. A descrição desses eventos críticos auxilia a formar uma etnografia que faz uma incisão em todas estas instituições simultaneamente, de forma que suas implicações mútuas são evidenciadas durante a análise". (tradução minha)

processos no Ministério Público e busquei documentos relacionados à demarcação da área da reserva e suas alterações. Artigos jornalísticos publicados em *sites* especializados e artigos jornalísticos de denúncia. Dei continuidade às buscas e conversas, pois à medida que as restrições impostas pelo vírus foram diminuindo, mais oportunidades de interação foram surgindo.

Veena Das (2020), buscou, na maior parte de sua vida como pesquisadora, compreender eventos como a partição da Índia, não a partir das narrativas oficiais, mas como as pessoas traziam as situações de violência para sua vida cotidiana e como isso é vivido e reelaborado. A antropóloga assinalou que

Infelizmente, [...] ainda há uma tendência a trabalhar com modelos de claras oposições binárias na compreensão da violência – Estado versus sociedade civil, hindus versus muçulmanos, global versus local etc. [...] Havia certa divisão em minha própria compreensão do Estado, pois reconhecemos que os vários atores do Estado estavam diferentemente alinhados em relação à violência. Por exemplo, enquanto uma facção do Partido do Congresso estava ativamente engajada no incentivo aos distúrbios na esperança de mobilizar apoio para seus próprios líderes dentro da hierarquia partidária, outros igualmente localizados dentro da estrutura estatal se horrorizavam com os acontecimentos. Assim, fomos capazes de mobilizar ajuda de burocratas veteranos, policiais e oficiais aposentados para criar uma aura de autoridade dentro da localidade para levar a cabo o socorro e a reabilitação. Como em muitas outras situações, a dissimulação foi uma parte importante de nossa estratégia para confundir os perpetradores da violência, que tinham o apoio de policiais locais e, portanto, pensavam que estavam acima da lei. Os sobreviventes, bem como os defensores dos direitos civis, enfrentaram ameaças consideráveis e assédio. Como, então, operar dentro desse ambiente, senão por meio da camuflagem? (Das, 2020, p.276)

Essa reflexão da autora, que já encontrei ao final da minha pesquisa, em muito reflete alguns momentos relacionados ao trabalho de campo. A autora admite que em vista de algumas situações adversas, o melhor é não expressar diretamente o descontentamento e observar a forma adequada de agir. Visto que o campo não se define apenas por binarismos. Então, para conseguir ouvir algumas conversas e depoimentos, foi necessário dissimular mesmo.

Os impedimentos de interação, impostos à pesquisa pela possível contaminação da doença, me fizeram considerar o que já se impunha: uma etnografia que descrevesse as relações sociais advindas não só por interações “reais”, observadas pelo olhar antropológico mas também o que do mundo social se apresenta

pela análise documental, do que os diversos agentes de alguma forma enlaçados na destruição da Reserva Extrativista (RESEX) produzem como mediação discursiva, em instâncias de Estado e instituições privadas ou Organizações do terceiro setor.

Preciso sinalizar que as conversas por aplicativo de mensagem (*Whatsapp*) foram importantes aliadas da pesquisa e foi por esse modelo de comunicação que pude ter acesso a alguns dos interlocutores que aparecerão no trabalho⁷. Muitas informações, que após serem trabalhadas serão dados da pesquisa social, também chegaram por redes sociais e grupos de conversa.

Estava se impondo, ao meu trabalho, uma situação na qual a etnografia clássica não poderia responder. No mundo atual lidamos com as esferas do mundo social num contínuo de relações fluidas, numa interconexão na qual é difícil estabelecer limites e para fins de pesquisa, tenho que estabelecer algumas referências para guiar a discussão colocada.

O trabalho de campo é reiteradamente, juntamente com as descrições etnográficas como as ações elementares de um pesquisador no campo da Antropologia. Me arrisco aqui em compartilhar algumas experiências de campo, visto que iniciei minha pesquisa num momento em que era imperativo o isolamento social.

Minha primeira movimentação no campo de pesquisas e no campo dos conflitos foi com um contato que consegui fazer via e-mail com o presidente da ASPRUMIN, Associação de produtores de Minas Novas. A resposta foi bem cordial, porém ele não concordou em conversar inicialmente comigo, antes eu deveria ter uma conversa com o advogado da associação. A transcrição da resposta que recebi:

Bom Dia Senhora Paula!

Ficamos muito felizes que a nossa associação, dedicada à uma luta em favor de uma coletividade, e em prol do social e da sustentabilidade seja objeto de vosso estudo.

Nosso departamento jurídico está estabelecido em Porto Velho, e apto a lhe prestar todas as informações necessárias à sua pesquisa. Até mesmo porque, pesquisa semelhante já foi conduzida por ele outrora. Sendo assim informo o número do telefone do advogado [REDACTED]. Seu nome é Helio Belotti. Com certeza ele terá o maior prazer em atendê-la.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

⁷ Para uma discussão mais aprofundada sobre mobilizações políticas na era digital: Lupien, Pascal, *Indigenous civil society in Latin America: collective action in the digital age*. University of North Carolina Press, 2023. “[...] it focuses on how indigenous CSOs (civil society organisations) are pursuing political action in the twenty-first century [...]” (2023, p.3)

Diretoria.

Achei significativa a postura de me encaminhar diretamente para o advogado. Além disso, o texto indica que esse grupo, buscou assimilar de alguma forma o habitus relacionado a temática da proteção ambiental, incluindo na mensagem o termo “sustentabilidade”.

Eu consegui fazer contato com o advogado, que pediu que eu fosse em sua residência em Porto Velho. Fiquei um pouco receosa, porém fui. Fui recebida em um escritório em sua casa. Nos sentamos e o advogado me ofereceu água, eu aceitei e conversamos por aproximadamente uma hora. Senti que estava passando por uma espécie de avaliação, caso fosse aprovada eu teria acesso à Associação de Minas Novas.

Em nossa conversa eu informei que era servidora pública, da Universidade Federal de Rondônia, e estava cursando uma pós-graduação da UFAM. Senti que essa qualificação estabelecia alguma confiança em relação a ele, mas não o suficiente para que, de primeira, me fosse permitido fazer a gravação do que falamos. Dessa forma, trago aqui uma recriação do que conversamos, baseando-me nas anotações que fiz.

O advogado esclareceu que os fazendeiros seus clientes, estavam muito desconfiados com alguma aproximação pois o jornal New York Times⁸ havia publicado uma matéria que atribuía a eles atividades ilegais e que isso não procede. Ele trabalha para pessoas simples, que não ameaçariam ninguém com violência. Ele questionou sobre o que era minha pesquisa e eu informei que era sobre a ocupação da área da reserva e ele logo respondeu que ali era antigos seringais. Perguntei se as fazendas possuíam título de propriedade, mas ele mudou de assunto e disse que a Associação fez um estudo ambiental e que tem um projeto. E dando certo esse projeto, poderia ser implementado em toda a Amazônia. O que será esse projeto? Segundo ele é uma solução entre o meio ambiente e o ser humano.

Mas a reserva extrativista não é uma solução para o meio ambiente e o ser humano? No campo dos conflitos ambientais, as percepções sobre natureza e ser humano são diferenciadas para os agentes em posicionamentos divergentes. Há uma reiteração da ideia de “vazio” na Amazônia, porém o que parece ser intencionalmente

⁸ Reportagem disponível em <https://www.nytimes.com/2021/11/29/insider/tracing-the-trail-of-amazon-deforestation.html> acesso em 05/12/2022.

omitido é qualquer tipo de regulamentação, legislação que reivindique que o território deve estar destinado para a permanência e sobrevivência dos seringueiros.

A heterogeneidade das disputas no campo impõe uma multiplicidade de observações pois há uma divergência entre produtores rurais que invadem as terras numa expectativa de que sua situação seja regularizada, estimulados pelo discurso de representantes políticos e empresários que grilam áreas extensas dentro da reserva para engorda do gado bovino.

O conflito acionado pela invasão da resex Jaci-Paraná conforma também elementos relacionados às disputas cognitivas (Acselrad, 2014). Estas disputas são acionadas pelos diferentes campos que estão em confronto por legitimidade e poder sobre os discursos científicos disponíveis (que legitimam as ações e políticas relacionadas ao Agro) e pelos conhecimentos tradicionais acionados pelas populações locais que são atingidas pelo desenvolvimento.

[...] se considerarmos o meio ambiente como um terreno contestado material e simbolicamente, sua nomeação - ou seja, a designação daquilo que é ou não é ambientalmente benigno - redistribui o poder sobre os recursos territorializados, pela legitimação/deslegitimação das práticas de apropriação da base material das sociedades e/ou de suas localizações. As lutas por recursos ambientais são, assim, simultaneamente lutas por sentidos culturais. (Acselrad, 2004, p.19)

Outra questão que permeou o trabalho, além dos obstáculos relacionados à pandemia foi a dificuldade de conseguir informações diretamente de instituições do estado de Rondônia que se relacionavam diretamente ao tema da pesquisa: a IDARON e a SEDAM. Um elemento parecia sempre sondar alguns agentes do Estado: o segredo, o silêncio. Busquei compreender então o segredo como elemento relacional, que atendia a diversos tipos de reivindicações, inclusive divergentes.

Atender al secreto como “forma” es de hecho mucho más revelador que el esfuerzo por conocer sus contenidos. Nos puede ayudar el dejar de lado la idea de que la investigación etnográfica se orienta a “descubrimientos” o “revelaciones”, que se vuelven a veces fijaciones cuando identificamos que hay algo que se nos oculta, algo más que por ventura podría ser clave para explicar casi todo. [...] En el acto de ocultar, siempre se revela algo. (Renoldi, 2023, p.20)

A atmosfera de segredo, assim como o silêncio sobre determinados assuntos esteve presente tanto na Associação dos Produtores Rurais, que me encaminham ao

seu advogado para conversar, assim como nas respostas evasivas da SEDAM (quando oficiais), nos documentos desaparecidos e perdidos e na proteção dos nomes dos donos do gado criado ilegalmente dentro da área da resex, perpetrada pela Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril de Rondônia (IDARON).

Devido à condição imposta no início da pesquisa, a pandemia de COVID-19, e pelo desconhecimento total de algum morador extrativista ainda residente no território da resex, pensei em fazer uma abordagem diferente, privilegiando o olhar sobre as associações de produtores rurais que ocupam áreas da reserva com gado e que buscam legitimar suas ações mediante a organização de associações. Nesse momento eu não fazia ideia de como fazer a aproximação de outra forma, visto que a Organização de Seringueiros de Rondônia (OSR) e a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), assim como a Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, naquele momento, desconheceu o paradeiro das famílias extrativistas dentro da reserva.

Ao buscar informações junto à Secretaria de Desenvolvimento Ambiental não recebi informações sobre estas pessoas ou unidades familiares e as informações que consegui nessa instituição da administração pública do estado, foi por boa vontade de alguns servidores pois institucionalmente, minhas tentativas de comunicações foram ignoradas.

Depois vim saber que havia um desencontro entre a liderança extrativista da reserva e a OSR. Eles buscavam-se mutuamente, porém a SEDAM dificultava o encontro, não fazendo a ponte entre essas duas organizações. Compreendo que como é atribuída à SEDAM a gestão de unidades de conservação da esfera estadual, um elemento facilitador de sua ação seria fazer o contato entre essas partes.

Assim como Veena Das (2020) propõe entender os sujeitos submetidos à atos de violência e estes atos passam a constituir o próprio ser individual em sua vida cotidiana⁹, as dificuldades impostas pela SEDAM para o encontro dos grupos de extrativistas demonstra a violência do estado agindo em uma forma mais sutil do que o empunhar de armas da polícia, mas se apresenta como omissão.

⁹ “Houve, argumento, uma mútua absorção da violência e do ordinário que me leva, por fim, a pensar no evento como instância sempre ligada ao ordinário, como se houvesse tentáculos que deslocam do cotidiano e prendem a si o evento de alguns modos específicos.” (Das, 2020, p.29)

A Construção do Objeto de Pesquisa e o Caminho Etnográfico:

O objeto de pesquisa não é previamente dado, porém o resultado de reflexão sobre as relações sociais entre pesquisador e o mundo social observado. Desta forma, é indispensável atentar para as divergências entre os capitais trazidos pelo pesquisador (capital cultural, capital econômico) e o posicionamento de seus interlocutores mediante a imposição dessa relação. Ademais, o processo de reflexividade imposto à construção do objeto de pesquisa é necessário para a definição dos conceitos pelos quais a pesquisa será possível.

Dessa forma, Bourdieu, Chamboredon e Posseron (2010) instam os pesquisadores, em “O ofício do Sociólogo”, a ativamente refletirem sobre sua pesquisa criticamente, de forma a tentar excluir suas próprias visões e vieses, pois esse movimento mesmo é parte da construção do objeto, visto que as situações, documentos, interlocução com diferentes agentes, compõem o confronto de uma realidade interior estruturada de uma maneira diferente da que observada.

O sociólogo que não submete suas próprias interrogações à interrogação sociológica não estaria em condições de fazer uma análise sociológica verdadeiramente neutra das respostas que elas suscitam. Por exemplo, uma pergunta tão unívoca na aparência como esta: “Você trabalhou hoje?” A análise estatística mostra que ela suscita respostas diferentes por parte dos camponeses da Cabília ou dos camponeses do sul da Argélia; ora, se estes se referissem a uma definição “objetiva” do trabalho - isto é, à definição que a economia moderna tende a inculcar aos agentes econômicos - deveriam fornecer respostas semelhantes. É com a condição de que ele se interrogue sobre o sentido de sua própria pergunta, em vez de tirar a conclusão precipitada de que as respostas são absurdas ou dadas de má-fé, que o sociólogo terá algumas possibilidades de descobrir que a definição do trabalho que está implícita em sua pergunta não corresponde à definição que as duas categorias de sujeitos implicam em suas respostas (Bourdieu, Chamboredon, Posseron, 2010, p.55-56).

O trabalho de campo, então, não pode ser compreendido como um momento isolado do processo de análise e da escrita. Esses elementos formam um sistema interrelacionado. “Fazer o trabalho de campo”, tem relação com uma série de disposições intelectuais, proposições epistemológicas que compõem o processo de escolha dos elementos e categorias que serão acionados para dar sentido a relação

que se estabelece entre o antropólogo e os interlocutores da pesquisa e sobre a construção dos dados de pesquisa.

Outra questão que emerge com a criticidade dos elementos que chegam ao pesquisador, é a possibilidade de questionar de que forma é possível algum afastamento da colonialidade das relações historicamente presentes na Antropologia e no trabalho do antropólogo. Independente de que condições idealizadas se imagine estar fazendo o trabalho de campo, é indispensável ter em mente que estamos diante de um processo que por muito tempo foi pautado pela colonialidade das relações entre o pesquisador e objeto de pesquisa então, é necessário trazer à tona que o que se observa, implica em uma interferência nos acontecimentos observados e nos comportamentos experienciados (Ramos, 2019).

Dessa forma, a perspectiva de questionar a relação de colonialidade entre pesquisador e grupo social pesquisado e as situações sociais nas quais esse grupo está implicado está em acordo com o posicionamento crítico demandado pela proposta de Bourdieu, Chamboredon e Pousseron (2010). Porém, percebe-se que em diversas circunstâncias, os interlocutores esperam que o posicionamento social do pesquisador interfira positivamente em suas reivindicações, o que manifesta uma apropriação, por parte dos interlocutores, das vantagens do pesquisador em certos espaços de poder, invertendo assim uma suposta passividade do “colonizado”.

A etnografia aqui apresentada foi composta de diversos momentos que se alternaram como busca por literatura, investigação sobre o paradeiro dos extrativistas, esperas em secretarias do governo, seleção de documentos e outras circunstâncias como encontros, debates e outras situações que eu considere relevantes à medida que algum entendimento sobre o objeto pesquisado ia se configurando.

[...] os etnógrafos de um século atrás iam a campo com um projeto aberto, sempre dispostos a reconfigurar as questões originais e colocar outras, de forma criativa e ousada. Era o momento da exploração (no duplo sentido). Mas aprendemos, daquele momento em diante, que o “método etnográfico” implica a recusa a uma orientação definida previamente. O refinamento da disciplina, então, não acontece em um espaço virtual, abstrato e fechado. Ao contrário, a própria teoria se aprimora pelo constante confronto com dados novos, com as novas experiências de campo, resultando em uma invariável bricolagem intelectual. (Peirano, 2014, p.381)

São diversos os elementos que perfizeram o caminho da pesquisa, levando tanto às convergências como a divergências, no que se referiu a suposições que

havia, antes do desenvolvimento da pesquisa. Diversos caminhos e decisões tomadas foram resultado de momentos de tensão, quando me deparei com questões que divergiam de alguma suposição anterior. Também é necessário atenção e prudência com as respostas totalizantes. Dessa forma, foi se delineando um trabalho com diferentes campos e agentes e o que os tangenciou foi a presença do Estado, em sua materialidade, imposta pelo poder simbólico que se impõe na medida em que todos creem em sua existência.

Além de documentos oficiais, emitidos por organizações e instituições do estado, chegaram a mim narrativas individuais de extrativistas expulsos, assim como as falas dos fazendeiros. Algumas conversas com agentes do governo também constituem parte do material que contribui para o esboço no conflito ambiental instaurado. Ademais, é necessário descrever e refletir sobre o processo histórico fundamentou as relações sociais observadas.

A participação de atos do “Estado”¹⁰ no processo de devastação da Reserva Extrativista de Jaci-Paraná não foi imediatamente colocado para mim, de início. Porém com as reflexões durante o trabalho de campo, a partir de uma relação estabelecida com determinados interlocutores, assim como o acompanhamento de discussões e análises documentais, o Estado foi migrando da periferia para um lugar de relevância para a descrição e interpretação sobre a devastação e as violências cometidas contra a população extrativista.

Sou reiteradamente chamada de “Dona Paula” e sinto que não devo repreender isso, mas para mim é um marcador evidente da diferenciação social com a qual estou lidando no diálogo com os extrativistas e que não há como emular alguma relação simétrica. Pierre Bourdieu, no texto “compreender”, indica o caminho a seguir para de alguma forma reduzir essa distância entre o “sujeito” e o “objeto” de pesquisa, buscando respeitar a intimidade à qual estou tendo acesso, quando pessoas passando por muita dificuldade sentem-se confiantes em me relatar algumas de suas vivências.

Como, de fato, não experimentar um sentimento de inquietação no momento de tomar públicas conversas privadas, confidências recolhidas numa relação de confiança que só se pode estabelecer na relação entre duas pessoas? Sem dúvida, todos os nossos interlocutores aceitaram confiar-nos o uso que seria feito de seus

¹⁰ Esta questão será elaborada mais à frente no trabalho.

depoimentos. Mas jamais houve um contrato tão carregado de exigências tácitas como um contrato de confiança. Devíamos, pois, cuidar primeiramente de proteger aqueles que em nós confiaram (especialmente mudando, muitas vezes, as indicações, tais como nomes de lugares ou de pessoas que pudessem permitir sua identificação); mas convinha também, e acima de tudo, procurar colocá-los ao abrigo dos perigos aos quais nós exporíamos suas palavras, abandonando-as, sem proteção, aos desvios de sentido. (Bourdieu, 2008, p. 9)

Busquei traçar um caminho que quando apresentado, conseguisse transmitir a conexão dos elementos diversos que compuseram o trabalho e a aparente distância inicial que vi em alguns elementos, a escrita etnográfica trouxe à tona como fruto da desordem produtiva (Ramos, 2019, p. 23). Nesses termos, não há pretensão de traçar uma cronologia de situações, eventos ou fatos, mas sim evidenciar as relações sociais implicadas nas disputas em um campo de conflito ambiental.

A tentativa de desafetação¹¹ da Resex Jaci-Paraná, em Rondônia é, em certa medida, herdeira dos conflitos por terra e da incapacidade dos governos de atuarem de forma incisiva e potente para uma efetiva reforma agrária assim como pela atuação das agroestratégias no território de Rondônia. As agroestratégias são fundamentais para a orientação de políticas para a exploração dos territórios, a fim de incorporar áreas cultiváveis e no caso da resex, a incorporação da área visa expansão dos rebanhos. Mais à frente no texto voltarei à questão das agroestratégias.

Antes mesmo de a área da Resex Jaci-Paraná ser estabelecida no decreto inicial, a área já era cobiçada para fins de “expansão agrícola”, uma forma eufemística de encarar os processos de invasão das terras públicas. Porém, a partir do governo Bolsonaro, o afã pelo desmonte de qualquer tipo de regulação ou regulamentação ambiental fortaleceu as práticas criminosas a ponto de o governador do estado de Rondônia, coronel Marcos Rocha, submeter enquanto poder executivo, o Projeto de Lei Complementar nº 77 de 2020, que alterava significativamente as áreas da reserva Jaci-Paraná e outras áreas de unidades de conservação.

Isto posto, ficou bem evidenciado que se trata de grupos economicamente poderosos interessados na área da reserva. Servidores da Sedam assim como outros conhecedores da problemática como especialistas em meio ambiente que trabalham

¹¹ Trata-se da manifestação de vontade do Poder Público mediante a qual um bem é subtraído do domínio público para ser incorporado ao domínio privado do Estado ou do particular. (<https://direitoadm.com.br/162-desafetacao/>)

em ongs, me informam que há juízes de direito usando as terras da Resex para criação de gado. Isso indica a disparidade de poder na correlação de forças em jogo, com pouca ou nenhuma possibilidade para a causa do seringueiro.

As áreas destinadas à formação de Reservas Extrativistas, foram criadas por meio do Decreto 98.897, de 30 de janeiro de 1990, que as definiu como “espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista”. As comunidades que vivem nas Reservas extrativistas até a data presente ainda enfrentam dificuldades semelhantes às enfrentadas pelos que iniciaram as lutas por sua criação, pois a ação do Estado não foi eficaz em oferecer políticas públicas capazes de solucionar as dificuldades encontradas para a sobrevivência na floresta, suportando as pressões externas como o mercado ilegal de madeira, Invasão violenta de terras e produção de gado e grãos, especialmente soja.

A reserva de Jaci-Paraná foi criada por meio do Decreto 7.335 de 19/01/1996. Esse evento é produto de disputas e reivindicações dos extrativistas locais, organizados principalmente em torno da Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), que juntamente com o movimento socioambiental, representados pelo GTA (Grupo de Trabalho Amazônico¹²), propôs a criação de 40 Unidades de Conservação entre estas se insere a Resex de Jaci Paraná.

Além das lutas sociais que resultaram na conquista da criação da reserva, havia o interesse político dos setores envolvidos na administração do estado de Rondônia, que precisavam garantir a continuidade de transferências de recursos advindos por meio do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO¹³). Se os problemas apresentados nos relatórios do PLANAFLORO não fossem sanados, havia chances de que os valores não chegassem para cumprir as promessas de campanha política dos governadores. Uma das exigências para a continuidade da entrega das parcelas do empréstimo estava relacionada à criação de Unidades de Conservação.

A demarcação da área da Resex, por meio de decreto, por si só, não garantiu a manutenção do espaço físico e sua correta destinação ao uso dos extrativistas. As famílias de extrativistas já denunciavam as invasões de terras da reserva no ano 2000,

¹² O Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) é composto por organizações não-governamentais (Ongs) e movimentos sociais que representam seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, povos indígenas, comunidades que vivem nos estados da Amazônia assim como organizações de assessoria técnica, de direitos humanos e de meio ambiente.

¹³ O PLANAFLORO será discutido mais à frente no trabalho.

seguindo a lógica de rondonização (Malheiro et. al. 2021): estímulo à invasores, roubo de madeira, derrubadas, queimadas criminosas, transformação de áreas de floresta em pasto.

Essas denúncias sobre invasões iniciais foram protocoladas no Ministério Público, conforme nos contou uma das lideranças históricas do Movimento de Seringueiros de Rondônia, o senhor Tomé¹⁴. No entanto, não havia mecanismos de barrar eficazmente esse avanço na medida em que a atitude leniente do estado e suas instituições de controle para com os invasores ou grileiros, beneficiava esse grupo, muitas vezes colocada para a sociedade local como verdadeiros bastiões do desenvolvimento.

Em dezembro de 2018, o jornal “O Eco” publicou uma reportagem, também divulgada em outros meios de comunicação, intitulada: “Sai extrativista, entra boi: a lei do mais forte em uma reserva extrativista de Rondônia”¹⁵. No decorrer do texto, são denunciadas invasões das áreas da reserva assim como a violenta expulsão dos seringueiros que ainda “insistem” em continuar na sua casa. O que segue é um relato das expulsões de extrativistas mediante atos violentos, ameaças e coações. Também está presente a denúncia de leniência por parte do Estado em relação às invasões.

A matéria faz parte de uma série jornalística, que tinha por objetivo evidenciar as relações existentes entre a expansão da pecuária e atividades consideradas ilegais ou criminosas, envolvendo o estado e outros agentes sociais, incluindo a iniciativa privada e o desmatamento e desenraizamento¹⁶ de povos tradicionais na Amazônia especialmente.

Na data da publicação, 4 de dezembro de 2018, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) já estava eleito e intensificava a força simbólica, que já compõe em termos práticos uma bancada no congresso nacional, para agir com mais violência em nome da agenda do Agro, “de produtores rurais” e de uma ideia sobre o território Amazônico como reserva de mercado de terras.

No lastro do fenômeno político Bolsonaro, o governo de Rondônia, já extremamente conservador, teve como representante eleito o Coronel da Polícia Militar Marcos Rocha. Sem experiência política, mas com um discurso que associava

¹⁴ Este nome é fictício.

¹⁵ A matéria está disponível no link: <https://oeco.org.br/reportagens/sai-extrativista-entra-boi-a-lei-do-mais-forte-em-uma-reserva-extrativista-de-rondonia/>

¹⁶ “*desarraigo*”, expressão usada por Bourdieu e Sayad para descrever os processos de transformação social advindos pela colonização.

sua imagem a de Bolsonaro (reiteradamente), expunha em seu plano de governo, de forma bem genérica, que um de seus objetivos ao ser eleito, seria atuar de forma a regularizar as áreas de produção agropecuária instaladas em áreas públicas.

A regularização pretendida pelo governador eleito também incluiu o rebanho dentro da resex Jaci-Paraná. A IDARON, respondendo ao Ofício da Procuradoria Geral do Estado, emitiu a seguinte declaração: “conforme relatório coletado em 08/09/2023, (...) o rebanho vinculado a explorações cujas sedes dos estabelecimentos agropecuários se encontravam contidas no interior do polígono da RESEX Jaci Parará totalizaram 216.047 bovídeos (sendo 216.009 bovinos e 38 bubalinos)”.

Quando submeti o projeto de pesquisa, o cálculo era bem menos preciso, visto que a IDARON não fornecia os dados. Os dados pormenorizados sobre os rebanhos foram fornecidos pelo Procurador responsável pela Procuradoria Ambiental do estado de Rondônia. O número de animais atesta os interesses de agentes envolvidos no mercado de carne bovina na regularização das áreas invadidas.

Ademais, diante de uma construção tão complexa, evidenciou-se o processo de desenraizamento dos extrativistas, presente nos testemunhos apresentados mais a diante. Considerei necessário trazer a memória dessas pessoas, que se move entre o período em que puderam viver na Resex e no período atual, de expulsões e ameaças. Os testemunhos dos extrativistas configuram-se como o documento de uma violência histórica. Dessa forma, durante a pesquisa e as reflexões possíveis, fui tentando aproximações teóricas que auxiliaram a pensar o desenraizamento e a neutralização da existência dessas pessoas.

Quando efetivamente dei início à aproximação da pesquisa, recebi diversos alertas sobre a delicadeza do tema, no sentido de que o território está permeado de situações irregulares e que assim como os extrativistas moradores foram retirados à força da violência ou por medo, os pesquisadores poderiam sofrer alguma consequência por conta de seu deslocamento dentro da reserva. Os alertas vinham de servidores que atuam na área, pesquisadores da universidade e membros de organizações não governamentais familiarizados com o tema. Além disso, a covid-19 me desestimulou a buscar contato com interlocutores, especialmente os idosos.

Isso desencadeou uma série de dúvidas em relação a como deveria proceder e em que exatamente deveria concentrar os esforços de reflexão. Cogitei reorientar a pesquisa para que o foco ficasse centrado sobre as atividades dos pecuaristas e em sua perspectiva de ação, buscando fazer algo que dialogasse com uma antropologia

das elites, quem sabe com trabalho de Caio Pompeia sobre a trajetória política do agronegócio, mas mirando no contexto de Rondônia. Nesse estágio já estava concluindo as disciplinas obrigatórias do programa e meus avanços pareciam me levar para o encontro com pessoas da ASPRUMIN, pois ao menos eu havia iniciado um contato, coisa que eu estava encontrando extrema dificuldade de fazer com algum extrativista, dentro ou fora da resex Jaci-Paraná.

Porém, como já mencionado, o campo é composto de múltiplas disputas, materiais e simbólicas e a situação da reserva me fazia questionar qual o destino dos extrativistas. Busquei um norte em trabalhos sobre as intervenções nos territórios, resultado dos grandes projetos de desenvolvimento e em como isso afeta as populações que são diretamente atingidas.

Além disso, os processos de ocupação ilegal na resex têm as suas próprias nuances. Os eventos que antecedem a criação da reserva e sua invasão quase que imediata são tributários do imaginário construído em torno da ideia de desenvolvimento, mas as ações de roubo de madeira, ocupação irregular, movimentação de rebanhos parece ter suas próprias características, moldadas pela experimentação de impunidade dos criminosos e irrelevância atribuída aos que estão à margem da margem. Diversos atores vão se alternando mediante alguma alteração de poder, influência econômica ou algum outro elemento que possa aparecer na pesquisa.

A temática da pesquisa impôs uma reflexão sobre como seria construir uma etnografia mediante um campo que é composto por agentes em disputa, com níveis diversos de capital material e simbólico e aos quais tive acesso de maneiras variadas e limitadas. A solução encontrada foi considerar o campo como cada momento de interação com um destes agentes, seja de forma direta ou mediada por diversas situações que decorreram, e por documentos que chegaram a mim, por caminhos diversos, nem sempre oficiais. O campo de pesquisa foi uma composição de objetos e de pessoas. De agentes e de instituições. Foi uma pesquisa de campo multissituada (Marcus, 1995).

Alguns documentos referentes à Secretaria de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), chegaram até mim de forma informal. Fiz um pedido formal à Secretaria, porém mesmo obedecendo a todos os critérios requisitados, não atenderam ao meu requerimento. Os secretários (maior cargo na hierarquia dentro da secretaria) que se alternaram nessa instituição não ensaiam nenhum tipo de intervenção que reverta a

condição da resex e na instituição, os servidores que conversaram comigo relataram que “lá a situação é difícil”.

Me foi relatado que após uma fiscalização, houve um ataque aos servidores, à tiros, e que após isso, as fiscalizações se tornaram cada vez menos frequentes e no ano passado me foi relatado que as fiscalizações na reserva estavam suspensas. Colocar a vida de servidores em risco é muito grave, porém não há culpabilização dos responsáveis pelo processo que culmina nesse estado de coisas. A área da Resex, assim como de outras unidades de conservação, vem sendo alvo constante de invasões e não há contingente suficiente de pessoal para garantir que essas intrusões não aconteçam.

No caso da minha pesquisa, a aproximação do contexto em que se desenrola a invasão da Resex Jaci-Paraná apresentou questões que eram novas, inimaginadas. Após algumas conversas, percebi que existem diversas dimensões das violências enfrentadas envolvendo os extrativistas, que tem relação com intervenções distintas no território.

Passei meses tentando contato com alguma pessoa que poderia estar na reserva ou que foi expulsa de sua colocação. Esse processo foi extremamente desanimador porque a todo tempo, a ausência de resposta aos contatos, me fazia questionar a viabilidade da pesquisa. Um senhor, que era meu contato mais próximo na Organização dos Seringueiros de Rondônia, me forneceu alguns números de telefone. Eu cheguei nesse senhor por intermédio do meu colega Ravele Santana, atualmente doutorando em Geografia, que fez um trabalho sobre a resex e algumas informações só alcancei por ter lido sua dissertação de mestrado.

Quanto aos números de telefone, nenhum respondeu. Um dos números já pertencia a outra pessoa. Ademais, dependendo do lugar onde a pessoa está, não há cobertura das empresas de telefonia. Fui então a Guajará-Mirim, conversar com o Seu Tomé. O senhor Tomé é um seringueiro que participou ativamente das lutas pelo reconhecimento das reservas extrativistas, sendo umas das lideranças históricas do movimento dos seringueiros em Rondônia.

Ele está adoecido, porém me recebeu com muita boa vontade, assim como sua companheira. Está com uma parte corpo paralisada e sofre de tremores, sua voz está baixa, porém percebi animação ao me conhecer. Mencionei uma amiga minha, que ele conhece e falou com bastante carinho sobre ela, pois trabalharam juntos. Essa amiga em comum foi minha forma de entrar em contato com ele. Sua casa é decorada

com *banners* que retratam as conquistas da OSR, enquanto ele estava ativo na atuação do movimento social.

Seu Tomé relata que as mobilizações em torno da reserva Jaci-Paraná sempre foram difíceis. Ele conta que a área era um seringal muito extenso, de propriedade de uma empresa do BenSabá. (eu me recordava desse nome e no decreto da criação da Reserva Extrativista estadual, pelo decreto 7335, de 17 de janeiro de 1996, está excluída uma área de cinco seringais, sendo os seguintes: Seringal Pedras; São Domingos; Nazareth; Estrela; Conceição; Consuelo; Progresso. No documento, essas áreas são títulos de Isaac Benayon Sabbá).

Os extrativistas permaneceram nas margens dos rios, mesmo após o fechamento da empresa do BenSabá¹⁷ porém as distâncias entre os moradores e o número de famílias, considerado pequeno a seu ver, dificultava a mobilização para reivindicar melhorias como escola e posto de saúde¹⁸. Seu Tomé não relatou, mas depois achei um documento que indicava que além dos extrativistas que já viviam na área, foi possibilitado à extrativistas expulsos de outros seringais por projetos de assentamento do INCRA, viverem na Resex Jaci-Paraná.

Seu Tomé relata que a maioria dos extrativistas que acompanharam o processo de criação da resex já faleceram e que a queda do preço da borracha gerou um fenômeno de migração entre os moradores da reserva. Eles mantiveram as suas casas nas colocações, porém não ficavam mais lá direto... eles foram para a cidade e na reserva mantinham suas roças, caçavam e pescavam. Além disso eles não tinham aparelhos sociais básicos como o posto de saúde. A reserva não foi criada exatamente por um movimento de luta coeso, mas também era reflexo da necessidade do estado de Rondônia cumprir com as cláusulas ambientais no PLANAFLORO.

Em um dado momento o seu Tomé disse que após o encerramento dos recursos advindos de uma parceria com a WWF, foi impossível deter as invasões. Com o dinheiro eram pagas diárias aos policiais que guardavam a área da reserva, impedindo posseiros de cruzarem o rio. Mas quando o dinheiro acabou, o roubo de

¹⁷ O seu Tomé se referiu à empresa “Jacy Paraná Ltda., na área do atual Estado de Rondônia”, que explorava a borracha. Disponível em https://www.amazoniajudaica.com.br/wp-content/uploads/2019/08/bio_ISAAC-BENAYON-SABB%C3%81-PIONEIRO-NA-INDUSTRIALIZA%C3%87%C3%83O-DO-AMAZONAS.pdf

¹⁸ O “levantamento socioeconômico e fundiário das áreas extrativistas de Rondônia” (1994), executado no âmbito do PLANAFLORO, indicava a presença de 81 pessoas vivendo na área da Resex Jaci-Paraná, o que não era muito diferente de outras áreas de extrativismo, segundo os dados desse levantamento.

madeira reiniciou. Continuando, ele relata que foi feito um plano de manejo florestal e com essa medida, os extrativistas pensavam que iriam impedir ou barrar as invasões, porém o manejo não foi autorizado pelo ministério público. Mas a retirada da madeira foi feita e ainda persiste. Tomé não conhece ninguém que tenha sido ameaçado de morte e por isso deixou a reserva, mas disse que uma das técnicas dos invasores era deixar o gado solto e assim comiam toda a roça do seringueiro.

Fiquei pensando nessas ações envolvendo ongs e Estado, atividades criminais e a polícia recebendo diárias e como essas relações criavam dinâmicas específicas nesta dimensão do conflito. Seu Tomé diz ter mesmo documentado as festas dos invasores, que atiravam para o alto enquanto ainda existia fiscalização (bancada com o dinheiro da WWF). Mas como acontecia esse fluxo? Qual o posicionamento do estado? Já havia denúncia por parte dos extrativistas. A fiscalização permaneceu até ano 2000.

O senhor Tomé não explicitou na nossa conversa, mas ele se referiu a recursos que vieram de uma parceria do WWF-Brasil com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Rondônia (SEDAM) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Veena Das (1995), em seu trabalho constituído em torno dos “eventos críticos”, demonstra como o estado recorre a diferentes tipos de associação e utiliza de seus mecanismos de regulação como as regulamentações, as normatizações jurídicas, para garantir o controle sobre a memória oficial de uma situação vivenciada coletivamente.

Diante disso fiquei pensando em como as falas do senhor Tomé implicam em uma memória que caracteriza a ONG WWF como a entidade referência para a conservação da reserva, sem a qual um mínimo não teria sido alcançado. O estado de Rondônia parece não reivindicar uma memória específica que inclua os extrativistas. A ideia de pioneiros conflui mais para o reconhecimento do agronegócio e para a formação de uma convicção em relação ao destino dos territórios como área para a produção de gado ou soja, ignorando que houve antes disso um processo de roubo de madeira, destruição de florestas e povos. O controle da memória erige paralelamente os imaginários relacionados à aptidão para a produção de gado e soja, cotidianamente reiterados para a população em geral.

O seu Tomé não sabia informar onde estaria algum extrativista que poderia falar comigo e isso me desanimou um pouco então resolvi entrar em contato com uma jornalista que fez uma série de matérias com os extrativistas sob ameaça. Foi aí que

consegui o contato com o filho de um extrativista. Esse rapaz levou a jornalista e sua equipe para dentro da reserva e ela conseguiu falar com algumas pessoas. Eu enviei uma mensagem de Watsapp e após semanas, não considerava possível uma resposta, porém ela veio. O rapaz me convidou para ir a sua casa conversar. Senti que também havia desconfiança ali. Não acho que seja a mesma desconfiança do advogado da ASPRUMIN, mas percebi que aquele contato também devia iniciar com uma verificação sobre a minha pessoa.

Fui visitá-lo no dia marcado em um endereço de fácil acesso em Porto Velho. Fácil porque possuo veículo próprio pois o transporte público em Porto Velho é bem ineficiente. A casa ficava nos fundos de um terreno e na frente, havia uma pequena edificação, me pareceu que funcionou um comércio. Lá conheci a família do Seu Charles¹⁹. Eu tinha conversado com um dos filhos, o Gustavo, que me recebeu. Seu Charles estava muito doente, com dificuldade para respirar, devido à uma doença pulmonar. Eu, mesmo usando máscara, me senti desconfortável em ficar ali, mas nos sentamos para conversar mesmo assim. Tentei manter um distanciamento.

Dona Alice, esposa do Seu Charles contou que foi a usina que o deixou assim, doente. A usina referida é a hidrelétrica de Santo Antônio. Ele adoeceu porque perdeu muitas terras e não foram indenizados pela Santo Antônio Energia. Parte da área da Resex Jaci-Paraná foi alagada pelo reservatório da usina, além das invasões que já enfrentava. O Gustavo, me falou que não entende por que tornaram a área parte do reservatório e que acredita que isso foi feito para lucrar com as madeiras de alto valor, retiradas. Também denunciou a prática que eu testemunhei durante as obras da UHE, que foi enterrar a madeira oriundo da “supressão vegetal”.

A Dona Alice então iniciou o relato sobre a expulsão de sua família da Resex. Contou como nem chegou a alcançar sua casa e teve que sair correndo, pois atiraram em sua direção. Ela viu sua casa pela última vez de longe. Não pôde entrar porque os invasores trocaram o cadeado.

Eu então desabafei com eles sobre a dificuldade de encontrar outras pessoas que viveram na Resex ou algum extrativista que ainda viva lá e talvez me recebesse em sua colocação. A resposta que recebi tanto de Dona Alice quanto de Gustavo foi “e nem vai”. Passado algum tempo, Gustavo disse que nasceu lá na reserva e que sua irmã ainda está lá. Ficamos combinados de ele me levar na casa de sua irmã,

¹⁹ Preferi usar nomes fictícios, visto que os extrativistas demonstram medo de serem reconhecidos e receberem novas ameaças.

quando o rio subisse e eu arrumaria o valor da gasolina para o motor do barco. Mas pouco tempo depois a saúde do seu Charles teve uma piora e ele faleceu.

O tipo de aproximação que fazemos como pesquisadores é sempre invasivo. Fico tentando estabelecer um tipo de ligação onde o respeito ao interlocutor esteja presente, porém sinto que minha própria presença ali, na casa dessas pessoas que me relataram uma série de sofrimentos está imbuída de violência simbólica.

[...] ‘Não deplorar, não rir, não detestar, mas compreender’. De nada adiantaria e o sociólogo fizesse seu o preceito spinozista se não fosse capaz de fornecer também meios de o respeitar. Ou, como fornecer os meios de compreender, isto é, de tomar as pessoas como elas são, senão oferecendo-lhes os instrumentos necessários para os apreender como *necessários*, por deles necessitar, relacionando-os metodicamente às causas e às razões que elas *têm de ser como são*? (Bourdieu, 2008, p. 9-10)

Considero que neste trecho, Bourdieu (2008) está expressando a tentativa de criar uma experiência na pesquisa onde conseguimos evidenciar que compreender nossos interlocutores é tão importante quanto estabelecer uma relação na qual os interlocutores compreendem sua relevância para nós, a partir de uma confiança compartilhada. Não tenho certeza de que as pessoas vítimas de violências individuais ou do estado estejam em condições de exercitar essa confiança.

Continuei com minhas tentativas de comunicação e assim mantive minha comunicação com o senhor Joadir, da OSR, que me auxiliou em diversas fases da pesquisa, tentando conectar-me com alguma pessoa que tenha vivido ou ainda esteja na reserva. Compareci em uma assembleia da OSR, em 2022 e conversando com uma pessoa da Comissão Pastoral da Terra (CPT), me foi informado que há um esforço da ONG Kanindé, juntamente com CPT e OSR para tentar localizar estas pessoas que tiveram que sair da resex. O isolamento se fez de tal forma que nem a própria organização que tem por objetivo reivindicar os direitos dos extrativistas, assessorá-los nas suas necessidades, a OSR, conhecia o paradeiro dos extrativistas expulsos.

Simultaneamente às buscas, fui conversar com outros interlocutores. Conversei com Brent Millikan, que trabalhou como parecerista para o PLANAFLORO. Também conversei com alguns servidores da SEDAM. Como citei anteriormente, conversei com servidores da IDARON, que é responsável por vacinar o gado criado dentro da reserva. Retomarei esse ponto mais à frente no texto.

Acho relevante mencionar que para minha surpresa, em janeiro de 2023 uma senhora respondeu a minha mensagem, pelo *watsapp*. Não vi seu rosto, pois a foto do seu perfil é uma imagem de Nossa Senhora. Ingenuamente ou revestida da violência simbólica que pode cobrir minha posição como pesquisadora, não pensei que meus interlocutores pudessem não conseguir ler as mensagens por diferentes motivos. E talvez isso tenha acontecido com a Dona Matilde, porque muitos dias após o meu primeiro contato ela respondeu com um áudio um pouco desconfiado.

Nós então iniciamos um troca de áudios e ela fez um relato perturbador sobre a ameaça de morte que seu irmão sofreu. Ela me informou que já está em outro município, diferente do que pensávamos que ela estivesse (eu, a CPT, a OSR) e disse que está buscando uma forma de construir sua casa. É uma senhora de quase 80 anos.

Esse contato me deixou bem impressionada e pensei na necessidade e relevância de encontrar outros extrativistas espalhados pelo território de Rondônia e que estão em busca de sobrevivência, já que a perspectiva de uma vida na reserva extrativista foi cortada pelas violências do estado, do crime, do agro, atuando de forma vinculada, resultando no desenraizamento dos povos tradicionais.

A tese está dividida em capítulos não numerados pois, não elaborei um processo de escrita cronológico. Apesar de em alguns aspectos os temas dos capítulos apresentar uma forma que sugira continuidade, os assuntos abordados emergiram pela própria pesquisa e pelos efeitos da análise proposta. Assim, após a introdução que agora encerro, passo para uma descrição de alguns elementos conceituais com os quais o desenvolvimento da tese conversa e considere que explicitá-los ao início do texto tornaria a leitura mais interessante.

No capítulo seguinte, abordo a repercussão dos atos de Estado, que incidem e se reproduzem como uma forma de *habitus* desenvolvimentista, reiteradamente fortalecido por outros atos de Estado. Como ilustração desse processo, o capítulo seguinte traz uma análise de uma situação social. A situação referida é uma audiência pública específica, relacionada à desafetação da resex Jaci-Paraná. A situação social observada permitiu evidenciar diversos tipos de relações sociais que se sobrepõem.

Seguindo com os temas, trouxe também como elemento de reflexão, estudos ambientais produzidos por uma empresa contratada pela Associação Asprumin, que busca desafetar a resex e regularizar as áreas de invasão. Esse empreendimento denuncia que os crimes ambientais estão buscando justificativas “ambientalizantes”.

Para fechar a tese, trouxe as narrativas dos extrativistas. Diante das violências expostas no decorrer do trabalho, uma delas é a negação da existência dessas pessoas. Sua voz é suprimida de forma que a invasão da resex seja compreendida como um processo necessário ao desenvolvimento do estado de Rondônia.

ELEMENTOS TEÓRICOS: ELABORANDO UMA GRAMÁTICA²⁰ ADEQUADA PARA EXPOSIÇÃO DE PESQUISA

No decorrer do trabalho, me deparei com elementos diversos, que estabeleciam diferentes ordens de sentido. Com isso, foi se moldando a necessidade de recorrer a recursos teóricos, dispositivos conceituais para abarcar a multiplicidade de questões que, ao serem desdobradas, poderiam trazer uma interpretação para além do que a resposta materialista, porém não a excluindo.

Então, após reflexão crítica sobre o trabalho de campo, considerei a necessidade de elucidar o conjunto teórico central que constitui as principais questões abordadas na tese. Não se trata de imobilizar conceitos, porém é justamente a conversa com as abordagens teóricas que venho apresentar em seguida que propiciou os argumentos apresentadas no decorrer dos próximos capítulos.

O processo de desmonte da Reserva Extrativista de Jaci-Paraná é composto de múltiplos agentes e instituições com interesses diversos. Os interesses mais evidentes são os dos madeireiros ilegais e dos donos de rebanhos bovinos, assim como as possibilidades abertas para a especulação imobiliária nas áreas “abertas” e repletas de estradas. Também é possível apontar a falta de ações cabíveis por parte das instituições que deveriam zelar pela manutenção da Resex, colaborando para a permanência dos extrativistas no território.

Houve avanços no reconhecimento das “terras tradicionalmente ocupadas”, porém, como apontou Almeida:

A despeito da intensidade das mobilizações, [...] e de suas repercussões na vida social, não tem diminuído, contudo, os entraves políticos e os impasses burocrático-administrativos que procrastinam a efetivação do reconhecimento jurídico-formal das “terras tradicionalmente ocupadas”. (Almeida, 2011, p.112-113)

A demarcação territorial da Resex Jaci-Paraná ocorreu em um momento de fortalecimento e pressão da Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR),

²⁰ No dicionário Michaelis da Língua Portuguesa *online* uma das definições para a palavra “gramática” é: O conjunto de regras e princípios que regem uma determinada arte, ciência, técnica etc; <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/gram%C3%A1tica/>. Não é minha intenção estabelecer qualquer tipo de regra, o sentido que empreguei como gramática refere-se ao conjunto teórico apropriado para expor temas centrais da etnografia.

apoiados por diversas organizações da sociedade civil (juntas formaram o fórum de ongs). O Fórum de Ongs buscou garantir a destinação correta de recursos do Banco Mundial, referentes ao Planaflo, assim como a demarcação de Terras Indígenas e Reservas Extrativistas. Foi um momento propício para reivindicar junto ao poder executivo estadual a criação de diversas reservas, na década de 1990.

Num Relatório do IBAMA em colaboração com o IEA - O Instituto de Estudos Amazônicos (sem data), a criação das Reservas Extrativistas em Rondônia é descrita como um processo que se diferenciou muito do que ocorreu no Acre. Enquanto as resexs do Acre foram resultado de um longo processo de luta pela terra, em Rondônia não existia um movimento consolidado de seringueiros e as populações extrativistas, com a abertura da BR 364 e o Polonoroeste, foram expulsas das áreas de extrativismo sem nenhum tipo de direito, tornando-se periferia das cidades em formação.

Os extrativistas que permaneciam nas áreas de seringais continuavam pressionados pelo regime de endividamento compulsório que os levava a uma condição de trabalho análogo à escravidão em relação aos seringalistas. Adicionado a isso, o estímulo à expansão agrícola pressionava a população a sair das áreas de extrativismo, pois os colonos derrubavam a mata para o plantio de subsistência.

Dessa maneira, as reservas Extrativistas em Rondônia estão conectadas às consequências de atos do Estado. Como resposta ao desastre socioambiental do Polonoroeste, os administradores do estado precisaram assumir alguma responsabilidade sobre os extrativistas expulsos dos territórios tradicionais pela colonização.

Antes de sua implantação, a área da resex Jaci-Paraná já sofria pressões de madeireiros e outros projetos de colonização de iniciativa privada ou motivados pelo estado. O processo de invasão da reserva foi se densificando e com isso, há situações de áreas hoje ocupadas ilegalmente por fazendas, que foram adquiridas já desmatadas. As terras foram invadidas e vendidas mais de uma vez, mudando de “dono”.

Porém, a heterogeneidade dos invasores se alinha enquanto habitus. A força política e econômica dos fazendeiros se concentra no grupo que tem interesses relacionados à especulação imobiliária, grandes empresários, apoiadores dos grandes empresários atuando como deputados estaduais, donos de frigoríficos e madeireiros que trabalham ilegalmente retirando a madeira de valor que ainda resta dentro da resex.

Diante dos diversos elementos que estão presentes nesse campo de conflito ambiental na Resex Jaci-Paraná, encontrei como chave interpretativa viável, a análise de um evento específico que ocorreu em Porto Velho, durante a pandemia e em momento de restrições sanitárias. Foi a audiência pública que propôs discutir o Projeto de Lei Complementar Estadual que reduzia a Resex Jaci-Paraná e criava uma série de outras Unidades de Conservação. Convocada sem ampla divulgação, ocorreu no auditório da Assembleia Legislativa de Rondônia. Adianto a informação que o PL, tema da audiência, foi aprovado e em sequência, a lei foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal²¹.

Contrário ao momento passado em que foi “vantajoso” para o governo do estado criar reservas e demarcar territórios indígenas, na atualidade, foi proposta do governador de Rondônia, a Minuta de Projeto de Lei para a desafetação²² da Resex e do Parque Estadual Guajará-Mirim. Uma das justificativa do estado de Rondônia para incorrer a desafetação da Reserva, por meio de Lei Complementar, está no próprio texto remetido para a assembleia legislativa do estado:

[...] o fato é que a manutenção dos atuais limites da Reserva Extrativista Jaci-Paraná tende a impossibilitar sua real implantação e gestão por parte do Poder Público, razão pela qual se faz urgente adotar ações que possam solucionar, senão minimizar, os conflitos existentes na região e suas consequências ambientais, sociais e econômicas. [...] estima-se que existam cerca de 120 mil cabeças de gado no interior da Reserva Extrativista Jaci-Paraná, sem qualquer licenciamento ambiental ou autorização para supressão vegetal nativa, o que impossibilita a regeneração natural da Reserva, em razão do alto grau de compactação do solo ocasionado pela carga excessiva de animais, ou seja, a área em questão já se encontra com

²¹ Com 17 (dezessete) votos favoráveis e nenhum contrário, ressaltados os destaques. Foram deliberadas destacadamente 05 emendas. Todas foram aprovadas e incorporadas ao texto do Projeto de Lei Complementar nº 080/20. Disponível em <https://sapl.al.ro.leg.br/sessao/1242/votacao-nominal-transparencia/10157/22364?&materia=ordem>. Visualização em 02/01/2024. “O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou na última segunda-feira (27/2) decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO), em ação movida pelo Ministério Público de Rondônia (MPRO), que declarou a inconstitucionalidade de trechos da Lei Complementar Estadual nº 1.089/2021(...) Ministro Ricardo Lewandowski, negou seguimento ao apelo, por ausência de prequestionamento dos dispositivos indicados como violados, fazendo incidir a Súmula 282/STF, bem como por ser inviável nesse tipo de recurso o reexame de fatos e das provas dos autos e análise da legislação infraconstitucional, conforme Súmulas 279 e 280/STF”. Disponível em <https://www.tudorondonia.com/noticias/stf-confirma-decisao-de-inconstitucionalidade-da-reducao-da-resex-jaci-parana-e-do-parque-estadual-de-guajara-mirim,101841.shtml> visto em 04/06/2023.

²² Segundo Vocabulário Jurídico do STF, “desafetação” “é a alteração da destinação do bem afetado para uso especial, de modo a torná-lo um bem dominical.” É o oposto da “afetação”, que consiste em “atribuir juridicamente determinado bem a uma finalidade pública específica.” Disponível em <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/tesauro/pesquisa.asp?pesquisaLivre=AFETA%C3%87%C3%83O>

seu banco de sementes significativamente comprometido, tornando extremamente improvável a regeneração natural da sua vegetação nativa.” (Casa Civil, Governadoria, Mensagem nº 204 de 8 de setembro de 2020).

Esse texto é parte da mensagem que encaminhou a proposta de lei. Quanto aos extrativistas, aparecem no texto da PL apenas como uma espécie de apêndice. Ao ler a proposta tem-se a impressão de que não há por parte do governo estadual nenhum interesse em envolver os extrativistas numa proposta de lei que reduz a reserva extrativista, criada para garantir a preservação da área de seringal, castanhal e outros possíveis produtos da floresta e garantir a permanência dos extrativistas no território.

Tomei a decisão de partir de um determinado evento pois esse se tratou de uma situação social que reuniu diferentes elementos constituintes do campo social que é o estado de Rondônia. Tanto remetendo à situação presente, como à processos inconclusos do passado. A situação social a qual me propus analisar, propiciou ver o Estado como protagonista, o que fez sentido ao meu trabalho, já que os atos de Estado (Bourdieu, 2014) constituem-se em fios condutores que desencadeiam ou repercutem as ações de agentes em oposição no campo econômico, político e no campo de lutas simbólicas.

O Estado²³ é compreendido como sujeito das mais diversas ações e responsável pelas mais diferentes determinações pois assim cremos (Bourdieu, 2014). Esta crença permite que pouco se questione sobre as coisas mais banais relativas ao Estado como a necessidade de possuímos documentos de identificação certificados, casamentos ratificados em papéis públicos e outros exemplos do mesmo tipo. É pelo questionamento das coisas mais cotidianas normatizadas pelo Estado, como ente total, que se forma a possibilidade de compreender a gênese e a dissolução dos Estados. Ao evocar os atos de Estado, pretende-se justamente criticar a condição de sujeito atribuída ao Estado.

O Estado é essa ilusão bem fundamentada, esse lugar que existe essencialmente porque se acredita que ele existe. Essa realidade ilusória, mas coletivamente validada pelo consenso, é o lugar para o qual somos remetidos quando regredimos a partir de certo número de

²³ Considerei usar Estado iniciando com letra maiúscula ao me referir ao ente totalizante de um certo tipo de fenômenos sociais que “normatizam” a vida, presente nas mais diversas dimensões do espaço social. Ao usar estado iniciado com minúscula quis fazer a diferenciação para me referir às instituições de poder político e governo de Rondônia.

fenômenos — diplomas escolares, títulos profissionais ou calendário.
(Bourdieu, 2014, p.45)

A confluência de elementos na situação social apresentada, expõe pessoas e instituições que perpassam o Estado. Por isso é necessário elucidar de que forma é percebido o Estado em face da pesquisa proposta. No caso de Rondônia, pode-se pensar que diante dos atos de Estado se conformam (...) *simultáneamente lugares donde la naturaleza puede imaginarse como salvaje e incontrolada y donde el estado está constantemente volviendo a fundar sus modos de instituir el orden y de legislar* (Das, Poole, 2008, p. 10)".

A escrita de Bourdieu apresenta a continuidade de ações, de diferentes grupos em disputa nos campos sociais e que em decorrência delas, fundaram os espaços sobre os quais se estabeleceu o Estado moderno. Com a internalização do poder simbólico do Estado, os atos de Estado passaram a existir como algo pressuposto, dado, algo não questionado.

De modo mais rigoroso, a construção do Estado como campo relativamente autônomo exercendo um poder de centralização da força física e da força simbólica, e constituído assim em objeto de lutas, está inseparavelmente acompanhada pela construção do espaço social unificado que é de sua alçada (Bourdieu, 2014, p.235).

Porém, há uma possibilidade de alterar as dinâmicas de poder, pois os agentes não são apenas constituídos em seus lugares, mas também constituem “padrões de ser” no capo, o *habitus*. Os dominados querem tomar o poder no jogo e os dominantes querem manter sua posição.

O reconhecimento da legitimidade do Estado não deriva do desejo dos agentes, mas da internalização das estruturas objetivas e força simbólica nestes. A legitimidade dos atos de estado é resultado de disputas simbólicas assim, os vitoriosos na disputa de bens simbólicos vão ganhando força ao serem compartilhados pela totalidade de agentes sob a égide do Estado.

“O Estado não é um bloco, é um campo” (Bourdieu, 2014, p. 62) e existe uma relação de disputa intrínseca pelo domínio de interesse no campo. Desta forma, os posicionamentos não são fixos.

Um campo (...) se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis

aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (Bourdieu, 2003, p. 120).

Os campos sociais pressupõem a incorporação de regras. Estas regras internalizadas são o *habitus* dentro de um campo. Os *habitus* são absorvidos pelos indivíduos nos processos de educação/reprodução e tornam-se parte dos corpos e mentes, funcionando como “(...) matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõe-se a cada agente”. (Bourdieu, 2010, p.45)

O *habitus* é transmitido dentro do campo social de maneira inconsciente. Os indivíduos pertencentes a determinado campo não estão a todo tempo refletindo sobre o motivo que os leva a ter determinada crença ou a agir de uma forma específica. Estas atitudes e orientações já foram “incorporadas” no momento da educação dentro daquele campo. O que constitui o *habitus* de um campo são as práticas, os modos de agir inconscientes incorporadas pelos indivíduos deste mesmo campo e que fazem sentido dentro do campo.

Outro conceito atrelado ao de "campo social" é o de "capital". O capital é o que garante aos atores em disputa no campo, entrarem na luta pelo domínio do campo. Nos campos circulam capitais específicos, porém em todos circula o "capital simbólico". O capital simbólico pode ser qualquer tipo de capital, mas possui a capacidade de ter reconhecimento, legitimidade dentro do campo e por este motivo, encerra uma relação de força, disputa, não necessariamente atrelada a elementos de materialidade.

Diferente da aceção economicista do termo, para a teoria social dos campos, capital é o que garante aos atores em disputa no campo, entrarem na luta pelo seu domínio. Dessa forma os “capitais” estão atrelados aos objetos de interesse dos agentes do campo, podendo assumir diversas formas. Os campos têm capitais específicos, referentes aos interesses aos quais estão inscritos, porém todos possuem "capital simbólico". O capital simbólico pode assumir diferentes “formas”, na medida em que possui a qualidade de medir o conhecimento e reconhecimento de legitimidade no campo.

Minha proposição é que no decorrer histórico, mediante as políticas desenvolvimentistas postas em prática no território de Rondônia, diversos agentes

apoiados na categoria “desenvolvimento”, se alternaram nas disputas pelo domínio do campo que é o Estado. Os atos de Estado voltados para a Amazônia, perpassam o campo de conflitos ambientais assim como outros subcampos que se interpõem no processo relacional de diferentes capitais, em posicionamentos divergentes, dependendo da situação colocada.

Para Bourdieu (2014), a monopolização do capital simbólico pelo Estado ocorre porque existe o reconhecimento da representação universalista da dominação do Estado. E para além disso, essa dominação está internalizada nos corpos e nos saberes, nos julgamentos morais e nas representações simbólicas. “(...) o Estado não é um bloco, é um campo”. (Bourdieu, 2014, p.61-62).

[...] a noção de campo leva a pensar não mais em interações, mas em posições: aqui, onde enxergávamos um espaço de indivíduos visíveis, de interações visíveis (trocas, presentes que circulam, subornos, recompensas, citações mútuas etc.), agora só enxergamos posições como numa análise *in situ* num espaço abstrato que é preciso construir, com o círculo permanente de que é ao construir as posições que constituímos o espaço, e é construindo o espaço que as posições se constituem (Bourdieu, 2021, p. 317).

Os campos então, são uma forma de interpretar o mundo social onde aqueles que dispõem do *habitus* mais adequado para acessar o tipo de capital em disputa no campo, conseguem as posições mais privilegiadas e tendem a acumular o capital de interesse. Não é impossível subverter os posicionamentos dos agentes, porém as disposições deles implicam em um reconhecimento das posições no campo. E ao se estabelecerem as posições, por sua vez, delimitam o campo.

O poder do Estado está em sua propriedade constituída e constituinte de concentrar diversos tipos de capital (de coerção física, econômico, cultural, simbólico). Nesta perspectiva, a burocratização não ocorre mediante uma decisão racional e consciente que estabelece as melhores práticas para o funcionamento e bem-estar dos indivíduos como propôs Max Weber (2004), mas refere-se à consequência do poder simbólico do Estado já internalizado, como *habitus*, pelos agentes sociais que, sem se darem conta, reproduzem as normatizações já implicadas no campo. No decorrer do tempo histórico, a presença do Estado unifica os códigos no mercado cultural utilizando para isso a legitimidade dos seus dispositivos burocráticos.

[...] diria que Estado é o nome que damos aos princípios ocultos, invisíveis — para designar uma espécie de *deus absconditus* — da ordem social, e ao mesmo tempo da dominação tanto física como simbólica assim como da violência física e simbólica (Bourdieu, 2014, p. 39).

[...] para poder fazer a crítica radical dessa adesão ao ser do Estado, que está inscrita em nossas estruturas mentais, é possível substituir o Estado pelos atos que podemos chamar de atos de “Estado” — pondo “Estado” entre aspas —, isto é, atos políticos com pretensões a ter efeitos no mundo social (idem, p.46).

Ao a fazer a crítica da internalização do Estado nos corpos e mentes dos agentes vivendo sob a influência do Estado, Bourdieu (2014) propôs substituir a noção de Estado pelo que chamou de “atos de Estado”, compreendendo por isto os atos políticos que visam afetar o mundo social. Desta forma, é possível estar atento à delegação que existe ao “deus estado”, entendido como “um sujeito de ações, de proposições” (Bourdieu, 2014, p.45).

A noção de universal em relação ao Estado reflete o monopólio do universal por parte do Estado. Em Rondônia, se está diante de um grupo que controla o capital econômico, político e simbólico, alimentando a crença de que independente da regulação jurídica, o produtor rural é moralmente superior. Desta forma, as ações do grupo em busca da produção de mais riqueza para o estado são justificadas.

Há uma política reconhecida como legítima, [...] porque ninguém questiona a possibilidade de fazer de outra maneira, e porque não é questionada. Esses atos políticos legítimos devem sua eficácia à sua legitimidade e à crença na existência do princípio que os fundamenta. (Bourdieu, 2014, p. 46)

Uma questão central para Bourdieu é a dimensão simbólica do Estado, o espaço de produção dos sentidos. Com isto, o Estado garante a dominação sem necessitar da força física, apesar de possuir o monopólio da violência legítima. O Estado constituído tem poder de dominar outros tipos de capital e regular as relações entre os capitais e estas relações são normalizadas pela sociedade. Os agentes e grupos sujeitos ao poder do Estado enaltecem esta condição pois ela já está inscrita na própria condição de existência das pessoas.

A dominação simbólica ocorre por meio dos princípios de classificação e das categorias que o Estado impõe aos cidadãos e dessa forma, constitui a realidade pela qual as pessoas percebem o mundo social. Essas classificações perpassam as mais

diversas esferas do mundo social, tais como: a validação de certificados, de diplomas, a normatização de calendários e do que é adequado como alimento. Os atos de Estado “são atos autorizados, dotados de uma autoridade que, gradualmente, por uma série de delegações em cadeia, remete a um lugar último, como o é o deus de Aristóteles: o Estado” (Bourdieu, 2014, p. 47).

As categorias de classificação impostas refletem condições históricas nas quais foram moldadas e respondem às tensões e desigualdades do momento em que foram elaboradas. Deste modo, as estruturas de classificação são internalizadas pelos sujeitos, gerando as estruturas mentais pelas quais as próprias pessoas pensam o Estado. Por isso Bourdieu define que é necessário buscar categorias externas para explicar o Estado pois até mesmo pensá-lo está implicado em imposições de estruturas mentais construídas pelo Estado.

Como o Estado é internalizado, as relações de poder são compreendidas como universais, o que torna o questionamento desse tipo de relação difícil pois as relações de poder estabelecidas têm legitimidade para os cidadãos. O poder simbólico do Estado garante a manutenção da ordem sem dispor-se de violência física, pois a coerção já é internalizada em cada indivíduo. Ademais, a obediência também advém do reconhecimento de que as formas impostas pelo Estado são justificáveis, no sentido de conterem em si formas de justiça.

Os conceitos elaborados por Bourdieu atendem a uma interpretação de processos sociais que se constituem historicamente, mediante a reprodução das estruturas que garantem a internalização dos posicionamentos sociais em cada agente, em diferentes espaços de ação social. Boltanski e Thévenot contribuem, por outro lado, para o entendimento de que as pessoas, em sua atuação cotidiana, necessitam justificar suas ações na medida em que é colocada alguma dúvida. Essa justificação deve estar ancorada em algum consenso de moralidade que seja aceito como comprovação de suas ações. Essas perspectivas teóricas não se excluem, na medida em que permitem explicar diferentes amplitudes das situações.

Em diversos momentos, durante as ações que envolveram a tentativa de desafetação da Resex, as autoridades políticas referem-se à necessidade de serem justos com os produtores rurais, de fazerem justiça, de desfazer injustiças. Tanto na audiência pública que antecedeu a votação do PL 80/2020 quanto na sessão da ALE que aprovou o PL com diversas alterações, há menções à aprovação do PL como uma questão de justiça.

Boltanski e Thévenot, em “A justificação: sobre as economias de grandeza” (2020), propõem uma análise de situações nas quais se supõe um equilíbrio relativo de forças. Num embate público, em situações cotidianas, como pode ocorrer em uma audiência pública, as pessoas são instadas a justificar suas ações, quando deparadas com momentos críticos. Os momentos críticos (*moments critiques*) referem-se às atividades críticas das pessoas em um momento de crise, quando as pessoas percebem que há algo errado, de forma reflexiva.

As justificações aventadas, em vista de um momento crítico, devem superar as “provas de realidade, que confrontam, de acordo com formatos predeterminados, as aspirações dos atores à realidade, na forma em que ela é construída em uma sociedade determinada” (Boltanski, 2013, p.445).

Os autores não excluem as disposições sociais (*habitus*) ou as disputas pelo domínio dos diferentes capitais em campos sociais, porém adicionam um relevante componente à análise que é considerar o que os atores²⁴ dizem e dessa forma, identificar as normas que regem o regime de justificação de dado momento no tempo histórico. As normas às quais se referem os atores, podem ser traduzidas como os valores, as grandezas que justificam seu regime de ação.

[...] aquilo que descrevo em *De la justification* não é uma Sociologia geral. Trata-se de pensar em algumas situações específicas nas quais as relações de força estão mais ou menos neutralizadas, uma situação pública, ou seja, uma situação em que a justificação responde à crítica e a crítica responde à justificação. Em situações desse tipo, não podemos considerar somente as intenções escondidas e inconscientes dos atores, mas também o que eles dizem. Isso é o mínimo que podemos fazer para reconhecê-los, para reconhecer sua posição normativa, seu ponto de apoio normativo – aquilo que nomeávamos tradicionalmente como “valores”. A ideia presente em *De la justification* é a de que esses pontos de apoio normativos existem em número limitado em cada momento do tempo, em uma certa sociedade, o que não exclui, absolutamente, as relações de força (Boltanski, 2014, p 221).

²⁴ “(...) (Goffman e Barth) naturalizam a forma de produção liberal dos sujeitos informada pelo ‘mercado das identidades’, no qual os atores operam como optantes dos papéis possíveis e disponíveis em um grande portfólio de ‘identidades’ em jogo. O trabalho (...) de Boltanski e Thévenot, consiste em tratar as operações de qualificação que são feitas pelos próprios atores diante de diferentes gramáticas e moralidades que variam sensivelmente (...) (Mota, Fabio Reis, 2020, p.24). Boltanski e Thévenot adotam o termo “ator” também como crítica ao trabalho de Pierre Bourdieu. Os autores compreendem que Bourdieu, apesar de, em sua análise, delegar autonomia crítica aos agentes nos campos sociais, também a nega, na medida em que a incorporação do *habitus* os impede de efetivarem sua capacidade crítica.

Em “a Justificação: sobre Economias de Grandeza” (2020), os autores não apresentam a pesquisa estritamente como quadro analítico, mas demonstram, em trabalhos que seguiram esse, a possibilidade de desdobrar suas proposições em outros modelos analíticos que se adequem ao que se está pesquisando. Os autores propõem uma teoria da justificação que busca compreender como os indivíduos e grupos sociais justificam suas ações e reivindicações em contextos de conflito e controvérsia.

A teoria da justificação de Boltanski e Thévenot parte do pressuposto de que a sociedade é um espaço de disputa, no qual diferentes atores sociais buscam legitimar suas posições e crenças. Nesse contexto, a justificação é um recurso fundamental para a construção e manutenção da ordem social²⁵. Seu caminho teórico pretende dar ênfase aos atores, considerando que os indivíduos, dotados de capacidade crítica, podem recorrer a diferentes mundos²⁶ comuns, para evocar justificativas que respaldam sua ação na maior parte das situações da vida comum.

No curso de uma disputa, a referência a um princípio de equivalência é também uma operação básica executada necessariamente a fim de levantar uma reivindicação de justiça, revelar uma injustiça e demandar uma reparação. A fim de afastar a violência da situação, os descontentes precisam demonstrar os seus motivos associando-os a comprovações e justificações e precisam fazer isso de tal modo que possam ser atendidos (Boltanski, Thévenot, 2007, p.127).

Os autores desenvolveram uma comparação de textos clássicos da Filosofia Política com guias de práticas contemporâneas, como manuais, que são atribuídos aos diferentes campos sociais. Estes manuais selecionados “poderiam ser equiparados aos textos políticos clássicos dos quais extraímos os princípios de ordem desempenhados em diferentes situações diárias” (Boltanski, Thévenot, 2007, p. 134).

²⁵ A teoria da ação social de Bourdieu trata de agentes e não de sujeitos, implicando no pressuposto de que os indivíduos possuem liberdade para agir. A teoria da Justificação implica em compreender que “(...) em distintos mundos, há diferentes formas de confecção disso que genericamente denominamos ‘identidade’”. (MOTA, 2020, p. 24). Dessa forma, os indivíduos articulam sua atuação mediante sua capacidade de reconhecer as distintas realidades.

²⁶ (...) realidade diferenciada em muitos mundos parciais, cuja coerência interior de significado deriva, em cada caso, do princípio de merecimento específico da concepção de ordem: os membros da sociedade estão sujeitos à necessidade de coordenar as suas ações através de modelos de solidariedade justificada, fazem-no recorrendo a um arsenal de ordens de justificação que lhes são legadas e, a partir daí, compreendem o contexto assim legitimado da interação no horizonte das suas concepções de valor comum. (HONNETH, Axel. Dissolutions of the social: On the social theory of Luc Boltanski and Laurent Thévenot. Constellations, v. 17, n. 3, p. 376-389, 2010. Disponível em <https://blogdolabemus.com/2019/08/01/dissolucoes-do-social-sobre-a-teoria-social-de-luc-boltanski-e-laurent-thevenot-parte-2-por-axel-honneth/>).

As obras de Filosofia Política utilizadas pelos autores enfatizam as proposições que sugerem haver a possibilidade de um mundo social em equilíbrio: “têm em comum o fato de imaginar um mundo no qual os seres humanos são claramente separados dos outros seres e se reúnem pela virtude de uma igualdade fundamental (2007, p.32)”.

É claro que não sugerimos que os membros habituais de nossa sociedade na realidade leram as obras que usamos para delinear os modelos de competência que as pessoas cumprem quando estão envolvidas em disputas. Mas as ordens de grandeza elucidadas e formalizadas nessas filosofias políticas encontram-se também corporificadas nos dispositivos de objetos que compõem as situações cotidianas. Elas estão neste momento encapsuladas no âmago de um grande número de instituições comuns e dispositivos sociais, como eleições, sindicatos, mídia, apresentações artísticas e cerimônias familiares (Boltanski, Thévenot, 2007, p.132).

As economias de grandeza conformam um sistema de valores, normas e critérios de julgamento, acionados pelos atores em disputa para justificar suas ações e reivindicações. Não há uma fixidez para a apropriação de diferentes conjuntos de valores, pois as pessoas continuamente se engajam em situações que necessitam de modos de justificação diferentes.

[...] levantamos a hipótese de que as mesmas pessoas devem, no mesmo dia e no mesmo espaço social, utilizar diferentes dispositivos de fixação de valor, incluindo a referência a tipos diferentes de grandeza, quando se deslocam de uma situação a outra (Boltanski, Thévenot, 2007, p.133).

Boltanski e Thévenot (2007, 2020) apresentam, em seu modelo de análise, que as pessoas interagem entre si de acordo com convenções sociais específicas. Essas convenções implicam na forma como as pessoas devem se comportar, argumentar e tomar decisões. Também indicam os diferentes tipos de argumentos para justificar suas ações mediante as críticas que emergem.

As pessoas são atravessadas por situações coetâneas e necessitam dispor dos objetos e relações atinentes a cada mundo específico e regime de justificação aos quais as situações remetem. Os mundos não são estruturas rígidas, imobilizadas, visto que correspondem ao tempo histórico ao qual se referenciam. Os mundos convivem de forma pacífica ou não e na vida cotidiana, as pessoas circulam em

diferentes mundos, que se entrecruzam. Uma questão que é relevante em uma análise conforme as proposições de “A justificação” é a relação entre os seres humanos e as coisas.

Ao recorrerem a um princípio de justiça, os apoiadores do PL 80/2020 indicam que estão participando de um mesmo conjunto de valores, de um mesmo regime de justificação que pressupõe uma relação anterior de equivalência e que essa equivalência foi interrompida. A justificação então, seria alcançada pela aprovação do projeto. Um dos questionamentos refere-se a quais mundos estes atores fazem parte, levando em conta as justificações colocadas.

Por isso torna-se relevante a afirmação de

[...] que mais do que uma estratégia de discurso tem-se o advento de categorias que se afirmam através de uma existência coletiva, politizando não apenas as nomeações da vida cotidiana, mas também um certo modo de viver e suas práticas rotineiras no uso dos recursos naturais. A complexidade de elementos identitários, próprios de autodenominações afirmativas de culturas e símbolos, que fazem da etnia um tipo organizacional (barth:1969), foi trazida para o campo das relações políticas, verificando-se uma ruptura profunda com a atitude colonialista homogeneizante, que historicamente apagou diferenças étnicas e a diversidade cultural, diluindo-as em classificações que enfatizavam a subordinação dos “nativos”, “selvagens” e ágrafos ao conhecimento erudito do colonizador (Almeida, 2008, p.89).

O processo de politização das práticas cotidianas desses sujeitos coletivos, que compartilham formas específicas de utilização e apropriação dos territórios que ocupam, transitam em um “mundo” diferenciado daquele que é referenciado pelos apoiadores do PL 80/2020, que visou eliminar a Resex Jaci-Paraná.

A constituição das unidades de mobilização por comunidades e povos tradicionais, pressionou o Estado a reconhecer esses grupos culturalmente diferenciados como sujeitos de direitos. Em resposta, o poder público reconheceu a existência dos povos e comunidades tradicionais, mediante o decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, instituindo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Brasil, 2007).

A própria categoria “populações tradicionais” tem conhecido deslocamentos no seu significado desde 1988, sendo afastada das referências ao quadro natural e acionada para designar agentes sociais com existência coletiva, incorporando pelo critério político-

organizativo uma diversidade de situações específicas correspondentes aos denominados seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores que tem se estruturado igualmente em movimentos sociais. Os “sujeitos biologizados” passam a se constituir em sujeitos sociais, através de relações políticas objetivadas em movimentos reivindicatórios. As reivindicações em pauta não se reduzem a lutas econômicas e expressam direitos territoriais e afirmações identitárias (Almeida, 2011, p.112-113).

As populações tradicionais se fizeram notar por meio de mobilizações, expondo a conotação política de sua organização e os atos de Estado responderam a esta mobilização, reconhecendo a necessidade criar e fortalecer políticas públicas voltadas para os povos e comunidades tradicionais. Porém, essa movimentação por parte das esferas administrativas e políticas do Estado, não implicou em soluções imediatas para estes grupos sociais. As fronteiras continuaram avançando e as políticas de valorização da produção de *commodities* fortalecem os grupos de interesse que precisam abocanhar cada vez mais territórios para a continuidade do lucro.

Assim, o avanço e a esperança gerados pelo reconhecimento jurídico-institucional da PNPCT não se transformou em ações suficientes que garantissem a permanência dos povos nos territórios. O retorno de povos aos territórios reivindicados também é extremamente difícil, ainda na atualidade, mediante a potência política e econômica da bancada congressista do boi, que aliada às bancadas da bala e da bíblia²⁷, vêm instaurando um regime de fascismo brasileiro.

A audiência pública sobre a desafetação da Reserva Extrativista de Jaci-Paraná, trouxe elementos do autoritarismo forjado como democracia. Sua condução ilustrou uma sensação que perpassou todo o tempo da minha pesquisa: a invisibilização dos extrativistas assim como um esforço de neutralização destes agentes por parte do estado, seja de maneira explicitamente intencional ou não. O

²⁷ “(...) esses elementos nos dão a possibilidade de pensar a relação da família Bolsonaro com a lógica das milícias do Rio de Janeiro, a sua atitude sempre violenta e um discurso anticorrupção hipócrita; a tragédia humana e ecológica com relação a bancada do boi e, também, uma fé totalmente desvirtuada e armada com o gospel da prosperidade e sua produção de um empresário de si religioso.” LEOPOLDO, Raphael, 2021. Disponível em <https://outraspalavras.net/poeticas/ensaio-o-bolsonarismo-e-as-subjetividades-toxicas/>

“O corporativismo fascista no Brasil, portanto, aponta para um passado oligárquico, não para um futuro de grandeza nacional. Até porque a destruição do presente impede a construção do futuro. É importante notar que o autoritarismo de corte fascista não está apenas no poder executivo. Está no legislativo, na bancada BBB, e não apenas na bancada da bala, e principalmente no judiciário.” MILAN, Marcelo, 2022. Disponível em <https://sul21.com.br/opinioao/2022/10/as-eleicoes-a-picaretagem-empresarial-e-a-economia-politica-do-fascismo-por-marcelo-milan/>

termo neutralização está aqui referido pois há uma utilização militar para o termo. No glossário do Exército Brasileiro, em sua 5ª edição, dos anos de 2018, o termo encontra-se definido da seguinte maneira:

NEUTRALIZAR – 1. Produzir, temporariamente, um certo grau de dano às forças, equipamentos, bases ou meios de apoio logístico do inimigo, de modo a tornar as suas operações ineficazes ou incapazes de interferir numa determinada operação. 2. Tornar inofensiva qualquer coisa contaminada por agente químico. (EB, 2018, p.245)

Em relação aos extrativistas, entender a relação dessa população com os diversos tipos de violência, materiais e simbólicas, tanto que ocorreram ativamente como as que ocorrem pela falta de ação de organizações que teria por função apoiá-la, permite a reflexão de tipo de relação que se estabelece entre os extrativistas e os múltiplos agentes de violência. Numa relação entre inimigos, no sentido militar do termo, os povos tradicionais devem ser extinguidos para a facilitação de outro modo de apropriação do território extrativista.

A aplicação do sentido de “neutralizar” como terminar, extinguir, liga-se ao que João Pacheco de Oliveira recupera como sentido de fronteira. A fronteira é um postar-se diante do inimigo e eliminá-lo, conforme foi e é a ação do Estado. É necessário reconhecer as disposições inconscientes que reiteradamente emergem como práticas que trazem o colonialismo para o presente (Pacheco, 2018).

A fronteira é uma construção política, alinhada ao modelo colonial que não se limitou a um período ocorrido no passado, mas é continuamente recriada pois permanece com o sentido da conquista, da dominação e do extermínio por parte dos colonizadores. Devido à necessidade de expansão, a fronteira se movimenta para espaços sociais aos quais foram impostas interdições legais. Durante a audiência pública, determinados agentes se manifestam em favor da expansão da fronteira e da neutralização dos que impedem sua perpetuação²⁸.

²⁸ “O principal embate político hoje com o setor rural diz respeito à destinação das terras públicas. Todo o esforço de evitar a destinação da terra, seja para unidades de conservação, para reconhecimento de terras indígenas ou de territórios quilombolas, tem sido a prioridade da bancada”, afirma Adriana. “Isso demonstra que a preocupação deles não é com o modelo de produção: é uma preocupação de reserva de mercado de terras”. Em “A bancada ruralista quer reserva de mercado de terras”, diz Adriana Ramos. Disponível em <https://oeco.org.br/reportagens/a-bancada-ruralista-quer-reserva-de-mercado-de-terras-diz-adriana-ramos/>. Como comenta a jornalista, há um esforço político para habilitar as terras públicas para sua entrada do mercado e a desafetação da resex Jaci-Paraná exemplifica isto.

A dificuldade em implementar as disposições legais que garantem os territórios tradicionais estão relacionadas aos interesses dos que detêm o capital simbólico em nome do Estado, implicando em atos de estado que condizem com os interesses das elites econômicas. No entanto, a experiência de territorialização, enquanto processo social contínuo, não foi eliminada.

A territorialização é um processo, visto que são as relações sociais que estabelecem a forma de apropriação particular do território, mediante também ao reconhecimento de identidades convergentes e que se impõe aos movimentos de expansão de fronteira e de mercantilização das terras.

[...] pode-se dizer que cada grupo constrói socialmente seu território de uma maneira própria, a partir de conflitos específicos em face de antagonistas diferenciados, e tal construção implica também numa relação diferenciada com os recursos hídricos e florestais. Tal relação, de certa maneira, está refletida na diversidade de figuras jurídicas verificadas nos textos constitucionais, nas leis e nos decretos. (Almeida, 2008, p. 71-72)

Ocorre que a realidade empírica não correspondeu a legislação que reconhece os territórios tradicionais de maneira que, por iniciativa do governo estadual, foi proposta a desafetação da Resex, um ato de Estado que contrariou as próprias iniciativas do estado, ao menos discursivamente.

Nesta diversidade de formas de reconhecimento jurídico das diferentes modalidades de apropriação dos recursos naturais que caracterizam as denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”, o uso comum de florestas, recursos hídricos, campos e pastagens aparece combinado, tanto com a propriedade, quanto com a posse, de maneira perene ou temporária, e envolve diferentes atividades produtivas exercidas por unidades de trabalho familiar, tais como: extrativismo, agricultura, pesca, caça, artesanato e pecuária (Almeida, 2008, p.37-38)

As pressões de diferentes agentes (dos campos) e dos atos de Estado envolvidos na dissolução da sociabilidade presente na resex Jaci-Paraná implicam também num processo de desenraizamento. Analisando o que ocorreu com povos da Argélia, a pesquisa de Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad, publicada com o título “El desarraigo: la violencia del capitalismo em uma sociedade rural”²⁹ (1964,2017),

²⁹ O título original em francês é “Le déracinement. La crise de l’agriculture traditionnelle en Algérie”. Ainda não há tradução para português.

descreve uma série de consequências sociais aos povos argelinos, mediante os atos de Estado que os deslocaram compulsoriamente e implicaram na interrupção violenta do *habitus* que expressava o sentido das práticas sociais das pessoas.

O desenraizamento descrito pelos professores denuncia a violência física e simbólica a qual ficaram submetidas as populações de vilas rurais da Argélia, povos com uma organização social e de produção não ordenada pela lógica mercantilista urbana. Ao serem obrigados a deslocarem-se de suas casas para “reagrupamentos” pelo poder colonial, esfacelaram-se os laços de solidariedade que existia entre famílias, ao mesmo tempo em que o *habitus* capitalista urbanizado não foi totalmente interiorizado, resultando em um estado de crise de identidade, abalando dessa forma, o senso de pertencimento, de ser.

Uma das respostas dos extrativistas, quanto ao avassalador processo de destruição das áreas da resex e o desenraizamento que o segue, é contar suas experiências. Os relatos testemunhais não são apenas de violência, mas também marcam um momento em que a permanência nas colocações da reserva era possível, assim como a produção nas roças e a pesca.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (Pollak, 1989, p. 8).

Uma forma de resistência ao constante avanço do agronegócio, englobando qualquer outro tipo de relação territorial, é o exercício da memória, por meio de seu compartilhamento. As famílias extrativistas, com suas histórias, conseguem contestar a prevalência do Estado que enaltece a memória exploratória, abraçando-a como oficial.

DESENVOLVIMENTO E EFEITOS SOCIAIS: ATOS DE ESTADO, A CRIAÇÃO E DEVASTAÇÃO DA RESEX JACI-PARANÁ:

Atos de Estado para o Desenvolvimento: As Consequências para a Resex Jaci-Paraná

Rondônia, assim como outros estados brasileiros da Amazônia, condiciona atos de estado que tanto remetem aos conhecimentos científicos a respeito do território quanto às ações que têm como pressuposto básico o aproveitamento do espaço na perspectiva de exploração econômica. Não se trata de debater a linearidade temporal das incursões no território, mas elencar alguns episódios significativos, que reatualizaram os conflitos ambientais gerados pela situação colonial.

Rondônia, no que se refere aos projetos de desenvolvimento voltados para a Amazônia, teve um lugar de destaque no sentido de fronteira de colonização. Como forma de interpretar estes eventos, é possível entendê-los como uma reiteração dos artifícios de domínio colonial, porém com agentes diferenciados, que vão se alternando conforme a sequência de situações sociais que se sobrepuseram de forma sincrônica e diacrônica. Esta acepção contribui para também se explicar o desenvolvimento como campo de poder (Ribeiro, 2014, p. 148) ruralista.

Em Rondônia, a presença do Estado está materialmente e simbolicamente relacionada a políticas de exploração, ocupação e colonização. Assim como outras partes do território que são pensadas com o que Casanova chamou de “colonialismo interno”. Este conceito pretende explicar o movimento que inseriu as colônias, ao se fazerem independentes, em um jogo de forças que não destitui a preponderância do Estado colonizador.

Os Estados de origem colonial e imperialista e suas classes dominantes refazem e conservam as relações coloniais com as minorias e as etnias colonizadas que se encontram no interior de suas fronteiras políticas. O fenômeno repete-se uma ou outra vez depois da queda dos impérios e da independência política dos Estados-nação com variantes que dependem da correlação de forças dos antigos habitantes colonizados e colonizadores que conseguiram a independência (Casanova, 2007, p.438).

O “desenvolvimento” é um mecanismo do discurso hegemônico, moldado especificamente após a Segunda Guerra Mundial, quando as soluções econômicas

de todos os países ficaram subsumidas aos ditames econômicos traçados pelos EUA. (Sachs, 2000). Como o discurso implica em prática social, foram criadas diversas políticas a serem implementadas nas nações que não apresentavam o grau de industrialização dos EUA e de outros países centrais, recebendo uma série de recomendações para atingirem o patamar de industrialização e crescimento econômico que garantiriam o desenvolvimento.

O que ocorreu é que as políticas de ação para o desenvolvimento, especialmente as indicadas pelos bancos multilaterais não reduziram as desigualdades nas nações e nem efetivaram transformações que gerassem autonomia nas nações consideradas subdesenvolvidas. Também porque, mesmo que se adote perspectivas dos povos tradicionais para construir um programa de desenvolvimento, essas aspirações sempre estarão submetidas ao entendimento da categoria desenvolvimento como universal (Ribeiro, 2014, p.162).

Na realidade, desenvolvimento é mais um exemplo de um discurso globalizante, similar ao que Arjun Appadurai chama, [...] de ideopanoramas – “elementos da visão de mundo iluminista, que consiste em uma concatenação de ideias, termos e imagens, incluindo ‘liberdade’, ‘bem-estar’, ‘direitos’, ‘soberania’, ‘representação’ e o termo-chave ‘democracia’” (1990b, pp.9-10). (Ribeiro, 2014, p.162)

A Amazônia concentra experimentos desenvolvimentistas desde a década de 1940, sendo palco de uma série de intervenções do Estado brasileiro, observando os diferentes momentos, onde surgiram as necessidades de aproveitamento adequado da região. As características geográficas da Amazônia são visualizadas como entraves para o desenvolvimento e empiricamente vem se verificando a anulação dos povos tradicionais³⁰ nas tomadas de decisão no que concerne a agenda de projetos e a desconsideração, na arquitetura destes projetos, das formas de viver destas comunidades, que ficam impossibilitadas de acessar os recursos ambientais por elas utilizados.

Os atos de Estado em relação a Amazônia se materializam a fim de proporcionar reiteradamente a criação de espaços acessíveis à colonização. O próprio

³⁰ De acordo com o art. 3º do decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, entende-se como "povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição"

termo colonização está presente em uma instituição fundamental para a migração que ocorreu em Rondônia a partir da década de 1970, o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Em Rondônia, foram diversas experiências de colonização guiadas e fomentadas pelo Estado. Dentre consequências positivas dos planos de desenvolvimento e colonização, estão a criação de reservas extrativistas estaduais, e outras unidades de conservação em Rondônia.

Projetos de desenvolvimento são implantados na Amazônia com a justificativa de integração e melhorias para a sociedade local e em prol do povo brasileiro. Como acompanhei em minha pesquisa, a efetiva invasão de terras públicas, grilagem, roubo e transporte ilegal de madeira, assim como outros crimes como as ameaças às populações tradicionais e assassinatos, são encobertas pelo discurso de desenvolvimento do estado, que criminaliza os povos tradicionais e enaltece a “grandeza” daqueles que produzem “riqueza” para Rondônia, afirmando a vocação do estado para o agronegócio, em detrimento de povos que tradicionalmente ocupam o território.

Pode-se asseverar haver uma continuidade da proposta de desenvolvimento, ou a versão sustentável, sem o rompimento com o colonialismo que rege as relações estabelecidas entre o Estado brasileiro e a criação de consensos, inclusive científicos, a respeito da Amazônia. A ideia de Amazônia, como espaço de exploração econômica, foi e é resultado de uma interpretação arbitrária e biologizada, na qual estão ausentes os povos³¹ e sociedades vivas e que com seus próprios parâmetros e ideários construíram diversas formas de viver em meio da floresta e pela floresta.

Uma situação que correlacionou diferentes momentos em que a colonização esteve conectada com a ideia de desenvolvimento pôde ser observada durante a audiência pública³² do PL 80/2020. O deputado Adelino Folador, em uma de suas falas, afirmou que chegou em Rondônia (na época território federal), em 1977, “chamado pelo governo”. Ele referiu-se aos programas de desenvolvimento e ocupação do “vazio amazônico”, colocados em prática durante a ditadura. A abertura da BR 364 fazia parte do projeto de integração nacional dos militares, que impunham um sentido nacionalista ao projeto de expansão da fronteira.

³¹ O seringueiro/extrativista constitui uma identidade social relacionada ao processo de exploração de trabalho nos seringais, composto por trabalhadores vindos majoritariamente da região nordeste e pela exploração de indígenas. Não pretendo trazer essa discussão por questões de escopo do trabalho.

³² A audiência pública em detalhes está no próximo capítulo.

A forma como o deputado relatou sua história, evidenciou a superação dos problemas e o protagonismo dos que agiram sem depender das ações por parte do Estado. Porém, a maior parte dos migrantes estimulados pela possibilidade de receberem terras em Rondônia, teve um destino bem diferente deste.

Em janeiro de 1979, o jornal estadunidense *Washington Post* publicou a “*Hopes of Amazon Pioneers Dashed in Nightmare of Misery*”, que pode ser traduzido como “as esperanças dos pioneiros se desfizeram num pesadelo de miséria”. O jornalista Larry Rohter, que escreveu a matéria, narrou que além das dificuldades relacionadas propriamente à situação de fronteira, os migrantes, com esperanças de conseguirem uma vida melhor, se depararam com violência e doenças, sem apoio do governo, lançados num caos.

*Some find that the titles to the land they have bought, often with their last penny, are worthless and are expelled or even killed by capangas -- bands of gunmen in the pay of powerful ranchers. Others lose their entire families to disease, watch their crops rot for lack of a market or sit by helplessly as the seemingly fertile soil becomes desert. Such problems have historically been the lot of pioneers. But elected officials, church leaders and technicians here charge that Brazil's Amazon pioneers are victims not so much of the frontier's inevitable ruggedness as the Brazilian government's lack of planning and the constant zig-zags in its Amazon development policy.*³³ (Rohter, 1979)

A ocupação e distribuição dos lotes de terra não ocorreu como se almejou. As terras inicialmente férteis, se mostraram áridas e os que conseguiam produzir não conseguiam escoar a produção. As condições da estrada eram péssimas, nuvens de poeira no verão e lamaçais quase impossíveis de transpor no inverno. A maioria dos projetos orientados de colonização falhou porém, a ocupação desordenada continuou ocorrendo.

Na mesma reportagem há um comentário do advogado Agenor de Carvalho, que atendia a população em Porto Velho: “Os colonos vêm pra cá pensando que

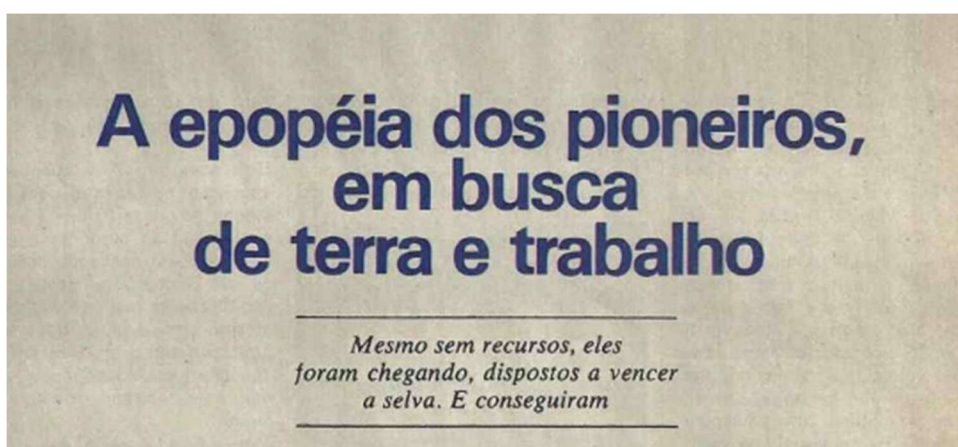
³³ Alguns descobrem que os títulos das terras que compraram, muitas vezes com o último centavo, são inúteis e são expulsos ou mesmo mortos por capangas – bandos de homens armados pagos por fazendeiros poderosos. Outros perdem as suas famílias inteiras devido a doenças, veem as suas colheitas apodrecerem por falta de mercado ou ficam sentados impotentes enquanto o solo aparentemente fértil se torna deserto. Tais problemas têm sido historicamente o destino dos pioneiros. Mas autoridades eleitas, líderes religiosos e técnicos locais acusam os pioneiros amazônicos do Brasil de serem vítimas não tanto da inevitável robustez da fronteira, mas da falta de planejamento do governo brasileiro e dos constantes zigzagues em sua política de desenvolvimento para a Amazônia. (tradução minha).

encontrarão 'El Dorado'. Ao invés disso, encontram um completo caos, crueldade e corrupção” (Carvalho, 1979).

As classificações de estudiosos que formaram as coleções científicas não são capazes de traduzir a diversidade das relações sociais presentes no território que se denominou Amazônia (Almeida, 2008), no entanto, seus relatos colaboraram para erigir um imaginário que afirma o exotismo da região, com mistérios e tesouros a serem conquistados, o que favoreceu uma fantasia de enriquecimento certo por parte dos colonos.

Abaixo, são partes de um documento chamado “Informe Polonoroeste”, produzido por Fran Assessoria de Comunicação. A única data presente no documento é a do arquivamento no ISA-Instituto Socio Ambiental, porém sua publicação deve ter ocorrido antes do lançamento do Programa, pois é um informe publicitário, exaltando os “avanços” que se pretendeu alcançar com o Polonoroeste.

Figura 1: Informe Polonoroeste



Arquivo do ISA, 1986.

Figura 2: Informe Polonoroeste

Nós viemos pra cá porque somos homens de luta, homens que querem ter um futuro. E quem tem terra tem o futuro nas mãos e pode lutar para deixar algo para os filhos". Quem diz isso é o ex-professor paranaense David Fontolan, 38 anos, casado, formado em administração de empresas, que deixou sua terra natal, a cidade de Bandeirantes, para participar da grande aventura de ocupar economicamente a selva de Rondônia.

David é mais um entre centenas de milhares de homens, mulheres e crianças que, a partir da década de 70, começaram a chegar ao então Território de Rondônia e que faziam brotar, com espantosa rapidez, cidades e vilas ao longo da BR-364. Este épico fluxo migratório era alimentado basicamente pelo chamado "telefone de boca". Os primeiros migrantes a chegar, ao retornar aos seus Estados de origem para buscar a família, divulgavam as boas novas: grandes áreas devolutas, sem dono, em solos de boa fertilidade. Era o que bastava: na volta, traziam atrás de si dezenas de amigos e conhecidos.



Raul Ribeiro e família: com o esforço conjunto, um prêmio de produtividade

Assim, em pouco tempo a região registrou um crescimento demográfico jamais visto no País. O projeto de colonização de Ouro Preto, um dos primeiros a serem criados, é um exemplo desse vertiginoso crescimento. Planejado para receber mil famílias, em apenas quatro anos já contava com quatro mil, e era forçado a estender sua área original, ao longo da rodovia, e penetrar na selva.

Terra e trabalho — Homens de toda a parte do Brasil — alguns ricos e cul-

Arquivo do ISA, 1986.

Uma observação crítica que pode ser feita refere-se a como o que é apresentado como caos pelo jornalista do *Washington Post*, mediante a entrevista com diversas pessoas que estavam vivendo cotidianamente a situação de Rondônia, no documento de propaganda oficial é tratado como "crescimento demográfico vertiginoso". Esse informe teve como objetivo fazer uma propaganda positiva do governo militar e lançar o que seria inicialmente a reconstrução da estrada BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), porém o Banco Mundial viu uma oportunidade de elaborar um grande Projeto de Integração Regional, composto de vários programas (Wade, 2016, p.220).

As categorias do Estado consolidam normatizações relacionadas ao poder que o Estado impõe, e aos seus cidadãos, parecem inquestionáveis. Mas, examinando de forma crítica e entendendo os processos históricos e de disputa entre os campos sociais que ocorrem internamente ao Estado, pode-se apreender que estas categorias nem sempre são tão evidentes quanto se quer fazer acreditar.

Durante o período de ditadura, nos anos 70, as elites empresariais foram estimuladas a investir em propriedades na Amazônia, com isenção de impostos e

outras facilidades. Ao mesmo tempo que distribuíram terras, os militares mantiveram a estrutura latifundiária intacta, garantindo o apoio dos setores mais tradicionais da economia.

Ao mesmo tempo, a promessa de aquisição de terras atraiu trabalhadores rurais que estavam sendo expulsos da região Sul pela expansão da agropecuária e de outras regiões também, como a Nordeste. A atração de populações marginalizadas para a região, também foi ferramenta de contenção para inchaços populacionais urbanos em outras regiões. Este contingente populacional também acabou constituindo um eleitorado específico. “O ‘estoque de terras’ de Rondônia permitia aos militares implantarem uma modernização conservadora, distribuir terras e ao mesmo tempo não executar uma reforma agrária.” (Souza, 2011, p.18-19)

Desenvolvimento é a ideia que por ser ressemantizada continuamente, consegue atender aos discursos mais divergentes envolvendo questões referentes aos direcionamentos econômicos dos países. A expressão desenvolvimento sustentável, hoje reproduzida tanto pela elite política do agronegócio assim como por gestores de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, é a atualização do status colonial das relações estabelecidas entre países centrais e periféricos.

Esta alteração com a adição de “sustentável” a expressão desenvolvimento, veio atender à demanda simbólica do ocidente, que não abandonou os ganhos exponenciais intrinsecamente conectados às situações coloniais nas quais os países periféricos se mantêm. Desta forma, a questão ambiental passou a ser internalizada pela sociedade industrializada como um foco de preocupação e justificativa para as ações e tomadas de decisão nos planos político, jurídico, científico (Acseirad, 2010).

Em 27 de maio de 1981, pelo Decreto de nº 86.029, foi criado o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste). A imposição de um planejamento, não impediu que fossem repetidos os erros e as perdas socioambientais ainda escalassem. O Polonoroeste foi concebido como um novo paradigma em projetos pelo Banco Mundial. Seu desenho dava uma relevância inédita à mitigação de impactos ao meio ambiente e às populações indígenas (Wade, 2016, p.216). No entanto, quando colocado em prática, o programa não resguardou os povos e a floresta, o que gerou um repúdio internacional às políticas do banco.

O desmatamento em Rondônia vem aumentando de forma explosiva nos últimos anos. Uma parte deste fenômeno se deve a migração

maciça para o Estado, agora facilitada pelo asfaltamento da rodovia BR-364. A reconstrução e asfaltamento da rodovia BR-364 de Cuiabá (Mato Grosso) até Porto Velho (Rondônia) é a obra principal do projeto Polonoroeste, com financiamento do Banco Mundial (International Bank for Reconstruction and Development, 1981). O desmatamento vem aumentando a uma taxa ainda mais vertiginosa que a população, o que vale dizer que, além de ter mais pessoas em Rondônia hoje do que antes, cada pessoa está, em média, desmatando mais. (Fearnside, 1989, p.13)

Faz sentido pensar processos históricos de desmatamento em Rondônia (Fearnside, 1989), relacionados a grandes iniciativas do Estado brasileiro para a “colonização e desenvolvimento”. A floresta virou cinzas, como documentado pela série de filmes de Adrian Cowell e Vicente Rios. “A década da destruição”, foi filmada durante a década de 1980, quando ocorreu um desmatamento sem precedentes na Amazônia, em decorrência do Polonoroeste.

O documentário apresenta em imagens o que denunciou Fearnside (1989), no relatório de pesquisa 5, financiadas pelo Componente Ciência e Tecnologia do Projeto Polonoroeste. A derrubada massiva de floresta, resultado direto da abertura da BR 364 e da migração desordenada promovida pelo Estado brasileiro.

Após as denúncias internacionais, o Banco Mundial teve que assumir o fracasso ambiental e humano do projeto, recuar e revisar algumas iniciativas. Porém, os atos de estado em Rondônia estão envolvidos por um *habitus* consolidado durante a ditadura militar e mesmo antes, por conta de “esquemas interpretativos para explicar a Amazônia que, fundados na histórica hegemonia das ciências biológicas, se tornaram senso comum no mundo erudito” (Almeida, 2008, p.7).

A confecção apressada de planos, com os vários órgãos governamentais sendo consultados sobre propostas de sistemas agrícolas viáveis para essas áreas só depois que as decisões para implantação dos projetos já estavam tomadas, exemplifica o padrão que caracteriza o desenvolvimento através da região amazônica (Fearnside, 1985c). Projetos maiores são iniciados por decisões de alto nível, restringindo qualquer pesquisa sobre impactos ambientais ou outros à tentativa de minimizar os efeitos negativos de desenvolvimentos, cuja existência futura já foi decretada. (Fearnside, 1989, p.52)

O presidente do Banco Mundial recebeu centenas de cartas denunciando as violências e desastres relacionados ao Polonoroeste, trago parte de uma abaixo:

Figura 3: Trecho de carta enviada ao Banco Mundial, denunciando a ameaça de extermínio dos povos indígenas e do descontrole de todos os parâmetros do Projeto

July 10, 1984

Mr. A. W. Clausen
President
The World Bank
1818 H Street, N.W.
Washington, D.C. 20433

Dear Mr. Clausen:

Several independent sources in Brazil have called our attention to the accelerating and uncontrolled ecological and human destruction occurring in the World Bank financed Brazil North-west Development (Polonoroeste) Program. There is substantive, verified evidence that the agencies responsible for the program lack either the will or the institutional means to provide minimum protection to ensure the physical survival of the ecology of the Northwest region and over 5,000 Amerindians belonging to 25 tribal groups. Although Bank support for the Program was strictly predicated in the first Loan Agreement (No. 2060 BR) on the prompt implementation of measures to protect the ecology and Amerindian population of the Program area, there are strong indications that the Bank has lost control - or will not take effective measures to control - the destruction being unleashed in the region. Information we have received strongly indicates that the Bank's \$412 million investment has so far contributed to increased uncontrolled migration, accelerated deforestation, unsustainable conversion of land to cattle ranching and speculation. Rondonia's thousands of Amerindian inhabitats and irreplaceably biological diversity are threatened as never before.

Fonte: Acervo ISA.

Na carta, a denúncia afirma que existem substanciais evidências de que as instituições (do Estado) ou não têm interesse ou não têm condições institucionais de garantir a segurança de 25 povos indígenas e de reservas biológicas. Além desses grupos, foram totalmente abandonados no projeto os seringueiros, os pequenos garimpeiros e os posseiros que não foram adequadamente assentados em Programas do INCRA, foram cercados pelos latifúndios, que foram priorizados (Souza; Pessoa, 2009, p. 02).

A cortina de fumaça que cobria Rondônia de agosto a novembro, avermelhando o sol, fechando estradas e aeroportos e tornando o ato de respirar penoso e incômodo, além das avaliações que apontavam para o fracasso do POLONOROESTE, lançaram os órgãos governamentais e multilaterais na busca de outro modelo, em que o desenvolvimento econômico fosse compatível com a preservação da natureza (Ott, 2002, p. 127-128)

O fracasso do POLONOROESTE e a consequente “atualização” para sua versão ambientalizada, o PLANAFLORO, foram eventos que incidiram diretamente para a criação da Resex Jaci-Paraná. Os atos de Estado que decretaram a criação da Resex resultaram de forças presentes em um momento político específico, no qual o governo do estado de Rondônia precisava transformar em ações práticas as contrapartidas socioambientais do acordo com o Banco Mundial, para que os dólares dos empréstimos continuassem a fluir. Este processo resultou na criação de Unidades de Conservação no estado, assim como de Reservas Extrativistas e Terras Indígenas.

A emergência de uma nova ordem de grandeza (Boltanski; Thévenot, 2020), a relação com o meio ambiente, pressionou tanto o Banco Mundial como o governo brasileiro a moralizar a integração do território e o desenvolvimento das áreas produtivas, de forma que o Banco teve que rever sua postura em relação aos projetos das nações em desenvolvimento.

A ambientalização³⁴ das questões sociais já moldava o reposicionamento de atitudes por parte dos organismos financiadores de países periféricos. Os próprios agentes de degradação, do campo empresarial, passaram a levantar o discurso ambientalista. Isto ficou evidenciado na postura do empresariado a partir da entrega do “Relatório Nosso Futuro Comum” no final do ano de 1987, pela comissão mundial sobre meio-ambiente e desenvolvimento da ONU, evento onde foi cunhada a expressão desenvolvimento sustentável, propondo “satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

A formulação da expressão desenvolvimento sustentável está atrelada à dinâmica de exploração dos recursos naturais, que passou por uma crise de legitimidade dado à crescente ambientalização de reivindicações de povos subalternizados e imersos em conflitos sociais, assim como a emergência de um

³⁴ O termo “ambientalização” é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos. Assim, os termos industrialização ou proletarianização (este último, usado por Marx) foram indicativos de novos fenômenos no século XIX, como se poderia também falar de tendências de “desindustrialização” e de “sub-proletarianização” desde o final do século XX. Ou ainda, num sentido mais estrito, os termos usados por Norbert Elias para caracterizar processos históricos passados percebidos de forma nova como importantes (...) O sufixo comum a todos esses termos indicaria um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais – e, no caso da “ambientalização”, dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente”. Essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial. (Lopes, 2004, p.18)

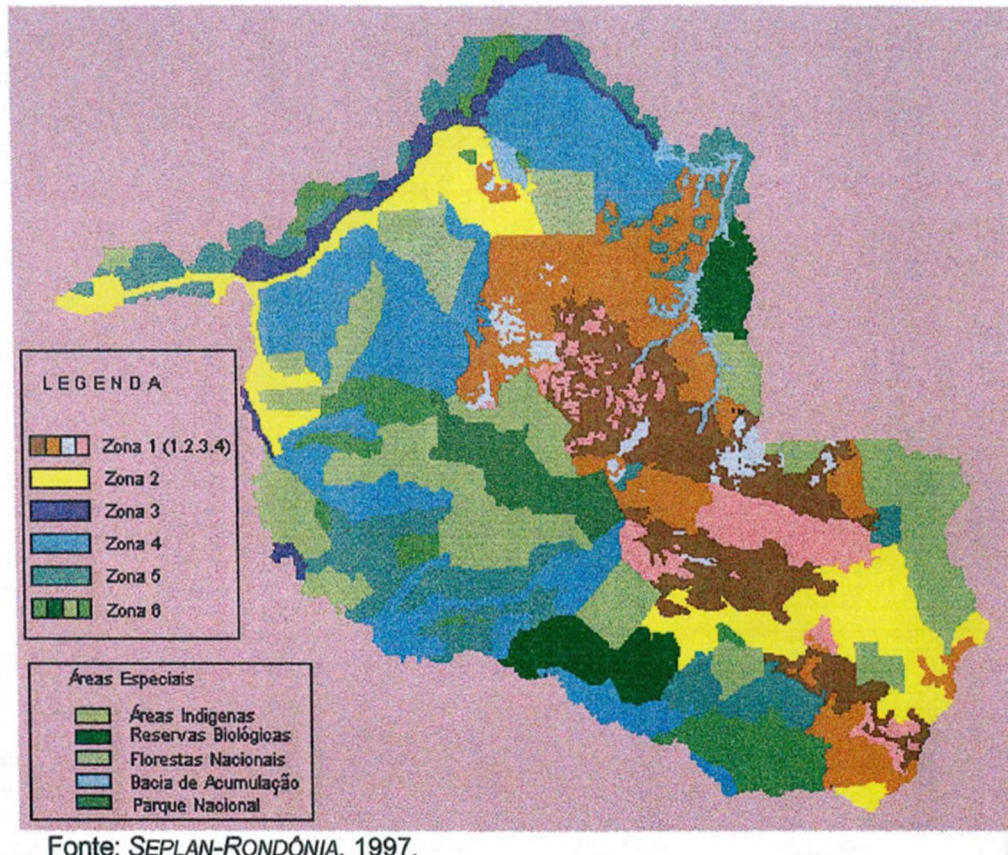
entendimento de que “a escassez dos recursos naturais, antes de ser um problema ecológico, significava uma ameaça às bases da produção material” (Jatobá, Cidade, Vargas, 2009, p. 56).

Os recursos vindos dos empréstimos referentes ao POLONOROESTE estavam chagando ao fim. Decidiu-se então por elaborar um outro programa que simultaneamente redimisse o Banco Mundial de financiar a destruição ambiental e o extermínio de povos indígenas, assim como sanar os problemas ocasionados pelo projeto anterior. Foi necessário elaborar uma versão melhorada de projeto de desenvolvimento, capaz de conformar diferentes categorias presentes nos mais diversos campos do Estado, de forma a justificar ações que discursivamente se apresentaram como benéficas a todo o conjunto do mundo social.

A alternativa encontrada foi elaborar o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia (ZSEE).(…) Entre julho de 1986 a junho de 1988, reuniu-se uma equipe com técnicos estaduais do POLONOROESTE, Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto de Terras (ITERON), Secretarias de Planejamento (SEPLAN), do Meio Ambiente (SEDAM), da Agricultura (SEAGRI), da Indústria e Comércio (SIC), da Empresa de Extensão Rural (EMATER), técnicos federais da EMBRAPA, IBAMA, FUNAI, INPA, SUDAM e consultores internacionais do BIRD, FAO e PNUD (Ott, 2002, p.128).

O Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), tinha como seu diferencial, o estudo pormenorizado transformado em mapa e pressupunha ações de ordenamento territorial por parte do Estado, de forma que o desenvolvimento estivesse compatibilizado com a preservação ambiental. Desta forma, o trabalho, que inclusive contou com audiência públicas que ouviram indígenas, extrativistas, pequenos agricultores, grandes produtores e diversos outros grupos, resultou na Primeira Aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia. O Zoneamento foi instaurado legalmente mediante o Decreto Estadual nº 3.782 de 14 de junho de 1988 e estabeleceu 6 zonas e 5 áreas especiais, conforme o mapa abaixo:

Figura 4: Mapa da 1ª aproximação do ZONEAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO-ECOLÓGICO DE RONDÔNIA



Fonte: SEPLAN-RONDÔNIA, 1997.

Organizado por: OTT, 2002, p.131.

Zonas 1 e 2 - destinadas a intensificação da exploração agropecuária em áreas já ocupadas ao longo da BR-364 e o apoio aos pequenos agricultores com a melhoria e o fortalecimento da infraestrutura socioeconômica da região; **Zonas 3 e 4** - região com presença de comunidades ribeirinhas e de seringueiros, voltados para estratégias do uso sustentável; **Zonas 5** - região para uso direto do manejo de atividades madeireiras; **Zona 6** - unidades de conservação de uso indireto — de proteção integral - como, parques, reservas biológicas e estações biológicas, abrangendo inclusive, as áreas indígenas e unidades legalizadas de conservação. (Kopanakis, 2016, p.169-170)

Estas zonas pretendiam estabelecer ordenamento para diferentes investidas no território, o qual seria organizado mediante parâmetros técnicos de planejamento, que resultariam em ações políticas integradas, proporcionando o desenvolvimento regional planejado, de forma que o avanço econômico não suprimisse as iniciativas de preservação natural assim como as áreas destinadas às populações tradicionais (SEDAM, 2010).

[...] a cartografia no ZEE contém uma dupla temporalidade – a da história demarcada espacialmente por meio de signos selecionados e a do futuro imaginado, representando as coisas como tensão na qual o lugar geográfico é, ao mesmo tempo, um horizonte. Mas se, ao contrário dos mapas correntes que se pretendem reflexos neutros do real, a cartografia no ZEE é explicitamente “performática” e “falante”, caberá analisar os diferentes conteúdos e tensões embutidos nessas “falas”, em sua dimensão tanto “representacional” como “prescritiva” (Acselrad, 2000, p.7).

Assim, o resultado dessa 1ª aproximação do zoneamento não apenas deveria refletir a “realidade” do espaço como indicar orientações para o ordenamento territorial que reverteria o descontrole social, na expectativa de estabelecer um regime de governança³⁵. O processo deveria ordenar a desordem disparada pela intervenção do POLONOROESTE em Rondônia, indicando as ações necessárias.

O ZSEE fundamentou o PLANAFLORO, a partir do qual elaborou-se um conjunto de programas financiados pelo Banco Mundial que por sua vez, tinha como objetivo reduzir a catástrofe causada por outro Programa de desenvolvimento do Estado brasileiro para a região de Rondônia, o POLONOROESTE, também financiado com recursos do Banco Mundial.

Tanto o POLONOROESTE quanto o PLANAFLORO receberam recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para sua implantação porém, o Banco exigiu do estado de Rondônia uma série de alterações na Constituição estadual (1989), para que de fato houvesse referências explícitas sobre a conciliação do desenvolvimento econômico e social e a preservação da natureza. (OTT, 2002, p.138)

O “ZEE- Zoneamento Econômico Ecológica do estado de Rondônia”, constituiu-se em principal garantia de que os recursos advindos do PLANAFLORO seriam aplicados de forma a direcionar os recursos públicos e privados para o desenvolvimento sustentável, incluindo na equação as áreas de preservação e os povos tradicionais.

³⁵ “A governança, bem como o próprio exercício regular e organizado da dominação, supõe, na condição de instrumento indispensável de comunicação, a construção de um “outro” por meio da inculcação de categorias, que logo se tornam amplamente conhecidas, partilhadas e utilizadas pelos atores sociais ali presentes (Foucault 1979; 2005). É com base nisso que se dá a instituição de uma unidade social imaginada como relativamente consensual.” (Pacheco, 2016, p. 318)

“Com efeito, um significado de governança se destaca nesta seara, qual seja, o que remete à ideia de ‘gestão’, inscrito na crença em um consenso inerente à noção de desenvolvimento sustentável. Este consenso aposta na possível conciliação entre os ‘interesses’ econômicos, ecológicos e sociais, abstraindo dessas dimensões as relações de poder que, de fato, permeiam a dinâmica dos processos sociais.” (Zhour, 2008, p.97)

Tanto o POLONOROESTE como o PLANAFLORO, foram programas voltados para a integração e o desenvolvimento, de forma a alterar a relação econômica entre o território amazônico com o restante do território nacional. Porém, Ott (2002) descreve que a prevalência da questão ambiental como justificativa para um novo projeto também tinha como objetivo acobertar a “(...) degradação e a marginalização da população dos benefícios mínimos compatíveis com a dignidade humana, (...) a ausência de educação, saúde, lazer, transporte, etc., etc. (Ott, 2002, p.133).

Apesar de o Planafloro conter diversas contrapartidas para conter o avanço do desmatamento e para a demarcação de terras indígenas, unidades de conservação (incluindo reservas extrativistas nessa descrição) e apoio aos pequenos agricultores, na prática a instituição desses espaços só ocorreu mediante grandes esforços por parte de ongs que denunciaram a nação referente à questão socioambiental.

Um importante alavancador para a implementação de algumas ações previstas pelo PLANAFLORO que não se materializaram, mesmo após o desembolso do banco, foi a denúncia feita ao Painel de Inspeção do Banco Mundial por 25 organizações da sociedade civil. O Painel de Inspeção do Banco Mundial é um dispositivo de gestão, criado em 1993 por meio de uma resolução interna e possibilitava aos mutuários de empréstimos denunciarem:

[...] que os seus direitos ou interesses foram ou provavelmente serão afetados diretamente por uma ação ou omissão do Banco em virtude da recusa do Banco a seguir as suas políticas e procedimentos operacionais no que diz respeito à elaboração, avaliação ou implementação de um projeto financiado pelo Banco [...] (Resolução BIRD nº. 93-10, p.2-3, 1993)

Em que pese a denúncia ser feita à mesma instituição denunciada, o que implica em uma parcialidade condicional, os movimentos sociais organizados em Rondônia acreditaram que durante a implementação do PLANAFLORO, poderia ser a chance de criar um espaço político no qual pudessem constituir alguma pressão sobre formuladores de políticas públicas. Anteriormente à aprovação do Plano, foi criado o Fórum das Ongs, composto por ongs e movimentos sociais que denunciaram diversas vezes o não cumprimento das cláusulas que foram estabelecidas para a disponibilização do empréstimo (Rodrigues, 2002, p. 84).

Figura 5: Parte da denúncia ao Painel de Inspeção do Banco Mundial sobre o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO)

Nos acordos contratuais do PLANAFLORO, foi previsto o estabelecimento e a manutenção de uma série de unidades estaduais de conservação. Na Seção 2.10 do Acordo de Projeto, definiu-se que o Governo de Rondônia deveria manter as seguintes unidades: Estação Ecológica Serra dos Três Irmãos; Parques Estaduais de Guajará-Mirim, Candeias e Rio Corumbiara; Reservas Biológicas Estaduais de Rio Ouro Preto e Traçadal; Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado do Rio São Domingos, Rio Abunã, Rio Roosevelt e Rio Madeira, bem como a Reserva Extrativista do Rio Preto/Jacundá.

Na Seção 2.11 do Acordo de Projeto, definiu-se que até 30 de setembro de 1993, o Governo de Rondônia deveria criar por decreto, e depois manter, as seguintes unidades estaduais de conservação: a) Parques Estaduais de Serra dos Parecis e Serra dos Reis; Reservas Extrativistas de Rio Pacaas Novos/Rio Novo, São Miguel/Pedras Negras, Jaci-Paraná e Rio Cautário; Florestas Estaduais de Rendimento Sustentando (FERS) do Rio Guaporé, Rio Mequens, Rio Machado e Rio Vermelho.

Documento Apresentado em 1995, p.21.

No entanto as ONGs, juntamente com as associações de seringueiros e indígenas, deliberaram que seria mais vantajoso politicamente empreender em um acordo para dar continuidade ao projeto e não pedir a sua suspensão. O Banco, por sua vez, mesmo não assumindo sua responsabilidade diante as denúncias, passou a monitorar mais fortemente as ações previstas.

Uma das consequências foi que o INCRA finalmente fez a cessão das áreas ao ITERON – Instituto de Terras de Rondônia, e dessa maneira as áreas públicas passaram a ser controladas pelo estado. Desta forma, foi possível viabilizar a criação de unidades de conservação e reservas extrativistas, uma das condições necessárias para o projeto “andar”.

A contextualização foi necessária pois os grandes planos de desenvolvimento para Rondônia, com recursos vultosos do banco mundial, repercutiram em ações que de forma relativamente direta implicaram no estabelecimento da resex Jaci-Paraná. A OSR via no PLANAFLORO uma oportunidade que compreendia ser inacessível de outra forma que não fosse pela sua implementação. Agarrar-se ao PLANAFLORO parecia a “única chance” de garantir o território mediante outras ações de Estado que implicaram na “ocupação da Amazônia”, e que não foram concluídas ou foram abandonadas pela inadequação aos contextos pragmáticos.

Um fator constante nestas medidas de implantação concerne à inconcludência dos megaempreendimentos, que é considerada analiticamente como uma predicação deles. Consiste em projetos inacabados ou que são produzidos até um determinado ponto, sem que sejam necessariamente realizados finalizações e acabamentos previstos e imprescindíveis, sobretudo aquelas medidas concernentes às unidades sociais (grupo, comunidade, tribo, povo) atingidas. A condição de inconclusos, mesmo que implantados durante um longo período, que pode transcender inclusive a três ou quatro décadas,[...] afeta mais duramente os povos e comunidades atingidos, por quanto além de cessar quaisquer iniciativas de proteção social, previstas legalmente no escopo original do projeto, roubam-lhes a possibilidade de planejar o futuro, sob as incertezas de uma conclusão que, até prova em contrário, não ocorrerá jamais ou, num sentido diametralmente oposto, poderá ocorrer a qualquer momento. (Almeida, 2023, p.13-14)

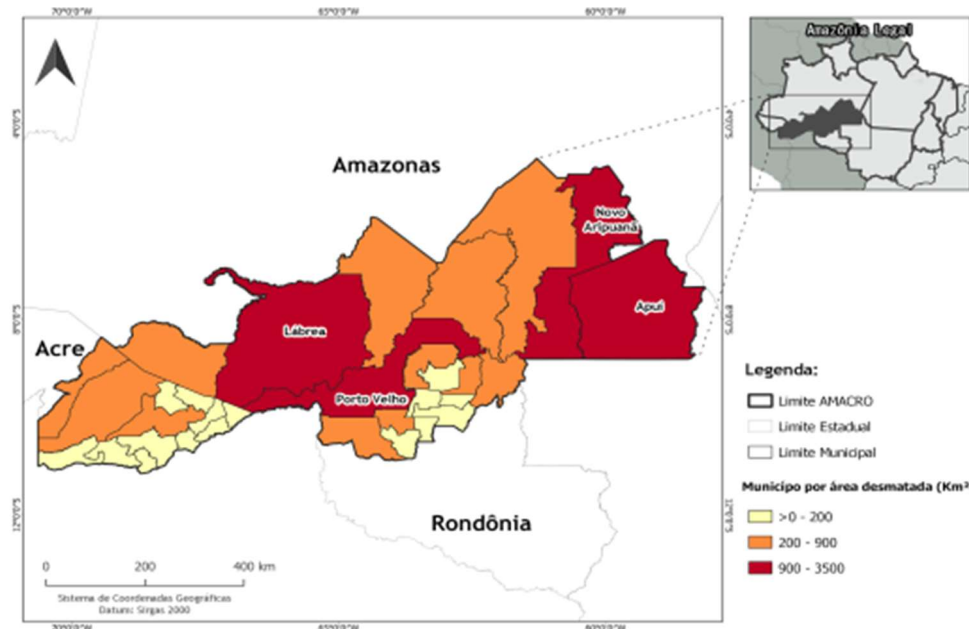
O zoneamento, apresentado como principal ferramenta do PLANAFLORO, não alcançou sua proposta original e suas aproximações seguintes atenderam aos processos de expansão da fronteira do agronegócio, visto que os arranjos políticos da elite agrária estavam tentando desde sua elaboração, rever a quantidade de terras destinadas à proteção socioambiental. Este entremeado de problemas envolvendo os atos de Estado não se tratou de uma realidade imprevisível senão mais uma consequência direta da forma como o território foi incluído nos planos de desenvolvimento do Estado brasileiro.

As usinas hidrelétricas do Madeira também impuseram ao espaço da resex Jaci-Paraná ameaças e inauguraram uma “nova frente” de invasão, por assim dizer. Como o reservatório da UHE de Santo Antônio impôs uma reorganização das Unidades de Conservação, da esfera estadual e federal, esta reorganização territorial, que foi feita de forma arbitrária, gerou um deslocamento da orientação esperada para as invasões e roubo de madeira. Além da ameaça de ocupação irregular da terra, há também a congruência no território de diferentes escalas de projetos de desenvolvimento.

Durante o trabalho de campo, estive com técnicos da secretaria de desenvolvimento ambiental do estado de Rondônia – SEDAM, que por motivo de segurança preferiram não se identificar. Os servidores comentaram sobre a percepção de alteração do deslocamento do desmatamento, uma espécie de curva na direção da devastação que já era esperada relacionada ao já reconhecido “arco do desmatamento”. Há imagens de progressão do desmatamento que corroboram esse

entendimento assim como sua gravidade já vem sendo alertada por organizações de relevo como ISA-Instituto Socio Ambiental.

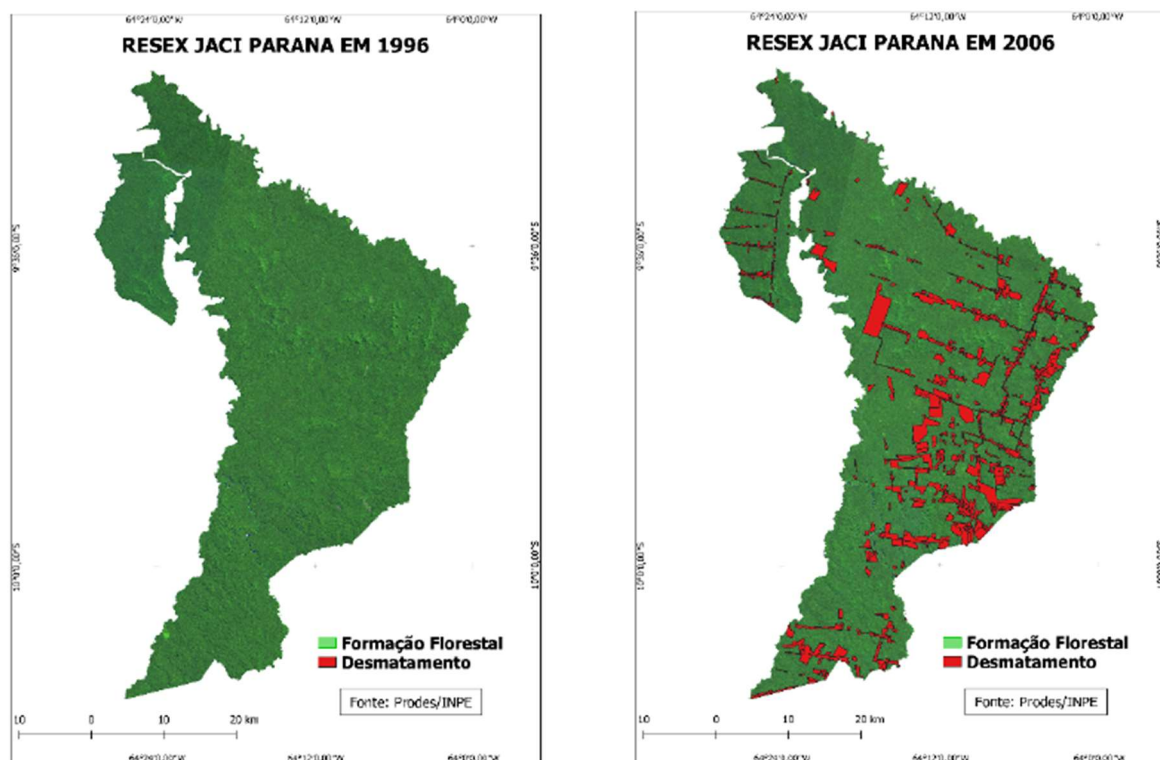
Mapa 1: DINÂMICA DO DESMATAMENTO NA REGIÃO AMACRO



“Os municípios com área desmatada entre 0 e 200 km², de 200 a 900 km² e de 900 a 3.500 km². Os dezesseis municípios presentes na primeira classe, concentram 1.436 km² (8%) do desmatamento, os doze municípios localizados na classe intermediária foram responsáveis por 7.133 km² (40%), e os quatro que estão na classe mais crítica, foram responsáveis por 9.400 km², ou seja, 52% de todo o desmatamento.” (de 2008 a 2022). DINÂMICA DO DESMATAMENTO NA REGIÃO AMACRO COM O SISTEMA DE ALERTA DE DESMATAMENTO (SAD). Santos, Ferreira, Dias, et al., 2023

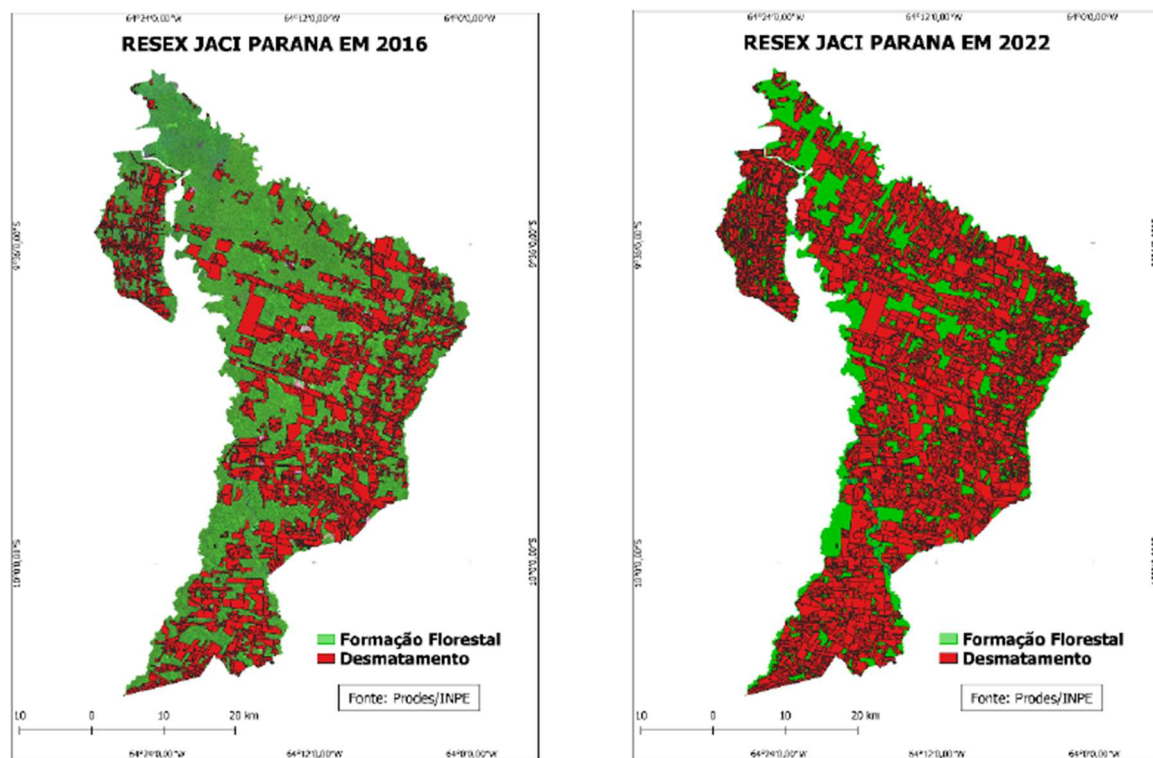
Quanto ao desmatamento na resex Jaci-Paraná, obtive o relatório de “Evolução do desmatamento na Reserva Extrativista Jaci-Paraná entre os anos de 1996 e 2022”, produzido pela SEDAM. Este documento foi cedido pelo Procurador Ambiental do Estado e compõe parte de petições que têm por objetivo retirar os invasores “fazendeiros” de dentro da área da resex.

Mapa 2: Desmatamento na Resex Jaci-Paraná 1996 a 2006.



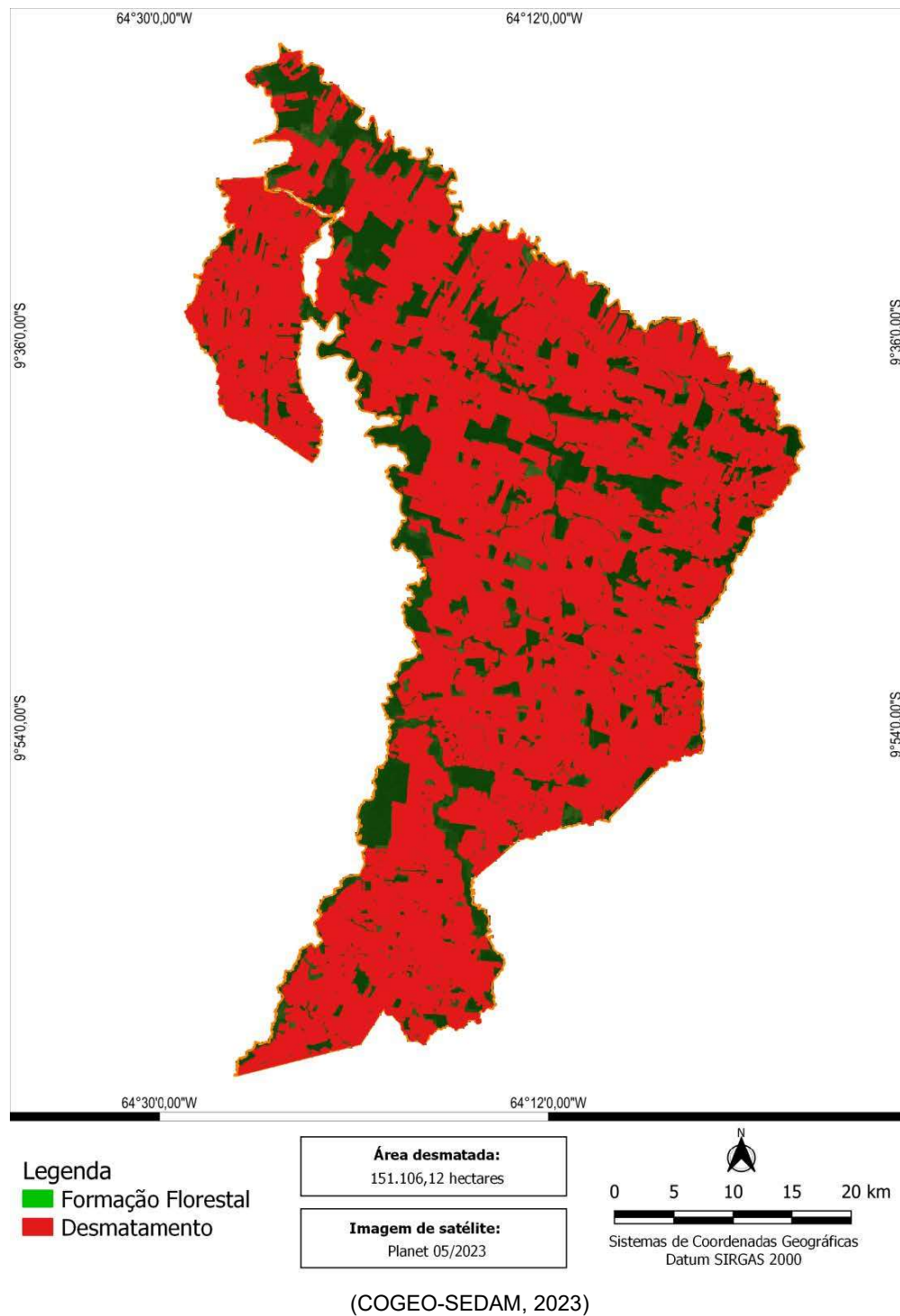
(COGEO-SEDAM, 2023)

Mapa 3: Desmatamento na Resex Jaci-Paraná 2016 a 2022.



(COGEO-SEDAM, 2023)

Mapa 4: Desmatamento na Resex Jaci-Paraná até maio de 2023.



Ficou evidenciado que múltiplas dificuldades atravessam a vida dos extrativistas, porém a leniência do estado indica que principalmente a partir do governo de Ivo Cassol (Progressistas), eleito em dois mandatos, que duraram de 2003 a 2010, os esforços ocorreram para reduzir ou impossibilitar as ações de penalização

de criminosos ambientais como grileiros, ladrões de madeira, serrarias ilegais e outros.

Uma das formas que o governo consegue atuar desta maneira é a contratação de servidores comissionados, a maioria de servidores da SEDAM é desta categoria. Alguns destes servidores possuem as habilidades técnicas necessárias e comprometimento com o serviço público, porém não possuem estabilidade, o que faz com que temam pela demissão caso se oponham às decisões de superiores administrativos.

Também há outros servidores que muitas vezes, não dispõem de conhecimento técnico relevante, apenas ocupam as vagas de trabalho por motivo de indicação política. Com isso, as ações de fiscalização, por exemplo, ficam imobilizadas, visto que submetidas aos anseios de grupos de interesse que apoiam o governo do momento e não se consegue efetivar as ações de interesse público.

Com isso, de maneira muito rápida, as áreas da reserva foram intrusadas e os seringueiros passaram a sofrer ameaças físicas dos que declaravam serem suas as terras dentro da reserva. Os seringueiros mais velhos, com quem tive oportunidade de conversar, me informaram que “todo mundo sabe que essa área era seringal” contudo, o pouco apoio do estado não garantiu a permanência destas pessoas na reserva e atualmente poucos extrativistas convivem com o medo e com o gado onde deveria ser as áreas de aproveitamento da floresta em pé. Poucos permanecem mantendo suas residências na reserva, em áreas onde ainda há um pouco de dificuldade de acessar e na beira do rio Jaci-Paraná.

Antes mesmo de a área da Resex Jaci-Paraná ser estabelecida no decreto inicial, já era cobiçada para fins de “expansão agrícola”, uma forma eufemística de encarar os processos de invasão das terras públicas. Além disso, um entrave para a criação de reservas extrativistas foi as políticas de assentamentos do INCRA, que causaram desentendimento entre pequenos agricultores e seringueiros, ambos grupos vítimas de uma situação que beneficiou o capital pois as pequenas propriedades foram sendo engolidas e transformadas em grandes fazendas.

Os governos estaduais sequencialmente contribuíram para a formação de grandes fazendas, tendo os deputados legislado majoritariamente para interesse próprio. Para coroar a situação, a partir do governo Bolsonaro, o afã pelo desmonte de qualquer tipo de regulação ou regulamentação ambiental fortaleceu as práticas criminosas a ponto de o governador do estado de Rondônia, coronel Marcos Rocha,

submeter enquanto poder executivo, o Projeto de Lei Complementar nº 80 de 2020, que alterava significativamente as áreas da reserva Jaci-Paraná e outras áreas de unidades de conservação.

Como justificativa, o texto da proposição apresentou a alteração da extensão da reserva como necessidade para a “solução dos conflitos socioambientais” na área, causados por permanência de alguns extrativistas e extensivas criações de gado, disputando assim o mesmo espaço. A disposição do executivo em sumariamente incorrer a alteração legal para garantir a permanência de invasores na área reservada para a comunidade extrativista, é demonstração da normalização do estado de exceção (Agamben, 2004), subliminarmente invocado para a “pacificação” de um conflito que também é responsabilidade do Estado, agindo em detrimento das garantias legais referentes à preservação ambiental.

O termo pacificação³⁶, quando usado pelo governo Marcos Rocha, parece ter o efeito de encobrimento do conflito, num sentido assemelhado ao das políticas coloniais de subordinação dos povos. Assim como os povos das colônias deveriam se submeter às políticas de controle colonial, por meio de violência e protocolos e jurisprudências, na atualidade de Rondônia, as práticas extrativistas devem ser

³⁶ “Em episódios de sublevações ocorridos em período históricos anteriores o império britânico, após reprimir os revoltosos, havia recorrido a juristas para elaborarem dispositivos legais capazes de “pacificar” as colônias. Uma ilustração mais conhecida diz respeito à chamada “Revolta dos Sipaios” ocorrida na Índia, em 1857-58, compreendendo uma série de levantes e incêndios contra a ocupação britânica, matando vários oficiais britânicos e, na tomada de Delhi, muitos europeus. Isto levou o império britânico a desencadear uma truculenta repressão até 1859 e a solicitar os recursos intelectuais de juristas, como Henry Maine, que desenvolveu uma noção operacional de tribo, consoante elementos do direito consuetudinário dos “nativos”, para delimitar as circunscrições administrativas naquela colônia, envolvendo instituições e saberes dos povos subordinados. Maine foi designado para o Conselho administrativo da Índia onde permaneceu de 1862 a 1869. O livro de Maine intitulado *Ancient Law* (1861), tornou-se leitura obrigatória para todos os administradores coloniais de diferentes regiões de Ásia e África, contribuindo significativamente, ao proceder ao reconhecimento de normas locais religiosas e laicas, para o que hoje se designa de “antropologia jurídica” Consulte-se para maiores informações: Mandani, Mahmood - “What’s a tribe?” *London Review of Books*, vol.34 n.17. September. 2012. Além deste episódio de repressão sanguinolenta na Ásia, mais exatamente na Índia, e também de atos repressivos no Afeganistão (1878-1880), faz-se necessário mencionar as ações truculentas do império britânico na África, utilizando armas de fogo (artilharia/com canhões, infantaria/com Martini-Henry rifles e revólveres/450 Adams e 442 Webley Royal) contra velhos mosquetões, escudos e lanças dos povos indígenas. Tais massacres são classificados pelos historiadores como “guerras”, a saber: contra os Ashanti, em 1863/64 e 1873/74, localizados no que hoje corresponde a Gana, e contra o Reino dos Zulus, no que hoje corresponde à África do Sul, em 1879. Para maiores informações sobre o massacre dos Zulus consulte-se: Hoare, James (ed)- *The Anglo-Zulu War of 1879. The Causes, the Conflicts, the Consequences*. Key Publishing Ltd. Lincolnshire/England. 2019. Para um aprofundamento sobre a ação colonial militar britânica no Afeganistão leia-se o texto de F. Engels, publicado em 1858 pela *The New American Cyclopaedia* e divulgado no Brasil pela primeira vez, em tradução de Clara Alain, pela Folha de São Paulo. São Paulo, 15 de outubro de 2001, sob o título “A derrota britânica no Afeganistão” (Almeida, 2021, p.18. *Antropologia em cinco atos e approaches: Anthropologues Gouvernementaux, Practical Anthropology, Applied Anthropology, Anthropology at work e Action Anthropology - contraposições e contrastes*)”.

minuciosamente reprimidas em prol da produtividade e da mercantilização de terras. Enquanto estas áreas invadidas não forem juridicamente destinadas aos invasores não haverá “paz”.

A “comunidade pacificada”, na visão dos planejadores e nas representações da mídia, não é só aquela onde se desenrolou uma ação militar para desalojar o controle do crime organizado, mas aquela em que os moradores e as condições de vida teriam passado por uma modificação completa, fruto de uma ação supostamente de natureza civilizatória. (Pacheco, 2014, p.138)

Ao fazer um estudo comparativo entre as “pacificações” de povos indígenas em tempos coloniais com as ações militarizadas de ocupação de favelas do Rio de Janeiro, também denominadas pacificações, Pacheco (2014) atualizou o caráter colonialista, indicando como em ambas as situações existe a pressuposição de que os pacificados necessitam ser civilizados, controlados, tutelados pelos agentes dotados de uma moralidade superior.

Pensando a fala do governador Marcos Rocha (UNIÃO BRASIL), também é possível transpor ao contexto da invasão da resex, a carga semântica de que a produção agrícola (fazendas de criação de gado) é moralmente superior ao seu estado “natural”, com a floresta, pois desmatada, é abrigo de pessoas honestas e trabalhadoras.

De forma a complementar a análise, Laura Nader (1994), expôs como a ideia de resolução de conflitos de forma harmônica é uma forma de manter as discrepâncias de poder. Em sua argumentação, baseada em experiência de campo, a autora expressa que os mecanismos de compensação privilegiados por empresas e países centrais em uma questão de judicialização por danos ambientais, implicam em uma “harmonia obrigatória”, de forma que os agentes menos poderosos ou as nações periféricas não alcançam efetivamente uma situação de justiça, estando relegados ao que foi decidido pelo acordo imposto.

A proposta do governador de alteração/desafetação da resex do Jaci não foi a única. Deputados estaduais lançaram também seus projetos para alterar a lei e assim atender a seus grupos de apoiadores, compostos por “empresários locais”, criadores de gado. A agência Repórter Brasil, em trabalho de jornalismo investigativo, apurou que “quase a metade (11 dos 25) deputados estaduais que aprovaram o projeto por unanimidade são pecuaristas ou foram financiados por criadores de gado”

(REPÓRTER BRASIL, 2021). O projeto de lei foi declarado inconstitucional pelo Ministério Público de Rondônia e foi arquivado.

Há grupos economicamente poderosos interessados na área da reserva. Servidores da SEDAM, assim como outros conhecedores da problemática como especialistas em meio ambiente que trabalham em organizações diversas (Comissão Pastoral da Terra-CPT, Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, Ação Ecológica Guaporé – Ecoporé), me informaram que há juízes de direito usando as terras da resex para criação de gado. Isso ilustra a correlação de forças em jogo, com pouca ou nenhuma possibilidade para a causa do seringueiro.

[...] diria que, na medida em que é um princípio de ortodoxia, de consenso sobre o sentido do mundo, de consentimento muito consciente sobre o sentido do mundo, o Estado cumpre, parece-me, certas funções que a tradição marxista lhe imputa. Ou seja, é como ortodoxia, como ficção coletiva, como ilusão bem fundamentada — (...) que o Estado pode cumprir suas funções de conservação social, de conservação das condições da acumulação do capital—o que dizem certos marxistas contemporâneos. (Bourdieu, 2014, p.38-39)

Diante desta perspectiva em relação ao Estado, o poder simbólico exercido por meio das instituições de ordenamento, de normatização e das burocracias é possível e eficaz porque os agentes do campo social dão consentimento a esse poder e o reproduzem. O consentimento repousa num acordo tácito, um consenso a respeito do que é válido cumprir, obedecer e defender.

Atos de Estado: as disputas e críticas internas

Pierre Bourdieu defende um exercício interpretativo para superar o projeto de compreensão binário do mundo social. Então, a visão fisicalista do mundo social e a visão semiológica são complementares, uma não funciona sem a outra. As duas atuam conjuntamente, internalizando as práticas e atuando para a externalização do âmbito simbólico das realidades sociais.

A eficácia da presença do Estado se constitui efetivamente mediante a produção e dominação simbólica do próprio Estado. É porque se internam a crença na razão e no poder do Estado, que se compartilham os sentidos para viver sob sua dominação. Nesse processo, a violência simbólica do Estado está presente de forma

objetiva, com os mecanismos de repressão e ordem, assim como se apresenta internalizada nas subjetividades das pessoas, gerando esquemas de pensamento e percepção que reforçam e reproduzem força e sentido às mesmas estruturas repressoras. (Bourdieu, 2014)

A imposição do Estado é de tal forma internalizada que decisões arbitrárias podem ser aplicadas sem questionamento da sociedade, beneficiando os grupos que detêm o monopólio de capital, econômico, jurídico e simbólico. Essa arbitrariedade, no entanto, quando observada detidamente, pode indicar os conflitos internos presentes nos diferentes campos da sociedade e no Estado como um campo.

Um agente/instituição central nesse processo contínuo é o próprio Estado, contribuindo de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos de construção social. Em Rondônia, o ideário desenvolvimentista é reiterado pelos discursos em defesa da expansão do agronegócio, pois para a bancada da assembleia legislativa, estes conceitos simplesmente funcionam como sinônimo. Apenas uma deputada estadual do Partido dos Trabalhadores conseguiu se eleger nas eleições de 2022, porém isso não implica em uma atuação efetivamente crítica em relação aos projetos relacionados ao avanço do agronegócio.

Para tentar escapar e conseguir pensar o Estado, é necessário buscar categorias que não sejam impostas pelo Estado. É necessária uma análise sociológica para desvelar o caráter arbitrário, derivado das diversas disputas ocorrendo nos campos sociais, onde certos tipos de relações sociais se desenrolam.

[...] porque as coisas da cultura, particularmente as divisões e hierarquias sociais a elas associadas, são constituídas como natureza pela ação do Estado que, instituindo-as ao mesmo tempo nas coisas e nos espíritos, confere todas as aparências do natural a um arbitrário cultural. (Bourdieu, 2011, p.95)

O Estado tem como utilizar de seus mecanismos que atuam objetivamente para controlar a distribuição e regulação do poder simbólico e assim garantir a perpetuação do controle do poder simbólico. Um mecanismo necessário para a garantia e reprodução do poder simbólico do Estado é a concentração do capital jurídico, “forma objetivada e codificada do capital simbólico” (idem, p.108).

A burocracia é a forma objetificada do poder simbólico difuso do Estado e ao questionar o funcionamento das formas burocráticas é possível construir um entendimento sobre os interesses e poderes que atuam de forma a controlar os

espaços burocráticos. O funcionamento adequado do campo burocrático depende das instituições a ele conectadas. Quando às instituições do Estado, estão sujeitas a diferentes processos de gestão, também implicados no contexto político, social e histórico nas quais o Estado se insere em determinado momento.

No trabalho de campo, observei que diferentes instituições estaduais que atuam no contexto das ilegalidades cometidas na Resex Jaci-Paraná dispõem de diferentes graus de capital político e simbólico. O capital jurídico, nesse contexto está investido nas ações da Procuradoria do estado, que atua de forma a garantir a normas que o próprio governo se propõe a descumprir.

Além de diferentes graus de capital simbólico, as instituições estão sujeitas à diferentes tipos de críticas. Como também, dentro de uma perspectiva de que são as responsáveis pelo “controle” da capacidade crítica, de forma que não se possa efetivamente transformar a realidade mediada por aquela instituição. (Boltanski, 2013, p.444)

A relevância de analisar os dispositivos de governança, os instrumentos pelos quais o estado se coloca como autoridade no contexto da Resex Jaci-Paraná, está na questão de que nesses dispositivos ocorrem as tramas “que permitem aos responsáveis conter a crítica e manter inalteradas as principais assimetrias sociais existentes, ou mesmo ampliá-las”. (Boltanski, 2013, p.442)

[...] o grau de robustez da realidade não é de uma grandeza estável. Ele depende da conjuntura histórica. (...) . As aspirações que, por realismo, podem ser moderadas quando a realidade parece muito robusta, tendem a aumentar quando a realidade passa a se desfazer. Tal processo caracteriza os períodos de rápida mudança e, claro, os períodos chamados de revolucionários. (Boltanski, 2013, p. 444).

As instituições constituem um dispositivo fundamental à manutenção da estabilidade do poder do Estado sobre as outras esferas do mundo social, mediante a reprodução do capital simbólico investido nas mesmas. Esta capacidade, no entanto, não se traduz em ações necessariamente coordenadas entre as instituições e muitas vezes inclusive, espera-se que haja discordância entre os posicionamentos de cada uma das instituições.

Ocorre então que a estabilidade das instituições do estado não corresponde a uma equidade na distribuição de poder simbólico aos grupos associados a cada uma das instituições. Transpondo a questão diretamente ao que observei no trabalho de

campo, instituições que detêm maior capital simbólico não necessariamente encontram esse capital validado no campo político. Em se tratando das ações pragmáticas do estado, entram em cena atores diferenciados que atuam efetivamente para reproduzir o capital simbólico e político do Agro.

Uma das qualidades do capital simbólico detido pelo “Estado” é a de que suas atividades são revestidas de moralidade, as quais os cidadãos se submetem. Ao constituir um imaginário de representações e valores supostamente comuns, as estruturas do Estado simultaneamente exercem controle sobre as pessoas e coletividades e ao mesmo tempo também conseguem fornecer serviços essenciais, de forma que estas duas perspectivas se complementam e dificultam o processo crítico sobre atos do Estado.

Pude conversar com servidores técnicos de três instituições ligadas ao estado de Rondônia e que desempenham diferentes atribuições em assuntos relacionados à resex Jaci-Paraná. Foram servidores da SEDAM, IDARON e PGE. Ao conversar com diferentes atores de cada um desses espaços de gestão, observei também que a capacidade crítica dos atores em relação a atuação de seu espaço de atuação se diferencia em termos de alcance e em termos de eficácia. Os depoimentos sobre questões relativas à resex indicam que as instituições reconhecem consensos em atos do estado, porém nem sempre os atos condizem com as próprias normas construídas pelo consenso.

A SEDAM é efetivamente a secretaria que detém a gestão da resex Jaci-Paraná. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, foi instituída em 19 de março de 1991, através da Lei Complementar nº 42 e reformada pela Lei Complementar nº 891, de 04 de julho de 2016. Dentre suas atribuições estão:

Art. 38 - A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental compete a implantação, coordenação e execução da política ambiental, o exercício das atividades de vigilância, fiscalização e proteção à natureza, compreendida como tal a fauna, a flora terrestre e aquática, bem como os recursos hídricos, solos e ar, a promoção de contatos com entidades públicas e privadas, cujas atividades tenham relação direta ou indireta com a preservação e o controle ambiental, a promoção junto aos órgãos públicos e privados, de programas de conscientização e educação ambiental, visando a recuperação e a defesa do meio ambiente, a implantação e a administração dos parques e das reservas naturais de propriedade do Estado, fiscalizando seu uso diretamente ou em convênio com outras entidades públicas, qualidade de vida, do ambiente e dos recursos naturais, bem como promover a gestão das unidades de conservação

do Estado de Rondônia. [...] (Lei Complementar Nº 42 de 19 de Março de 1991, Rondônia, 2024)

Ocorre que ao ser criada a secretaria, não foi definido o que é o “desenvolvimento ambiental”. Ao compreender que o desenvolvimento é um campo de poder do qual também participam diversos agentes políticos e institucionais, assim como de diferentes comunidades implicadas em ações desse desenvolvimento, seria necessário estabelecer algum balizamento que definisse quais ações do estado estão alinhadas ao desenvolvimento ambiental. Visto que “desenvolvimento” sugere uma ideia de futuro (Ribeiro, 2014), seria relevante uma definição mais estrita posto que o termo é reiteradamente usado por agentes que se encontram em espaços opostos do campo dos conflitos ambientais.

Os agentes sociais em disputa no campo de conflitos ambientais também se constituem como agentes no jogo de forças concernentes ao Estado enquanto campo, erguido mediante a formação e constituição histórica de diferentes subcampos. A formação de subcampos relativos ao campo do desenvolvimento, a partir invenção de nações desenvolvidas e nações não desenvolvidas, por meio de critérios colonialistas, conformou diferentes graus de acesso aos dispositivos políticos de reivindicação sobre as ações de desenvolvimento.

A estrutura e a dinâmica de cada campo de desenvolvimento estão marcadas por diferentes capacidades de poder e interesses que são articulados por processos históricos de estruturação de redes. Desenvolvimento abarca diferentes visões e posições políticas, variando do interesse em acumulação de poder econômico e político e uma ênfase em redistribuição e igualdade. Em consequência, lutas de poder são comuns entre atores, dentro de uma rede de relações e se expressam concretamente em disparidades existentes entre, digamos, as capacidades e ações do Banco Mundial e aquelas de uma pequena ONG na Índia. (Ribeiro, 2014, p.149)

Consegui junto à SEDAM uma cópia do Processo interno referente à desafetação da resex Jaci-Paraná. Em certa medida o processo indica uma descoordenação entre os diferentes campos de desenvolvimento, atrelados à diferentes tipos de disputa e capital simbólico no ambiente político. Também é possível refletir como interferências externas relacionam-se a decisões supostamente voltadas ao público.

Dentre os documentos que compõem o processo, instituições e o governador do estado de Rondônia apresentam posicionamentos e justificativas conflitantes

referenciados a temas iguais. Explico: a proposta para uma lei que desafete a resex Jaci-Paraná foi inicialmente apresentada à ALE-RO pelo governo, ela foi acatada e votada como o PL 80/2020. Após, houve a aprovação do autógrafo da Lei. O governador emitiu um despacho vetando a lei em todo o seu conteúdo por estar em desconformidade com os predicados da conservação ambiental.

A COORDENADORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – CUC, SEDAM, emitiu um parecer técnico opinando³⁷

[...] pela viabilidade ambiental: a) da desafetação de uma área de aproximadamente 152 mil hectares da Reserva Extrativista Jaci-Paraná, ficando a área remanescente da unidade de conservação com. aproximadamente, 45 mil hectares; (SEDAM, 2020)

Após o autógrafo da Lei, a SEDAM emitiu um outro parecer técnico, que conclui pelo veto à desafetação da resex Jaci-Paraná devido à ausência de estudos técnicos, ausência da consulta prévia e informada e pelo comprometimento dos atributos que justificaram a criação das unidades desafetadas³⁸.

A Frente Ampla de Defesa das Áreas Protegidas em Rondônia, apresentou uma representação enviada ao Ministério Público-Procuradoria Federal em Rondônia, após a votação e aprovação do PL 80/2020, em 20/04/2021. Neste documento estão pormenorizadas as impertinências tanto na questão de repercussão social, ambiental como jurídica da aprovação do projeto de lei. Segue um trecho da representação:

No caso em testilha, porém, a desafetação da RESEX Jacy-Paraná e do Parque Estadual de Guajará-Mirim, a vista dos fundamentos carreados na Mensagem nº 204/2020, é absolutamente desprovida de fundamentos técnicos e científicos. Lado outro, pelo que se exprime das justificativas apresentadas, a proposta de desafetação da RESEX e do Parque foi manejada para atender interesses setoriais, o que macula o processo legislativo e, conseqüentemente, compromete a constitucionalidade da lei em apreço. (Ferreira; Andrade, 2021)

A questão é que isso já estava presente no início do processo, porém pressões e intenções políticas viabilizaram sua movimentação. A força de trabalho que deveria estar servindo ao público estava sob a manipulação de forças que adequaram suas movimentações em acordo aos interesses de grupos específicos relacionados à

³⁷ PARECER TÉCNICO Nº 13/2020. Assunto: criação e alteração de unidades de conservação estaduais (documento no processo SEI nº 0028.031852/2020-92)

³⁸ Parecer nº 45/2021/SEDAM-CUC (documento no processo SEI nº 0028.031852/2020-92)

apropriação de terras públicas. A SEDAM apenas se manifestou contrária à proposta da desafetação após parecer da PGE³⁹, indicando as inconstitucionalidades da Lei, nesse tempo já aprovada pela Assembleia Legislativa (e depois julgada inconstitucional pelo STF).

O trâmite que concluiu com o autógrafo da lei iniciou com o governo estadual requerendo parecer da SEDAM sobre a viabilidade da criação de reservas e da desafetação da Resex Jaci-Paraná e do Parque Estadual de Guajará-Mirim, assim como requereu da PGE análise do anteprojeto de Lei a ser enviado à ALE.

Nessa fase (antes do envio do anteprojeto à ALE RO) mediante o parecer técnico da SEDAM, concluiu pela “viabilidade jurídica do anteprojeto de Lei Complementar”. O problema é que o parecer técnico da SEDAM não indicou as falhas relacionadas a questões ambientais relacionadas ao anteprojeto de lei, das quais incluía a própria ausência de estudos sobre as áreas territoriais a serem alteradas. Estudos esses que deveriam ser conduzidos pela própria SEDAM.

A movimentação do processo seguiu o rumo iniciado entre governo consultando PGE e SEDAM, depois parecer técnico favorável da SEDAM, parecer favorável PGE, depois projeto de Lei enviado para a Assembleia. Na ALE-RO, o projeto de lei PL 80/2020 foi votado e aprovado, porém com diversas alterações (se removeu toda a questão de criação de áreas protegidas, apenas restando na lei a desafetação da Resex Jaci-Paraná e parte do Parque Estadual de Guajará-Mirim).

Ocorreu que após o autógrafo da lei o governador emitiu uma comunicação de veto total do projeto, o que não teve efeito pois o projeto já estava aprovado e a PGE e SEDAM emitiram pareceres indicando todos os problemas em relação às normas ambientais e jurídicas no que diz respeito a unidades de conservação. Porém, pelo que conversei com os servidores da SEDAM, a questão da Resex Jaci-Paraná ficou segregada às decisões da alta administração da Secretaria, na pessoa do secretário.

Numa oportunidade em que pude falar com o secretário da SEDAM por alguns minutos e perguntei sobre a situação da Resex, ele respondeu que “não queria nem saber daquilo, que é problema da Procuradoria”. Porém de forma semelhante, mesmo os servidores que buscam algum tipo de solução reconhecem que no campo da realidade em que conseguem atuar, as ações são limitadíssimas.

³⁹ Parecer nº 35/2021/PGE-PAMB. Origem: Casa Civil. Assunto: análise do Autógrafo de Lei Complementar que dispõe sobre a redução dos limites da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e do Parque Estadual de Guajará-Mirim. (2021)

As críticas, por parte dos servidores, à atuação das próprias instituições nas quais atuam também se revelam relacionadas à percepção que eles têm sobre a robustez da realidade (Boltanski, 2013) nas quais sua atividade ocorre. Segundo as conversas que tivemos, um servidor da SEDAM fez críticas contumazes ao processo de invasão da resex, porém reconheceu que na prática não há perspectiva para reversão da situação.

O servidor da IDARON, quando o entrevistei, fez uma crítica genérica à invasão de terras públicas e o servidor da PGE faz uma crítica com elementos robustos, porém também não acredita que a atuação da instituição na qual trabalha vá resultar em punição efetiva dos responsáveis pela invasão e devastação da Resex.

Em relação à IDARON, o representante que me atendeu não permitiu a gravação de nossa conversa, mas eu fiz um registro em áudio, com o auxílio de algumas anotações que fiz. Conversei com um veterinário que é o responsável pela vacinação. A IDARON é responsável pelo controle de rebanhos assim como da vacinação e regularização dos animais.

Este interlocutor me informou que recorrentemente são questionados por procederem à vacinação de gado que é criado dentro da área da reserva extrativista. Ele esclareceu que não é competência da IDARON regular invasão de terras públicas e sim garantir que não se contamine o gado com nenhuma doença. Qualquer foco de doença pode comprometer o rebanho estadual, o que é um problema muito grave pois a produção de carne bovina é expoente da economia.

Ele mencionou o compromisso da instituição com a saúde animal e relatou que teve alguns encontros com o Ministério Público, com a Dra. Aidée e que inclusive nessa época afirmou que, se o Ministério Público determinasse que a agência não vacinasse o gado em áreas de invasão, seria cumprido pela IDARON. Porém ele explicou que isso seria um risco a todo rebanho do estado então entrou-se em um acordo para que os dados da IDARON fossem repassados para a SEDAM e essa repassaria para a Procuradoria que entrou com ações para remover os fazendeiros ilegais.

O servidor me explicou que Rondônia exporta para 57 países, e questionou quem lidaria com o prejuízo caso a produção fosse afetada. Além disso, ele mencionou os riscos que as pessoas enfrentam, e falou sobre a importância do controle de doenças. Ele admitiu que a contenção das doenças, um controle eficaz,

também é um fator para a valorização da terra e o consequente interesse e avanço sobre áreas protegidas.

O senhor servidor entende que o Estado está muito defasado em relação à proteção ambiental, não só Rondônia, mas no Brasil como um todo. Ele afirmou que nenhum servidor público da Agência (IDARON) apoia invasões, seja de terras públicas, terras indígenas ou propriedades particulares. Eles são totalmente contra as invasões, mas precisam garantir a saúde dos rebanhos.

Ele também destacou que a IDARON é a instituição mais capilarizada de Rondônia, com a maior quantidade de polos em todo o estado. Mencionou que a Polícia Federal, ocasionalmente, usa as dependências da agência, incluindo um transporte anfíbio. A SEDAM não conta com esse tipo de investimento.

Em termos de condições de trabalho, a IDARON está bem equipada, em contraste com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), que enfrenta falta de pessoal e material. Isto demonstra o quanto a saúde do rebanho é valorizada em relação a outras áreas da administração pública sob responsabilidade do estado, como dar suporte para as populações extrativistas.

A IDARON também emite as GTAs, guias de transporte animal, que garantem a movimentação dos animais para os locais de abate. A Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do estado de Rondônia (IDARON) não se sente impelida em emitir qualquer juízo de valor no que se refere a sua contribuição para a manutenção e expansão de devastação ambiental de uma área protegida.

Em entrevista concedida, o presidente da Idaron, Júlio Cesar Rocha Peres, afirmou que “não é competência do órgão agir sobre questões ambientais e fundiárias” e também que “nós precisamos ter conhecimento de origem e movimentação do gado independente da questão da regularidade fundiária ou ambiental, ou qualquer que seja a outra esfera”⁴⁰.

Tanto que o Ministério Público entrou com uma ação contra a IDARON, exigindo que a instituição não fornecesse mais as guias de transporte animal para aqueles animais oriundo da Resex Jaci-Paraná. Essa ação resultou num acordo onde a IDARON deveria fornecer acesso à SEDAM aos dados de todos os cadastros de

⁴⁰ Essas falas do superintendente da Idaron estão disponíveis na reportagem: <https://infoamazonia.org/2022/01/13/governo-de-rondonia-mantem-vacinacao-e-controle-de-gado-ilegal-em-area-protegida-da-amazonia/>

donos de rebanho na área da resex e a partir destes dados, que a PGE conseguiu indiciar os invasores.

Enquanto servidor da IDARON, o senhor entrevistado reconheceu que as ações da agência beneficiam as práticas de grilagem, porém concluiu que esse tipo de julgamento não pode impedir o serviço de proteção do rebanho. Porém, o tamanho de investimento na IDARON, com equipamentos que nem a Polícia Federal dispõe, indicam uma discrepância em relação ao tipo de fiscalização que é priorizado como política do estado.

A SEDAM internamente, apesar de contar com servidores dedicados, encara o pequeno contingente de pessoal agravado pela intensa rotatividade de agentes públicos que ingressam por influência política, incluindo aí coordenadores e o Secretário(a), indicado pelos governadores. Estes servidores advindos de relações políticas, muitas vezes tem interesses conflitantes com a própria atividade da secretaria. Me foi narrado por uma servidora da SEDAM, pela ouvidora da defensoria pública do estado de Rondônia e por mais de um seringueiro, a situação assustadora de um coordenador de unidades de conservação que em visitas às reservas extrativistas, ao visualizar a casa de um seringueiro vazia incendiou a casa.

Fiquei extremamente consternada com a deliberada violência praticada por um agente público que deveria colaborar com políticas que propiciem a permanência dos extrativistas em suas terras. Ocorre que por ameaças, preços da borracha baixos, entressafra da coleta de diversos produtos florestais e mesmo a busca por serviços básicos como educação e saúde, faz com que algumas famílias passem temporadas nas cidades, retornando eventualmente para a colocação quando é possível. Quem teve a casa queimada não tem para onde voltar, foi expulso da reserva pelo estado.

Um extrativista pessoalmente me relatou que após fazer diversas denúncias sobre as invasões dentro da reserva e relatar ameaças impostas por pessoal fortemente armado, que o fizeram abandonar sua casa, a SEDAM foi ao local. Este extrativista, chegando no local especificado na denúncia, juntamente com policiais e servidores da SEDAM, viu este mesmo servidor que ateou fogo na residência de extrativistas, conversar pacificamente com os invasores e os instruindo a abandonar os equipamentos como motosserra e outros instrumentos para retirada de madeira e abertura de estrada e saírem antes da chegada policial. Depois deste ocorrido, o extrativista teve acesso ao relatório da ação e pode constatar que ele era citado como a pessoa que estava cometendo a invasão e não como o denunciante.

As instituições e sua gestão não condizem com o senso de justiça e moralidade da totalidade de servidores públicos que lá atuam, como verifiquei mediante as conversas que tive. Isso foi exposto por servidores tanto dentro das instituições como em outros espaços fora, porém em situação nas quais os servidores sentiam segurança para se expressarem.

Ao conversar com servidores que se propuseram a falar, em um determinado ponto outras pessoas entravam na conversa, não sei se para verificar o que estava sendo dito ou para participarem, porém contribuíram com mais comentários sobre o papel da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental na situação de degradação da Resex Jaci-Paraná.

Em resumo, essa conversa tratou da percepção dos servidores sobre as atividades da IDARON e como isso repercute em dificuldades para as atividades de servidores da SEDAM. Nessa conversa, ficou perceptível que os servidores compreendem que há uma explícita incongruência entre as atividades de vacinação e as atividades de fiscalização.

Mesmo a ilegalidade do rebanho criado dentro da resex não impede sua vacinação assim como a emissão de um documento chamado GTA – Guia de Transporte animal. Este documento é necessário para transportar o gado do local de engorda para o local de abate, por exemplo. Não compete a IDARON nenhum tipo de responsabilização aos invasores e degradadores.

No entendimento dos servidores da SEDAM o estado está prejudicando o próprio Estado. Ocorre de servidores da SEDAM buscarem os nomes de proprietários das fazendas, porém administrativamente as instituições funcionam em esferas diferentes, o que não implica em uma colaboração entre as duas. (O acesso a esses nomes somente foi conseguido mediante ação do Ministério Público, que gerou o acordo entre a PGE e a IDARON). Os servidores ainda adicionam que a questão envolve a ação de técnicos (atuantes no serviço público) e outras pessoas com acesso à informação privilegiada.

No momento dessa conversa ainda não havia ocorrido a prisão de um juiz do Município de Buritis, porém já se sabia de sua interferência para a absolvição de criminosos e que inclusive ele estava ocupando uma área dentro do Parque Estadual de Guajará-Mirim. Este mesmo juiz estava envolvido em arrendamentos irregulares e emite decisões favoráveis aos que praticam crimes ambientais.

O servidor da PGE com quem conversei, o senhor Matheus, procurador ambiental, também mencionou a atuação desse juiz de Buritis em nossa conversa. Apesar de ocorrerem crimes recorrentemente envolvendo invasão de áreas protegidas em Rondônia, o capital simbólico que a classe jurídica detém implica em uma sensação de maior dano à moralidade presumida daquele agente. A Procuradoria Geral do Estado, em termos de capital simbólico, mantém um relevante reconhecimento por parte de outras instituições do estado de Rondônia, assim como fazer parte do campo jurídico imprime um status de superioridade aos agentes desse campo, em comparação a outros campos que participam da esfera estadual.

[...] a rigor, o poder político é em grande parte um poder pelas palavras, na medida em que as palavras são os instrumentos de construção da realidade. E já que a política é uma luta sobre os princípios de visão e de divisão do mundo social, o fato de impor uma nova linguagem a respeito do mundo social é, em grande parte, mudar a realidade. (...) Os juristas têm, assim, um capital de palavras, um capital de conceitos, e nessa condição podem contribuir para a construção da realidade. (Bourdieu, 2014, p.592)

Ocorre que a construção da realidade social edificada pelo campo jurídico obedece a um regime de tempo diferente do que as ações criminosas ocorrem e a movimentação de governo, juntamente com apoio da assembleia legislativa estadual de Rondônia, afirmam aos invasores seu capital político e simbólico, na medida em que a intenção destes campos de poder constituintes do Estado explicitamente se esforçam para dotar de legalidade e moralidade os atos criminosos.

Mesmo que as ações legais tramitem, como efetivamente ocorreu, e decidam pela inconstitucionalidade parcial da Lei Complementar nº 1.089, de 20 de maio de 2021(que foi votada como PL 80/2020), indicando uma cadeia de falhas em procedimentos que deviam ter ocorrido ou ocorreram de maneira incorreta, os fazendeiros já comprovaram o reconhecimento público mediante todo o apoio político e administrativo que receberam, visto que o governador Marcos Rocha, é reconhecido “por sua coragem”, ao propor o PL, frase repetida por deputados e por representantes dos invasores.

O senhor Matheus, Procurador ambiental do estado de Rondônia, me concedeu uma entrevista e nós conversamos por videoconferência. Nesta entrevista ele me forneceu alguns documentos que eu não teria conseguido de outra maneira. O Ministério Público e a Procuradoria do Estado já ajuízam ações para retirada de

invasores há mais de 20 anos, porém um novo aspecto é que agora estão sendo incluídos os frigoríficos que compram a carne. Em 2021 chegou-se num acordo entre IDARON e SEDAM, então ficou firmado que a IDARON continua emitindo as GTAs, porém compartilha a informação sobre os donos dos rebanhos com a SEDAM que então, pode fiscalizar de forma mais eficaz. Da mesma forma, a Secretaria do Desenvolvimento Ambiental compartilha as informações recebidas com a PGE e desta maneira, a Procuradoria do Estado age com as medidas judiciais cabíveis nas situações devidas.

As ações judiciais contra invasores iniciadas em 2021 são resultado de um acordo anterior entre as instituições visto que agora a PGE acessa os cadastros da IDARON, no qual se pode identificar a localização das fazendas dentro da Resex Jaci-Paraná e o tamanho do rebanho ali, informações cedidas pelos próprios invasores ao fazerem os cadastros para controle sanitário.

A maioria dos invasores não vende gado diretamente aos frigoríficos, pois geralmente utilizam operações trianguladas envolvendo outros imóveis fora da unidade. No entanto, foi possível identificar algumas transações diretas, que foram objeto das primeiras ações judiciais iniciadas. Estão previstas mais quarenta a cinquenta ações futuras, sendo o ineditismo atual referente a identificação dos grupos que compram os animais.

O senhor Matheus me disse que há uma confusão entre Estado e governo inerente ao próprio campo das instituições estaduais. Em suas palavras ele foi genérico inicialmente, mas depois, seu depoimento foi se direcionando e eu compreendi que existem agentes públicos que estão à serviço de um governo específico, o vigente, e não há um compromisso com as normas, legislações e funções que permanecerão no decorrer do processo histórico visto que, exigem um empenho político com massivo apoio social para serem completamente alteradas ou canceladas.

[...] nossa preocupação é seguir a legislação ambiental e não a política por governante de plantão né?! Então é isso que dá um nó na cabeça de muita gente né?! Inclusive nós tivemos um despacho muito estranho de um juiz de Buritis que escreveu que não receberia a nossa petição inicial enquanto a gente não colhesse a autorização do governador que é uma coisa que a gente estranhou muito. [...] Esse juiz [...] além de pedir assinatura do governador que é um entrave, disse pra gente fazer um estudo, e dizer qual será o impacto dessas ações para economia de Buritis. Eu nunca vi nada parecido, como se a

renda, ou a riqueza [...] geradas pelo desmatamento e pela criação de gado e pelas áreas ilegais fosse importante do ponto de vista econômico e isso tivesse sido levado como consideração pela procuradoria, pelo estado, antes de tomar qualquer medida contra os invasores. Então se Buritis tivesse a economia baseada no tráfico de drogas a gente teria que fazer um estudo também, antes de tomar qualquer medida contra os traficantes? [...] (Procurador Matheus, 2024).

Ele explica que em virtude de Jaci-Paraná abranger três municípios, as ações legais tiveram início em Porto Velho, Buritis e Guajará-Mirim. No caso, Guajará-Mirim porque é a comarca da qual faz parte o município de Nova-Mamoré, onde parte da Resex se localiza. Apenas o juiz de Buritis teve um entendimento de que era necessário confirmar a ciência do governo estadual e que era preciso medir o impacto econômico da remoção dos invasores.

Creio que em consideração ao campo do Direito, do qual os dois agentes fazem parte e do qual compartilham o poder simbólico, o procurador considerou o comportamento do colega “estranho”. Porém sem impor adjetivos diretos, indicou que a resposta do juiz de Buritis estava alinhada às recomendações e entendimentos que partem do governo atual de Marcos Rocha assim como da Assembleia Legislativa de Rondônia.

Historicamente os juristas legalizavam a colonização de unidades sociais e de recursos naturais, naturalizando-as através dos rituais de instituição de dispositivos legais. Códigos, leis, resoluções e “protocolos” de caráter administrativo, bem como cadastros, censos, zoneamentos e regulamentos, legitimavam uma forma de dominação externa às unidades sociais, ainda que, eventualmente, utilizando componentes do direito consuetudinário ou dos “costumes” de uma tribo, comunidade ou povo indígena (Almeida, 2022, p. 21).

Quanto ao governo estadual, é interessante pontuar que após as eleições, a presença de Lula como candidato e sua vitória presidencial, derrotando Jair Bolsonaro, estimularam o governador do estado a estabelecer alguns filtros quanto aos posicionamentos anteriores, incluindo uma tentativa de descolamento (não total) da figura do Bolsonaro. Com relação às UCs estaduais, passaram a fiscalizações com frequência superior ao que ocorreu no período de governo de Bolsonaro.

O senhor Matheus mencionou as dificuldades internas para o exercício do seu trabalho visto que a Procuradoria Geral do Estado precisa defender o estado contra políticas governamentais transitórias. Ele aponta o processo de devastação da Resex

Jaci-Paraná como emblemático, pois envolve uma grande unidade de conservação que quando criada, em 1996, estava praticamente intacta.

Desde o momento de criação, a resex enfrentou processos de invasão e expulsão de extrativistas, resultando em diversos tipos de violência. Além do dano ambiental, Matheus apontou que há o desafio de algumas pessoas esquecerem de que é necessário ouvir todos os envolvidos, incluindo os extrativistas, para buscar uma solução consensual. Ao usar a definição genérica de “algumas pessoas” entendi que o procurador está buscando não sofrer algum tipo de complicação em relação ao seu trabalho pois, como me explicou, ele é um servidor que pode ser retirado do cargo que ocupa atualmente.

Neste aspecto, ele aponta que existe uma política estrutural, não apenas do poder executivo, mas também do legislativo, que regula as invasões por via legislativa. Isto ficou bem evidenciado com a unanimidade de votos aprovando o PL 80/2020. Anteriormente, houve uma tentativa da câmara legislativa anular o decreto de criação da Resex Jaci-Paraná. Alguns setores do poder judiciário também influenciam nessa política, como o despacho mencionado anteriormente.

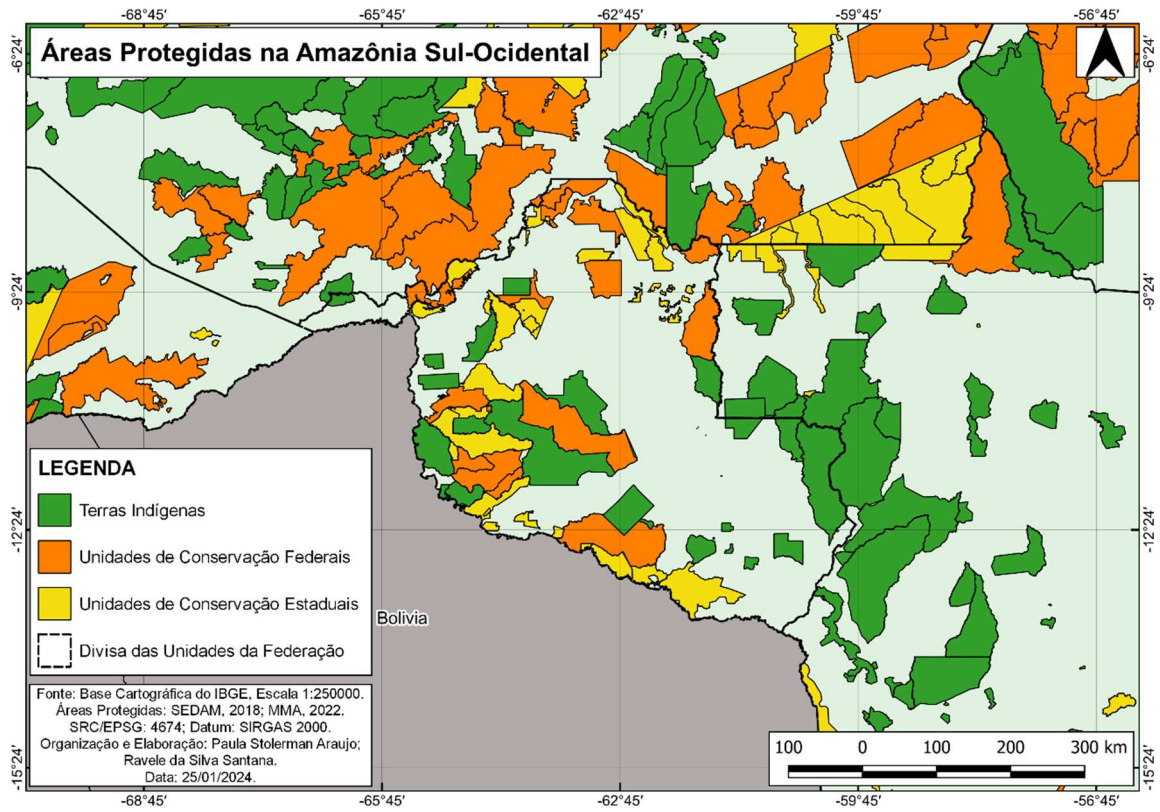
Desmobilizar essa estrutura é um processo de enorme dificuldade, pelo fato de que as atividades relacionadas a invasão de terras públicas não são consideradas crimes, visto que alguns consideram os produtores rurais como colonizadores que contribuem para a economia local e estadual. E ao apoiá-los, também é possível angariar votos nas eleições, o que gera promessas de desafetação como foi o PL 80/2020.

A perpetuação do capital jurídico atua como mecanismo chave na garantia do consenso em relação a necessidade de atuação e presença do Estado como instituição máxima da ordem social. Na medida em que se internaliza o poder do Estado, por meio da imposição de mecanismos legais, se cria um imaginário sobre a uniformidade na distribuição de capital necessário para disputar os embates do campo jurídico.

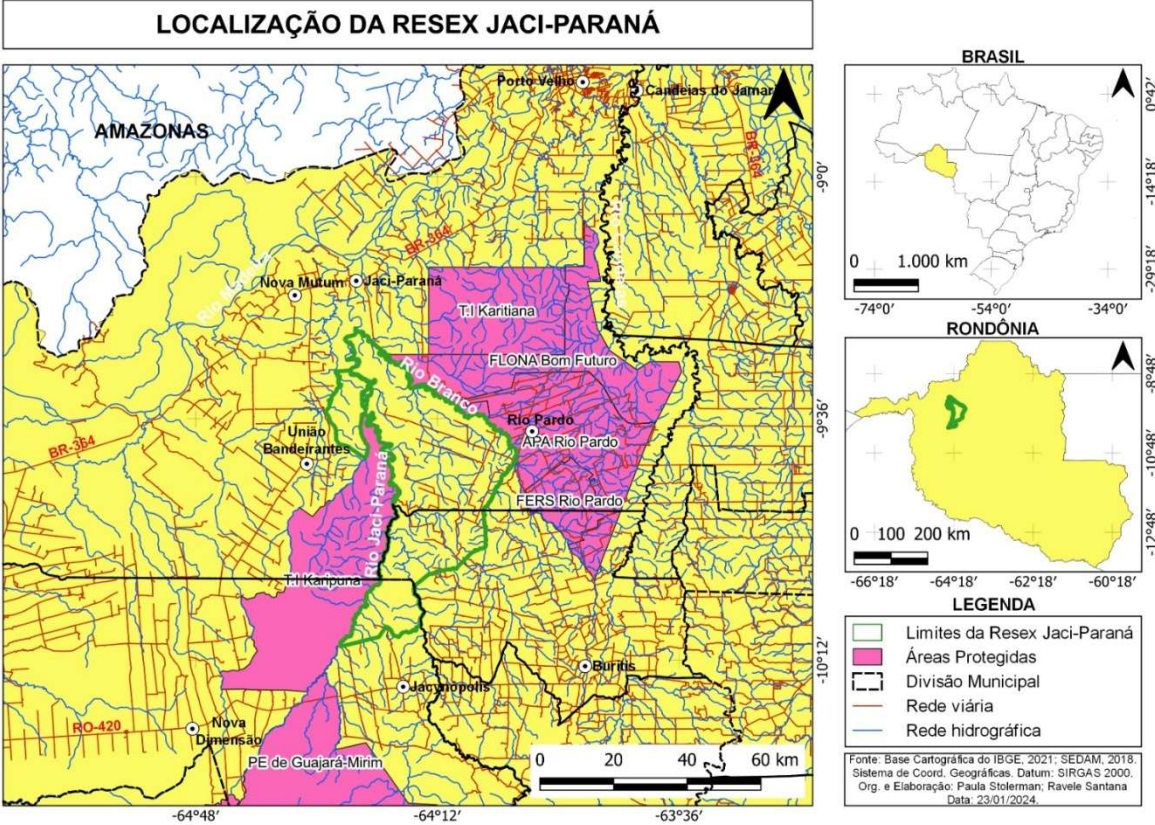
Apesar de não corresponder ao que ocorre de forma pragmática nos espaços sociais, esse imaginário ainda consegue manter a moralidade de atitudes, como a contestação de constitucionalidade do PL 80/2020. No entanto o imaginário de equivalência constituído não consegue manter o poder sem o apoio de outros campos do espaço social, para desmobilizar a moralização das invasões de terras públicas.

De forma isolada, os atores envolvidos em instituições que colaboram na gestão do Estado, conseguem elaborar criticamente as situações vividas porém, ao analisarem o campo de ação possível, a crítica não é robusta o suficiente para romper os dispositivos estabelecidos internamente nas instituições. As instituições estão disponíveis para blindarem os atos de Estado das críticas radicais, no sentido de agitarem uma total transformação no mundo social.

Mapa 5: Áreas Protegidas da Amazônia Sul-Occidental



Mapa 6: Localização da Resex Jaci-Paraná, Flona e TIs.



ANÁLISE DE UMA SITUAÇÃO SOCIAL NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

A Questão dos Bastidores da Política e da Participação Pública:

Antes de adentrar na análise da situação referida, a audiência pública, faz-se necessário problematizar os dispositivos para a participação pública em decisões que afetam diretamente a população do estado de Rondônia, incluindo povos tradicionais e indígenas. A forma como ocorreu a aprovação do PL 80/2020, confirmou o que ficou evidente no decorrer da audiência pública: o evento não foi elaborado de modo a proporcionar a participação ampla e democrática da população.

A audiência pública teve como função reafirmar o compromisso dos deputados estaduais com suas bases e seus pares, visto que há dentre eles pessoas com histórica relação com grandes pecuaristas e com a grilagem de terras⁴¹. Inclusive, durante a votação, um dos deputados afirmou que há situações em “(...) que deputados armam invasão em propriedade, aliás, armam invasão em terras públicas, em Reservas e ficam vendendo lotes. Há casos dessa natureza (Gomes, 2021). Ademais, o evento ter acontecido também tem eficácia como justificativa que reafirma a validade democrática das ações do parlamento rondoniense.

A participação de campos variados da sociedade rondoniense em um projeto de lei que previu a alteração de diversas áreas do estado era de suma importância, dado a relevância para a coletividade. Em representação ao Ministério Público Federal, a “Frente Ampla de Defesa das Áreas Protegidas em Rondônia”⁴², composta

⁴¹ FOLHA DE S. PAULO (São Paulo). Deputado grileiro de Rondônia cogitou matar procurador, aponta PF. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/deputado-grileiro-de-rondonia-cogitou-matar-procurador-aponta-pf.shtml>. Acesso em: 15 de dezembro de 2023.

G1 (Brasil). Em áudio, deputado ameaça desmatar, destruir terras e atacar procurador que não der aval à grilagem em RO. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/07/10/em-audio-deputado-ameaca-desmatar-destruir-terras-e-atacar-procurador-que-nao-der-aval-a-grilagem-em-ro.ghtml>. Acesso em: 15 de dezembro de 2023.

REPÓRTER BRASIL (Brasil). Metade dos deputados que aprovaram redução de áreas protegidas em RO são pecuaristas ou foram financiados por proprietários rurais. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/05/metade-dos-deputados-que-aprovaram-reducao-de-areas-protegidas-em-ro-sao-pecuaristas-ou-foram-financiados-por-proprietarios-rurais/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2023.

⁴² As organizações que assinaram a representação: ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNOAMBIENTAL - KANINDÉ, AÇÃO ECOLÓGICA GUAPORÉ – ECOPORÉ, ASSOCIAÇÃO DAS GUERREIRAS INDÍGENAS DE RONDÔNIA – AGIR, ASSOCIAÇÃO SOS AMAZÔNIA, CONSELHO INDIGENISTA

por movimentos sociais, ongs, associações e pessoas apoiadoras da ação, denunciou a inconstitucionalidade do PL 80/2020.

No mesmo dia em que ocorreu a votação do projeto de lei, o governador, autor do PL, pediu a retirada de pauta, porém isso foi ignorado. Imediatamente após a aprovação do PL 80/2020, foram feitas diversas emendas que alteraram drasticamente o conteúdo da proposta, sem nenhum tipo de consulta ou audiência pública, reduzindo ainda mais as áreas protegidas, tornando ainda mais imprevisíveis as consequências dessas alterações.

Entre as ilegalidades na aprovação do referido projeto, denunciadas pela “Frente Ampla”, foi assinalada a nulidade da audiência pública, visto que houve “flagrante intenção dos parlamentares em conferir mera legitimidade ao ato manifestamente ilegal e alheio às discussões mundiais em todo o tema em relevo” e “não houve audiência pública suficientemente apta a discutir e ouvir a sociedade acerca da alteração legislativa promovida pela Assembleia Legislativa de Rondônia.” (Ferreira e Andrade Advogados, 2021).

Mesmo o deputado que presidiu a audiência pública (que será descrita e analisada no próximo capítulo) tendo afirmado por diversas vezes a transparência que evocava o evento, esta intenção ficou encoberta pelas ações subsequentes à votação do Projeto de Lei. Como denunciou a representação ao Ministério Público e como alguns deputados se referiram ao processo que culminou com o resultado da aprovação.

A seguir, trouxe trechos da 8ª sessão ordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 10ª legislatura, na data de 20 de abril de 2021. Foi nessa sessão que o PL 80/2020 foi aprovado, com diversas alterações. A transcrição taquigráfica da sessão foi publicada no Diário Oficial nº 073 de, 28 de abril de 2021, da Assembleia Legislativa de Rondônia, disponível no portal da transparência do poder legislativo do estado de

MISSIONÁRIO, ASSOCIAÇÃO DO POVO INDÍGENA URU-EU-WAU-WAU – JUPAUÍ, ASSOCIAÇÃO METAREILÁ DO POVO INDÍGENA SURUÍ, ORGANIZAÇÃO ORO WARI, FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA – CONSELHO DE MISSÃO ENTRE POVOS INDÍGENAS (FLD-COMIN), SOS CERRADO, ASSOCIAÇÃO CIVIL ALTERNATIVA TERRAZUL, ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, WWF-BRASIL, COIAB - COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA, FÓRUM NACIONAL PERMANENTE EM DEFESA DA AMAZÔNIA, OPI-OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO, INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS – IPÊ, PROJETO GIA - GOVERNANÇA E INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA - UNIVERSIDADE DA FLÓRIDA, COMITÊ CHICO MENDES, ORGANIZAÇÃO DOS SERINGUEIROS DA AMAZÔNIA – OSR e outras.

Rondônia. Nos seguintes trechos, dois deputados comentam sobre os trabalhos de bastidores⁴³, as relações estabelecidas fora da visibilidade pública.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Quero cumprimentar o Presidente Deputado Alex Redano e parabenizar o Deputado Alex Redano pela sensibilidade e pela coragem. O Deputado Alex Redano é do Vale do Jamari, buscou, essa semana, o consenso para que fosse votado esse Projeto. Eu sei que o senhor foi um dos mais votados em Jacinópolis e foi buscar esse consenso, aqui, dentro da Casa, dentro da Assembleia Legislativa para que a gente pudesse votar esse Projeto, aqui, o PLC 80 com segurança. Então, Deputado Alex Redano, **muitos não entenderam, não sabem os bastidores que acontecem na Casa**, o esforço que o senhor teve, aqui dentro, para que a gente pudesse, hoje, nesta tarde, estar discutindo, votando esse Projeto de suma importância para o Vale do Jamari.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – [...] quero aqui agradecer a todos de Minas Novas, o pessoal de Terra Roxa. Conte com a gente aí. Isso aí foi uma luta. Não foi fácil. **Tem coisas nos bastidores que é tão complexo**, mas nós estamos aqui para defender e lutar pela população, pelo povo que produz e trabalha e sustenta o nosso estado. Se nosso estado está no azul, não sei se vocês sabem, aumentou 13% de arrecadação, isso aí é devido aos nossos produtores rurais. E o mínimo que nós devemos fazer é apoiá-los. Parabéns.

Os destaques em negrito acima, indicam uma movimentação para a aprovação do PL, que ocorreu à toque de caixa. Almeida e Sprandel (2014), em seu estudo sobre as proposições legislativas no Congresso Nacional, sinalizam que propostas de leis referidas ao “desmatamento” não são atos isolados de cada parlamentar empossado, mas sim “expressam relações sociais definidoras dos interesses de determinados grupos” (idem, p. 10). O termo “desmatamento” não aparece no projeto de lei 80/2020 e em autógrafo da lei quando foi publicada⁴⁴, no entanto, se trata de medida que utiliza das incumbências da câmara legislativa para retirar a área desmatada da ilegalidade.

Os trabalhos que ocorrem nos bastidores da representação política, aquilo que não ocorre em plenário, mas em reuniões de todo tipo e encontros de corredor, no caso do PL 80/2020, também implicam em deslocar o sentido de devastação de uma

⁴³ “Uma região de fundo ou dos bastidores pode ser definida como o lugar, relativo a uma dada representação, onde a impressão incentivada pela encenação é sabidamente contradita como coisa natural. Há, sem dúvida, muitas funções características de tais lugares. É aqui onde se fabrica laboriosamente a capacidade de uma representação expressar algo além de si mesma.” (Goffman, 2002, p. 106).

⁴⁴ Lei Complementar nº 1089, de 20 maio de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado - DOE nº 104, de 20 de maio de 2021.

área destinada aos extrativistas. O esforço em atribuir legalidade a desafetação de uma reserva extrativista, de forma a beneficiar todo tipo de crime que ocorreu e permanece ocorrendo no território da resex está alinhado a construção de ordens de justificação que ignoram os processos sociais anteriores. O que foi crime precisa ser transmutado e compreendido como trabalho em benefício dos que trazem riqueza para o estado.

São esperadas movimentações de bastidores no caso das proposições legislativas, seja na esfera federal, estadual ou municipal. A questão é que as forças políticas do estado de Rondônia estão atreladas de tal maneira ao processo de invasão de terras públicas para atender ao agronegócio, que o sentido de “público” não contempla garantia de direitos para povos indígenas e populações tradicionais, que se reconhecem com diferentes termos político-identitários.

As reservas extrativistas têm definição dada pela lei que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Em seu artigo 4º, são definidos os objetivos do SNUC e um deles refere-se diretamente às populações tradicionais. O SNUC, ao qual a reserva extrativista faz parte como Unidade de Conservação de Uso Sustentável, tem como um dos objetivos específicos a proteção dos recursos naturais que são necessários às populações tradicionais, de forma que seja respeitado seu modo de vida (Brasil, 2000).

As audiências públicas são um dispositivo fundamental à participação social, colaborando com o processo legislativo, subsidiando esclarecimentos ao judiciário e à atuação do Ministério Público no serviço de defesa das garantias constitucionais federal e estadual. Embora tenha ocorrido uma audiência pública antes da votação do PL 80/2020, não houve o cumprimento do efeito da audiência pública, que é alcançar o amplo debate público, tornando o processo decisório participativo e transparente.

Ademais, como se verá adiante, na descrição da audiência pública observada durante a pesquisa, é expressivamente maior a participação dos ocupantes ilegais das Unidades de Conservação. Estes ocupantes estão nominados no Projeto de Lei 80/2020 como “proprietário ou possuidor de imóvel rural”⁴⁵. Essa denominação permaneceu após a aprovação do Projeto como Lei Complementar nº 1089, de 20 de

⁴⁵ Art. 17. O proprietário ou possuidor de imóvel rural localizado nas áreas desafetadas da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e do Parque Estadual de Guajará-Mirim deverá promover a regularização ambiental de sua propriedade ou posse, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e demais legislações de regência.

maio de 2021, como artigo 15 da mesma. O proposital eufemismo, que visa suavizar a ação de invasão de terras públicas implica em uma falha do próprio estado, que assume a concordância com a reivindicação das áreas de reserva, de antemão, como legítimas.

Apesar de não terem sido considerados, os extrativistas com os quais tive contato expressaram a vontade de permanecer ou retornar a viver na resex, com a floresta proporcionando o espaço do extrativismo em cada respectivo ciclo, sem derrubar a mata. O admissível é apenas uma roça e criação, o que se trata de uma dinâmica estritamente diferenciada das ações que devastaram a resex em mais de 70% de sua cobertura vegetal.

Juntamente com a audiência pública, outro mecanismo fundamental de participação social trata-se da jurisprudência que reafirma o direito à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado (CCPLI), previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho⁴⁶, na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e na Declaração dos Estados Americanos sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

A convenção 169 da OIT (Brasil, 2019), um acordo internacional do qual o Brasil é partícipe, representou um avanço no reconhecimento dos países que a subscreveram. Políticas públicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais foram erigidos mediante a participação do Brasil no acordo. Um destaque foi a promulgação do Decreto 6040, de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

O Brasil, enquanto signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais, deveria garantir o direito à consulta prévia sobre ações que podem alterar seu modo de vida e prever a possibilidade de os povos tradicionais escolherem suas prioridades quanto às políticas de

⁴⁶ A Convenção nº 169/OIT empregue a expressão “povos indígenas e tribais”. A categoria jurídica e antropológica “povos e comunidades tradicionais” abrange diversas realidades socioculturais reconhecidas institucionalmente no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criado pelo Decreto nº. 6.040. Tal decreto instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e reconhece, como tais as comunidades ribeirinhas, quebradeiras de coco babaçu, comunidades de fundo de pasto, ciganos, populações extrativistas, dentre outros. Nota-se a coincidência de critérios normativos entre o supracitado decreto e a Convenção 169/OIT na identificação de povos e comunidades tradicionais e de povos tribais, respectivamente. Ambos os diplomas se referem a grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem enquanto tais e que mantêm instituições sociais, políticas e culturais diferentes da sociedade hegemônica. (Garzón et al., 2016, p.18)

desenvolvimento. Não houve consulta aos extrativistas sobre a desafetação da reserva, assim como aos povos indígenas (a TI Karipuna tem como um de seus limites o rio Jaci-Paraná, que a separa da Resex Jaci-Paraná), inclusive os que vivem em isolamento voluntário, que conseqüentemente sofrerão mais pressão em suas terras no caso da aprovação do projeto de lei.

Em seu artigo 6º, a convenção 169 prevê:

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:
 - a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
 - b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;
 - c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.
2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas. (Brasil, Anexo LXXII, 2019).

De forma bem transparente, a convenção 169 da OIT coloca que se deve criar mecanismos para que ocorra o entendimento total, por parte das comunidades e povos tradicionais, do que se está comunicando, de forma que estes tenham condições de formar opiniões mediante um saber tão robusto quanto o que está municiando outros grupos sociais.

Os interlocutores que acessei, tanto em conversas como em eventos nos quais pude ouvir suas falas, referem-se a eles mesmos de três formas: como seringueiros, como extrativistas e como ribeirinhos. Essas definições não se excluem e fazem parte de um mesmo processo identitário. O que observei é que não se trata de estabelecer uma identidade fechada, mas um tipo de afirmação política sobre sua relação com a floresta. Quando se trata de pesca e transporte se reconhecem como ribeirinhos, por cortarem seringa são seringueiros e por colher castanha ou outro produto da floresta são extrativistas.

Ao se definirem por estas categorias, os extrativistas refirmam um *habitus* diferenciado do que é afirmado pelos fazendeiros que ocupam o território da reserva. De qualquer forma, todas estas categorias são contempladas pelo que se constituiu como

[...] sistema de representações de agentes sociais nomeados juridicamente, a partir da Constituição brasileira de 1988 e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, como “povos e comunidades tradicionais” (Almeida, 2013, p.168).

O povos e comunidades tradicionais encontraram espaço, durante a elaboração da Constituição, para reivindicarem seus direitos territoriais, de forma a contestar a desigualdade na apropriação dos recursos e exigiram sua presença reconhecida (idem).

Durante o governo de Jair Bolsonaro (PL, 2019-2023), foi proposto o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 177/2021, de autoria do Deputado Federal Alceu Moreira (MDB-RS), que tinha como objetivo autorizar o Presidente a retirar o país da Convenção 169 da OIT, o que fragilizaria drasticamente as garantias jurídicas dos povos e comunidade tradicionais.

Ocorre que, a consulta deve consistir em um processo ao qual se encontre uma solução entre Estado e a comunidade, garantindo o conhecimento de todas as etapas e a autonomia para que a comunidade possa impedir a intervenção planejada se concluir que sua instalação é maléfica para aquela unidade social.

Em se tratando de “grandes projetos de desenvolvimento”, Parry Scott (2012, p.122) classificou como “descaso planejado” as ações das empresas relacionadas à mitigação dos impactos socioambientais. A provocativa expressão, chama atenção sobre as compensações sociais e ambientais, que entram para o projeto como custo adicional. Sendo assim, o empreendimento visa reduzir maximamente os custos com compensações e as populações atingidas só conseguem, historicamente, alguma vantagem na negociação mediante a mobilização.

No caso do PL 80/2020, a intenção de “desafetar” a área corresponde ao desejo político de interessados que, no entanto, não deveriam compor uma das partes interessadas nessa alteração. Uma das justificativas apontadas para a apresentação do projeto foi a incapacidade de o estado manter o espaço físico sem intrusão. A incapacidade é efeito do baixo interesse político na manutenção de territórios

tradicionais e forte atuação de grupos interessados em valorização fundiária, que elegem seus próprios representantes, disfarçados como interesses de produtores rurais.

Figura 6: Visão de quem assistiu a audiência pública pelo YouTube. O prefeito de Buritis, Roni Irmãozinho, com a camisa da ASPRUMIN – Associação dos Produtores de Minas Novas



Canal da Assembleia Legislativa, Youtube

Análise de uma situação social: a Audiência Pública do PL 80/2020.

Com intuito de agilizar a votação do PL 80/2020, que reduzia drasticamente a área da Resex Jaci-Paraná, parte do Parque Estadual de Guajará-Mirim e criava outras unidades de conservação em Rondônia, sendo que todos estes atos não estavam apoiados em estudos atualizados e tampouco foram amplamente debatidos com a população do estado, a Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE RO) fez o chamamento para uma Audiência Pública, que ocorreu na data de 2 de dezembro de 2020.

A comissão de meio ambiente e desenvolvimento sustentável ficou responsável pela audiência, enquanto o projeto de lei se encontrava à espera de um parecer da comissão. Audiências públicas são mecanismos de participação social, onde se presume a ampla participação e discussão de temas de interesse público, a fim de tornar as tomadas de decisões dos órgãos de poder do Estado mais alinhadas às necessidades da população.

A audiência ocorreu durante a pandemia de covid-19 e em decorrência disto, controlaram a quantidade de pessoas que estavam presencialmente na plenária e houve também a transmissão ao vivo do evento. Eu assisti a audiência pelo canal do *Youtube* da Assembleia Legislativa, assim como outros, que se manifestavam no campo do chat do canal. Me ocorreu que a audiência pública da ALE RO, tratando sobre tema que implica diretamente na resex (dentre outros, porém o maior número de “interessados” presentes são ocupantes da reserva) poderia ser analisado como uma situação social.

As situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo, pois são os eventos que observa. A partir das situações sociais e de suas inter-relações numa sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc. daquela sociedade [...] (Gluckman, 1987, p. 228)

Quando se estuda um evento como parte do campo da Sociologia, é conveniente tratá-lo como uma situação social (idem, p. 238).

Gluckman (1987) analisou diversos eventos em momentos diferentes em seu trabalho de campo, nos quais todos se relacionaram por sua presença como observador. As observações demonstraram um tipo de sociedade conflituosa que em determinadas situações, conseguiu atuar com algum nível de união para alcançar um fim comum. Seu trabalho é seminal para pensar sociedades onde grupos opostos são instados a constituir alianças em determinadas situações, o que ficou evidente aos antropólogos que observaram as consequências das imposições coloniais.

Ao falar sobre as associações sociais momentâneas que permitiram o evento de inauguração de uma ponte na Zululândia, Gluckman (1987) interpretou que a separação dos grupos sociais atuou para compor outra forma de associação. A partir disto, sugeriu que a separação e as oposições socialmente produzidas formaram um elemento de coesão social.

Deste modo, considere a audiência pública um espaço privilegiado de observação, onde se apresentaram os interesses convergentes e conflituosos, relacionados a proposta de desafetação da resex. Mais do que a comunicação verbal dos presentes, em forma de alegações a favor ou contra o Projeto de Lei, foi possível identificar arranjos estratégicos de grupos sociais, que não ocorreriam em contexto diverso do que fora apresentado durante a audiência pública.

Desta feita, se apresentaram distintos agentes, alternando-se em campos sociais (Bourdieu, 2002), ora comunicáveis, ora não, encerrados em falas e gestos dos participantes. Tanto a ocorrência de disputas como de possíveis acordos durante o evento “audiência pública”, expuseram como diferentes capitais são mobilizados pelos agentes/atores⁴⁷. Ocorreu, porém, que travei uma experiência de observação mediada pelo computador, visto que acompanhei o evento pela internet.

Existem discussões epistemológicas referentes à pesquisa na internet e durante a pandemia isso foi evidenciado. Os meus contatos iniciais com alguns interlocutores se deram por whatsapp e inclusive algumas entrevistas e conversas aconteceram usando esse aplicativo seja por escrita, áudios ou chamada com vídeo. A pesquisadora Beatriz Polivanov (2013) argumenta que

[...] ainda que haja, sem dúvidas, singularidades quanto à mediação, linguagem e formas de interação entre pesquisadores e pesquisados na internet e “fora” dela, tal relação – mediada mesmo off-line – se dá em ambientes virtuais que não podem mais ser tratados como “não-lugares” e menos ainda de forma dicotômica, opondo se o virtual ao “real”. (Polivanov, 2013, p. 14)

Com esta perspectiva, busquei perceber os momentos de pesquisa na internet também como trabalho de campo etnográfico, visto que foi possível ter acesso a documentos e informações que não estão disponíveis em outro formato. Ademais, algumas manifestações de agentes sociais na audiência pública, com distintos interesses, só puderam ser observadas devido à sua participação como espectadores online.

Compreendo que se perde da observação uma série de acontecimentos que não estão no foco do que está sendo filmado e transmitido, porém ao mesmo tempo, o evento está disponível na página do *Youtube*, podendo ser revisitado e consultado quantas vezes se fizerem necessárias. Neste caso, penso funcionar como um evento/documento, que de certa forma captura aspectos da situação social que foi analisada. Assim como as falas inscritas para a exposição durante a audiência foram taquigrafadas e após publicadas no Diário Oficial do Estado de Rondônia⁴⁸, as

⁴⁷ Os participantes da audiência são agentes em disputa nos campos sociais e são atores investidos de valores que orientam seus regimes de justificação.

⁴⁸ DO-e-ALE/RO, Nº 221, PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2020.

imagens trouxeram outras nuances, assim como os ruídos dos presentes, que eventualmente se manifestaram.

A audiência teve início às 10 horas da manhã, com as falas do Mestre de Cerimônias. Por se tratar de um evento oficial do estado, seguiu um modelo protocolar, iniciando com o hino de Rondônia. Neste momento a câmera fez uma volta no plenário e foi possível ver a plateia, formada predominantemente de homens. A mesa é composta por deputados, o presidente da Assembleia Legislativa, Laerte Gomes, a defensoria pública e outros considerados autoridades. A assembleia é presidida pelo deputado Jean de Oliveira, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Figura 7: Abertura da Audiência Pública



Canal da ALE-RO no Youtube

Houve um controle de número de público na entrada, portanto pessoas que gostariam de estar participando presencialmente ficaram de fora. A audiência foi marcada de forma súbita e não foi colocado nenhum aviso no site da Assembleia Legislativa, que anuncia a agenda das sessões e outros eventos. A participação de populações tradicionais dependeu de representantes da Organização dos Seringueiros de Rondônia, da Kanindé, de um representante indígena do povo Gavião e do advogado da Kanindé. Também estava presente um representante da CPT mas os povos tradicionais não tiveram condição de se organizarem para participar.

Com relação aos extrativistas da Resex Jaci-Paraná, não se sabia ao certo onde estavam localizados dentro da reserva e havia um discurso circulando de forma informal, em diversas esferas do governo estadual, de que supostamente não havia

mais extrativistas dentro da reserva. Até a data da audiência, eu mesma ainda não tinha localizado extrativistas, nem dentro da reserva e nem os que foram expulsos. Membros da Organização de Seringueiros de Rondônia (OSR) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) estavam à procura dessas pessoas também.

Somente o que foi dito presencialmente durante a audiência foi convertido em texto pelo trabalho taquigráfico da Assembleia. Como minha observação ocorreu mediada pelo computador, considere que além das falas que ocorreram presencialmente na assembleia legislativa, eu devia trazer os comentários do *chat*, os quais também é possível rever mediante o recurso do *youtube* de *replay* do *chat* ao vivo. Procedi então, a fazer capturas de tela dos comentários, pois esta era a perspectiva de plateia da audiência que eu tive. Os comentários feitos pelo *chat*, interagiram com momentos da transmissão.

A seguir, como forma de exemplificar, transcrevi abaixo os comentários referentes a um momento em que o deputado Jean de Oliveira repreendeu a representante da Kanindé, Ivaneide Bandeira. Segundo ele, ela insinuou que os deputados já teriam decidido seu posicionamento em relação à votação do projeto de Lei. Eles estavam dispostos de cima para baixo e mantive a grafia:

so paciência;
essa e loucaaa kkk;
pergunta pra ela se ela já pegou num cabo de enxada ou da foice;
temos que investiga essas honguis;
olha que eu pensei já ter visto de tudo mais esta senhora superou
todas as minhas expectativas ela deve ter saído do manicômio;
parabéns jean;
Indio também quer comer carne barata, andar de carro, estudar. Tem
direito de vender e comprar, inclusive terra. Tem direito à cidadania, a
trabalhar e o dever de pagar impostos como todos nós;
toma essa jararaca;
parabéns deputado;
Jean, falou bonito! Emoji de palmas;
toma copivara.

Como é possível observar, o tipo de comentário no *chat* não tem nenhum tipo de filtro, podendo inclusive incorrer em xingamentos e discussões sobre quem participou da audiência *in loco* ou entre os próprios participantes do *chat*. Observar os comentários do *chat* correspondeu ao que eu poderia esperar como reações de uma plateia diretamente interessada no assunto.

O *chat* da transmissão, era a resposta ao que se falava no local presencial, em sua maioria. Em alguns momentos houve comunicação entre os comentadores, para demonstrar concordância ou não com o que estava se dizendo no plenário ou com algum interlocutor do *chat*. Os discursos explicativos sobre o tema da audiência pública, se colocando como favoráveis e contrários, apareceram na transmissão feita pela Assembleia Legislativa e a audiência virtual respondia a isso com o *chat*. O *chat* de transmissões ao vivo é dinâmico então as frases foram curtas, quase interjeições, mas por outro lado, podem ser compreendidas como os comentários da plateia no contexto virtual.

As falas, expressão dos presentes que se inscreveram no evento presencialmente assim como os comentários do *chat* que respondiam ao que estavam assistindo, compõem diferentes discursos sobre o território da reserva. Penso que a mediação pelo computador implica em um tipo de comunicação diferenciada porém, o relevante, no caso da minha pesquisa, foi poder observar o evento e as interações sociais, mesmo em condições de pandemia e distanciamento social.

Assim, assistir a audiência, mesmo de forma virtual, me propiciou observar agentes sociais expondo percepções de campos sociais distintos e buscar abstrair os sentidos das mesmas, como propôs Gluckman (1987). Também considerei que para a pesquisa, seria necessário formular um ordenamento metodológico para evidenciar “as operações críticas empreendidas pelos atores quando desejam expressar seu desacordo sem recorrer à violência” (Boltanski, Thévenot, 2020) e como os discursos são mobilizados por diferentes atores, que visam, ao menos no campo simbólico do mundo social, “construir, manifestar e selar acordos mais ou menos duradouros” (idem).

Assim como as lives que ocorreram durante a pandemia, as imagens transmitidas pela Assembleia sempre estavam à frente dos comentários, até porque, os comentários não são silenciados ou impedidos, o que poderia acontecer se fossem feitos presencialmente e causassem algum tipo de atrapalho à continuidade do processo da audiência pública.

Na medida em que a audiência pública assistida pelo Youtube não me proporcionou a mesma experiência que eu teria caso pudesse estar presente no evento, obviamente, percebi que a sequência de falas que se seguiram formaram o elemento mais central na situação social da forma como pude observar. Diante disto, encontrei na exegese dos textos uma forma mais adequada para a análise.

A exegese é um recurso mais presente em análise de textos religiosos, porém, Veena Das (2020) propõe a exegese da fala de uma de suas interlocutoras na pesquisa, como forma de tomar “diferentes frases e preenchendo a densa codificação cultural que [...] fornecerá o contexto.” Busquei juntamente com a descrição da audiência, trazer a análise crítica do contexto social em que ela ocorreu, de forma que se possa evidenciar os diferentes posicionamentos dos agentes no campo.

O deputado Jean de Oliveira, que presidiu a audiência, iniciou “rogando a proteção de deus”, expressão que também usou ao encerrar a audiência. Considero relevante que a audiência pública tenha ocorrido na Assembleia Legislativa, em Porto Velho, impondo dificuldades para a vinda de participantes interessados no tema de outras localidades. A pandemia de covid pôde ser utilizada como desculpa porém, devido a extensão de modificações propostas em áreas de conservação, a discussão devia tentar ao máximo chegar à população de diversas localidades do estado.

O evento ocorreu dentro das normas formais do protocolo e sua realização ocorrer no plenário da ALE impôs mais uma camada de controle, de interdição (Foucault, 1996) sobre o que foi dito e como foi dito. Para compor a Mesa que organizou a audiência e fica acima do restante dos acentos (há um balcão nesse espaço, porém ele é destinado a observadores, as cadeiras dos deputados estaduais ficam todas na parte térrea do auditório), o mestre de cerimônias convidou sequencialmente: o deputado estadual Jean Oliveira, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Deputado Laerte Gomes, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, à época; o Deputado Chiquinho da Emater, membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Deputado Cirone Deiró, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Defensor Público Dr. Sérgio Muniz Neves, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia – DPE, José de Arimateia da Silva, Vice-Presidente da Emater/Rondônia, Edson Afonso, Diretor Ambiental da Federação da Agricultura e Pecuária de Rondônia – FAPERON; o Deputado Estadual Jair Montes, líder do Governo.

Diante do elenco da mesa, ficou evidente que o controle da argumentação estava com representantes eleitos, que têm a autoridade do estado investida em si, com o judiciário, na figura do defensor público e com o diretor da EMATER. A EMATER-RO é a Entidade Autárquica de Assistência técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia e a FAPERON é uma organização privada, que privilegia o

avanço do agronegócio, promovendo cursos e assessorias para os produtores rurais. Não foi convidado para compor a mesa nenhum representante dos extrativistas ou de outra população tradicional.

A câmera de transmissão estava direcionada para a formação de mesa e os convidados, à medida que se aproximavam, se cumprimentam com apertos de mãos e abraços. O cerimonial também anunciou a presença de outros cinco deputados estaduais: Ezequiel Neiva, Cassia Muleta, Dr. Neidson, Adelino Follador e Aécio da TV. O deputado Jean de Oliveira declarou aberta a audiência pública por ele convocada e todos os presentes foram chamados a cantar o hino do estado de Rondônia de pé.

Durante o hino, as câmeras filmaram todo o auditório e foi possível ver o espaçamento entre os presentes, o número de pessoas bem abaixo do que comporta a parte de baixo do plenário e o balcão em cima, o uso de máscaras e a presença do fotógrafo. Concluído o hino, o deputado Jean fez os cumprimentos para os presentes considerados autoridades e para as pessoas que se inscreveram para falar.

O deputado Jean iniciou agradecendo a presença dos que estão em outro auditório da Assembleia, onde foi instalado um telão para os que não puderam entrar e aos que estão assistindo a transmissão ao vivo e complementou:

É uma satisfação poder estar realizando esta Audiência Pública com o intuito de tornar o mais transparente e democrático possível esse debate. Um debate muito importante para o meio ambiente, para a agricultura, para Rondônia, para o Brasil.

Depois ele fez um breve relato sobre os trâmites do Projeto de Lei Complementar 80/2020 e leu as emendas apresentadas. Nenhuma versava sobre a retirada do projeto de desafetação das reservas. A preocupação dos parlamentares se encontra na criação de outras áreas de preservação como uma espécie de compensação, porém também sem estudos que possam endossar a escolha dessas áreas. Inclusive estão presentes na audiência representantes de pessoas que estão estabelecidas nesses espaços. O deputado Jean conclui a abertura da seguinte forma:

Então, nós estamos aqui para ouvir os interessados, aqueles que se julgam desfavorecidos. Nós estamos aqui para ouvir o setor produtivo; nós estamos aqui para ouvir as questões ambientais; tudo isso para

que, no final, nós possamos nos enriquecer de conteúdo e, ao final, fazermos aquilo que é mais justo e correto para o povo do Estado de Rondônia, para o Estado de Rondônia. Que o nosso grande objetivo é tomar uma decisão, aqui, que seja no consentimento do que for melhor para o nosso Estado. Então, fica aqui explanado os reais motivos desta Audiência Pública.

A palavra então foi passada ao presidente da Assembleia Legislativa do momento, o deputado Laerte Gomes. Ele estava sentado em um dos lugares centrais da mesa, ao lado do Jean. Agradeceu aos presentes e questionou sobre a presença da SEDAM. A secretaria enviou um servidor, porém o secretário, que é o cargo de maior responsabilidade da instituição, não participou.

É relevante expor que no âmbito da SEDAM, segundo os próprios servidores que me confidenciaram, as questões relativas à Resex Jaci-Paraná são tratadas no gabinete do secretário, “por se tratar de um problema muito grande”. Em determinado momento da pesquisa, pude conversar rapidamente com o secretário em exercício e ele disse que “não mexia com isso, que Jaci-Paraná era assunto da procuradoria”. Essas informações auxiliaram a pensar e questionar a quem os atos de estado devem estar alinhados. Qual campo social se beneficia desta imobilização?

O deputado Laerte falou que é muito importante e relevante o projeto, e após diversos cumprimentos, agradeceu a presença dos produtores rurais especialmente os da Resex Jaci-Paraná e a presença da ASPRUMIN, que é a associação dos produtores de Minas Novas, dentro da resex e conclui com um comentário que exemplifica qual a importância de votar o PLC 80/2020. Este projeto possibilita a legalização de áreas que foram degradadas, griladas e poderão transformar-se livremente em latifúndios:

Quero desejar uma boa Audiência Pública. Esse projeto é importantíssimo para o Estado de Rondônia. Depois desse projeto, nós temos outro projeto. Tão qual ou mais importante, que é o PLC 85/2020, se não me falha a memória, Deputado Jean? Que é o do zoneamento socioeconômico do Estado de Rondônia, debatido ao extremo, entre o Estado, o Legislativo e as partes envolvidas. Nós estamos em um Estado com a nossa aptidão totalmente de produção. Eu acho que Rondônia deveria ser Centro-Oeste, não é ser Amazônia, não é? Se este País hoje, a economia vigora, a economia está forte, mesmo em tempos de pandemia, gerando emprego, gerando riquezas, nós devemos à agricultura, nós devemos ao agricultor, ao setor produtivo. Então, o zoneamento é fundamental para que Rondônia possa se consolidar como o Estado pujante, um Estado que

vai se desenvolver e que a gente espera que possa melhorar a qualidade de vida dos nossos mais de 1 milhão e 800 mil habitantes.

O estado de Rondônia tem a “aptidão totalmente de produção” devido a diversos processos e relações de exploração, não é uma característica que está objetivamente posta, mas uma interpretação sobre o território que não se libera da dinâmica da colonialidade.

O deputado Jair Montes interveio com uma questão de ordem e disse que é o momento de “ouvir todos, os prós e contras e [...] para que possamos avançar sem desmatar.” Como a fala não acrescentou nada ao que já fora dito, penso que o deputado Jair Montes estava acenado para algum grupo de apoio.

A fala voltou para Jean e ele comentou quantas pessoas estão presentes e quantas estão acompanhando on-line e que houve uma preocupação de convidar as pessoas que têm a maior relação com o tema tratado, para que houvesse a maior transparência possível de todo o processo, porém entre os grupos elencados por ele, os extrativistas não foram mencionados.

Ele explicou que a palavra será inicialmente dada para as autoridades convidadas, após ele dará a palavra aos deputados estaduais e depois à associações. Ao mencionar apenas as associações, a fala do deputado Jean indica quem ali está com a autoridade do discurso. Podem se expressar outros representantes, porém as associações de produtores são os autorizados pelo poder da Assembleia.

O primeiro a falar é o representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado, Edson Afonso, que veio acompanhado de uma advogada. Após os cumprimentos ele falou da importância do trabalho dessa entidade na formulação de políticas públicas para o estado e como o PLC 80 é relevante. Esse senhor também diz que 40% do estado de Rondônia é formado por reservas e terras indígenas portanto o “restante” deve estar liberado para a produção.

Isso nos coloca numa posição de ser um Estado muito promissor ambientalmente. As demais áreas, a gente entende que elas têm que estar à disposição da produção rural, da produtividade, seja ambiental, seja do agronegócio como um todo. Ambas são produtivas para a sociedade.

O “ambiental” na fala do representante da FAPERON é um coringa discursivo, e se encaixa nas propostas apenas como forma de eufemizar as intenções de

exploração total de todas as áreas. O senhor Afonso também apontou que não é a favor da criação de reservas em áreas produtivas ou em áreas ocupadas por produtores rurais. Áreas produtivas as quais ele se refere, são áreas já convertidas em espaço de produção de *commodities*, as áreas desflorestadas tornadas pasto, como na Resex Jaci-Paraná. Estas áreas são atestados da “produtividade”.

Nesse sentido, talvez, se pensar na possibilidade, se houver discórdias, ou não seja convergente o Projeto 080/2020, no sentido de haver necessidade de maior de discussão sobre ele, que esta Casa aprove o Zoneamento. Porque na Comissão de Constituição e Justiça foi colocado um artigo no Zoneamento que permite alteração do próprio zoneamento a qualquer momento. Isso é fantástico, porque a situação do zoneamento não pode ser um ato restrito para se mudar a dez anos ou daqui a dois anos. Esse marco temporal é prejudicial.

O senhor Afonso deixou passar com muita tranquilidade a interpretação de todos os deputados estaduais e das associações de produtores rurais presentes:

E aqui, eu digo a todos vocês, muita gente fala “ah, mas essa área não tem escritura, não tem título, ela é pública.”. Sim, ela é de domínio público, mas ela é de posse mansa e pacífica que é prevista na Constituição Federal. Então, nós temos que entender que qualquer tipo de ocupação, que esteja alguém em cima, e desde que esteja ali mansa e pacífica, ela tem que ser respeitada. Respeitada pelo governo e respeitada por esta Casa.

O representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado, evidenciou que a posse “mansa e pacífica” de terras públicas se constituem como justas. A justificacão acionada para este tipo de conduta, indica que alguns tipos de “posse” de terra tem uma qualificação mais positiva que outros. No mundo do agro, os pequenos agricultores que entram em latifúndios são inferiores, logo não merecem respeito. Quanto a expulsão destes das áreas improdutivas ocupadas, a violência é legítima⁴⁹.

⁴⁹ Ao longo da história recente, o Estado de Rondônia foi um dos que registraram maiores índices de violência no campo, tanto nas ocorrências de conflitos por terra quanto nas ameaças de morte e assassinatos. Dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc), da CPT, apontam que o estado ficou em 3º lugar em número de conflitos por terra na Região Norte em 2022 (com 78 conflitos), atrás apenas do Amazonas e Pará. Já em 2023, o estado registrou o maior número de assassinatos no campo ao longo do ano, com 5 vítimas fatais, todas sem-terra em acampamentos. A especulação do agronegócio traz desmatamentos e violência principalmente na região conhecida como AMACRO, na divisa com os estados do Amazonas e Acre. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/noticias-2/6705-plenaria-violencia-campo-rondonia>. Visualizado em 20/03/2024.

Ao final da fala, foi possível ver que alguns componentes da mesa aplaudiram. Não foi possível reconhecer a reação dos outros participantes. A palavra voltou para o deputado Jean e então ele chamou o vice-presidente da EMATER-RO, José de Arimateia da Silva. Ele foi bem sucinto e informou que a instituição que representa está a serviço de Rondônia, independente da decisão tomada em relação ao PLC 80/2020.

Chegou então a vez do defensor público de Rondônia. Após cumprimentos e agradecimentos, o Doutor Sérgio Muniz Neves falou sobre a necessidade de conciliação e que a DP está ali para apoiar a melhor opção para o estado de Rondônia. A presença do defensor público em uma mesa formada para dar características de legitimidade a um Projeto de Lei que visa premiar a grilagem, trouxe um desconforto aos representantes dos extrativistas e pequenos agricultores, como será possível perceber nas falas seguintes. Porém, também é incumbência do Estado criar mecanismos para que os subalternos, os subjugados pelo poder, se sintam parte de um todo, se percebam como assistidos.

[...] o Estado não funcionaria de jeito nenhum se fosse somente domesticação; ele é também assistência, filantropia etc. Construir a nação, construir o Estado, construir a nação a partir do Estado é favorecer a “integração” dos dominados. (Bourdieu, 2014, p.640)

Após a fala do defensor público, o deputado Jean cumprimentou mais algumas autoridades políticas presentes e convidou o representante da casa civil para falar, mas ele passou a vez. Então a sugestão do senhor Jean foi fazer a ordem de exposição dos inscritos da seguinte forma: “[...] é que a gente possa ouvir um que defende, que tem uma ligação maior com o setor ambiental e outro, na sequência, com o setor agrário.”

Assim, na abertura da audiência pública, ficou explícito que o conflito ambiental é o fundamento do debate. Da mesma forma, está implícito nas ações voltadas para o desenvolvimento de Rondônia, que a apropriação exploratória do território vence. As forças antagônicas no campo deste conflito ambiental dispõem de diferentes tipos de capital simbólico, impondo um maior reconhecimento aos que invadem o que é público, pois estes querem “produzir” para gerar riqueza ao estado.

O primeiro a ser chamado ao púlpito foi o diretor executivo da SEDAM Hueriqui Charles Lopes Pereira. De início ele justificou a ausência do Secretário, por motivo de

viagem anteriormente agendada. Hueriqui disse que devido à restrição de um representante por instituição, devido à covid, a SEDAM estará à disposição para dirimir qualquer dúvida que não seja totalmente esclarecida durante a audiência. Neste momento que fiquei sabendo sobre a restrição de participantes, pois não encontrei o convite para a audiência pública no site oficial da Assembleia Legislativa.

A fala do representante da SEDAM não trouxe nenhum tipo de avaliação quanto à responsabilidade do estado de Rondônia como gestor da Resex Jaci-Paraná e nenhum tipo de contraponto sobre a falta de estudos que embasem a desafetação da resex. Considerando o regime de silêncio ao qual o assunto é submetido, até entre os servidores da SEDAM, a fala genérica está em conformidade com esse silêncio.

O deputado Jean chamou a atenção para a ausência do Secretário da SEDAM e disse que sua presença era insubstituível. Em seguida foi chamado o prefeito de Machadinho do Oeste, Leomar Patrício. O prefeito diz que acredita que os deputados já tenham consciência sobre como será o voto, mas critica a construção do projeto sem audiências e consultas públicas. No entanto, em relação à Resex Jaci-Paraná ele adere ao entendimento de que sua existência é um fardo para a produção.

Quero dizer para os senhores da satisfação, de poder ter o privilégio — agradecer primeiramente a Deus — de estar aqui. Dizer que, mais uma vez, não somos contra a diminuição dos limites de Jaci, em hipótese alguma. Porém, não se pode arrumar uma coisa desarrumando outra. Os senhores não podem olhar para um projeto para resolver uma situação que eu acho que tem que ser resolvida — e eu já parabenizei — e para poder fazer isso, criar um problema em outro lugar, que amanhã essas famílias estarão aqui, com certeza, e eu estarei junto, cobrando dos senhores.

A preocupação do prefeito refere-se à criação de unidade de conservação no município de Machadinho pois, evidentemente, isso geraria incertezas quanto as possibilidades dos invasores de terras públicas terem suas áreas regularizadas. Uma expectativa que reiteradamente é alimentada por políticos de Rondônia⁵⁰.

⁵⁰ “A grilagem de terras públicas definitivamente está institucionalizada em Rondônia. Os grileiros, em sua grande parte empresários e políticos, estão se deleitando da facilidade em titularem o que nunca possuíram, expulsando os agricultores gentilmente através das investidas de seus pistoleiros e, quando o conseguem facilmente, evitando o conflito na área, regularizam através do Terra Legal, do contrário, recorrem ao Judiciário. Não há uma mobilização ou preocupação em frear o atual estágio em que se chegou à regularização da grilagem de terras em Rondônia, muito pelo contrário, as demandas judiciais só aumentam, e não se sabe quantos latifúndios o Terra Legal já titulou.” (Rodrigues, Cíntia Bárbara Paganotto, 2014) Disponível em <https://cptrondonia.blogspot.com/2014/06/a-institucionalizacao-da-grilagem-de.html>

“Não somos contra a diminuição dos limites de Jaci, em hipótese alguma” (Patrício, 2020). Boltanski e Thévenot, em suas pesquisas, se depararam com as competências que permitem às pessoas responderem às críticas e argumentar em favor de seu posicionamento em situações de prova. O prefeito de Machadinho, está afirmando a verdade de seu posicionamento, na medida em que tem a capacidade de discernir sobre a realidade do momento.

A questão da normalidade desempenha um papel central na vida cotidiana, especialmente quando estão em jogo reivindicações de reconhecimento e justiça. (...) Demandas mais radicais sempre correm o risco de serem consideradas irracionais, porque, em vez de se encaixarem na realidade dada, elas se baseiam em experiências pessoais. Se a pessoa não conseguir compartilhar tais demandas com outros, rapidamente será vista como insana, perversa ou paranoica. (Boltanski, 2019, p.6)

Diante da situação social que foi a audiência pública, o prefeito de Machadinho reconheceu que seu argumento não teria eficácia se não houvesse uma reafirmação do que estava dado como a condição de “normalidade” daquela proposição legislativa, a saber, a desafetação da Resex Jaci-Paraná, seu questionamento recai sobre o compromisso que o governador teria selado com ele, a respeito de não criar mais reservas em Machadinho do Oeste.

O prefeito de Machadinho falou contundentemente sobre a criação de reservas, o que estava previsto no PLC 80/2020 e expôs que o governador conversou com ele e fez a promessa de não criar mais reservas no município. A fala foi uma reafirmação sobre não criar reservas, o que ressoou com a realidade apresentada, ao mesmo tempo em que reafirmou a defesa sobre a desafetação das áreas conforme o projeto.

A ideia de reservas demais, em termo de quantidade de territórios mesmo, está presente. Ao final da fala, uma câmera pegou a visão de uma parte do público e permitiu ver que a fala do prefeito de Machadinho foi bem recebida, com palmas. A presença de prefeitos na audiência demonstra a relevância do PL que foi apresentado.

Em seguida, foi convidado a fazer uso da palavra o prefeito de Buritis, senhor Roni Irmãozinho. O prefeito estava vestido com a camiseta da ASPRUMIN – Associação dos Produtores de Minas Novas, que é uma área dentro da Resex Jaci-Paraná e na audiência pública, seus membros demonstram extremo interesse na aprovação do projeto. A ASPRUMIN se preparou para o evento com camisetas temáticas, cartazes e transporte, que trouxe as pessoas para Porto Velho.

A respeito da nossa região de Buritis, Minas Novas, que ali é a Resex Jaci, nós temos ali vários moradores, produtores rurais há mais de 20 anos naquela região, que nem sequer tem estrada. Nós, como prefeito da cidade, lamentamos muito a situação, mas nós não temos legalidade, [...] de fazer estrada para os moradores, de trazer uma educação melhor, uma saúde melhor para cada morador daquela região, e nós, aqui, em nome da população do nosso município Buritis. Quero aqui agradecer, parabenizar o Governador do Estado de Rondônia, Marcos Rocha, por encaminhar esse Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa, [...]

O senhor prefeito de Buritis, além de literalmente vestir a camisa do grupo que aparenta ser o mais mobilizado para a audiência pública, demonstrou a preocupação com os produtores rurais de “Minas Novas”. Essa área fica dentro da Resex Jaci-Paraná e tem se organizado como Associação dos Produtores Rurais de Minas Novas (ASPRUMIN, ASPRUMIN)⁵¹. O prefeito pediu que a área seja “liberada”.

A liberação da área que é Resex converge ao que Laura Nader e Hugo Mattei (2013) denominaram “pilhagem”. Os autores interpretam o termo “Estado de Direito” como uma construção do mundo ocidental, diretamente relacionado à dominação sobre povos não ocidentais. O Estado de Direito, apesar de sua conotação positiva, também expressa a ideia de pilhagem. “Uma definição bem ampla de ‘pilhagem’ seria a distribuição injusta de recursos praticada pelos fortes à custa dos fracos” (Mattei; Nader, 2013, p.17).

Ao buscarem regularizar as invasões, por meio da alteração da Lei, removem os impedimentos de exploração que incidem sobre o território da resex. Assim, os invasores passariam a reivindicar direitos sobre os territórios nos quais “trabalham” e não assumiriam as consequências pela invasão. Reivindicam então, o direito de ignorar os direitos da população extrativista, pra qual a área foi destinada inicialmente, na forma de decreto.

A ASPRUMIN, em 2018 convocou uma assembleia e segundo o então presidente da Associação estavam presentes mais de 700 pessoas. Ao ser entrevistado por um jornal de Buritis ele declarou: “Criaram um decreto, o governo do estado. Mas como que o governo vai provar que ele criou um decreto e uma reserva se ele não cuidou da reserva?” (senhor Crispim, 2018). Não deixa de ser interessante

⁵¹ As duas formas de escrita aparecem em documentos e referem-se a mesma associação.

a provocação do senhor Crispim pois o abandono da gestão da Resex compõe parte de um projeto, coroado pelo PL 80/2020.

O vereador Tiãozinho, de Porto Velho, foi convidado a falar após o prefeito de Buritis. Ele ficou de frente para a mesa da audiência e falou de seu lugar mesmo, não foi até o púlpito. Ele representa União Bandeirantes, uma área de conflito intenso envolvendo a resistência de pequenos agricultores contra o avanço de grileiros e empresas de grande capital. O histórico de organização das famílias camponesas não indica que se coloquem frente ao problema da desafetação da resex, neutralizando assim a presença dos extrativistas. O discurso de Tiãozinho parabenizou a coragem de se fazer um projeto de lei que legalize as ocupações de União Bandeirantes⁵², Jacinópolis e Minas Novas.

O deputado Jean retomou a palavra e expos a lista de instituições de Estado que foram convidadas porém, em sua maior parte, não estavam presentes. Talvez pela forma súbita como foi agendada a audiência. Então, concedeu a palavra à Laura Vicuña Pereira Manso, da Coordenação do Conselho Indigenista Missionário de Porto Velho - CIMI. A Laura estava na parte de cima, na galeria como o cerimonial denominou, mas que é um balcão.

Esta foi a primeira fala a romper com a lógica de fortalecimento da produção, do desenvolvimento, do avanço, da defesa dos produtores de Minas Novas, da justiça sendo feita pela desafetação. Laura iniciou a fala cumprimentando “os verdadeiros moradores da Resex, que foram expulsos”. Foi a primeira menção aos seringueiros desde o início da audiência.

As justificativas apresentadas para as alterações dessas Unidades protegidas mostram a ineficácia do Estado em cumprir o seu dever constitucional, que é destinar terras para fins de reformas agrárias e combater o crime organizado.

A senhora Laura denunciou a responsabilidade estatal para o processo de devastação quase total da Resex Jaci-Paraná. A fala da senhora Laura não teve ressonância no ambiente que está colocado na audiência pública, visto que os grupos favoráveis à desafetação da resex têm um diferente conjunto de justificativas, nas quais a moralidade se assenta no direito individual à propriedade, enquanto a senhora

⁵² <https://www.brasildefato.com.br/2016/06/24/exploracao-de-latifundiarios-transforma-vilarejo-em-campo-de-conflito-aberto>.

Laura reivindica uma compreensão sobre a função social da terra, que demanda uma interpretação coletiva de sociedade.

Afora esses elementos, a crise de governança por parte do estado de Rondônia já foi denunciada publicamente⁵³ porém a vida social que se desenrola às margens do estado, induz à dissociação dos efeitos do crime organizado de grilagem e roubo de madeira do acesso à terra. Desta forma, a denúncia da senhora Laura, aos ouvidos dos produtores que já compraram as terras invadidas de terceiros, é um bloco de palavras sem sentido.

Os invasores da resex não se consideram responsáveis pelas ações anteriores à sua chegada, visto que a consciência referente ao *habitus* que compartilham entre si, reproduz a ideia de responsabilidade individual. Tanto para o sucesso ou para o fracasso, independentemente das políticas que impedem o avanço da reforma agrária e fortalecem cada vez mais a experiência individual, em detrimento da luta coletiva.

Assim que a senhora Laura concluiu sua fala, recebeu meia dúzia de palmas. E o deputado Jean já engrenou perguntando aos outros deputados presentes se desejavam falar naquele momento ou depois porque ele deseja que falem. Mas é respondido pelo deputado Cirone, que neste momento está ao seu lado na mesa, que deixe a sociedade organizada se manifestar primeiro. Então o deputado Anderson Pereira falou rapidamente sobre a necessidade de se debater mais o projeto:

É um Projeto muito complicado, muito complexo. Eu, no lugar do governo, tiraria esse Projeto de pauta. Levaria lá para dentro da SEDAM para ser discutido novamente. Ouvindo em Audiências Públicas lá. Depois, devolveria para a Assembleia. Eu, particularmente, também não tenho segurança em votar esse Projeto.

Essa foi a primeira manifestação “neutra” (que não foi necessariamente negativa) em relação ao projeto, por parte dos deputados ou outros representantes políticos presentes. Pois até mesmo os descontentes com alguma parte do PL consideraram a desafetação da resex “o certo”. No dia da votação do projeto de lei, porém, o deputado Anderson votou pela aprovação do PL 80/2020. Cabe pensar nos trabalhos de bastidores e como ao fazer o comentário na audiência pública, o

⁵³ “(...) os problemas relacionados à devastação de áreas protegidas em Rondônia têm como pano de fundo uma crise de governança que se alastra no Estado, caracterizada pela subordinação de instituições públicas e o do próprio Estado de Direito aos interesses privados de grupos econômicos e políticos envolvidos na apropriação ilegal do patrimônio público (grilagem de terras públicas, roubo de madeira, etc.)” (GTA, 2008, p.58.)

deputado Anderson auxiliava a criar uma simulação de imparcialidade por parte dos deputados. Da mesma forma, o deputado fez uma crítica ao governo, por ter feito uma proposição tão confusa para a ALE-RO.

O Jean então chamou o senhor Hamilton da Silva, presidente da Associação dos Produtores Rurais de Minas Novas – ASPRUMIN. O senhor Hamilton está com a camisa da associação e abaixo do símbolo da associação está escrito PLC 80/20. O grupo da ASPRUMIN se preparou para este evento. Ele iniciou falando sobre a dificuldade dos produtores que ocupam a área há mais de vinte anos, por não terem a terra legalizada.

A terra não é legalizada porque está dentro da reserva extrativista. Mas este é um dos aspetos do problema e não pode ser explicado somente pela oposição entre grileiros e extrativistas. Há toda uma operação para a expansão da fronteira em Rondônia e muitas famílias de pequenos agricultores são atraídas para as áreas de preservação. Há de se considerar que a não destinação de terras públicas, inclusive para reforma agrária, constitui um dos elementos que contribui para o avanço da grilagem. A mobilização política, a organização para a reforma agrária é criminalizada no estado, porém, o que é denominado de posse mansa e pacífica, é bem-visto.

A Procuradoria Ambiental do Estado de Rondônia, no Processo de nº 7074025-67.2023.8.22.0001, Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública (Rondônia. 2024), em ação civil pública que pretende retirar ocupantes ilegais da Resex Jaci-Paraná, fez um resumo do *modus operandi* da grilagem, expondo como se trata de um processo organizado:

A usurpação de unidades de conservação não é uma atividade amadora, e sim uma ação organizada que demanda “investimentos” elevados e a participação de diversos atores sociais. No topo dessa organização, encontram-se os chamados “empreendedores” da grilagem, ou seja, aqueles que financiam e lucram com a invasão de unidades de conservação, a exemplo de grandes empresários, fazendeiros, políticos e especuladores imobiliários em geral. [...] Na base da hierarquia dessa organização, encontram-se os indivíduos encarregados de fazer o trabalho mais árduo e arriscado: adentrar a floresta e devastá-la. São esses que assumem a face visível das operações, surgindo para o grande público como se fossem os verdadeiros invasores, quando, na realidade, são pagos para atuar como “testa de ferro” dos reais organizadores e beneficiários da invasão, que permanecem ocultos e protegidos de possíveis consequências legais. [...] Após se estabelecerem no interior da unidade de conservação, os invasores, sempre com o apoio dos grandes “empreendedores” da grilagem, iniciam um processo de

desmatamento. Primeiro, com a extração das árvores mais valiosas, muitas vezes centenárias, que são comercializadas ilegalmente. Depois, com a supressão indiscriminada de toda a vegetação nativa para a formação de vastas áreas de pastagem, normalmente com a utilização de maquinário pesado. [...] Com o terreno limpo, os invasores começam a erguer as primeiras construções, estradas e demais infraestruturas, consolidando a ocupação ilegal e tornando mais difícil a regeneração natural da floresta. Todas essas “benfeitorias”, por sua vez, atraem cada vez mais invasores em busca de algum proveito ilícito, gerando um ciclo predatório de ocupação e destruição. [...] Com o passar do tempo, à medida que a sensação de impunidade se consolida, alguns invasores optam por vender as terras invadidas a terceiros, antes de reiniciarem o processo de grilagem invadindo uma nova área. Já outros preferem lucrar com a criação ilegal de gado na área invadida, alimentando, dessa forma, uma cadeia de produção de carne bovina que se beneficia da invasão e do desmatamento de unidades de conservação. Como etapa final do processo de usurpação de unidades de conservação em Rondônia, entra em cena o apoio dado por determinados agentes políticos aos invasores. (Rondônia, 2024, p. 5-8)

Ilustrando o caso específico da Resex Jaci-Paraná, da mesma forma como descreveu a Procuradoria do estado, em um dos documentos cedido por um servidor da SEDAM, há a indicação que dentre os posseiros (invasores), identificados por nome ou não, há ocupantes que são segundos ou terceiros “proprietários”. São indicados no documento, inclusive, de quem foi comprada a terra.

Com isso, por mais que se reconheça estar adquirindo terras dentro de uma unidade de conservação, há reiteradamente um esforço para legitimar as ações, pois existe uma contínua rede de apoio que trabalha para a validação e reconhecimento das áreas invadidas como legítimas e que demonstra o apoio à regularização da grilagem.

Ao iniciar a fala, o senhor Hamilton exibiu uma apostila bem grossa, que são os estudos ambientais feitos pela empresa Ambiente Gaia – Consultoria e Engenharia, que a ASPRUMIN contratou por iniciativa própria, para caracterizar a antropização da reserva. A Ambiente Gaia é uma empresa que trabalha com estudos de impacto ambiental porém neste caso, os impactos ambientais estão sendo apresentados como o motivo da desafetação da Resex⁵⁴.

Neste momento, eu queria levar a vocês o trabalho da Associação Asprumin, que vem em busca dos direitos, contribuindo e levantando,

⁵⁴ Uma análise sobre a contratação de empresa para a elaboração desses estudos ambientais e reflexão sobre esses estudos será elaborada mais à frente na tese.

fazendo o trabalho dos estudos ambientais daquela área, e mostrar a realidade em que hoje ela se encontra. Dizer que ali, em termos de documentos, nós temos aqui provando que lá existem mesmo essas famílias sofredoras, que entraram com o sonho de um dia realizar o seu sonho, que é ter o seu pedacinho de chão.

O representante da ASPRUMIN não se considera um invasor ou grileiro. E falou em nome dos que pensam dessa forma também. Como provas “que permitem aos juízos alcançarem um acordo fundamentado e legítimo” (Boltanski; Thévenot, 2007, p. 133) para este tipo de ação, para justificar as “famílias sofredoras, que entraram” na resex, como o senhor Hamilton nomeou, foi acionado o valor que um estudo ambiental sustenta, por ter sido elaborado por “especialistas”.

A próxima inscrita chamada para a fala é a senhora Luciana Oliveira, jornalista de Porto Velho. É uma jornalista do campo progressista, que publica em diversos canais independentes de esquerda e que mantém um blog onde publica notícias de Rondônia. A fala de Luciana foi a mais contundente sobre o PLC 80/2020 e sobre a atitude dos parlamentares.

Senhoras e senhores, eu gostaria de dizer a vocês, como filha desta terra, que não me sinto representada por nenhum dos senhores parlamentares. E vou dizer por quê. Ao contrário do que foi dito aqui, inclusive, pasmem, pela Defensoria Pública, essa não é uma Audiência Pública que prima pelo aspecto democrático. Fosse, teria tido ampla divulgação, não só na página do Facebook do Deputado Jean Oliveira, com alcance de 25 curtidas. Nem na página da Assembleia estava. [...] Eu quero dizer que é estarrecedor, ouvir o Presidente desta Casa dizer que gostaria que Rondônia estivesse no Centro-Oeste. Eu gostaria muito de mandar ele para lá. [...] Outra bizarrice que nós ouvimos aqui, foi a forma como se referem aos que lutam por reforma agrária, aos movimentos populares que, quando ocupam terras improdutivas, são chamados de invasores. E, aqui, vocês todos se referem, estão se referindo até agora, a quem ocupa terras públicas como posse mansa e pacífica.[...] E quero dizer finalmente, para deixar registrado nesses anais, que vocês que fomentam o agronegócio — mola propulsora da nossa economia —, se fizerem o que estão planejando no Estado, que ontem figurou como o quarto maior responsável pelo desmatamento na Amazônia, se vocês fizerem o que o Governo do Estado, em consonância com o Presidente da República Jair Bolsonaro, se vocês fizerem isso aqui, vocês serão responsáveis pela retaliação global e pela desgraça do agronegócio em Rondônia.

Foi a primeira vez que a palavra desmatamento apareceu durante a audiência. A fala da senhora Luciana incomodou o deputado Jean, que fez questão de respondê-la argumentando que a audiência é sim democrática inclusive a fala da jornalista foi

ouvida atentamente pelos deputados, mesmo que não seja a mesma opinião de muitos presentes. A palavra democracia foi repetidamente usada na audiência pública, mais como um jargão, um componente do léxico do campo político que foi sendo esvaziado, mediante o deslocamento de sentido ao qual se submeteu.

A palavra democracia, quando usada pelos deputados presentes no evento, esboçam

[...] a força de um discurso depender menos das suas propriedades intrínsecas do que da força mobilizadora que ele exerce, quer dizer, ao menos em parte, do grau em que ele é reconhecido por um grupo numeroso e poderoso que se reconhece nele e de que ele exprime os interesses (em forma mais ou menos transfigurada e irreconhecível). (Bourdieu, 2007 p. 183).

Mais importante do que estar alinhado a um sentido de democracia que reconheça a ampla cidadania, o discurso sobre democracia se adere ao tipo de propósito com o qual os políticos eleitos se vinculam, que no caso, são grandes fazendeiros.

Almeida e Sprandel (2014, p.10), atentam que no âmbito das proposições no Congresso Nacional “ninguém afirma ser favorável ao desmatamento. Não há quem o defenda”, e que as distintas bancadas aplicam diferentes significações ao termo “desmatamento” com diferentes níveis de gravidade:

Prevalece, invariavelmente, uma retórica de aparente consenso. As dissensões e suas implicações diretas aparecem, todavia, de maneira transparente, nos alinhamentos em torno de significados diferentes de desmatamento expressos da maneira seguinte: proposições de “desmatamento zero”, de um lado, e aquelas que preconizam punição somente para o chamado “desmatamento ilegal”, defendidas pela denominada “bancada ruralista”, de outro. (idem)

A ambientalização⁵⁵ das lutas sociais conseguiu deslocar o termo desmatamento para um valor negativo então, ao menos em termos discursivos, foi necessária a constituição desse aparente consenso. É aparente pois as distinções entre “desmatamento legal” e “desmatamento zero” implicam em uma diferente significação sobre o que é e quem é o responsável pela apropriação do meio ambiente

⁵⁵ Lopes, José Sergio Leite – “Sobre processos de “Ambientalização dos conflitos e sobre os dilemas da participação”. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre ano 12, N. 25 pp. 31-64, jan/jun2006.

e obre as comunidades diretamente afetadas por ele. No caso da Resex Jaci-Paraná, os apoiadores da desafetação compreendem o “desmatamento” como antropização.

O deputado Jean, na sequência, deu a palavra ao vereador André do Sindicato, do município de Nova Mamoré. Ele fez os cumprimentos iniciais e demonstrou em sua fala inconformidade com a falta de um debate com a população.

Esse Projeto precisa ser discutido, sim. Cada realidade é uma realidade aqui. Machadinho é uma, União Bandeirantes é outra, Nova Mamoré é outra e está tudo misturado. O que nós defendemos — e aí eu fico muito triste, o povo está lá fora, tudo aí no sol, colocado à margem —, pessoas que estão muito tempo ali produzindo e nós sabemos que esse povo está sendo afetado. E aí, muitas vezes, as pessoas discutem de dentro do ar condicionado e não escutam esse povo que produz, que faz a economia dos municípios.

O vereador chamou a atenção sobre a necessidade de a audiência pública ter sido marcada em um local que pudesse receber todas as pessoas interessadas em participar. Diante da pandemia de covid ou o evento deveria ser adiado, ou então escolhido um local aberto, visto que é um assunto que deveria interessar à toda a sociedade.

A preocupação em sua fala estava focada em atendimento dos produtores rurais, que estavam à margem. Os extrativistas estão à margem da margem, pois sequer apareceram como parte interessada, como se não existissem no presente ou que sequer tenham existido no passado. Porém, aqui apareceu uma pista da interseção de problemas diretamente tributários do avanço das fronteiras, estimulada pelas políticas colonialistas do Estado.

No cotidiano, são diversos os grupos sociais marginalizados pelos atos de estado. Porém, alguns grupos funcionam como mecanismo de justificação para as intenções políticas e territoriais dos que representam interesses na liberação das terras públicas para exploração. Como afirmaram Das e Poole (2008, p.27): *“la complejidad de la experiencia vivida modula las nociones de justicia y de la ley con tipos de imaginarios diferentes de los disponibles en los lugares y oficiales representaciones de la justicia y de la ley”*⁵⁶.

Dessa forma, as autoras sugerem que os atores sociais, em seu cotidiano, estabelecem seus próprios sentidos para “lei e justiça” e não necessariamente estão

⁵⁶ A complexidade da experiência vivida modula as noções de justiça e de lei com imaginários diferentes dos que são disponíveis nos lugares e representações oficiais da justiça e da lei. (Minha tradução).

acordados com o que foi estabelecido em termos de oficialização pelo Estado. Em Rondônia, mesmo as ações oficiais do estado têm sua própria interpretação⁵⁷.

O próximo chamado para falar foi o prefeito de Nova Mamoré, o senhor Marcélio Brasileiro. Por ser professor da Universidade Federal de Rondônia, o senhor Marcélio argumentou expondo as lacunas técnicas presentes no projeto de lei, que tornam as alterações inviáveis.

Eu sinto falta da Universidade Federal do Estado de Rondônia. Eu sou professor da Universidade e ele não foi envolvido, sobretudo o Departamento de Gestão Ambiental do Campus Guajará-Mirim não lista, não está aqui presente para estabelecer uma discussão, também, técnico-científica desse parque, já que se trata da alteração. Outra observação é que na Mensagem do seu Governador, enviado aqui para os deputados, na página segunda, coloca que esse projeto visa, busca viabilizar uma solução definitiva para os conflitos socioambientais acima narrados. Jamais essa alteração de limite acaba definitivamente com os conflitos socioambientais. Isso é um absurdo! Não acaba. Pelo contrário. [...] E vem um projeto de cima para baixo, para alterar limites, sem critérios técnico-científicos, definição de mapa. Aqui só tem coordenada geográfica nesse projeto de lei, que é cego por natureza.

O senhor Marcélio disse que acha possível reduzir a extensão do Parque Guajará-Mirim, porém com discussão e consulta à população, que se faça um estudo completo. E que as audiências públicas deveriam ser realizadas nos lugares onde se pretende alterar. Sua fala foi voltada para criticar o artigo do PLC 80/2020 que altera os limites do Parque Estadual Guajará-Mirim, localizado em Nova Mamoré, porém as lacunas estão presentes em todas as alterações territoriais propostas pelo governo.

O Parque Estadual de Guajará Mirim, em Nova Mamoré sofre com invasões constantes e a pressão para a desafetação. Assim como a resex, forma um conjunto

⁵⁷ (...) uma operação da Polícia Federal (PF) desarticulou uma milícia rural composta por policiais civis e militares, envolvida em grande parte dos assassinatos de lideranças sem-terra em Rondônia. (...) Em 2020, a primeira operação da PF que mirou Galo Velho detectou a participação do juiz federal Herculano Martins Nacif, morto em um acidente de trânsito em 2015. O magistrado dava decisões favoráveis ao grileiro em ações judiciais fraudulentas e recebimentos de indenizações com valores superestimados. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/28/como-as-milicias-rurais-dominaram-rondonia-e-quem-e-o-homem-por-tras-da-mais-poderosa-delas>

Em agosto do ano passado, as várias pontas de atuação do grupo acusado dos crimes começaram a ser conhecidas quando o Tribunal de Justiça de Rondônia decidiu que o então juiz da comarca de Buritis (RO), Hedy Carlos Soares, deveria perder a função porque teria vendido sentenças em troca de propina. O caso que deu origem à decisão descortinou investigações que apontam a participação de Soares no esquema de grilagem de terras e criação de gado dentro do Parque Estadual de Guajará Mirim. Disponível em <https://reporterbrasil.org.br/2024/05/caso-grilagem-frigorificos-corrupcao-lavagem-dinheiro/>

de territórios voltados à preservação socioambiental (o que em linguagem de “proteção ecológica” é chamado corredor ecológico) e juntamente com as terras indígenas são a fronteira que está diante do agronegócio. Portanto, existência e permanência, é desperdiçar as potencialidades de Rondônia.

Uma questão também trazida pelo prefeito e que é possível ver em outros projetos que alteram o uso e destinação dos territórios é ausência de mapas ou qualquer tipo de representação visual do espaço. No PL 80/2020 as áreas desafetadas e as áreas de proteção a serem criadas são sequência de pontos georreferenciados descritos como texto, o que faz o entendimento geral do que se propôs alterar impossível.

Em que pese a construção de mapas fazer parte de projetos políticos estatais de exploração, de controle sobre a apropriação dos recursos ambientais e ser uma arma nas mãos da expansão colonial, a apresentação de mapas para esse projeto de lei que almeja uma “reformulação” territorial de grande monta, deveria prestar-se à exposição visual da constituição dinâmica do território.

[...] a despeito de ser correntemente apresentado como um enunciado constativo do real, o mapa não deixa de ser um enunciado performático, que diz algo sobre o real e sobre este produz efeitos. Ele não é, pois, um reflexo passivo do mundo dos objetos, mas um intérprete de uma determinada “verdade, em que o crer se localiza no ver” (Balandier, 1987), um instrumento que “ordena e dá ordens” aos atores envolvidos na produção do território (Rivière, 1980, p. 379, apud Jourde, op. cit., p. 103-4). (Acseirad; Coli, 2008, p.13).

Não apresentando qualquer tipo de representação cartográfica, o estado, ao propor o Projeto de Lei, estabeleceu um tipo de “segredo” a todos que não têm condição de acessar um aparato tecnológico que converta aqueles números em representação cartográfica. Ao não apresentar nenhum instrumento que traduza o ordenamento descrito conforme o mapa do território, passível de visualização imediata, o poder executivo do estado de Rondônia se abstém das responsabilidades socioambientais e as transfere para a Assembleia Legislativa.

Ademais, como o professor salientou em sua fala, não é possível alcançar o fim dos conflitos ambientais por meio de uma alteração cartográfica. Os territórios são plenos de historicidades e dinâmica social, que nega “repetidamente, a ordem utópica das coisas, expressa em estados estáveis e definitivos de representações” (Acseirad, 2014, p. 5).

O deputado Jean respondeu que a audiência está se realizando em Porto Velho para a participação de todos e que concorda que as políticas públicas são gestadas do topo para a base. Afirmou que após a audiência, haverá uma reunião da comissão de meio ambiente da câmara, para dar prosseguimento ao projeto, então ele pediu que os participantes fossem pontuais em suas falas. Assim, essa única audiência pública, em Porto Velho, durante a pandemia de covid-19, foi a última chance de a população se expressar.

O próximo a ser convocado para falar foi o advogado da Associação de Produtores Rurais Terra Roxa, o senhor Artur Pires. O senhor Artur reforçou as críticas a respeito do projeto, indicando inconsistências jurídicas no mesmo. Ele também falou que já protocolou três ofícios na Comissão de Meio Ambiente da câmara. A área de interesse de seus clientes é o Parque Guajará-Mirim, então ele chegou a fazer uma proposta de como proceder de forma mais adequada juridicamente, em relação aos artigos do PLC.

O deputado Jean respondeu que ainda não teve oportunidade de ler o documento, por ter sido protocolado no dia da audiência, mas que na próxima reunião ordinária da comissão, irá fazer a análise. Sobre os outros dois documentos protocolados anteriormente, não deu nenhuma justificativa.

Os advogados são autoridades concorrentes aos políticos presentes, com exceção dos deputados que também são advogados. Sua presença na audiência pública e seu pronunciamento em nome de diferentes agentes é um dispositivo de força, na luta por capital simbólico sobre a verdade jurídica do PL 80/2020:

Os juristas têm, assim, um capital de palavras, um capital de conceitos, e nessa condição podem contribuir para a construção da realidade. O trabalho de construção da realidade social é um trabalho coletivo, mas nem todos contribuem para ele no mesmo grau. Há pessoas que têm mais peso que outras nas lutas simbólicas pelo poder de se construir a realidade social (Bourdieu, 2014, p.592)

O próximo convocado estava no balcão assim como também estava o senhor Artur, foi o senhor Joadir Luiz de Lima, representante da Organização dos Seringueiros de Rondônia. Foi com esse senhor que tive maior contato durante a pesquisa. Já se passaram quase duas horas de audiência e é visível o cansaço de todos. No entanto, não tenho como ver a situação das pessoas que estão fora da Assembleia Legislativa e não puderam entrar.

O senhor Joadir iniciou a sua fala e foi a primeira vez que um representante de seringueiros tem a palavra na audiência.

Quero dizer que a Organização dos Seringueiros de Rondônia se manifestara contrária à aprovação desse Projeto de Lei como ele se encontra. Até porque, bem diz o Deputado Jean, foram convidados todos os órgãos envolvidos nesse tema, a Organização dos Seringueiros de Rondônia e a Associação dos Moradores dos Seringueiros da Reserva de Jaci-Paraná, na qual está presente aqui o seu Presidente, não foi convidado. É quase impossível se ouvir um Projeto desse tamanho, sem ouvir os verdadeiros beneficiários daquela área. Em 2000, quando iniciou aquela invasão lá na Organização dos Seringueiros de Rondônia, nós temos a primeira ocorrência registrada no final de 1999, quando o Presidente da época visitou aquela região, constatou irregularidades e procurou a Promotoria de Buritis para narrar os fatos. Está lá, na Organização dos Seringueiros a primeira denúncia. E aquela área não tinha nenhuma invasão. Todas aquelas pessoas que estão lá têm que ser consideradas grileiros, posseiro e não posseiro, tem ser grileiro. O Estado precisa ouvir aquela comunidade. [...]

A fala do senhor Joadir, que, contundente, foi interrompida pelo deputado Jean de Oliveira: “Qual área?” – ele pergunta. Não consegui verificar outra interrupção de fala anteriormente, e considereei esta intervenção mais uma maneira de apagar os seringueiros da Resex Jaci-Paraná, visto que a alteração mais demandada no PLC 80/2020 é a desafetação quase que integral da área da resex.

(...) O Estado precisa parar imediatamente, suspender todas as atividades que têm lá dentro. Suspender, determinar ao IDARON que suspendam os registros de gado que tem lá dentro, que determine à Secretaria do Meio Ambiente que suspendam os CAR que estão lá dentro, porque aquelas pessoas, o Estado está se associando a grupo organizado. [...] Lá não tem sitiante, nem posseiro. Lá tem trabalhadores que precisam mesmo ser assentados. Não naquela região.

O senhor Joadir também denunciou em sua fala a questão de a área estar preservada no momento de criação da resex. No território onde foi criada a resex existiam seringais e foi justamente pensado para aos atender extrativistas que ali viviam assim como outros, que haviam sido expulsos de outra área. Também denunciou o suporte aos rebanhos criados em área da reserva, feito pela agência estadual. No momento que o senhor Joadir estava falando, foi possível ver uma senhora sentada atrás dele, com uma blusa verde, se comunicando com outra pessoa

fora da câmara e essa senhora faz um gesto simulando empurrar o senhor Joadir lá para baixo. Depois ela olha para um senhor próximo e repetiu o gesto. O senhor Joadir estava cercado de pessoas com camisetas da ASPRUMIN.

Este gesto demonstra a gravidade e violência da situação pois a reivindicação dos seringueiros é tida como “descartável”, “anormal”, “louca”⁵⁸. Deslocados da categoria de normalidade, qualquer reivindicação de justiça não fará efeito visto que no embate da crítica à ordem de justificação vigente, o reconhecimento válido é dos que invadiram a reserva ou se alocaram no espaço da resex já invadido.

Após a conclusão da fala, o deputado Jean pediu que fosse inscrito o então presidente da Associação dos Seringueiros de Jaci-Paraná, que foi expulso da reserva e logo chamou o senhor Leonardo Iraiore, técnico florestal, da Associação Terra Roxa. O senhor Leonardo reiterou a questão de terem protocolado um documento três vezes, e fez uma espécie de retrospectiva das ilegalidades no projeto já apontadas.

[...] Os apontamentos que a gente faz aqui neste documento são simplesmente trazendo legalidade, apontamos os artigos, as leis que o Projeto de Lei 080, que o governo envia para esta Casa, comete irregularidades. Na Lei Complementar 233, de 2000, em seu artigo 24, ele deixa de cumprir alguns requisitos para essa propositura de lei que ele tem aqui. [...] O estudo realizado pela Sedam para contemplar essas seis Unidades de criação aí, foi feito no ano de 2013 e 2018. A Lei Complementar 233 diz que o estudo tem que ter no mínimo dois anos.

O senhor Leonardo também atribuiu responsabilidade pelos erros ao governo, que deveria já ter municiado os deputados de informações. A lei complementar 233 de 2000 Dispõe sobre o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia - ZSEE que posteriormente foi alterado por aproximações que visavam subsidiar de forma mais aprofundada as informações para o ordenamento territorial. Ao menos nos textos oficiais. Conectado ao PL 80/2020, o governo também enviou à assembleia o Projeto de Lei Complementar nº 85 de 2020⁵⁹, que foi aprovado com 20 votos favoráveis e 1 (uma) abstenção.

⁵⁸ “Dado que ser considerada normal es la condición mínima que debe satisfacer una denuncia para tener posibilidades de éxito – es decir, para ser escuchada -, los individuos empeñados en semejante empresa y que poseen un sentido de la normalidad idéntico al de sus jueces (y ello, lo veremos, incluso cuando se ven en la necesidad de realizar actos juzgados anormales) intentarán conferir a su gesto la forma más normal posible.” (Boltanski, 2020, p. 276)

⁵⁹ “A título de exemplo: no artigo 22 do PLC, é prevista a redução da reserva legal em até 50%, o que contraria o disposto no Decreto Federal 4.297/2002, que estipula a impossibilidade de redução do

Quanto a regularização fundiária, ao ser criado o estado de Rondônia, em 1981, as terras continuaram em nome da União, não foram registradas em nome do estado. A primeira lei de terras de Rondônia foi publicada em 2020, a Lei 4892, de 27/11/2020. O IMAZON elaborou o relatório “Leis e práticas de Regularização Fundiária no Estado de Rondônia”⁶⁰ (2021), os autores indicaram diversos problemas e lacunas.

A próxima pessoa convidada a falar foi a senhora Ivaneide Bandeira Cardozo, Coordenadora da Associação de Defesa Etnoambiental – Kanindé, de Porto Velho. A senhora Ivaneide pediu para fazer a leitura de uma nota pública, assinada por cinquenta entidades que exigem a retirada imediata de pauta do projeto de Lei 80/2020. Antes da leitura da nota, Ivaneide falou contundentemente a respeito da premiação de grilagem, que é a consequência da aprovação do projeto.

Essa fala expôs que se por um lado o governo do estado de Rondônia queria demonstrar atender à uma demanda, ou agradar a algum grupo específico, por outro, não assumiu totalmente as responsabilidades relacionadas a um projeto dessa dimensão. O PL 80/2020 desagradou grupos divergentes e que em outras situações não entrariam em um comum acordo.

Tanto para grupos que inicialmente concordaram com a desafetação das unidades de conservação como para os grupos que defendem a permanência das UCs, o PL foi repudiado. Agentes que estão em disputa, no campo de conflitos ambientais, convergiram para a crítica ao projeto. Como afirmou Ivaneide:

Eu estava ali sentada muito admirada, e até disse para o Deputado Anderson, ‘eu estou muito admirada que, pela primeira vez, por caminhos diferentes, nós que defendemos o meio ambiente, estamos de acordo com os outros que estão pedindo para não se aprovar esse PLC.’. Para não se aprovar esse PLC. E para não se aprovar nada, criação de nada que seja onde tenha produtor rural.

Esta condição de acordo momentâneo, situacional, foi a que de início me remeteu ao ensaio clássico de Max Gluckman (1987) “Análise de uma situação social

percentual de reserva legal, definido em dispositivo específico em no mínimo 80%. Da mesma forma, não se pode reduzir, discricionariamente, áreas protegidas (Áreas de Preservação Permanente, Reservas Florestais Legais e Áreas de Uso Restrito), ainda que estas não se enquadrem como Unidades de Conservação. Em síntese, as legislações estadual e municipal podem ampliar a proteção ambiental prevista na legislação federal, jamais encolhê-la.”(Araujo; Garzon, 2021, disponível em <https://amazoniareal.com.br/a-encomenda-de-um-novo-zoneamento-socioeconomico-ecologico-de-rondonia-quando-desamazonizar-vira-regra/>

⁶⁰ O relatório está disponível em https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LeisRegularizacaoFundiaria_Rondonia.pdf

na Zululândia moderna” e com isso pensar a audiência pública como uma situação social que reuniu grupos com diferentes interesses num mesmo evento. Como Gluckman observou na inauguração de uma ponte, que reuniu grupos sociais de interesses diversos, assim como outros eventos observados durante seu trabalho de campo.

O magistrado planejou a cerimônia, teve o poder para organizá-la dentro dos limites de certas tradições sociais e pôde fazer inovações de acordo com as condições locais. Mas, obviamente, a divisão das pessoas em grupos e muitas das ações não foram planejadas. A configuração subsidiária e não planejada dos eventos do dia tomou forma em conformidade com a estrutura da sociedade zululandesa moderna (Gluckman, 1987, p.241).

As pessoas compareceram à audiência pública por motivações diversas, mas suas ações estão relacionadas ao processo histórico de ocupação de Rondônia, que priorizou a exploração pelo avanço da fronteira. O termo “rondonização”⁶¹, usado pelos extrativistas do Acre indica a velocidade de devastação da floresta, substituída por rebanhos bovinos, atribuindo um sentido negativo ao estado.

Durante a audiência pública sobre o PL 80/2020, se encontraram os que esperam rondonizar totalmente Rondônia e os grupos que permanecem resistindo ao avanço do agro. Os representantes políticos, como expressivamente defensores das pautas dos invasores de terras públicas, encontram sentido em suas ações por estarem atreladas a um certo regime de justificação. Neste regime de justificação, a floresta é compreendida como obstáculo ao desenvolvimento e ao que defendem ser o caráter “naturalmente” produtivo do estado de Rondônia.

E aí, minha gente, eu não estou dizendo que todo mundo que está dentro da Jaci-Paraná e que está dentro do Parque, sejam bandidos. Não estou dizendo que todos que estão lá, sejam. Estou dizendo que deve ter também gente de boa fé que foi para lá. Mas, ao saber que é uma Unidade de Conservação, você permanecer lá dentro é compactuar com a bandidagem.

⁶¹ ‘Como não podia deixar de ser, os assentados não conseguiam se manter, pois além do “quadrado burro” nenhuma infraestrutura lhes era proporcionada. Assim, abandonavam os lotes que iam sendo ocupados por fazendeiros que, desse modo, expandiam suas fazendas de gado. Como se dizia à época, os assentados “amansavam a terra” para o avanço da pata do boi protagonizado pelos fazendeiros “paulistas” contra a floresta e seus povos. A esse processo, os camponeses acreanos da floresta disseram não com um outro conceito da prática, pois não queriam a “rondonização do Acre” (Malheiro; Michelotti, 2021, p.235).

A distinção entre as pessoas de “boa fé” e outros tipos de invasores, além de desempenhar um tipo de vínculo entre todos que criticam o PL 80/2020 também estabelece um “arranjo”

[...] A concessão feita em um arranjo consiste precisamente em não se remontar a um princípio de justiça. As pessoas fazem um arranjo entre si (ou seja, localizadamente) para encerrar a controvérsia sem a esgotar, sem esvaziar a discussão. (...) a busca de acordo leva as pessoas a ultrapassarem as contingências, mas levando em conta as circunstâncias, e a explicitarem a relevância dos seres presentes em relação a um mesmo princípio geral de equivalência. A questão do justo do justo, da justiça ou da justeza da situação pode com isso ser colocada. (Boltanski; Thévenot, 2020, p. 239).

O arranjo foi necessário pois os grupos em disputa no campo de conflito ambiental relacionado às alterações e disputas territoriais na Resex Jaci-Paraná, evocam distintos regimes de justificação, em situações diferentes da que aconteceu durante a audiência pública. Para manterem-se firmes em suas reivindicações de desafetação da área da reserva invadida, os posseiros têm amplo apoio do governo e deputados estaduais e federais, por sua justificação remeter ao desenvolvimento do estado.

Em 2014, após expedida uma liminar que retirava os invasores da resex, a Assembleia Legislativa de Rondônia aprovou um projeto sustando o decreto 7.335, de 17 de janeiro de 1996, que criou a Reserva Extrativista Resex Jaci-Paraná. Se não existir reserva, a legalização das invasões é menos trabalhosa (aos olhos dos deputados estaduais). E as ações da justiça para retirada de invasores ficariam sem efeito⁶². O Decreto Legislativo 506, de 11 de fevereiro de 2014 foi julgado inconstitucional em 2016, porém toda a Assembleia Legislativa já tinha assumido seu apoio à causa.

A “boa-fé” está em conformidade com os valores de qualificação aos quais os posseiros se reconhecem, enquanto pessoas que trabalham cotidianamente nas áreas ocupadas e reiteradamente reconhecidos pelos poderosos como pessoas que

⁶² Em 16/04/2014 fora publicada uma liminar de 14/04/2014, suspendendo os decretos legislativos que revogavam as Reserva Extrativista Jaci-Paraná, a Área de Proteção Ambiental Rio Madeira, a Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Madeira B e a Floresta Estadual de Rendimento Sustentado Rio Vermelho. Em 02/05/2016 foi julgado no Tribunal de Justiça de Rondônia o processo 0003755-58.2014.822.0000, decidindo em unanimidade pela procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade oriunda do Ministério Público Estadual, ou seja, declarando inconstitucionais os Decretos Legislativos N. 506/14; 507/14; 508/14 e 509/14 que sustavam os atos legais de criação das quatro Ucs. Tramitação em: <http://www.tjro.jus.br/apsg/faces/jsp/apsgDetalheProcesso.jsp>

construíram e constroem Rondônia. “Boa-fé” é o que pretendem transmitir os representantes políticos e criar a projeção de justiça, anima as atitudes dos parlamentares que reiteradamente trabalham para o fim da Resex Jaci-Paraná.

Primo Levi (1986), ao comentar sobre os mecanismos mentais que permitiram aos colaboradores do regime nazista nos atos de extermínio de pessoas, continuarem plenamente com suas vidas, mesmo após os acontecimentos da guerra, apontou que

A passagem silenciosa da mentira para o auto-engano é útil: quem mente de boa-fé mente melhor, desempenha melhor seu papel, adquire mais facilmente a confiança do juiz, do historiador, do leitor, da mulher, dos filhos. (Levi, 2004, p.22)

A senhora Ivaneide foi vaiada, indicando o ânimo que prevaleceu na audiência pública. Sua fala foi um incômodo para a maioria dos presentes. Em suas palavras: “... muito obrigada pelas vaias, quando me vaiam é porque eu tenho certeza de que eu estou fazendo o bem.” Vou trazer aqui a carta das entidades lida por ela:

Nota Pública: “Nenhum hectare a menos. A permanente ameaça do Governo do Estado de Rondônia e da Assembleia Legislativa às áreas protegidas se volta agora para duas Unidades de Conservação: Reserva Extrativista Jaci-Paraná e Parque Estadual Guajará-Mirim. Governador e Deputados pretendem entregar as áreas públicas, um bem do povo, a grileiros e desmatadores por meio de um Projeto de Lei que tramita com prioridade na Assembleia Legislativa e pode ser aprovado nos próximos dias. O Projeto do Governador e dos Deputados é desmembrar cerca de 161.599 hectares dessas duas Unidades de Conservação e entregá-los à exploração, principalmente para a criação de gado. As duas áreas têm sofrido invasões crescentes nos últimos 20 anos. Seringueiros da Resex foram expulsos com violência por jagunços armados a serviço dos grileiros. Entregar essas áreas aos invasores é premiar e legitimar a ação do crime organizado no Estado. É assumir que o crime compensa e incentivar novas invasões em outras Unidades de Conservação, a exemplo do que ocorre na Resex Aquariquara e outra Reserva na região de Machadinho e Vale do Anari. A desafetação dessas Unidades impacta diretamente as terras indígenas Uru-eu-wau-wau, Karipuna, Igarapé Lage, Igarapé Ribeirão, Karitiana e os povos que estão em isolamento voluntário na região que envolve as áreas protegidas, ameaçando a integridade física, cultural e territorial podendo levar a iminência de um genocídio de culturas milenares. Entendemos que as Unidades de Conservação não são empecilhos para o desenvolvimento e que, ao contrário, podem ser aliadas na geração de emprego e renda como, por exemplo, na exploração sustentável da biodiversidade. O ataque a elas, mostra ao Brasil e ao mundo que o Estado não está preocupado em cuidar da Floresta Amazônica: o nosso maior patrimônio. As Unidades de Conservação Jaci-Paraná e Guajará-Mirim não podem perder nenhum hectare e

precisam ser recuperadas em sua integridade, o que seria outra oportunidade de geração de emprego e renda. O povo rondoniense não precisa de menos floresta, precisa de mais. O uso das áreas públicas para a criação de gado beneficia apenas um pequeno grupo, além de ser crime previsto em lei. A justificativa de invasão de áreas protegidas para desafetá-las, utilizadas pelo PLC 080/2020 só demonstra a incapacidade de o Poder Público de governar e gerir o território, deixando à mercê do crime organizado. Diante do exposto, as entidades que assinam esta Nota exigem a retirada imediata dessa matéria da pauta do Poder Legislativo Estadual; retirada dos invasores de todas as áreas protegidas; recondução das comunidades tradicionais ao seu território; proteção, monitoramento e fiscalização das terras indígenas e Unidades de Conservação; que o gado seja apreendido, leiloado e os recursos sejam aplicados na recuperação das áreas degradadas; que o Programa de Reflorestamento do Estado priorize as referidas áreas para recomposição florestal.”

A carta trouxe denúncias sobre os atos de Estado passados e em vias de se concretizarem, no caso a aprovação do PL 80/2020, responsabilizando executivo e legislativo do estado pela contínua invasão de áreas protegidas assim como o descaso pelas consequências dessas invasões às terras indígenas. Incluindo o perigo que as invasões são aos indígenas que vivem em situação de isolamento voluntário. Assim como os extrativistas, os indígenas não são considerados como sujeitos de direitos ou como humanidade.

Como na carta lida, tanto o governo estadual como os deputados estaduais foram declarados “permanentes ameaças” às unidades de conservação, houve a manifestação de um incômodo por parte do deputado Jean, que presidia a audiência. Após a conclusão da fala da senhora Ivaneide, o deputado Jean reclamou (foi a reclamação mais vigorosa) sobre as insinuações feitas na fala, em relação à decisão dos deputados. Disse que a decisão sobre a aprovação da lei ainda não estava posta, ao que respondeu Ivaneide pedindo desculpas se acaso ficou implícita alguma insinuação do tipo. Após este momento, ele assinou o recebimento da nota lida.

Compreendo, mediante o que pude observar, que a insatisfação do deputado Jean com a senhora Ivaneide também funcionou como uma afirmação que atualizou o compromisso simbólico da câmara legislativa com uma forma específica de discurso. O discurso ao qual os deputados se remeteram são constituídos e apoiados em justificações morais, que apreendem o território como resultado apenas das relações de apropriação para a exploração do agronegócio.

[...] embora seja legítimo tratar as relações sociais - e as próprias relações de dominação - como interações simbólicas, isto é, como relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento, não se deve esquecer que as trocas linguísticas - relações de comunicação por excelência - são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos. (Bourdieu, 2008, p.23-24)

Dessa forma, ao repreender a senhora Ivaneide por fazer insinuações quanto às decisões dos deputados, o público do chat se manifestou com aprovação e também com xingamentos que desqualificavam a fala da senhora, por representar o grupo que se opõe a qualquer redução de áreas protegidas em Rondônia.

Posteriormente, o PL 80/2020 foi aprovado na sessão da assembleia do dia 20 de abril de 2021, com 17 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Não houve adição de nenhum tipo de consulta aos povos indígenas ou às populações tradicionais, nenhum debate amplo com a sociedade rondoniense, sem a adição de nenhum estudo técnico feito delas instituições devidas.

O próximo inscrito chamado foi o advogado da ASPRECAM (Associação dos Produtores Rurais e Extrativistas do Rio Castanho e Madeira do Abunã), senhor Bruno Góes, do Município de Nova Mamoré. Esse senhor iniciou a fala explicando que o motivo de estar ali não estava na pauta, porém, fez um pronunciamento ofensivo e como o assunto de seu interesse não entrou na pauta, a eficácia de sua fala estava relacionada a angariar capital político e reconhecimento entre os presentes. O senhor Bruno disse estar falando pela maioria e não apenas pelo grupo que representa como advogado:

Venho aqui, por intermédio da grande maioria aqui presente, repudiar todas as investidas contrárias ao projeto. Até porque, acredito que é fundamental nós botarmos a mão na consciência e pensarmos que o que está se passando, são famílias que necessitam de uma regularização fundiária para produzir. Nós não estamos aqui, solicitando, como foi dito, um genocídio, um massacre de uma etnia que ninguém nem sabe se existe, de uma planta, não. Nós queremos regularizar. Com o zoneamento, com os estudos, vão ser todas as áreas, com certeza, regularizadas.

O advogado demonstrou desconhecer ou ignorar os processos históricos do estado de Rondônia e da Amazônia, na medida em que defende uma separação entre as decisões sobre o território, pelo Estado, às consequências socioambientais. Ocorre que, por internalizar o *habitus* compartilhado pelos detentores de capital jurídico,

considera que sua fala terá validade como embate com advogados que atuam em contrário à sua causa.

[...] o direito é muito poderoso porque fornece uma espécie de reserva de técnicas de pensamento e de técnicas de ação. Os detentores do capital jurídico são detentores de um recurso social constituído essencialmente de palavras ou conceitos — mas as palavras e os conceitos são instrumentos de construção da realidade e, em particular, da realidade social. (Bourdieu, 2014, p. 590)

A senhora que fez o gesto de jogar o senhor Joadir (OSR) da tribuna concordou veementemente com um aceno de sim com a cabeça. Quando o senhor advogado Bruno terminou a fala, o deputado Jean Oliveira convidou o Senhor Artur Soares de Almeida, então Presidente da Associação dos Seringueiros Bem-te-vi, da Resex Jaci-Paraná. O deputado Jean pontuou que foi perguntado se o senhor Artur queria falar, mas inicialmente negou.

O senhor Artur foi expulso de sua colocação portanto é de se esperar que ele tenha diversos receios para se expressar, assim como a descrença em alguma atitude positiva em relação aos seringueiros, vinda das instituições do Estado.

De um lado e de outro do rio só é gado, é campo e gado, não existe mais mata para o herói seringueiro trabalhar. Então, os seringueiros, por serem homens heróis da mata, as áreas de preservação, que eram dos seringueiros, estão se acabando. [...] para nós andarmos no rio, nós temos que ter uma carteira de licença da Associação para navegar no rio, para trazer os seus produtos, para não trazer um produto clandestino. E os fazendeiros têm isso? Têm licença para trazer o gado dentro da Reserva, da área de preservação? Tem, não é? Então amém por isso, porque o seringueiro, se não tiver ele vai preso; para trazer uma castanha, uma copaíba, uma borracha.

Na sua fala, o senhor Artur expressou as dificuldades de manter-se com o desflorestamento avançado da resex e a criação de gado. Ele também expressou as dificuldades com a fiscalização do estado, mais rígidas com os seringueiros do que com os ocupantes ilegais. É sabido que o gado criado dentro da resex consegue ser vacinado pela IDARON e transportado com as guias de trânsito animal, porém, os extrativistas relatam perseguições por parte de servidores da SEDAM.

Depois foi chamado o senhor Josep Iborra Plans, que é conhecido em Rondônia como Padre Zezinho. Ele é membro da Pastoral da Terra. O padre Zezinho também trouxe uma fala contundente e virando-se para o público da galeria, cobrou

que aquelas pessoas pensassem no que estavam fazendo, conseguindo terras expulsando seringueiros, indígenas.

Hoje está acontecendo em Machadinho, na Aquariquara, na Roxinho. O prefeito lá não falou disso, mas lá está tendo. E ia ter mais de dez seringueiros de Machadinho que foram mortos violentamente, cruelmente. Eu que não vou contar tudo que aconteceu com eles, porque dizem: “Lá no Jaci deu certo, aqui também vai dar certo”. Se vocês legalizam isso, vocês não podem ser uma Comissão de Meio Ambiente, vocês vão ser uma Comissão contra o meio ambiente. Porque estão incentivando novas grilagens e invasões. Não pode ser tolerado ir contra a lei. Porque já tiveram sentenças judiciais para tirar todo mundo, para tirar o gado, e nunca foram cumpridas. Por que nunca foram cumpridas? O pessoal lá de Machadinho me disse: “Os seringueiros estão abandonados pela Sedam. Não temos apoio nos planos de gestão. Não temos ajuda. Estão nos expulsando, ao contrário, os poucos seringueiros que restam”. É muito triste. (...) O que vão dizer para seus netos? O que vocês vão dizer para os seus representantes também? “Não, essa terra aqui nós ganhamos, tomamos dos seringueiros, roubamos deles”.

O Padre Zezinho tentou apelar a um conjunto de atributos morais que não se coadunam com a construção identitária do produtor rural como “desbravador”, “bandeirante”, “destemido pioneiro”⁶³. A ocupação e transformação da floresta em área de plantation é uma missão, e constituiu a memória coletiva de Rondônia.

Podemos portando dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992, p. 205).

O padre Zezinho chamou a atenção do Defensor Público, que deveria estar defendendo as pessoas que foram expulsas. O Defensor então pediu a palavra e expôs que a Defensoria Pública estava presente ali para defender as pessoas pobres e que não apoia nenhum projeto específico.

Max Weber falava de “domesticação dos dominados”: uma parte do trabalho do Estado está orientada para essas classes perigosas que é preciso domar, que é preciso fazer entrar no jogo. Ao mesmo tempo, também é possível dizer que se trata de assistir os dominados,

⁶³ Trechos do hino de Rondônia: “Nós, os bandeirantes de Rondônia, nos orgulhamos de tanta beleza.(...) Como sentinelas avançadas, Somos destemidos pioneiros (...)”. (Lima, 1981)

arrancá-los do estado insuportável de miséria em que estão (Bourdieu, 2014, p.639-640)

Como já se passaram quase duas horas e meia de audiência, uma câmera pegou alguma movimentação da plenária, as pessoas estão conversando, algumas de pé. Já não havia a mesma disposição do início, o que é esperado pois se tratou de um evento cansativo fisicamente e mentalmente, e parece que alguns já saíram do local. O deputado Jean chamou então a advogada Eva Lídia, da Federação da Agricultura, porém ela teve que sair. Em seguida foi chamado o senhor Heliton Gavião, Coordenador dos Povos Indígenas do Estado de Rondônia, naquele momento.

O senhor Heliton também estava na galeria e nesse momento consegui ver pelo ângulo que estava sendo feita a transmissão, que ao lado esquerdo da galeria se concentraram os representantes da CPT, CIMI, Kanindé e canais de jornalismo alternativo. À direita do senhor Heliton ficaram membros da Asprumin.

O senhor Heliton alertou o governo do estado e representantes sobre o erro que cometiam ao não ouvir os povos indígenas.

Mais uma vez esta Casa pecou na sua caminhada, porque o ano passado eu falei a mesma palavra aqui, quando não foi discutida aquela política de regularização fundiária. Onde eu falei, perante cada um de vocês que estão aqui, que o Estado, não apenas o Estado de Rondônia, o Estado brasileiro deveria também fazer Consulta Pública aos povos indígenas. Até porque, geograficamente, a terra indígena, os povos indígenas do Estado de Rondônia, eles se encontram neste Estado. Qualquer política pública, qualquer legislação ou qualquer empreendimento que o Estado de Rondônia desenvolve, com certeza, traz impacto ambiental, social na vida dos povos indígenas.

Ao que responde o deputado Jean Oliveira que se houver fronteira com área indígena, os indígenas devem ser ouvidos. A Resex Jaci-Paraná e a Terra Indígena Karipuna são áreas contínuas e os avanços da invasão já chegam à TI. Mas pela forma como o assunto foi tratado, esta questão foi totalmente ignorada pela comissão de meio ambiente da câmara.

Houve então um movimento de aceleração da audiência e o deputado Jean chamou o advogado da Associação dos Produtores Rurais de Jacinópolis, o Senhor Renan Maldonado. O advogado falou da tribuna, na parte térrea do auditório.

Esse senhor representa uma população que ocupa a área chamada “bico do parque” de Gujará-Mirim, que dentro do PLC 80/2020, voltaria a fazer parte do Parque.

Essa é uma área que já fora desafetada anteriormente e é um dos atos que me faz pensar sobre a manipulação de legislações que regem o território. Porque não parece haver outro sentido de legislar em Rondônia, que não seja no sentido de ampliar as fronteiras de exploração do capital e beneficiar a ocupação ilegal de terras públicas.

Na verdade, assim, o pano de fundo do Governo do Estado de Rondônia em relação a esse Bico é realmente que ali tem pessoas, tem produtores que estão ali e existe uma perseguição muito grande a essas pessoas. Nós temos, nós conseguimos, através da manifestação aqui de quase 500 pessoas, há 3 semanas, que os senhores acolheram, que os senhores ouviram, abrir inquérito policial contra vários agentes da Sedam. Eu não banalizo aqui — não são todos da Sedam —, mas vários agentes da Sedam vêm abusando da sua autoridade lá nos arredores do Parque: torturas, incêndios indevidos, prisões por averiguação. (...) O Projeto de Lei aqui dos senhores, para o governo ou alguns da Sedam, que eu não gosto de generalizar, eles consideram que esse Projeto está aprovado já.

O advogado também narrou atos violentos por parte do estado e extrativistas também acusam a SEDAM desses mesmos atos. As operações de fiscalização dentro do Parque Estadual de Guajará-Mirim já foram alvejadas com tiros, dos invasores, inclusive teve um agente baleado.

O “bico do parque”, por ser zona de amortecimento, foi alvo de ação civil pública, com a finalidade de desintrusão. Porém, os invasores conseguiram uma liminar que suspendeu a desintrusão e depois o Ministério Público emitiu outra liminar que restabelece a ordem de desintrusão. Ou seja, há um conflito acirrado que também passa pelo campo jurídico.⁶⁴

O senhor Renan, advogado da Associação dos Produtores Rurais de Jacinópolis, afirmou que há uma certeza por parte do governo de que o projeto será aprovado na câmara, porém o deputado Jean não o repreendeu.

As pessoas foram chamadas mais rapidamente para falar, pois, devido o tempo de duração e a ausência de intervalos, estava cansativo para todos. O próximo

⁶⁴ No dia 6 de abril de 2023, o Ministério Público e o Estado de Rondônia interpuseram agravo de instrumento junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia em face de decisão da 1ª Vara Cível da Comarca de Guajará-Mirim/RO que suspendeu a desocupação do Parque Estadual Guajará-Mirim (...) aduzem os recorrentes que a grande maioria dos invasores localizados no interior do Parque Estadual e na sua Zona de Amortecimento conhecida como “Bico do Parque” possuem imóvel e/ou residência em outra localidade, não sendo, portanto, vulneráveis e que muitos deles, notadamente os responsáveis pela indevida ocupação, constituem verdadeira organização criminoso armada, à qual são atribuídos diversos crimes na Ação Penal n. 7003677-50.2021.8.22.0015, também em curso na Comarca de Guajará-Mirim. Disponível em <https://mpro.mp.br/pages/comunicacao/noticias/view-noticias/738074>

chamado a falar foi o senhor Ramires Andrade, advogado da Kanindé, Associação de Defesa Etnoambiental. O senhor Ramires estava na galeria, a parte superior da assembleia.

[...] uma coisa que não está sendo dita e que não consta no Projeto, em que pese às absurdas justificativas infundadas, inclusive todas ou quase todas inverídicas, porque é verdade que tem mais de 120 mil cabeças de gado, a quem eles dizem ser de pequenos agricultores, quando na verdade não são. Aquele território sobreposto por uma Unidade de Conservação de uso sustentável — a Resex—, no entanto, ele pertence à área geográfica que constitui patrimônio da União, tanto a Resex, quanto o Parque. Na justificativa do Projeto, acusam que o objetivo é desafetar a Unidade de Conservação para possibilitar a legalização e a regularização fundiária, o que de fato não é verdade. Não é verdade porque o estado não pode decidir sobre um território que pertence à União. E isso não é surpresa para os senhores, assim como não é surpresa para ninguém. No entanto, isso não é dito para eles.

Além de reiterar alguns argumentos anteriormente elencados por diversos palestrantes para a retirada do projeto de pauta, o advogado da Kanindé adiciona a questão de regularização fundiária da área da reserva. A área onde criou a Resex Jaci-Paraná foi cedida ao INCRA, para fins de formação de assentamentos agrários, porém esta instituição renunciou ao imóvel, restituindo-o à Secretaria de Patrimônio da União, para que posteriormente, fizesse a cessão ao estado de Rondônia, efetivo responsável pela criação da reserva⁶⁵.

Outro fato aqui que também merece ressalva é de que, se o objetivo do estado é regularizar a situação fundiária desses produtores — que é legítimo — não é por esse meio, conferindo possível legalidade, aparência de legalidade, àquilo que já é absolutamente ilegal desde o seu princípio. A maneira correta de se fazer regularização fundiária e assentar essas pessoas é pela reforma agrária.

O que o advogado da Kanindé denunciou é que o governo, juntamente com o apoio da Assembleia Legislativa, não tem como efetivamente resolver o problema de pequenos e médios produtores. No entanto, estas pessoas permanecem depositando sua confiança nas promessas inviáveis e populistas, muitas vezes estimuladas por interesses dos empresários da grilagem.

⁶⁵ Na Portaria 606, de 28 de julho de 2000, o INCRA renuncia aos imóveis correspondentes à Resex Jaci-Paraná e outras UCs, restituindo-os à Secretaria de Patrimônio da União, a fim de destiná-las ao governo de Rondônia.

Os grandes empresários, os que têm rebanhos, os donos de frigoríficos, exercem influência política, constituindo seus próprios representantes que, no entanto, justificam suas intenções incorporando o anseio dos mais pobres. Segundo Bourdieu (2007), as opiniões de uma dada população dependem dos instrumentos de percepção disponibilizados pelo campo político e nessa perspectiva, o poder simbólico implicado nos discursos políticos, pressupõe uma adequação ao agronegócio.

O próximo a falar foi outro advogado, o senhor Hélio Belotti, representando a ASPRUMIN - Associação dos Moradores de Minas Novas. O senhor Helio estava na parte de baixo. O senhor Helio expressou seu contentamento com o princípio da publicidade (informar sobre a ocorrência da audiência pública) e elogiou diversos deputados, a SEDAM e o governo Marcos Rocha, por ser uma espécie de “vanguarda” das relações entre homem e meio ambiente.

O advogado Helio assumiu um posicionamento corporal diferenciado e uma retórica rebuscada. Talvez por ser um evento de fundamental interesse para a Associação que ele representa como advogado, me pareceu que sua forma de se expressar foi bem mais ativa do que a dos demais advogados presentes. E sua postura foi mais cerimonial e demonstrativa, remetendo ao espaço de um tribunal. O trecho de sua fala abaixo corresponde a um momento em que ele pediu a projeção do mapa da Resex Jaci-Paraná no telão e que apareceu na transmissão também, para quem acompanhou on-line.

Não vim aqui defender uma corrente antropocêntrica ou ecocêntrica. Antropocentrismo como o homem centro de tudo do universo ou a natureza como centro do universo. E já trazendo esse assunto em pauta, lembro e rememoro, Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Por quê? Porque sempre há de advir um caminho equilibrado. E só alcançaremos o desenvolvimento sustentável por meio de diálogo, por meio de um diálogo desapassionado, de um diálogo apartidário, de um diálogo não ideológico. [...] Este é o espaço territorial hoje da Resex de Jaci-Paraná. Esse aí é o real. E se conjugarmos essa interpretação desse dispositivo com o que é uma reserva extrativista, e aí vamos para o Artigo 18 da Lei do SNUC, que é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação: “a reserva extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se [...]”. Não existe o extrativismo. Não existe mais o bioma. Todas as hachuras em amarelo são antropização. Nada mais, nada menos que isso. Áreas antrópicas. Foram antropizadas, não de ontem para hoje, mas ao longo de décadas. E ela, como notem, como podem notar em toda a extensão do mapa, ela ocupa toda sua extensão. E não só por meio de mapas a gente comprova isso. Nós, juntamente com a equipe

ambiental, fizemos um estudo na região e percorri toda a sua extensão.

O termo antropização⁶⁶, referindo-se as ações do “homem” sobre a “natureza”, implica em um entendimento binário, num sistema simples de oposição entre dois elementos que podem abstrair-se de forma suficiente a ponto de serem observáveis aspectos distintos destas duas entidades.

Evidentemente, as ações humanas repercutem em alterações do meio ambiente porém, é necessário um exercício de relativização e crítica para vislumbrar que nem todo tipo de ação humana impõe uma oposição homem versus natureza visto que os dois elementos, tomados como conceitos, se explicam mediante o processo histórico relacional ao qual estão referenciados.

Com a emergência das novas identidades coletivas e de sujeitos sociais organizados, isto é, identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais, estão sendo afastadas de vez as ficções biologizantes, bem como os sujeitos biologizados. Constata-se uma politização da natureza [...] (Almeida, 2008, p.14)

O mapa a que se refere o advogado Helio foi elaborado pela empresa Gaia e enquanto o mapa seguia sendo exibido, o senhor Helio propôs que a solução para a degradação “é justamente por meio da extinção integral da resex” (Belotti,2020). O senhor Helio foi bem aplaudido, até porque havia diversos membros da associação que ele representa no plenário.

A justificativa para a desafetação da resex, segundo o senhor Helio, está relacionada à ausência do extrativismo, comprovada pela antropização, ilustrada pelo mapa. Trata-se de uma explicação auto evidente que apresenta uma meia verdade, na medida em que o processo que levou às circunstâncias de ocupação irregular da resex foram suprimidas da exposição.

O extrativismo foi interrompido, foi inviabilizado com expulsões violentas e ameaças que sofreram os extrativistas e mesmo assim, algumas famílias ainda

⁶⁶ (...) quando os signatários do discurso ambiental destacam a intervenção humana nos ciclos naturais é que se mostram mais incapazes de discernir o lugar do homem no processo de produção da natureza. Os problemas colocados ao conhecimento mediante o desvelamento dos novos conteúdos do espaço geográfico, incluindo o recrudescimento da crise ambiental, exige que se tome o homem como natureza e não como um “fator” da natureza. Há uma sutil diferença qualitativa neste enunciado: entender o homem como natureza supõe entrever uma condição ontológica, um sentido de ser; ao passo que reclamá-lo como mero fator antrópico supõe submetê-lo a relações de causalidade. (Lima, 2015 p.112)

permanecem na Resex Jaci-Paraná apesar das ameaças. Porém este aspecto ficou encoberto pelas atividades produtivas atuais, que mesmo ilegais, compartilham o poder simbólico com parte relevante dos membros da Assembleia Legislativa do estado.

O próximo a ser chamado foi o senhor Guilherme Erse, que era então o ouvidor geral da ALE RO. O senhor Guilherme é filho do ex-senador de Rondônia, Moreira Mendes⁶⁷. Penso que esta informação é torna relevante já que o senador Moreira Mendes teve destaque em sua atuação à favor da alteração da definição de trabalho análogo à escravidão (beneficiando os que utilizam em suas fazendas trabalho análogo à escravidão) e pela adoção do marco temporal para a demarcação de terras indígenas. Ambas as questões são de relevância para a bancada ruralista. Ademais, em Rondônia é possível observar familiares de representantes políticos apropriarem-se do capital político já consolidado para tentarem adentrar na vida pública.

O senhor Guilherme estava sentado na parte de baixo, onde também estavam os deputados. Ele foi a última pessoa sem cargo de deputado a se pronunciar, porque antes de iniciar a fala, o deputado Jean Oliveira disse que queria ouvir os deputados que quisessem fazer algum comentário.

O senhor Guilherme iniciou a fala com os cumprimentos protocolares e disse que estava ali como cidadão e não como servidor da assembleia. Pois bem, com isso, o senhor Guilherme trouxe uma das falas mais inflamadas, de acordo com minha observação e no contexto da audiência, sua fala pareceu expressar o que estava acontecendo no chat, as manifestações que foram feitas pela janela de comentários da transmissão.

Esse discurso que tenta confrontar ou tenta dividir as pessoas do nosso Estado e do nosso País, é um discurso vencido, é um discurso reprovado nas urnas em todas as esferas democráticas. Se este País tem cor, a cor é da nossa bandeira, e não além destas. Há quem diga inclusive que este País nunca terá a cor vermelha. E digo isso porque o debate que se traz aqui é um debate do que é viável

⁶⁷ O deputado Moreira Mendes, já falecido, foi membro da Frente Parlamentar de Agropecuária (FPA). Foi um dos críticos dos procedimentos de demarcação de terras indígenas, e, em seus pronunciamentos, atacava a Funai, o Ministério da Justiça, ONGs e o Governo Federal. Foi autor do projeto de lei que modifica o conceito de trabalho escravo (PL 3842/12), uma das armas da bancada ruralista contra a PEC do Trabalho Escravo. Defensor da tese de que “terra indígena é a que estava ocupada até a Constituição de 88”, foi apoiador do projeto de emenda à Constituição que transfere a competência de demarcação terras indígenas para o Congresso Nacional, a PEC 215/2000. Moreira Mendes também votou a favor das mudanças no Código Florestal. Informações retiradas de <http://republicadosruralistas.com.br/ruralista/29>

economicamente de forma sustentável à nossa sociedade, ao nosso povo do Estado de Rondônia. Ora, ouvi aqui que é bandidagem regularizar pessoas que estão em áreas de conservação. A estes, deixo um questionamento. Ora, e como devemos chamar governos que, desde a década de 70, convidou brasileiros para virem para cá, e após estes tomarem posse de um pedaço de chão, edificarem, construírem, usarem o seu suor, saírem do conforto das cidades, para virem até então para um pedaço de mato, vieram para cá, e depois este mesmo governo, numa canetada, para flertar com organismos internacionais e outros países, transforma aquela área, outrora que não era nada, em reserva? Chamaremos estes brasileiros, que para cá vieram então de bandidos? (...) Então, a gente tem que dividir: aqueles que têm a fala, o discurso, o discurso fácil, a ONG, o recurso internacional, o pouco trabalho. Colocar eles dentro de uma reserva e deixar o restante do Estado para aqueles que gostam da enxada, do trator, do trabalho, da cerca, da ponte, e permitir que essas pessoas produzam.

Esta fala foi já na parte final do evento, e se alinhou com diversos comentários que ficaram restritos ao chat da transmissão do *youtube* ou seja, só teve acesso à este tipo de manifestações quem teve oportunidade de acompanhá-las. O comentário do senhor Guilherme foi direcionado justamente para o grupo que podia se manifestar livremente, visto que estava “protegido” pelo espaço da internet que, sem regulamentação, confere um campo aberto para receber qualquer tipo de “opinião”.

É necessário trazer a questão da força política do bolsonarismo no estado de Rondônia, visto a massiva votação que ele recebeu (72,18% dos votos válidos⁶⁸), assim como a política local o recebeu como um “messias”, que carregava as ideias já gestadas pelas experiências colonialistas anteriores, ocorridas no território. Ademais, o PL 80/2020 foi retratado pela imprensa por diversas vezes como “a boiada passou em Rondônia”, “a boiada passando”, expressão que se referiu à fala do então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que visava flexibilizar a regulamentação ambiental se aproveitando da situação de pandemia⁶⁹.

Enquanto amálgama do conservadorismo e do autoritarismo brasileiros, o Bolsonarismo encontra sua síntese no ideal fantasmático

⁶⁸ Rondônia Justiça Eleitoral - Eleição Geral Federal 2018 - Oficial 2º Turno - Resultado de votação por UF

⁶⁹ "Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação, é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos." Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>

do Homem de Bem (Duarte, 2020), (...). Em um sentido político mais restrito, o Bolsonarismo tem como propósito fortalecer a oposição binária entre nós/eles, amigo/inimigo, por meio da qual se pretende minimizar e, se possível, neutralizar toda forma de oposição e dissidência política. O Bolsonarismo orienta-se por um projeto paradoxal de democracia, de caráter autoritário, que se propõe a restringir os direitos e liberdades daquelas formas de vida que não espelham seu modelo ideal normativo de cidadão, o Homem de Bem. (César; Duarte, 2020, p.2)

O processo de invasão de terras públicas não é recente e quanto à Resex Jaci-Paraná, o presidente da OSR, em 1999, denunciou em nota de jornal⁷⁰ a invasão da Resex, o que já preocupava os extrativistas à época. No ano de 2002, foi verificada pela polícia a presença de 23 invasores na área da colocação de Minas Novas, dentro da Resex. Os invasores foram notificados pela Polícia Ambiental e informados de que se encontravam em área de reserva extrativista. Ocorreu que as fiscalizações não foram suficientes para conter o avanço do desmatamento e a eleição de Bolsonaro foi compreendida como a vitória sobre o “ambientalismo”, sobre as “ongs”, sobre os que criticam os que trabalham, os homens de bem.

Além disso, as falas do senhor Guilherme distorceram os motivos da criação das unidades de Conservação no estado de Rondônia. A criação das UCs foi uma contrapartida para a manutenção dos vultosos empréstimos do Banco Mundial, no contexto do PLANAFLORO e da mobilização política dos povos indígenas, extrativistas e outras comunidades tradicionais que repercutiram internacionalmente, provocando atitudes internas.

O senhor Guilherme foi bem aplaudido, após enaltecer “os que gostam da enxada” e repudiar os que têm “o discurso fácil”. Ao final da fala ele sugeriu que fossem marcadas audiências públicas em Nova Mamoré, Pimenta Bueno, São Francisco do Guaporé e Guajará-Mirim, para ouvir as populações desses Municípios. As populações tradicionais não são citadas pois, como já indiquei, há uma insistência para omitir a presença dos seringueiros.

Quando o senhor Guilherme concluiu, a palavra foi passada ao deputado Cirone Deiró, que ficou como presidente da mesa por uns momentos, enquanto o deputado Jean Saiu. Ele já estava sentado ao lado do deputado Jean. O deputado Cirone aproveitou algo do que o Guilherme Erse falou antes dele:

⁷⁰ A nota está no capítulo “álbum de fotografias e imagens”.

Eu sou um desses brasileiros que foi incentivado pelo Governo Federal na década de 70, a “integrar para não entregar”. Então, nós fomos motivados a vir para esta terra para trazer o desenvolvimento para o nosso País.

O deputado Cirone também retomou a questão de que os votos sobre o projeto ainda não estavam decididos, ainda seria discutido o assunto nas comissões. Porém ele mesmo traiu sua fala, afirmando que a aprovação da desafetação da resex é apenas o início de um processo, que pelo visto ele aprova, pois falou diretamente com quem ocupa ilegalmente a reserva com tom de aviso.

[...] nós aqui não temos já opinião formada do voto. Nós estamos aqui ouvindo várias representatividades. [...] Estamos aqui votando a regularização fundiária. Muito bem disse o doutor, perdoa a ausência do nome, que mesmo votando a extinção de uma Reserva, da Jaci-Paraná, isso não dá direito a vocês a documentarem. Nós temos uma segunda fase e uma terceira fase. Terão os passivos ambientais que cada um de vocês terá que assumir, feitos ali dentro daquela área. Mas, em falando da extinção, falando da criação já tem o compromisso deste parlamentar de estar analisando e fazendo aquilo que é melhor para o povo de Rondônia, para os brasileiros que aqui moram.

As invasões em terras públicas encontram respaldo moral como justificativa para sua reincidência. Na fala do deputado Cirone, ele indicou que o resultado será a regularização da área desde que os invasores aceitem arcar com os passivos ambientais. O atendimento dos ocupantes ilegais tem um valor mais positivo do que a permanência dos extrativistas. Os extrativistas não são vistos, não estão lá.

A palavra foi então passada para o deputado Adelino Follador. Instigado pelos discursos anteriores, sobre os “destemidos pioneiros”, os “bandeirantes de Rondônia” que estão na letra do hino estadual, ele contou parte da história de sua própria família. Sua fala foi aplaudida quando disse que os ocupantes ilegais de terras públicas não são bandidos, que ele não acredita que as pessoas que foram ali trabalhar são bandidos.

Vim para Rondônia para buscar... Onde o governo me chamou. Fala: “vem”, em 77, que “integrar para não entregar”. Era um incentivo e você tinha que ir ao Banco. Às vezes, a gente tinha que juntar o dinheiro de dois, três para tirar o extrato no Banco, para poder fazer seleção, para poder passar, para poder conseguir um pedaço de terra. [...] Então, foi isso que nós começamos e o documento chegou muito depois também. Então, o Estado sempre chega atrasado. As Reservas, foram criadas muitas Reservas com as pessoas lá. Então,

será que era legal isso? Será que na época foi feita justiça? Foi feita Audiência Pública? Foi indenizado? [...] Então, nós precisamos analisar isso, essa situação do Estado de Rondônia. Estado de Rondônia é o que mais preserva. Eu sou contra invasão de área indígena, sou contra invasão de... Agora, as áreas consolidadas, que já estão derrubadas, que estão há 15, 20 anos lá dentro, não tem volta. Como é que nós vamos...? Nós temos que consolidar isso, porque não tem volta. Esse povo só... Regularizando, só tem benefício para a nação, para o município, para o Estado e para as pessoas que geram emprego e produzem. Então nós não podemos ser irresponsáveis, mas temos que ser, sim, porque o Estado vem atrasado. As estradas, quem abriu no começo, tudo foram os toreiros. Aí o Estado correu atrás e foi arrumando as estradas.

O deputado Adelino atribui a responsabilidade sobre as invasões aos atos de Estado. Concordo que os atos de Estado incorreram em eventos que têm consequências atuais, como a construção da BR 364, o estímulo a migração desordenada, a colonização que beneficiou poucos e que estabeleceu um *habitus* exploratório específico aos que chegavam.

Esta fala do deputado Adelino fez uma retrospectiva bem rápida de sua experiência com a colonização promovida pelo Estado e como foi precária e caótica essa expansão. O senso de justiça, para ele, deve estar de acordo com o que ele experienciou no final de década de 70, quando chegou em Rondônia. E o processo de expansão da fronteira continuou, os toreiros continuam abrindo estradas. A fala do senhor Adelino também fez uma reverência ao passado. Um passado melhor que o presente. Um passado que não tinha audiência pública, mas que trouxe aos esforçados a vitória.

Dando continuidade à dinâmica das exposições, o próximo deputado que falou foi o Doutor Neidson. Ele foi breve e pediu que fossem feitas audiências públicas nos locais impactados pelas alterações propostas. Disse que da forma como o projeto estava ele não votaria a favor.

Em seguida a palavra foi para o deputado Chiquinho da Emater. A fala do deputado seguiu as anteriores, com exceção da do Dr. Neidson, que diferiu dos outros. Ele disse que o Estado errou com as pessoas, que eles estão trabalhando para criar a paz social e que é preciso construir um estado de Rondônia para todos.

Eu acho que o Estado errou e errou muito anteriormente. Deixou as coisas acontecerem de qualquer jeito. E terminou na situação que está aí hoje. Esse projeto, bem trabalhado, traz, sim, paz social. Se ele for — como o Deputado Dr. Neidson falou —, ouvir as comunidades, ele

traz, sim, paz social; ele traz desenvolvimento. E é por isso que Assembleia está aqui nesta Audiência Pública, para ouvir todo mundo, todas as partes. Eu sou contra qualquer coisa que queira entrar nas terras indígenas, que não respeite os seringueiros, que não respeite os ribeirinhos. Nós precisamos fazer um Estado melhor para todos. Queremos construir um Estado que atenda a todos. Agora, também não dá para dizer que o produtor rural, que tanto trabalhou, que tanto construiu, é grileiro de terra. Isso, a gente não pode dizer isso. Acho que nós temos que construir um Estado que possa beneficiar todos. E temos condições para isso. Basta o governo fazer um grande projeto ambiental, delimitar as terras.

“Paz social” é uma expressão que apareceu em discursos do governo de Rondônia. Ocorre que são os extrativistas os afligidos. Os que são ameaçados de morte. O deputado partiu de um pressuposto no qual todas as pessoas envolvidas no conflito ambiental fazem parte de um “mundo comum” (Boltanski; Thévenot, 2020), onde podem apresentar os regimes de justificação e chegar a uma solução coletiva de paz social.

Ocorre que a paz social, da forma como indicada pelo PL 80/2020 implica na total desconsideração da vida dos extrativistas. Os fazendeiros, ao reivindicarem sua legalidade em permanecer na Resex, mobilizam um senso de justiça que sensibiliza mais eficazmente os representantes políticos. Retoricamente, o deputado se afirmou comopositor a qualquer ação que não respeite os ribeirinhos, mas não afirmou sua discordância em relação ao PLC 80/2020.

Enquanto o deputado Chiquinho estava falando, o deputado Adelino foi chamado pelo deputado Jean, porém não consegui ver o que falaram porque estavam de máscara. Eles estavam um de cada lado do deputado Chiquinho, sentados na mesa.

O próximo a ser chamado foi o deputado Jair Montes. Inicialmente o deputado falou que, como representante no parlamento, não devia ter medo das pressões, mas que deve sim, atuar com responsabilidade em nome do povo.

Eu fico até preocupado quando vejo uma ativista política que esteve aqui, ou uma ativista ambiental mesmo, falando que temos que apreender todo gado e leiloar. Nós temos que, em primeiro lugar, saber da história daquele povo, como chegou lá. E se pessoas que estão nesses lugares estão mais de 10, 15, 20 anos, a culpa não é delas. A culpa é do Poder Público que deixou ficar. A culpa é do Poder Público que, além de deixar ficar, deixa de qualquer maneira. Eu vi uma frase muito interessante do Secretário do Idaron, que ele fala o seguinte: o papel do Estado é cuidar, o papel do Idaron é fiscalizar e

cuidar. Se nós soubermos que nós temos gado na Lua, nós temos que ir lá na Lua dar o melhor tratamento àquelas pessoas e àquele gado também.

Quando o deputado disse que a culpa da permanência de pessoas em áreas de reserva é responsabilidade do poder público, ele foi aplaudido pelo público do plenário. Ele falou diretamente com a população que ocupou a Resex Jaci-Paraná, porque ele está de certa forma respondendo à nota lida pela Ivaneide da Kanindé.

Segundo o deputado Jair, as ações de cuidado por parte do Estado se referem apenas aos fazendeiros invasores. O Estado, mediante as instituições que fazem a gestão da Resex, não poderia incorrer em ações para retirar os invasores, porque já passou o tempo. Os atos de Estado que repercutam em desocupação de terras públicas invadidas, segundo o deputado, precisam ocorrer dentro de um tempo imediato à invasão. Ocorre que o ritmo das invasões é muito mais veloz do que as fiscalizações e os processos judiciais.

[...] essa é a obrigação do Estado, não é deixar invadir e depois 10, 15 anos, chegar lá e tomar. Porque a pessoa já fez e construiu um patrimônio e a sua vida em cima daquilo ali. Nós falamos hoje para mais de 3 mil famílias que moram nessa região. Nós temos hoje mais de 150 mil cabeças de boi, de gado, é muita coisa. É muita coisa. Nós temos ali produção agrícola.

Antes de passar a palavra para o deputado Alex Redano, o deputado Jean Oliveira cumprimentou o vereador Bengala, de Porto Velho. E o deputado Jair Montes também pediu a palavra para cumprimentar o Bengala. O vereador foi filmado nesse momento, estava sentado na parte de baixo do plenário. Depois desse momento de sociabilidade, a fala foi concedida ao deputado Alex Redano, que foi a última pessoa a se manifestar na audiência pública. O deputado Alex falou de pé, no púlpito.

[...] volto ao passado para lembrar a importância deste Parlamento, quando se cogitava a criação dessas Reservas por Decreto, ato unilateral do Governo do Estado de Rondônia. Se não me engano, Deputado Jean, na gestão do Governador Confúcio. Nós, juntamente com o Deputado Jean e alguns parlamentares, apresentamos uma Proposta de Emenda à Constituição, em que Reservas só poderiam ser criadas com a aprovação desta Casa Legislativa. (...) Eu penso que cada deputado, antes de fechar realmente o seu voto, no mínimo ligar para os amigos, os líderes das regiões que serão afetadas. O nosso setor produtivo é muito forte. O que sustenta o nosso Estado

hoje é o setor produtivo. Rondônia não tem grandes indústrias e carece muito do setor produtivo.

A imagem abaixo é um painel da “Campanha do Agro da ALE RO”, de 2024. A imagem está espalhada em Porto Velho, em diversos *outdoors* e foi publicada no site da Assembleia Legislativa de Rondônia. A campanha de comunicação veiculada pela assembleia legislativa, reafirmou o compromisso dos deputados estaduais com o Agro.

Figura 8: Imagem de divulgação da Assembleia Legislativa de Rondônia.



Disponível em <https://www.al.ro.leg.br/>. Acesso em 07/07/2024

Após a conclusão da fala do deputado Alex Redano, a câmera mostrou o público da audiência e aparentemente havia menos pessoas do que no início. A dificuldade de permanecer foi compreensível pois não houve nenhum intervalo e a audiência se iniciou às 10 horas da manhã e durou quase 4 horas, finalizando às 13 horas e 46 minutos, conforme a transcrição taquigráfica.

O deputado Jean de Oliveira conclui o evento fazendo alguns comentários sobre os trâmites da proposta e como considerou relevante o fato de a votação não ocorrer em período eleitoral pois segundo ele, não servirá de palanque político. A audiência também é concluída “invocando a proteção de deus”.

Paralelamente à audiência transmitida de dentro do prédio da assembleia legislativa, a experiência de assisti-la pelo *Youtube* trazia a possibilidade de manifestações no *chat*, o espaço onde se pode enviar comentários enquanto o evento transmitido acontece. Estes comentários eram manifestações de concordância ou discordância com os discursantes na audiência e consistiam também em comunicação entre as pessoas naquele espaço.

A expressão via *chat* do *Youtube* foi informal, inclusive algumas pessoas se expressaram de forma ofensiva, coisa que poderia ser repreendida se acontecesse no espaço presencial da audiência pública. Assim como no espaço físico, em âmbito virtual as manifestações a favor da desafetação da resex foram predominantes. O *chat* permitiu que as pessoas trouxessem comentários, impressões e mesmo relatos pessoais, o que não seria possível na audiência.

A seguir, como parte da descrição da situação social observada, trago excertos de momentos de comunicação pelo *chat* do evento. Inicialmente, cogitei trazer no trabalho capturas de tela dos comentários feitos durante a transmissão da audiência pública no canal da ALE-RO. No entanto, a visualização não ficou nítida e tornaria mais difícil a compreensão dos comentários.

Assim como a audiência pública está disponível no *YouTube*, os comentários feitos podem ser visualizados também. Existe um atraso entre a transmissão e a resposta nos comentários, mas isto não impediu que os comentários funcionassem como um fórum de comunicação entre os participantes da audiência pela internet, com os participantes respondendo uns, aos comentários dos outros.

Diante dessas duas formas de participação, observei que, diversamente da sequência da audiência transmitida, os comentários do chat seguiam um fluxo particular que estava relacionado à velocidade de transmissão, um imperativo técnico, e ao tipo de comunicação prevista nesse espaço, que em analogia, considerei um “espaço dos burburinhos”, das falas que são ditas em volume baixo e somente os vizinhos de assento poderiam escutar. A participação presencial no evento, implicava a mediação do formato protocolar regido pela assembleia e apenas os oradores inscritos foram filmados, não possibilitando o acesso aos ruídos dos presentes, aos comentários miúdos e às expressões do público.

No *chat* estavam presentes opiniões, questionamentos, exaltações, reclamações, acusações e outras interjeições que não apareceram na transmissão. Talvez tenham acontecido, porém não foi possível visualizar ou ouvir este tipo de comentário, na minha posição de uma observadora online. Também ocorreu nesse espaço, a comunicação via “emojis”, que são pequenos ícones presentes nos aplicativos de mensagens e indicam uma emoção ou acontecimento. Mantive a forma como foram grafados os comentários assim como abreviações típicas das conversas que ocorrem nesse espaço.

Os comentários do chat foram predominantemente relacionados à campanha para desafetação da Resex Jaci-paraná, inclusive a associação ASPRUMIN organizou uma caravana e era o único grupo com uma faixa na plenária.

Elaborei um quadro, de forma a apresentar mais organizadamente diferentes recursos aos quais os participantes do chat se remeteram, a fim de apresentar justificações válidas a responder as críticas referentes à desafetação da Resex Jaci-Paraná:

Figura 9: Quadro - Exposição de comentários no chat do YouTube, durante a Audiência Pública sobre o PL 80/2020.

Elementos de Justificação dos apoiadores da Desafetação da Resex Jaci-Paraná	Comentário no Chat
Trabalho	queremos nossas terras para ser liberada para trabalhar porque vivemos do nosso suor/ legalização pra nos trabalharmos em paz/ o povo só quer trabalhar/ ninguém aí é bandido/ São tantas famílias sofrendo querendo um lugar pra plantar e colher trabalhando para sustentar suas famílias/ Trabalhamos com honestidade, e queremos nossas terras para trabalhar e não ser sitado como bandidos/queremos respeito por quem trabalha
Elaboração do “outro”	essa blogueira não sabe nada do que é gerar alimentos para o mundo vive no ar condicionado e não sabe o que que trabalhar de sol a sol para colocar o pão na mesa/ Pergunto aos representantes de Ongs, se os agricultores ã trabalhem p/ colocar comida na mesa do povo brasileiro, vcs das Ongs vão sustentar o povo como?/ isso presidente convida esses desinformados ir conhecer eles acha que é só matas lá/ cheguei na minha terra em 2000 nunca vi um extrativista naquela região/ na Resex jaci paraná nunca existiu extrativista. Se eles existem cadê eles que não estão lá. E nem aqui se representando precisam mandar recado/ Eu nunca vi um defensor do meio ambiente andando a pé e vivendo de comer coquinho e folha nois da roça temos parceria com a natureza/ é só plantar seringa que vc colhe/
Atribuição mística	sabem porque está escrito na bíblia que vai chegar o tempo que as pessoas vai querer trocar um prato de prata por um prato de comida, exatamente por pessoas que são contra o agronegócios/ que Deus abençoe os moradores de minas novas para que eles possam produzir/

Organizado pela autora, 2024.

Devido a possibilidade de participação livre, desde que a pessoa estivesse equipada com um *smartfone* ou computador, foram acionados argumentos de justificação considerados mais potentes pelos fazendeiros. Estes argumentos, como os destaques selecionados, adicionam ao senso de justiça por eles conformado, uma graduação de valor, na medida em que exprimem a percepção de que seus argumentos são maiores, de maior valor do que os que se opõem à desafetação da resex. As justificações para o posicionamento vêm acompanhadas de uma dimensão de moralidade, que implica em um direito que extrapola o campo jurídico.

A comunicação presencial e a via *chat* se apresentaram como discursos que manifestam mundos distintos (Boltanski; Thévenot, 2020), onde os atores organizam seus discursos mediante diferentes coordenações, para alcançar o “bem comum”. Porém, nos dois mundos de comunicação, há uma convergência para o mesmo conflito. Expresso como discurso nos comentários do *chat*, o conflito ambiental apareceu de forma mais explícita e violenta, diferente da forma mais sutil que apareceu nas falas de alguns representantes de associações, políticos e advogados, que se manifestaram presencialmente.

Gluckman (1987) estava interessado em demonstrar “o equilíbrio da estrutura social da Zululândia em um certo período do tempo” (p. 206). O autor também acrescentou “como sendo de fundamental importância para esta análise, que a hegemonia do grupo branco (que não apareceu na minha análise) é o fator social principal na manutenção deste equilíbrio” (idem).

Da mesma forma, a oposição que surgiu ao PL 80/2020 na audiência pública, só foi possível mediante a oposição dos grupos que momentaneamente se aliaram. Mesmo defendendo posições políticas distintas, o PL suscitou em diferentes grupos sociais o posicionamento de repúdio ao Projeto de Lei. Os que denunciavam a inconstitucionalidade do PL 80/2020 repudiavam a desafetação da resex. Outros agentes contestaram a criação de reservas que impunha o PL, porém não reivindicavam a manutenção da resex. Outros estavam interessados em aumentar de alguma forma seu capital político.

Na situação social observada, a proposição do governo estadual conseguiu desagradar tanto uma parcela da hegemonia do agronegócio, quanto às populações tradicionais e quem os representou durante a audiência. Na audiência pública do PL 80/2020, ficou evidenciada a hegemonia do Agronegócio mesmo que a categoria

“fazendeiro” seja composta por um grupo heterogêneo de atores que se identificam como produtores rurais.

Caio Pompeia (2020) trabalha com o que chamou de sinédoque política, noção que se refere às ferramentas políticas utilizada pelos agentes do agronegócio de forma a generalizar o conceito de *agribusiness* e dessa forma, constituem um simulacro (que em sua perspectiva é uma forma de representar a realidade de forma hiperbolizada). Este simulacro tem eficácia tanto no campo político quanto no simbólico e propicia um ocultamento da desigualdade existente entre o campo da agropecuária e o campo da agricultura familiar e de outros tipos de produção não hegemônica como a de povos indígenas e comunidades tradicionais, como os extrativistas.

Esse ocultamento tem como uma de suas dimensões a possibilidade de agentes diversos do agronegócio terem a possibilidade agir politicamente em nome de “todos” (“Agro é tudo”), simulando a hegemonia política da qual são beneficiados como um dispositivo que reivindica e promove ações para o bem do empresariado da agricultura e do pequeno agricultor da mesma forma.

A Audiência Pública, em certa medida, também apresentou elementos da sinédoque política. Diferentes grupos de interesse se alternaram em falas na audiência, para demonstrar as irregularidades do PL 80/2020, porém algumas significações sobre o território são preferíveis e têm mais capital político e simbólico do que outras.

O discurso predominante na audiência pública permitiu perceber que a manutenção da ordem e de um senso de justiça, no imaginário construído pelo estado de Rondônia, controlado por grandes produtores rurais, implica em apropriação de terras, mesmo que de forma ilegal e liberá-las para um modelo de produção

[...] inteiramente voltado para o mercado internacional e apoiado, principalmente, em unidades de produção que representam as “novas plantations”, numa clara alusão à reprimarização da economia e a uma situação colonial com elevados índices de concentração da terra e com formas de imobilização da força de trabalho cada vez mais difundidas [...] (Almeida, 2019, p.11)

Desta forma, a “premiação da grilagem” é um mecanismo utilizado, por meio de atos de Estado, de forma a disponibilizar terras para a exploração de commodities, impedindo o acesso ao que anteriormente foram as terras de uso comum para os

extrativistas. As falas dos deputados, juntamente com representantes dos reivindicadores de legalização das invasões na resex, compõem um discurso promotor de práticas e imaginários relacionados aos programas e projetos de colonização, como o Polonoroeste e outros.

Ao referenciarem-se aos projetos de colonização como exemplos de esforço e trabalho de agricultores, os representantes do agronegócio e de outros tipos de atividades, mobilizam ordens de justificação que dão aos fazendeiros e aos extrativistas graus de importância diferentes, sendo a importância do fazendeiro maior do que a do extrativista. Esta diferenciação implica em um reconhecimento sobre quem tem “direitos” ao território, mesmo que esses direitos não estejam relacionados ao ordenamento jurídico.⁷¹

Os “Estudos Ambientais” encomendados pela ASPRUMIN:

Em sua fala durante a audiência pública do PL 80/2020, o senhor presidente da ASPRUMIN assim como o advogado representando esta associação, se referiram a estudos ambientais. Tomei conhecimento sobre a existência desse documento por um dos servidores da SEDAM, que me forneceu uma cópia em arquivo pdf do “Estudo Ambiental sobre o espaço territorial e componentes da Reserva Extrativista – RESEX Jaci-Paraná” desde que eu não revelasse o seu nome.

O contato com a SEDAM é muito complicado e mesmo acionando os canais de ouvidoria não obtive resposta. Então parti para o contato com alguns servidores que preferiram falar comigo sem identificação. Um destes servidores me informou que os estudos chegaram a ser protocolados junto à secretaria, porém não foram aceitos para fins de composição de estudos técnicos que embasassem uma desafetação da área.

Outro caminho que tentei foi entrar em contato com a Associação de Produtores de Minas Novas (ASPUMIN). Inicialmente o presidente da associação demonstrou uma certa cautela que interpretei como desconfiança, me indicando conversar com o

⁷¹ A audiência pública está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nSDMgOxI3-c&t=913s>
A transcrição taquigráfica da audiência está disponível em https://transparencia.al.ro.leg.br/media/arquivos_diario/Edi%C3%A7%C3%A3o_nr.221_de_16-12-2020.pdf

advogado da associação. Fiz o contato e estabelecemos algumas conversas, o que abriu caminhos para o meu acesso à Associação.

No entanto, o senhor Amilton, então presidente da ASPRUMIN, não conseguiu ou não quis responder às minhas perguntas referentes aos estudos ambientais protocolados na SEDAM, sendo bastante evasivo e não esclarecendo o propósito de um investimento em estudos que não foram aceitos como condicionante para a alteração da área da reserva extrativista.

Quanto ao documento, os estudos encaminhados à SEDAM, observa-se que é extenso, composto de três volumes: Volume I - Caracterização da RESEX Jaci-Paraná, Volume II - Diagnóstico Ambiental e Volume III - Análise dos Impactos Ambientais, Cenários Prospectivos e Conclusão. O primeiro volume é composto de 61 folhas, o segundo 219 folhas e o terceiro 83 folhas. O estudo foi executado por uma empresa especializada em serviços de licenciamento, engenharia e gestão ambiental, a “Ambiente Gaia Consultoria e Engenharia”, instalada na Bahia.

A Ambiente Gaia, em sua página portfólio na internet, exibe experiência com diversas empresas de setores que necessitam fazer estudos ambientais, visando a instalação e funcionamento de suas atividades. Dentre elas empresas de mineração, construção civil e geradoras de energia.

Figura 10: Descrição do trabalho com a Asprumin, na página de “Cases e Clientes” da empresa Ambiente Gaia.

ASPRUMIN – RONDÔNIA



Elaboração de Estudo Ambiental com equipe multidisciplinar sobre a RESEX Jaci-Paraná situada nos municípios de Buritis, Porto Velho e Nova Mamoré com a conclusão final de extinção da RESEX, através de levantamentos em campo e a confecção de mapas com imagens de satélite recentes de toda região com a demonstração da antropização local, presença de diversas propriedades produtivas, famílias e ambientes modificados descaracterizando a finalidade RESEX.

Disponível em <https://www.ambienteGaia.com.br/clientes-e-cases-de-servicos-ambientais-da-ambiente-gaia>.

Os estudos ambientais comumente são acionados para embasar empreendimentos que alteram de alguma forma o entorno de sua instalação e funcionamento. Estes estudos permitem ações empresariais, cumprindo estágios do licenciamento e precisam indicar de que forma danos e perdas socioambientais do “entorno” do empreendimento empresarial serão mitigados, contornados ou ressarcidos com medidas compensatórias para a sociedade.

Populações atingidas por obras de grande porte ou vizinhas de vastas monoculturas vêm denunciando como os estudos ambientais de licenciamento funcionam como um estágio proforma, atendendo a legislação ambiental vigente porém, na prática, não atuam como mecanismo de resguardo ou garantias futuras para os atingidos.

Figura 11: Capa do diagnóstico (estudos ambientais) encomendado pela ASPRUMIN.



Na folha 28 do estudo, existe a seguinte afirmação, segundo os responsáveis pelo levantamento:

A RESEX Jaci-Paraná foi criada em função do PLANAFLORO, porém não houve qualquer levantamento oficial realizado por parte dos órgãos públicos competentes, referentes à mesma, onde realmente se realizaria trabalhos de caracterização física, geográfica, ecológica e ambiental desta área. (Ambiente Gaia, 2020, p.28)

Ocorre que no âmbito do Planafloro, foi elaborado um Relatório, o “Levantamento Sócio-Econômico e Fundiário das Áreas Extrativistas do Estado de Rondônia.” É um documento extenso, de 313 folhas, contendo o resultado da pesquisa feita pelo ITERON – Instituto de terras e colonização do estado de Rondônia e da ong INDIA – Instituto de Pesquisa em Defesa da Identidade Amazônica. O relatório contém informações referentes à localização das colocações, à sua produção e diversas outras categorias que indicam que houve um levantamento oficial.

Este levantamento resultou no “Diagnóstico da Área Proposta à Criação da Reserva Extrativista do Rio Jaci-Paraná” publicado pelo governo de estado de Rondônia em 1995, no âmbito do Planafloro:

Figura 12: Parte do diagnóstico feito pelo ITERON, PNUD e INDIA.

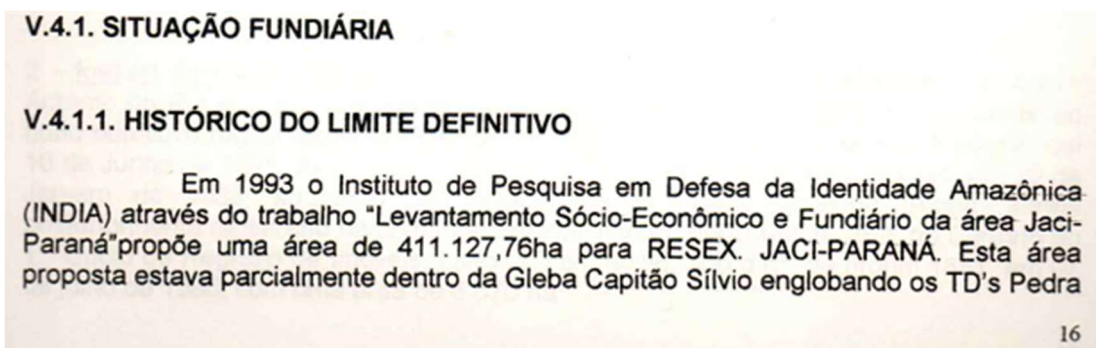
DIAGNÓSTICO DA ÁREA PRETENÇA A RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO JACI-PARANA

Este trabalho foi realizado num esforço conjunto entre PNUD/ITERON, buscando a implementação dos Componentes Fundiário e Ambiental do PLANAFLORO.

O presente diagnóstico foi elaborado com o objetivo de subsidiar a criação e implantação da Reserva Extrativista do rio Jaci-paraná, considerada viável até o momento atual, sob o ponto de vista ecológico-social. Sua proposição é conscientizar os tomadores de decisões quanto a necessidade da urgente implantação dessa Unidade de Conservação pois assegurará a biodiversidade contida na mesma para que possa ser manejada de forma a evitar degradações e resguardar seu potencial de utilização no futuro. Além disso, elencam-se recomendações técnicas emergências visando assegurar a integridade física da área, tendo em vista as fortes pressões antrópicas que atualmente o Estado de Rondônia vivência.

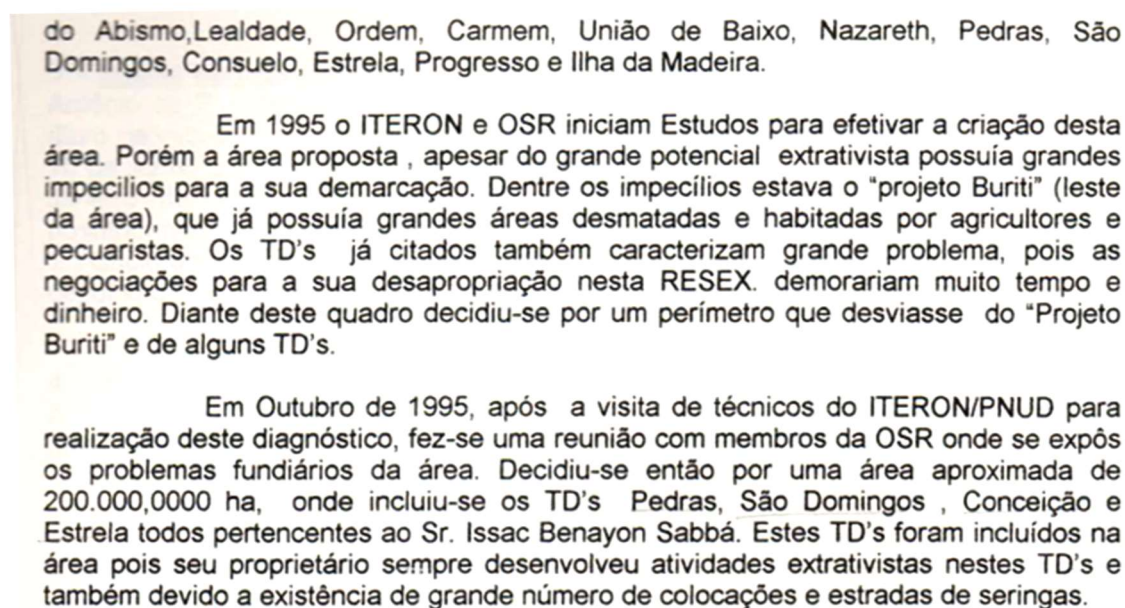
PLANAFLORO,1995.

Figura 13: Parte do diagnóstico feito pelo ITERON, PNUD e INDIA.



PLANAFLORO,1995.

Figura 14:Parte do diagnóstico feito pelo ITERON, PNUD e INDIA. (1995)



PLANAFLORO,1995.

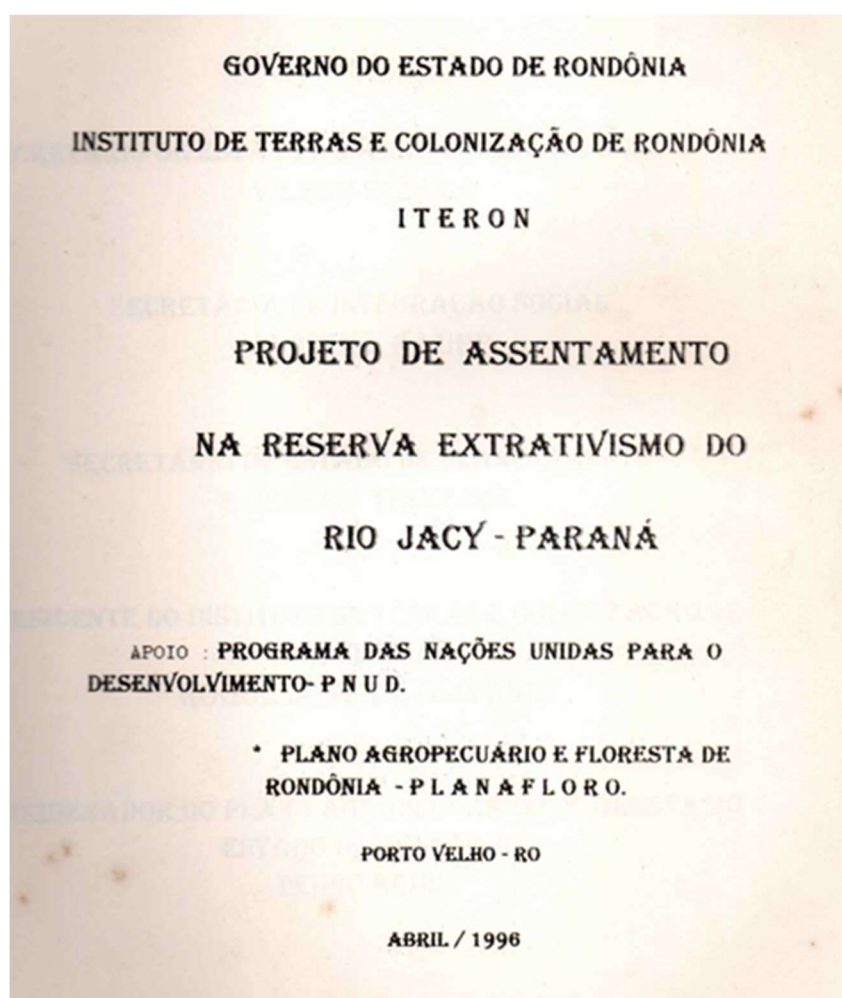
Já em abril de 1996 (a Resex foi criada por decreto em janeiro deste mesmo ano), o governo de Rondônia, também no âmbito do Planaflo, publicou o "Projeto de Assentamento na Reserva Extrativista do Rio Jaci-Paraná". O objetivo geral do plano era "assentar 50 famílias de tradição extrativista na Resex do rio Jaci-Paraná".

Também é um documento que contém diversas informações relevantes sobre a área da resex tais como: localização, vias de acesso, dimensões, geologia,

geomorfologia, clima, hidrografia, pedologia (que inclusive identificou que os solos da Resex não são indicados para atividade agrícola que remova a cobertura vegetal da floresta), vegetação, fauna (mamíferos, aves, anfíbios, artrópodes, ictiofauna), aspectos socioeconômicos da área (aspectos iniciais, população, fonte de renda, fonte alimentar, educação, saúde, infraestrutura e habitação, aspectos institucionais e legais, comercialização e aspecto econômico e financeiro.

Apesar de considerar que no estado de Rondônia há um processo de sumiço de documentos, especialmente os impressos⁷², justificar que existiam produtores rurais na reserva antes de sua criação não é uma informação corroborada pelos levantamentos e plano de assentamento ao qual tive acesso e que foram elaborados pelas instituições responsáveis e competentes da época de sua publicação.

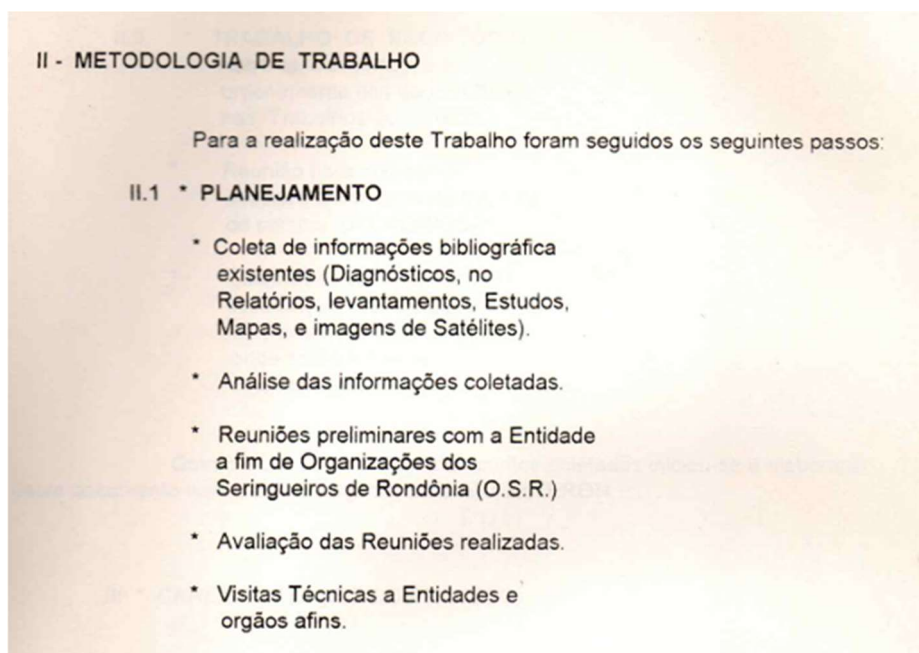
Figura 15: Projeto para assentar extrativistas



⁷² Os documentos escaneados e apresentados nesse tópico da Tese foram obtidos com uma pessoa da coordenação da OSR e com um servidor da SEDAM. O servidor da SEDAM estava em posse de documentos pois eles estavam se deteriorando no local onde foram depositados.

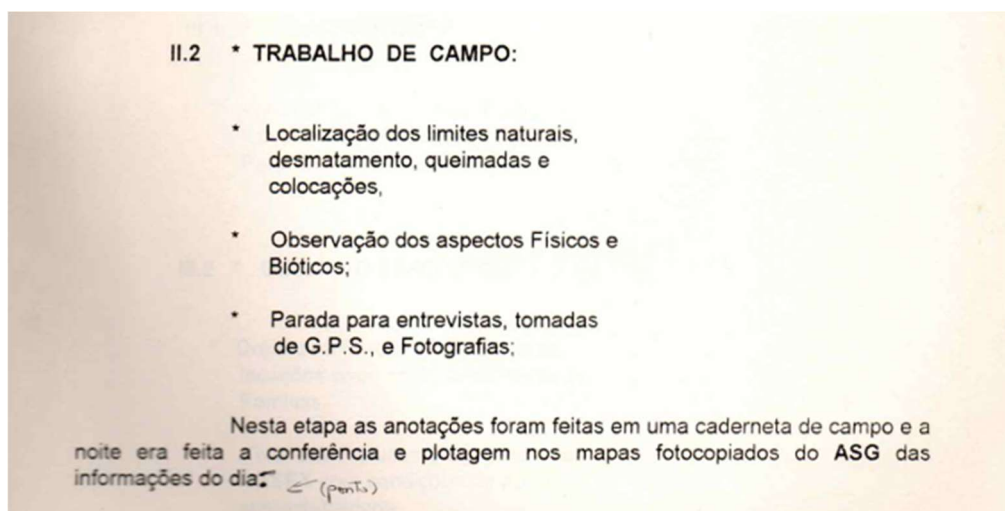
PLANAFLORO, 1996.

Figura 16: Projeto para assentar famílias extrativistas na Resex Jaci-Paraná.



PLANAFLORO. (1996)

Figura 17: Projeto para assentar famílias extrativistas na Resex Jaci-Paraná.



PLANAFLORO. (1996)

No estudo da Gaia, é mencionado que o senhor Euro Tourinho foi um dos primeiros proprietários da terra que é hoje a Resex Jaci-Paraná. O seringal foi vendido pelo senhor Euro ainda na década de 40, e após disto abriu um salão de sinuca. Ocorre que a utilização do termo “proprietário”, tenta aduzir ao leitor que há uma continuidade até a atualidade de pessoas que são proprietárias de terrenos em áreas da Resex.

Com relação à alegação que existem fazendeiros na área há vinte anos, o relatório do batalhão de Polícia Ambiental sobre a Resex Jaci-Paraná, em 2002, relata que houve uma ação que notificou os invasores, inclusive numa área que foi fotografada pelo diagnóstico da Gaia. As pessoas que estavam ali produzindo e derrubando, o fizeram de forma ilegal.

Figura 18: Parte do Relatório de ação do Batalhão de Polícia Ambiental na Resex Jaci-Paraná.

13. CONCLUSÃO: Durante o período da operação verificamos que existem várias picadas e estradas construídas no interior da Reserva, onde foram encontrados barracos construídos por invasores e em alguns pontos plantações de pastos e arroz, além de obtermos informações pelos invasores que saíram que existem roçadas e divisões de lote de terra de 21 alqueires, desta forma concluímos que a invasão está em um estágio muito avançado, necessitando de intensificação da fiscalização ambiental na reserva. O Plano de Manejo que a Empresa **APOLO** executa dentro da Reserva é um fator que muito influencia a invasão das terras, já que foi construída estrada e ponte que facilita o acesso, como também as picadas de topografia da citada Empresa servem para que os invasores se desloquem, já que encontramos pessoas nessas picadas e, provavelmente servirá de ponto base para divisão de lotes no futuro. **Sugerimos** que seja mais divulgado o objetivo daquela área, ou seja, Extrativismo, com colocação de placas, utilização de meio de comunicação falado e escrito, demonstrando transparência na atividade desenvolvida pela Empresa que pretende explorar legalmente a Resex, ainda, que tenha permanência da fiscalização e no ponto de Barreira denominada **Ponte da Apolo** seja dotado de embarcação já que possui grande extensão de leito de Rio como setor de ação.

Polícia Militar, 2002.

Figura 19: A “ponte do Apolo”⁷³ atualmente, fotografada pela empresa Gaia. 2019



Ambiente Gaia, 2020.

Os fazendeiros reiteram que a Resex foi criada com produtores rurais em sua área, porém isso não ocorreu em Jaci-Paraná. Inclusive extrativistas vieram para a Jaci-Paraná “transferidos” de outro seringal que foi destinado pelo INCRA para a colonização. Um documento do ITERON de 1994 informa que a principal reivindicação da OSR para criar a reserva extrativista foi a necessidade de “realocação da comunidade de seringueiros do Rio Candeias” que à época, ficou marginalizada na Vila Candeias. Isso ocorreu devido à expansão do PA – Projeto de Assentamento Buriti, do INCRA. Também se pretendia que os seringueiros retirados da então área indígena Uru eu wau wau se mudassem para Resex Jaci-Paraná.

Os atos de Estado então, expulsaram os seringueiros em virtude da criação do assentamento Buriti, do INCRA. Os produtores rurais não foram surpreendidos pela demarcação de uma área onde estavam assentados, que seria tornada reserva. Inclusive, em outro documento⁷⁴ está explícito que houve o assentimento por parte da OSR, para que a área inicialmente proposta para a demarcação da Resex Jaci-Paraná fosse reduzida de forma a não abranger o PA Buriti, onde já havia pessoas assentadas.

⁷³ “De acordo com um relatório técnico (SEDAM) elaborado em 2001, a crise na Resex Jaci-Paraná teve início quando setores da região souberam da forma de celebração de contrato de exploração de parte da área da Resex Jaci-Paraná entre a Associação de Seringueiros da Reserva Extrativista Jaci-Paraná – ASRJP e empresa madeireira APOLO, sediada no estado de São Paulo, com o aval da OSR. (SANTANA, 2020, p.112)

⁷⁴ Levantamento sócio-econômico (sic) e fundiário da áreas extrativista do Estado de Rondônia – Jaci-Paraná. (Planaflo, 1994)

A questão da invasão da Resex apareceu no Relatório Final da CPI da grilagem⁷⁵, publicado em 2001, e indicou a necessidade de ações para coibir as invasões da área da Resex Jaci-Paraná:

A Organização dos Seringueiros de Rondônia e a ECOPORÉ – Ação Ecológica Guaporé denunciaram às autoridades, em fevereiro de 2001, que uma associação de grileiros de terras, liderada por vereador do município de Buritis, conhecido como Viola, estariam promovendo a ocupação da Resex do Rio Jaci Paraná por mil famílias. Essa associação seria a mesma que invadiu a Floresta Nacional de Bom Futuro, permitindo que madeireiros de Buritis e grileiros saqueassem a reserva. Segundo os denunciantes, essas invasões são consequência direta da tolerância à grilagem e extração predatória das unidades de conservação, visto que os invasores são ressarcidos pelas “benfeitorias” realizadas (entenda-se desmatamento), beneficiados com a redução de área da reserva ou assentados em outras áreas. Alguns desses invasores seriam foragidos da Justiça e ameaçam de morte os que se colocam em seu caminho. Apesar de as denúncias já terem sido encaminhadas aos órgãos ambientais e ao Ministério Público Estadual muito pouco foi feito até o momento. (CPI da Grilagem, Câmara Federal, p.506, 2001)

A denúncia da CPI, cuja data coincide com o tempo que os fazendeiros indicam para o início da ocupação feita por eles, ilustra uma proposta de revisionismo histórico em relação aos processos de ocupação da área, omitindo qualquer ato de violência que tenha sido cometido no contexto de sua entrada na área territorial da Resex. O que considero também como trágico pois a memória dos extrativistas é negada enquanto comprovação de sua existência. Os extrativistas são mencionados brevemente no estudo ambiental, porém com a ressalva de que têm pequenas criações de animais e roças, não vivendo do extrativismo, o que os “desqualificaria” como população tradicional.

No ponto 5.4. do estudo ambiental Gaia: “Análise das finalidades das Reservas Extrativistas e seu atual contexto”, está expressa uma série de assertivas que distorcem completamente a finalidade da Resex, criando um alinhamento com os princípios individualistas do liberalismo econômico, elevados pela ascensão da direita conservadora, que na época da publicação do estudo, elegera o ex-presidente Jair Bolsonaro.

⁷⁵ O relatório está disponível em <https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/01/33421741-relatorio-final-cpi-terras-amazonas-grilagem.pdf> . Acesso em 13/02/2020

[...] a realidade vivida nestas reservas é de verdadeiro desenvolvimento econômico, com exercício constitucional dos valores do trabalho e da dignidade da pessoa humana. Não se pode olvidar que o trabalho dignifica o homem e dá ao mesmo a oportunidade de sustentar a si mesmo e a família, renegando a vida de fome e miserabilidade. Portanto, os entes públicos devem empenhar esforços, com base em preceitos fundamentais do trabalho, da livre iniciativa, da liberdade econômica e da dignidade da pessoa humana, em tornar áreas em que perderam sua finalidade primordial em terras férteis de prosperidade e desenvolvimento social (Gaia, Vol.I, p.39-40)

Figura 20: Frases de entrevistados na Resex Jaci-Paraná

Não existe extrativista nessa área.

A RESEX ? Res- de reserva e Ex- de extrativista [extrativista]? Não tem mais nada. O que tem ali é PRODUTORES rurais , trabalhadores, homens de bem 😊.

Uma área produtiva, com grande importância para a econômica do município de Buritis. e sem qualquer incentivo público.

É o lar de muitas famílias, precisamos que seja legalizado para podermos viver e trabalhar sem preocupação, e sermos reconhecidos como produtores e não invasores.

Nao [não] concordamos com a criação [criação] da resex.

Ambiente Gaia, 2020.

As opiniões dos entrevistados que moram na Resex e não são extrativistas, se alinham ao que Jussara Freire (2010) chamou de “sociabilidade que não toma como evidente o pertencimento de todos os cidadãos a uma humanidade comum”. Apesar de a autora se referir a situações no contexto urbano, na cidade do Rio de Janeiro, a chave interpretativa sugerida pode ser transposta para a relação entre os ocupantes da Resex Jaci-Paraná e os extrativistas (os expulsos e os que resistem).

Nesta perspectiva, ao contrário do que ocorrer num regime de justificação, as pessoas não se remetem a um sentido comum, compartilhado, pressupondo uma condição inicial de igualdade entre os atores em disputa, dentro de um contexto específico e pragmático. No “regime de desumanização”, as justificações implicam em negar a humanidade de um certo grupo, o que o torna desprezível, um “outro” passível de ser eliminado.

[...] o que chamarei de regime de desumanização não equivale a um regime de violência, por não se tratar de um regime no qual se enfrentam meras forças (...) sem exigência de justificação e com estados fixos dos seres. O regime de desumanização, em vez disso, se caracteriza por uma metafísica (...), orientadora de uma gramática

de justificação pública que busca extrair certos seres de uma humanidade comum. (Freire, 2010, p.120)

Os fazendeiros da resex justificam sua permanência e reivindicam a regularização de seus espaços também “porque não têm extrativistas”. Dessa forma, a justiça consistiria em não existir a resex, visto que a humanidade reivindicada é atribuída aos fazendeiros, que se compreendem como trabalhadores produtivos. Porém de fato, a própria permanência dos invasores é um dos elementos que impossibilita a permanência dos extrativistas.

A categoria “homens de bem” reafirma um imaginário que considera as populações tradicionais como “descartáveis”, não participando da humanidade compartilhada pelos que produzem para suas famílias, que derrubaram a mata com muita dificuldade, que sonham com seu pedaço de terra.

Não se trata de rejeitar as reivindicações das pessoas em relação a terem acesso à terra para produzirem, a questão é que por não existir reforma agrária, os agricultores ficam sujeitos a participarem de atos ilícitos pois também é uma das únicas formas de se instalarem em uma “área rural”, mediante o horizonte de possibilidades consolidado pelo avanço da fronteira em Rondônia.

O processo de colonização da década de 1970, como já foi assinalado anteriormente, atraiu grande quantidade de colonos sem-terra que no entanto, não foram assentados adequadamente, ou ordenadamente, o que agravou todo tipo de violência com relação aos povos indígenas, extrativistas, ribeirinhos e inclusive entre os colonos desamparados. As vantagens recaíram sobre os empresários e agentes da grilagem. “(...) o processo de colonização agrícola da década de 1970 promoveu uma verdadeira contrarreforma agrária em Rondônia” (Pessoa; Souza, 2009, p. 3). Este quadro, no entanto, se perpetua até os dias de hoje, reproduzindo o avanço da fronteira para as áreas de preservação e de residência de povos tradicionais.

Os “estudos ambientais” da Gaia (2020) atestam que um grupo de agentes ainda reivindica o acesso à terra, porém os estímulos à invasão de terras públicas são naturalizados, enquanto as práticas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra são classificadas como bandidagem, na medida em que questionam a propriedade privada, mesmo que esteja atendendo apenas à fins de especulação.

A presença de famílias de agricultores pobres, dentro da resex, funciona como elemento de justificação moralizante aos interesses de grupos empresariais e de

investidores da grilagem, visto que simulam um processo de distribuição de terras sem que haja comprometimento dos grandes fazendeiros, possuidores de milhares de cabeças de gado.

A área invadida e grilada é qualificada no estudo da Gaia como um espaço destinado a empreendimentos de ordem produtiva, uma área voltada ao agronegócio e que agora pretende se ajustar às normatizações legais e normas ambientais. Os produtores são investidores, que visam garantir a legitimidade e lisura de suas atividades.

O processo de descaracterização da vegetação natural na região amazônica é particularmente preocupante face à velocidade com que ocorre. Ele está principalmente relacionado à substituição da vegetação natural por pastagens ou monoculturas de grãos. Desde sua criação em meados da década de 1990, a área da RESEX Jaci-Paraná vem sofrendo intensa fragmentação. Esse processo teve como resultado que a área contínua da RESEX foi sucessivamente reduzida em tamanho e dividida em fragmentos isolados por um entorno de habitats antrópicos que representam sistemas produtivos destinados principalmente à criação de rebanhos bovinos. Atualmente, cerca de 58% da área total da RESEX representam campos produtivos, enquanto os outros 41% são áreas em bom estado de conservação, porém com pouca conectividade. (Ambiente Gaia, vol.2, 2020, p. 15)

As ambiguidades apresentadas nos estudos ambientais da Gaia também constituem uma negação sobre a existência de agentes e sujeitos da degradação ambiental e da injustiça ambiental. Ao relativizarem o devastamento discursivamente, como “fragmentação” e “habitats antrópicos”, o relatório não apresenta nenhum tipo de contextualização que admita “culpados” pela devastação da Resex porém afirma que estas áreas devastadas são espaços produtivos. Ao biologizar a linguagem, o relatório da Gaia também naturaliza o conflito, afastando as possibilidades críticas em relação à devastação da Resex Jaci-Paraná.

Como analisou Almeida (1996), tais léxicos são utilizados como noções operacionais e pretendem abrandar o sentido coercitivo, naturalizando procedimentos como a “intrusão” de “terras tradicionalmente ocupadas” que em muitas situações ocasionam o “deslocamento compulsório”. (Farias Júnior, 2020, p.341)

O valor dos estudos ambientais está atrelado ao sentido etnográfico desse documento. Os papéis não receberam a outorga de validade como “estudos ambientais” por parte da SEDAM, porém não é por isso que deixaram de ter eficácia

simbólica. Tanto que na sessão da Assembleia Legislativa que aprovou o PL 80/2020, esse conjunto de relatórios elaborados por especialistas foi citado por deputados que consideraram o material como comprovação “da realidade” da Resex.

Os “documentos não só registram realidades pré-existentes, mas também são tecnologias centrais na produção e fabricação das realidades que governam, sejam elas corpos, territórios, relações” (Ferreira; Lowenkron, 2020, p. 9). Isto posto, ao conversar com técnicos da SEDAM, me foi informado que ao terem seus nomes cadastrado e seus locais de posse ilegal documentados, as famílias, sentem-se de alguma forma contemplada com alguma segurança jurídica que reafirmará o direito de posse sobre o território.

Enquanto fabricação de realidades, o conjunto de estudos ambientais encomendado pela Associação de fazendeiros instalados dentro da resex conforma não somente um compilado de dados que geram informações a respeito do espaço estudado, mas sua elaboração por encomenda imprime a tentativa de impor uma certa moralidade nas atividades econômicas praticadas ilegalmente, conforme as práticas consolidadas do agronegócio como as “agroestratégias”.

As agroestratégias estão implicadas na produção de discursos diferenciados, produzidos por imprensa de grande alcance, especializada ou não e que legitimam e invocam os entendimentos sobre as extensas áreas de terra que estariam sendo “desperdiçadas”, na medida em que não são utilizadas para a produção de soja ou gado por exemplo. Também envolvem a produção e estruturação de organizações jurídico-formais de ações empreendedoras, na forma de possibilitar a alteração de normativas que impedem o livre acesso aos territórios (Almeida, 2008).

Em sua etnografia dos processos de licenciamento ambiental, Bronz (2016) explicou que há uma série de comportamentos e diretrizes empresariais investidas em justificar as intervenções dos grandes empreendimentos nos territórios, atribuindo aspectos moralizantes às intervenções empresariais. Um destes aspectos moralizantes de relevância, é a crença no discurso de que os empreendimentos visam o desenvolvimento, ou seja, o bem comum de toda a sociedade.

Bronz, por sua vez, tem como base as construções teóricas de dois outros pesquisadores, Boltanski e Chiapelo (2009), que no livro “O novo espírito do Capitalismo” expuseram resultados de sua pesquisa envolvendo pessoal que compõe as diretorias de grandes empresas multinacionais. Os autores buscaram responder

como a crítica ao capitalismo foi neutralizada, de forma que o caminho permanecesse aberto para sua perpetuação e intensificação.

O engajamento no capitalismo deve atender a uma série de justificações morais para vencer a crítica. Nesta perspectiva, a questão do dano ambiental provocado pela intensificação industrial, devastação florestal, poluição expoente, irrupção de epidemias e pandemias, entraria em uma lista de "fatores negativos" para o engajamento, pois as práticas capitalistas estariam contribuindo para a destruição do planeta.

A moralidade então, seria o resultado das justificações, garantindo assim que não haja sensibilidades conflitantes quando alguma ação for questionada pelos críticos. No caso da pesquisa de Bronz, as críticas foram voltadas para as atividades empresariais implicadas em situações que podem ser compreendidas como conflitos ambientais. São os chamados "grandes empreendimentos", que trazem consequências ambientais e sociais para as áreas onde se instalam e para tanto, precisam cumprir com os regramentos da legislação específica e do licenciamento ambiental.

À medida em que o sistema absorve críticas, estas críticas retornam transformadas ao campo social que as originou, atuando como agentes moralizantes das práticas no sistema capitalista. São as justificações implicadas em programas elaborados por uma equipe técnica competente, que pretende mitigar os danos às populações e territórios afetados por grandes empreendimentos, que permitem aos indivíduos envolvidos nestas atividades, danosas socioambientalmente, encontrar sentido positivo em suas atividades.

A ASPRUMIN, juntamente com seu advogado, não pretendeu atestar seu alinhamento com as normativas do licenciamento ambiental visto que a própria existência do documento é uma declaração de atividades ilegais. Como exponho em seguida, a proposta da ASPRUMIN em formalizar em um conjunto de estudos ambientais foi uma ação que busca alcançar além da normalização, mas sim, a moralização das práticas de invasão das Unidades de Conservação.

Um comportamento já assinalado por diversos interlocutores que trabalham no campo socioambiental, dá conta da seguinte sequência de atividades relacionadas às ações de grilagem em Rondônia: a "incorporação de áreas para o uso do capital agrário-financeiro, (...) tende a seguir um padrão, sendo primeiramente a exploração

madeira, seguida da pecuária, para posterior atividade de monocultura” (Santana, 2020).

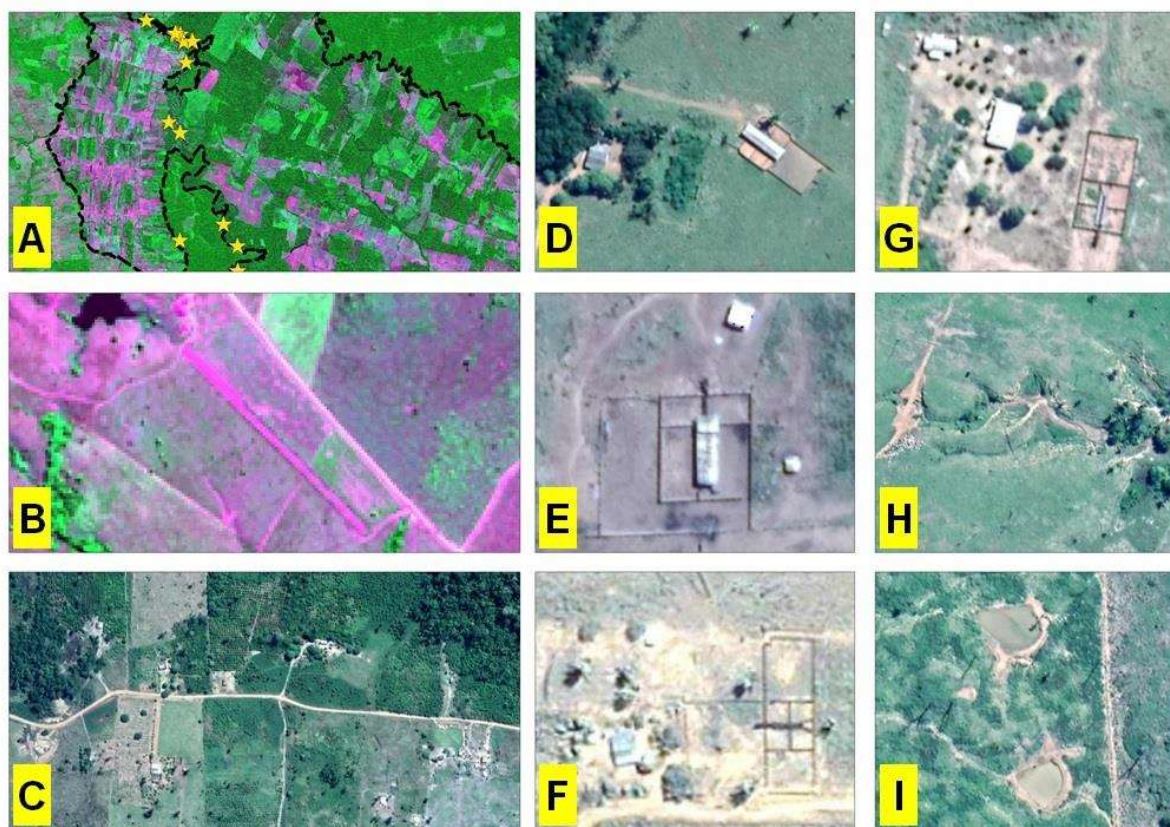
As diversas partes do estudo da Ambiente Gaia apresentam famílias que ocupam as terras da RESEX já completamente transformada em pasto. Os que se disponibilizaram a participar das entrevistas para o estudo ambiental, falaram sem problemas sobre estarem ocupando a área, inclusive alguns informam que desmataram algumas partes que estavam preservadas. Porém também há os ocupantes que chegaram com “seu lote” já completamente desmatado, e compraram de alguém.

Eu observei também que em audiência pública, quando podem ter a palavra, os ocupantes das áreas protegidas sentem que estão de alguma forma se adequando na legalidade por terem sido de alguma forma identificados num “estudo de impacto ambiental”. O relatório acena para um processo de ambientalização do “empreendedorismo da grilagem”.

O estudo da Ambiente Gaia fotografou algumas fazendas e entrevistou os moradores que residem nas mesmas. São justamente famílias que visualmente podem corroborar a mensagem que se trata de um espaço destinado à agricultura familiar, o que não corresponde ao que vem sendo denunciado pelo Ministério Público de Rondônia e os processos de investigação.

Em sua dissertação, Santana (2020) chegou a localizar, mediante imagens de satélites, a presença de pista de pouso de aeronaves em uma fazenda. Este tipo de benfeitoria não faz parte do inventário de informações elencado nos estudos.

Figura 21: Imagens de áreas desmatadas dentro da Resex Jaci-Paraná.



Imagens CBERS/INPE, 2020. Google Earth, 2015. (A) Avanço do desmatamento a partir do Noroeste, Nordeste e Sudeste em direção as bordas do Rio Jaci-Paraná pressionando as áreas de APP e a população extrativista remanescente; (B) Possível pista de pouso e decolagem utilizada para espalhar sementes de capim para plantio de pasto. O objeto/feição em questão foi localizado no município de Buritis; (C) Formação de vilarejo com áreas destinadas à agropecuária, nas proximidades de União Bandeirantes; (D, E, F, G) Casas com construções de Curral para criação de gado; (H) Áreas de pasto com gado; (I) Sistema de represamento de água que pode servir para irrigação de pastagem e bebedouros para os animais. Elaborado por Ravele Santana (2020). (SANTANA, 2020, p. 137).

Pará além do conteúdo do estudo da Ambiente Gaia, penso que há uma aposta por parte da associação ASPRMINUN na própria performatividade desse tipo de documento, baseada nas atribuições positivas relacionadas aos estudos técnicos quando associados ao licenciamento ambiental. Neste caso, empreendedores usam os estudos para garantir a legitimidade e indicam a seriedade com que as etapas do processo de licenciamento ambiental ocorrem. Um estudo para comprovar a antropização da Resex Jaci-Paraná transforma a sequência de atos criminosos de grilagem, planejados, em um fenômeno “ambiental”, um processo dotado de moralidade que agora deve ser regulamentado para a maior redução de riscos possível.

Para o agronegócio há uma quantidade significativa de terras imobilizadas para a produção de commodities na medida em que são ocupadas tradicionalmente por populações de indígenas, ribeirinhos, quilombolas e diversos outros grupos sociais que reivindicam identidades específicas e não acionam a ocupação territorial como mercadoria. Estes grupos sociais mobilizam territórios condicionando-os ao uso compartilhado para a produção e garantia de sustento material e cultural.

Segundo Almeida (2008), as agroestratégias são um conjunto de práticas materiais e simbólicas que produzem e estruturam organizações jurídico-formais de ações empreendedoras, legitimando e invocando os entendimentos sobre extensas áreas de terra, visadas para apropriação da exploração em contexto capitalista. Assim, possibilitam a alteração de normativas que impedem o livre acesso aos territórios os quais estariam sendo “desperdiçados”, dado não estarem sendo utilizados para a produção de commodities (áreas destinadas a reservas florestais, por exemplo).

As agroestratégias estão implicadas na produção de discursos diferenciados, produzidos e veiculados pela imprensa de grande alcance, especializada ou não (“Agro é tudo”) e legitimam e invocam os entendimentos sobre as extensas áreas de terra que estariam sendo “desperdiçadas”, na medida em que não são utilizadas para a produção de soja ou gado por exemplo. Também envolvem a produção e estruturação de organizações jurídico-formais de ações empreendedoras, na forma de possibilitar a alteração de normativas que impedem o livre acesso aos territórios (Almeida, 2008).

As agroestratégias estão amalgamadas num leque de conflitos ambientais pois enquanto houver terra a ser privatizada, os investidores terão interesse na expansão pelos territórios comunais. No caso da Resex Jaci-Paraná, as agroestratégias estão desdobradas nas atividades políticas, nos discursos colonizadores que se sobrepõem em força sobre os discursos dos povos tradicionais, tendo como auxílio a elaboração de um estudo técnico, executado por uma expressa especializada.

Percebe-se a alta adesão dos cidadãos de Rondônia ao governo atual de Marcos Rocha. Em âmbito estadual, o executivo atua conforme o alinhamento integral à pauta de destruição do (des)governo federal de Jair Bolsonaro (vide Projeto de Lei – PL 2.633/2020, conhecido como “PL da Grilagem” e ações voltadas para o enfraquecimento de políticas de controle e preservação do meio ambiente).

Quanto à produção do documento que são os tomos do estudo de desafetação da Resex Jaci-Paraná, a performance destes figura como suporte à moralização das agroestratégias manejadas em torno da ocupação deste território. Como ocupantes ilegais, alguns produtores pretenderam criar uma gradação das categorias da grilagem pois os que encomendaram os estudos visam constituir uma imagem de “produtores do desenvolvimento”.

Ao conversar com o advogado da ASPRUMIN, quando comentando sobre os estudos ambientais, ele afirmou que as pessoas que fazem parte dessa associação não se alinham ao “crime organizado” e que este grupo é o que estaria ameaçando a vida dos extrativistas e tirando os moradores a força de suas casas. Essa afirmação me indicou haver alguma necessidade simbólica de constituir a categoria de “grileiro do bem”. Um grupo que visa transformar as áreas em território produtivo do Agro, levando a bandeira do desenvolvimento.

A relevância da existência e produção dos estudos ambientais, também está em identifica-los como produto de seu posicionamento no campo científico, visto que a própria organização dos documentos implica em afirmar o poder simbólico que estes carregam e que por conseguinte, efetivam-se em um instrumento político para a ASPRUMIN.

Sabemos que o campo científico é o cenário de uma ação política onde as teorias se confrontam e que, por trás das escolhas epistemológicas, há forças sociais; e também que este campo científico retraduz, sob formas específicas, as pressões sociais externas a ele. (Acselrad, sem data).

Mediante as interpretações críticas anteriores, me pareceu que o fio conector nas diversas redes formadas pelos agentes que pagaram os estudos, os atores que aparecem nos estudos e os que foram suprimidos em suas páginas, foi a tentativa de normalizar e moralizar a grilagem nas áreas protegidas, mediante um acessório técnico já disponível para outros agentes imersos em conflitos ambientais.

Como agroestratégia, a composição de um robusto estudo poderia atender a necessidade que os produtores rurais têm em afirmar sua “boa vontade” perante a sociedade, visibilizando seus esforços pela regulamentação de suas atividades. O que não foi trazido à tona explicitamente foi o processo de como aquele território destinado para ser reserva extrativista tão facilmente foi transformado em pasto. Além disso, no

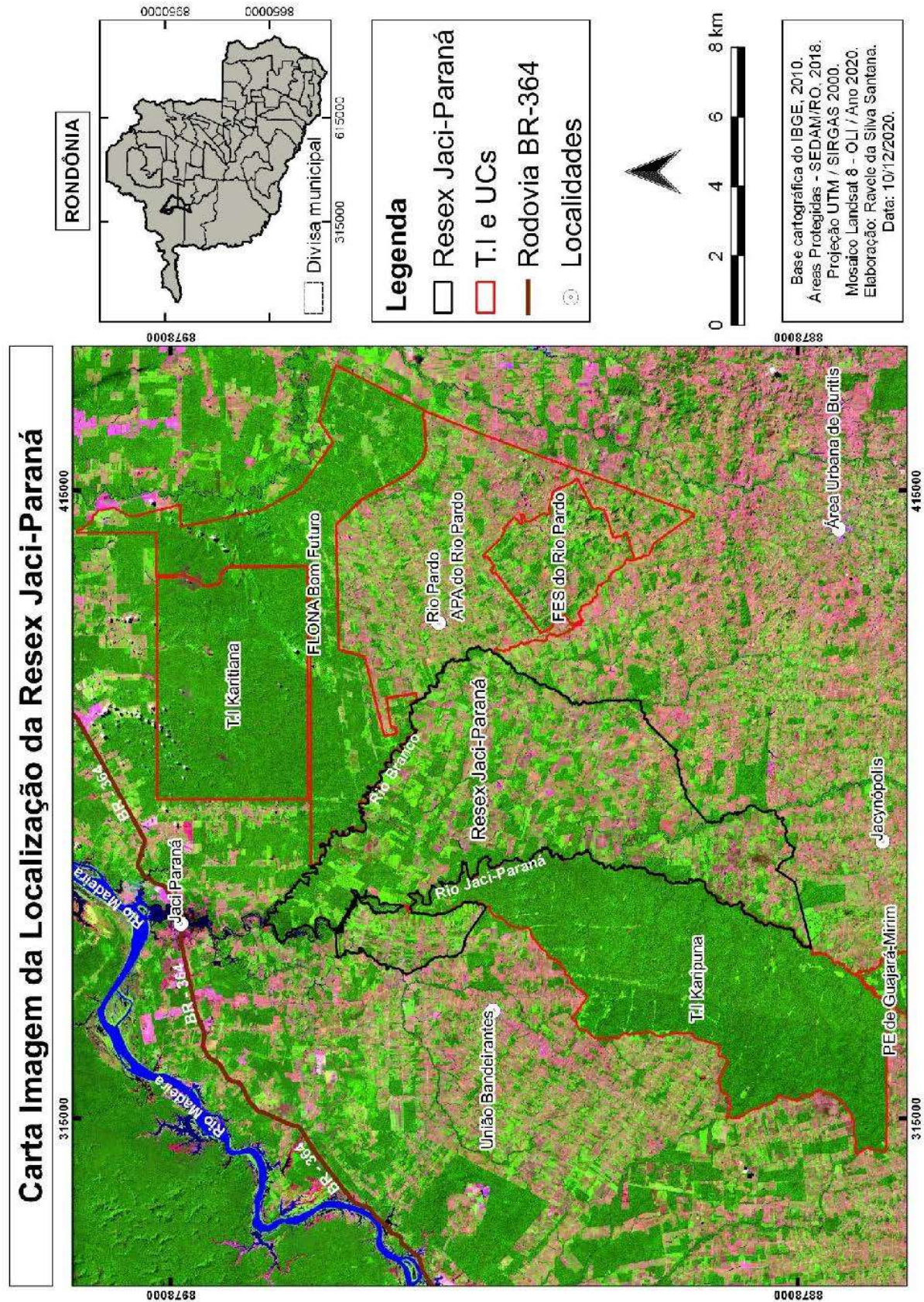
campo simbólico, é preciso construir camadas de justificações para que não se questione o motivo de o gado ter um valor moral mais elevado do que as pessoas.

A área territorial da Resex Jaci-Paraná foi destinada para o atendimento da comunidade extrativista, de forma que permanecessem em segurança e com a possibilidade de garantir a continuidade das atividades extrativistas. A cobertura florestal estaria garantida para a exploração do extrativismo pela classificação de unidade de conservação das reservas extrativistas.

Ao encomendarem um estudo ambiental para justificar a desafetação do território da reserva, a Asprumin reafirma o poder simbólico dos estudos produzidos pela empresa especializada nesse campo. Isto implica em reconhecer o significado desse tipo de documento num contexto de disputas econômicas ambientalizadas.

Ao compreenderem o mundo (Boltanski; Thévenot, 2020) no qual esse tipo de estudo funciona como ferramenta de justificação, a Asprumin demonstra um esforço em “estar de acordo com o que preceitua a lei”, indicando a boa-fé de seus atos. Porém, ao expor os mecanismos de poder que os próprios documentos avalizam, ficou explicitado que revestir os danos em uma roupagem de legalidade e atendimento às normas, é um processo de construção de verdade com base nos relatórios dos especialistas que, dificilmente, vão se apresentar como impedimento para os projetos dos que encomendaram o estudo ambiental.

Mapa 7: Carta Imagem da localização da Resex Jaci-Paraná.



Elaborado por Ravele da Silva Santana, 2020

TESTEMUNHOS DO DESENRAIZAMENTO

Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad (2017)⁷⁶, refletiram sobre como agir na pesquisa mediante uma situação colonial (Balandier, 1951), ao pesquisarem na Argélia ocupada pela França. Ao se debruçarem sobre a vida nos campos de prisioneiros e as remoções forçadas, onde os povos não mais conseguiam manter as formas sociais de relacionarem-se, assim como suas formas específicas de produção econômica, os autores puderam analisar como as transformações sociais foram absorvidas e transformadas pelos agentes sociais.

Naquele momento, os colonizadores precisavam afastar a população do contato com os rebeldes que lutavam pelo retorno da autonomia do país e uma das formas eficazes de afastar a resistência era desorganizar a sociedade local, com suas próprias formas de uso e compartilhamento de saberes e seus próprios sistemas simbólicos de referência.

A repercussão das movimentações forçadas foi tremenda, criando espaços sociais nos quais os diferentes povos precisaram reelaborar suas relações e dar sentido às novas redes de solidariedade e de divergência. Após o processo de independência da Argélia em relação à colonização francesa, os pesquisadores puderam observar a emergência de novos tipos de relações sociais entre os povos locais derivadas da situação colonial mas, que buscavam manter, de alguma forma, parte do que existia antes da chegada do colonizador.

O processo de “dezenraizamento” (tradução minha) (2017) descrito pelos pesquisadores em relação aos povos da Argélia cortada pela colonização, me pareceu corresponder de certa forma ao que foi observado e narrado pelos extrativistas com os quais tive contato. Os extrativistas buscam refazer suas relações sociais, porém a elaboração de outro *habitus* social fora da vida na resex é mais uma forma de violência que recai sobre estas pessoas.

O modo de vida para o seringueiro⁷⁷ está relacionado a recolher a castanha, cortar a seringa, fazer sua roça, uma pequena, criação, pesca e eventualmente caçar

⁷⁶ Me refiro à obra “*El desarraigo: La violencia del capitalismo en una sociedad rural.*” 2017, originalmente publicado em 1964.

⁷⁷ Não se trata de um sujeito abstrato porém uma denominação que caracteriza a unidade político organizativa dos sujeitos.

para o sustento de sua família. No entanto, é preciso atentar para uma não exotização dessas pessoas, refletindo sobre os diferentes posicionamentos nas situações sociais.

As vivências do extrativista estão atreladas com “[...] as redes de vizinhança e as identidades coletivas como formas de imobilização dos recursos básicos, que impedem que as terras sejam transacionadas livremente como mercadorias.” (Almeida, 2007, p. 18). Mais do que isso, ao conversar com os/as extrativistas percebi que há uma preocupação em reduzir a insegurança financeira pois a falta de recursos as/os leva a buscarem serviços nas cidades.

As imagens do desmatamento, assim como relatos de extrativistas expulsos e diversos outros agentes com os quais pude fazer contato no decorrer do ano de 2022, já mencionados, atuantes em Rondônia causaram em mim a sensação de estar diante de uma “terra arrasada”, algo mais semelhante a um território acometido por uma guerra e que agora espelha as consequências do ocorrido.

A meu ver, o conflito ambiental, de forma isolada, não definiria exatamente o processo social observado, após uma análise conceitual/interpretativa. O que estou conseguindo no processo de pesquisa é encontrar relatos de dor, que chegam de forma esparsa e meio por acaso, com extrativistas que tento buscar, num trajeto intensamente investigativo e que conta, em certa medida, com alguma sorte, dependendo da crença individual.

Os extrativistas que deixaram a reserva, de acordo com os relatos que tive acesso, de forma direta ou indireta, se dispersaram em municípios diversos, em alguns casos passaram por mais de uma estadia, numa migração. Essa dispersão, causada por um processo de desestruturação forçada do mundo social, diretamente vinculada aos embates do conflito ambiental, encontra nas discussões de Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad, (2017) sobre “desenraizamento”⁷⁸ um espaço propício para analisar a situação.

No contexto argelino, o Estado francês atuou diretamente para deslocar as populações de vilas rurais, de modo a dificultar os contatos com os rebeldes atuando para descolonização. No caso da Resex Jaci-Paraná, fui instada a refletir que o estado de Rondônia não está agindo diretamente para o deslocamento da população

⁷⁸ El desarraigo: La violencia del capitalismo en una sociedad rural. Pierre Bourdieu y Abdelmalek Sayad – 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

extrativista mas sua ausência ou ineficiência de mecanismos para controlar as invasões indicam uma planificação do desenraizamento dos extrativistas.

A expulsão dos extrativistas por atos violentos e ameaças, mesmo que não classificados como política de Estado, permite a substituição da população extrativista (colonização) por um grupo social considerado produtivo e que detém o capital econômico e simbólico no estado de Rondônia. As instituições do estado, assim como as mídias empresariais e públicas, reiteram a importância da “produção agrícola”, significando isso gado de corte e soja.

Uma das dimensões da devastação da Resex Jaci-Paraná, é o processo de desenraizamento dos extrativistas, exilados pelas consequências do colonialismo interno. Considerei necessário trazer parte dos testemunhos que me foram concedidos pelos extrativistas, documentos de dor e perda, referentes ao território que não existe mais. Os testemunhos também são documentos sobre resistências possíveis em face o avanço do crime ambiental e a morte de uma possibilidade de viver onde a propriedade da terra é coletiva.

O trabalho de campo demonstrou que além de um conflito, no caso dos extrativistas, há um sofrimento que permeia o cotidiano, mas que, como bem sensivelmente apontado por Veena Das (2007, p. 80), não é permitido chegar a superfície totalmente, pois é necessário continuar a vida, dentro das possibilidades visíveis. O sofrimento então, é gerenciado de forma que as narrativas ganhem força de testemunhos, mas sem que revelem por completo suas complexas nuances, incluindo o pavor de uma morte repentina, fruto da violência.

Os testemunhos dos extrativistas, apesar das características das histórias individuais transpareciam a condição de a memória ser uma construção social (Halbwachs, 1990), compartilhada pela comunidade da qual se é parte. A memória não se fixa mediante a experiência individual, dependendo das relações entre os agentes em relação em um campo social, no qual compartilharam as experiências de determinado momento do tempo e espaço.

Pollak (1992) relacionou a construção da memória à construção das identidades, repercutindo para um processo conjunto de individualidade e coletividade,

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória

herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (Pollak, 1992, p.5)

São elementos diferentes que convergem para um entendimento dos extrativistas sobre a condição de exílio (Said, 2003) em que se encontram e que ocorreu também com a participação dos atos de Estado. A devastação da Resex Jaci-Paraná implica na destituição do *habitus* relacionado ao modelo imaginado para as Reservas Extrativistas, ainda enquanto Chico Mendes estava vivo e a substituição pelo modelo orientado por “políticas ‘protecionistas’” (Almeida, 2014, p.363).

No modelo imaginado pela luta dos extrativistas organizados em movimento social, predomina um consenso sobre o bem comum, enquanto que as políticas protecionistas do meio ambiente se orientam pelo individualismo, em detrimento das formas organizativas coletivas observadas em comunidades tradicionais.

Ao testemunharem, os extrativistas também denunciam e assumem um posicionamento crítico sobre as justificações apresentadas por diferentes instituições ao recorrerem por auxílio na garantia de seus direitos. Ao se posicionarem de forma crítica em relação às instituições e atos de Estado, os extrativistas compreenderam um processo de deslocamento do senso de justiça a partir de decisões administrativas que estão alinhadas à política de expansão do agronegócio.

Os extrativistas têm memória, que vem sendo ignorada com o apoio de atos de Estado. Em uma determinada situação, estive com uma senhora que foi expulsa de sua colocação na reserva. Ela narrou sua história de presença nas lutas dos seringueiros, falou orgulhosamente de como conheceu Chico Mendes e esteve em Brasília, onde conheceu Marina Silva. Este tipo de memória não é relevante para o estado, na medida em que a ideia reiterada é a da “produção agrícola”, no sentido de expansão do agronegócio e conversão de florestas em pasto e monoculturas.

Para apresentar de forma mais elucidativa os depoimentos dos extrativistas e de maneira que não ficasse evidente a identidade de cada um dos participantes, expus suas falas em três grupos de assuntos aos quais os extrativistas relacionam às suas próprias histórias até o momento em que ocorreu a entrevista. Os “assuntos” estão

segmentados como “os tempos de reserva”, “as violências” e “percepção sobre Estado, lógicas de Invasão e Direitos”.

Com relação a “os tempos de reserva”, os extrativistas narram o que viveram em um contexto diferente e inclusive reconstroem por meio da memória uma paisagem hoje completamente transformada. Ao narrarem o passado reafirmam sua presença no espaço territorial da Resex, que é questionado pelos invasores.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. (Benjamin, 2012, p.11)

As reflexões de Walter Benjamin sobre a história se referem ao trabalho de apropriação da história pela classe dominante e como a constituição do passado também é um campo de lutas. O poder de ditar como foi o passado constitui arma para fortalecer mais os grupos que controlam o poder econômico e político.

É importante que os “removidos” da história sejam recolocados, mesmo que os atos do estado indiquem que o esforço será no sentido de anular a existência dos extrativistas. A própria condição identitária dos extrativistas é questionada pelos fazendeiros por estarem criando alguns animais para a subsistência. A derrubada da área da Resex certamente tem consequências para qualquer tipo de extrativismo.

Rememorar, no momento em fazem seus testemunhos, não apenas evoca o passado, mas também é um recurso de preparação para agir no presente. As lembranças que ressurgem são como guias que orientam os extrativistas a construir o futuro a partir do que viveram no passado e ainda vivem (Gagnebin, 2006).

Os testemunhos “as violências” creio que são os mais delicados para exposição, porém são essenciais como instrumento político. Ademais, são diversos os agentes que perpetraram e perpetram violências contra os extrativistas. Desde os interessados no desaparecimento da população extrativista dentro da resex a um

delegado que se recusa a ouvir uma denúncia de invasão porque duvida que o denunciante seja a vítima⁷⁹.

Ao trazer como um depoimento as violências que sofreram os interlocutores também processam uma reelaboração de subjetividades que contesta o lugar de subalternidade onde foram situados pelas seguidas ações de abandono e ameaças.

De algumas perspectivas, seu apego ao passado pode ser lido pela metáfora da prisão [...] de outra perspectiva, entretanto, a profundidade temporal em que ela constrói sua subjetividade mostra como se pode ocupar os próprios signos da ferida e dar a eles um significado não apenas por meio de atos de narração como pelo trabalho de reparar as relações e reconhecer aqueles que as normas oficiais haviam condenado. (Das, 2020, p. 116)

Veena Das (2020) considera que ao fazer parte da vida dos que sofreram atos de violência, a violência sofrida passa a participar de elementos do cotidiano. Porém esses elementos não atuam como uma dor que é remoída, um apego ao sofrimento passado, mas uma possibilidade de independência em relação aos perpetradores da dor e uma reivindicação para que tenham suas histórias pessoais e coletivas reconhecidas.

Quanto ao assunto “Percepção sobre Estado, lógicas de Invasão e Direitos.”, considere que o conflito ambiental entre os extrativistas e os fazendeiros traz elementos que foram expostos na obra “Estabelecidos e Outsiders”, de Norbert Elias (2000). No livro o autor narrou os resultados de uma pesquisa que fez em ambiente urbano, na Inglaterra, porém as questões trazidas pela pesquisa podem ser observadas em outros contextos bem diferentes, na medida em que evidenciam as diferenças de capital simbólico entre dois grupos sociais.

A descrição de uma comunidade da periferia urbana apresentada neste livro mostra uma clara divisão, em seu interior, entre um grupo estabelecido desde longa data e um grupo mais novo de residentes, cujos moradores eram tratados pelo primeiro como outsiders. O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. (Elias, 2000, p.19)

⁷⁹ Por questões de organização da tese não transcrevi esse testemunho porém o extrativista foi tratado como réu num processo de invasão da Resex no qual ele foi o denunciante.

Ocorre que no caso da Resex Jaci-Paraná os posicionamentos de “outsider” e “estabelecidos” são exatamente o inverso, pois a construção simbólica em torno dos fazendeiros, transfere as qualidades sociais de capital simbólico que um grupo deve deter para ser um “estabelecido” justamente aos que invadiram a resex. Quanto aos extrativistas, sequer são acionados como parte da comunidade (Elias, 2000). São invisibilizados.

Os extrativistas, que dentro de uma Reserva Extrativista seria esperado que fossem os estabelecidos estão em lugar social de “outsiders”. E tão fora de lugar (outsider) que sua presença chega a ser ignorada pelas autoridades do estado que deveriam colaborar com sua permanência. Inclusive as ações do estado reiteram a sensação de serem “outsiders” dentro da resex pois suas denúncias são ignoradas ou mesmo testemunharam situações em que os invasores receberam mais respeito por parte de agentes do estado do que os próprios extrativistas.

Os tempos de reserva

A reserva Jaci Paraná...ela é muito grande, muito rica, tem muita...tinha muita madeira...entendeu?! E o que que acontece, perdeu-se, o foco de reserva. Reserva é para extrativista é pra você né? você caçar, você pescar, você sobreviver dali entendeu?!...Você tem a castanha, você tem peixe, você tem o açaí, tem a bacaba e vários outro, tem cipó tem várias outras coisas que pode fazer na reserva, aí...

Que ali era tudo seringal, eu lembro que quem tirava borracha ali era meu tio. Na época do... era tudo castanha, borracha. eu vejo tudo derrubado, aquilo me dá uma tristeza muito grande, porque eu conheci aquilo vivo, eu conheci aquele Jaci... esse meu velho aí ó, era na boca do Jaci pescando, só eu e ele, bom de peixe, jogava fazia um fogo na beira do rio, comia com farinha e água ali show de bola, e é aquilo que a gente gostava, e hoje tu não pode fazer isso

Figura 22: Fotografia de casa de Seringueiro na colocação Três Praias, na Resex Jaci-Paraná.



Acervo da OSR. (2014)

Aí só morava seringueiro, era a única fonte de renda aí era seringa, não tinha macaxeira não tinha mais nada era seringa e castanha e açaí só. Agora estão fazendo farinha, açaí tirando açaí, faz a roça de mandioca pra fazer farinha né?!

Meu avô foi guarda ferroviário aqui da estação de Jaci-Paraná né? Quando funcionava o trem ainda, foi guarda ferroviário aqui, ele é soldado da borracha ele já faleceu né? E nós morávamos em Porto Velho meu pai, meu avô trabalha aqui e vivia por aqui. Aí em 87 criança ainda comecei andar por aqui. Nós mudamos para Jaci-Paraná em 89, eu tinha 11 anos de idade né? Aí foi quando eu comecei a conhecer deslocar para os rios pescar essas coisas, conheci os ribeirinhos que na época só existia seringueiro né? Tanto que falava “Pascana”⁸⁰ a casa deles né? Alguns tinham as casinhas cobertas de palha, sem ser cercada só “Pascana” que fala né? Porque era assim:

O seringueiro colhia só seringa e castanha de uma colocação para outra e vivia assim se deslocando colhia aqui depois ia pra ali. Então isso aí só era povoado por seringueiros, somente por seringueiros não tinha invasão nenhuma, quando dava 10, 12km pra dentro da mata aí não tinha uma vara cortada era tudo natural ainda, não tinha nem um

⁸⁰ Eu não conhecia esse nome, porém ao pesquisar verifiquei que se trata de uma palavra de origem Quéchua, denominando um local de parada.

corte e aí de 2015... de 2010 pra cá... 2015 começaram essas invasões

E a nossa vida aqui foi isso aí, mas só existia seringueiro, não tinha fazendeiro, não tinha outro tipo de pessoa aí que não fosse seringueiro. Os nativos mesmos a maioria era daqui de Jaci mesmo propriamente daqui. Inclusive quando foi criado essa Reserva o que foi falado que para nós os seringueiros foi que a Reserva estava sendo feita para acolher os seringueiros... foi isso que passaram para a gente.

Eu fui pra riscar seringa tem muita seringa lá que eu sou filha de seringueiro, aí fui pra lá pra riscar seringa aí chegamos lá, lá alagava demais e tudo e meu menino sempre riscou seringa lá, mais depois que começou essas invasão a gente riscava a seringa deixava lá o povo vinha e roubava ninguém nem via como roubava, quando você voltava pra colher a borracha que estava na canequinha não tinha mais já tinham roubado tudo, e assim foi a vida aí nos parou mais de riscar seringa fui trabalhar com roça e assim foi, mais foi uma vida meio sufocada que sempre as perseguição não parava, não parava mesmo.

Tinha seringa, lá tinha um tempo pra tudo lá meus pais eles colhiam o cipó tiravam o cipó eles faziam vassoura e na época da castanha fazia colheita da castanha fazia a extração do óleo de copaíba fazia a extração do açaí e a seringueira também, cortava a seringa e era esse o nosso ramo lá o nosso sustento vinha disso aí e dava pra gente sobreviver então como eles eram, a gente nasceu e se criou ali praticamente no meio da natureza então a gente sabia como lidar com ela, não tinha como dizer, a esse ano vai ser difícil, porque quando não tinha uma coisa tinha outra, aí eles pescavam também

Então tinha um tempo pra tudo a seringa tá fraca tá chovendo muito não dá pra gente tirar leite, então o que a gente vai fazer vamos quebrar castanha, a castanha a gente já fez a colheita e agora vamos pescar, á vamos pescar e agora, vamos fazer uma farinha, então a gente tinha um tempo pra tudo, então de tudo um pouco a gente tinha pra se manter pra sobreviver porque o sustento vinha disso da farinha da castanha óleo de copaíba, e peixe e hoje é totalmente difícil.

Se a gente tivesse lá dentro hoje e tivesse a RESEX intacta a gente teria escola porque antigamente tinha projeto de escola lá, tinha projeto de escola tinha associação, então tudo isso tinha então a gente teria ficado permanecido na área, estudado a distância os meus irmãos também teriam estudado, eu também teria uma, como se diz uma oportunidade melhor e com tudo isso a expulsão da propriedade ela me deixou muito vulnerável a certo tipo de coisa, porque cuidar dos meus irmãos menores e estudar e trabalhar não dava certo, inclusive eu tive até um irmão que foi pro lado errado, ele como eu trabalhava fora aí ele acabou se envolvendo com drogas e tudo mais a gente conseguiu recuperar graças a Deus.

Figura 23: Reunião Comunitária na Resex Jaci-Paraná.



Acervo da OSR. (2014)

A gente estava morando lá durante esse tempo todinho né, cuidando de porco cuidando o terreno a gente cortava seringa, eu crescendo, crescendo junto com eles ali junto interior e no interior não tinha esse negócio de há criança não vai trabalhar né, pois trabalhava sim né, ajudando pois é e assim a gente foi crescendo e aí trabalhando daqui da li e fomos crescendo aí veio a adolescência aí veio foi chegando o serviço mais pesado né, quebrar castanha e a gente vivia de castanha e de borracha que a gente cortava é castanha borracha e copaíba açai e o sustento era de lá peixe quando não tinha outras coisas a gente pegava peixe pra salgar e trazia pra cá pra gente vender na feirinha e comprava algumas coisinha e voltava pra cá de novo pra morar lá. eu fui criada já assim ajudando eles cortando seringa e tudo que eles fazia de trabalho eu fazia também mais meu irmão e outra minha irmã que faleceu

Saímos abandonado porque não tinha como a gente ficar lá, aí a gente ou corria ou morria das duas uma, aí a gente preferiu vir em bora nessa aí, aí foi ruim quando a gente chegou e pra gente morar direto mesmo ficar aqui mesmo morando foi muita luta ó, luta mesmo assim de porque a gente tá acostumado já lá né, fomos criados lá vivendo lá uma coisa tão boa assim no interior né, tem tudo né, assim você ter pra todo canto que você vai você planta uma coisa outra daí outra daqui e tudo você tem até as coisas que, tirava milho fazia farinha tudo pra vender e trazia tudo pra vender era melancia era abobora, era tudo a gente tirava de lá pra vender e quando a gente chegou aqui pra morar aqui mesmo uns tempos na casa da vovó meu pai, uma casinha um barraquinho pra gente morar, mais no terreno da minha vó porque nem terreno a gente tinha, nada aqui no Jaci aí a gente ficou aqui foi muito tempo pra gente se acostumar tu acredita, eu até hoje nunca acostumei

As violências:

E eles foram atrás com a máquina derrubando madeira e tirando madeira...os madeireiros aí começa aquele campão de terra grande eles vendiam pros fazendeiros a jogada foi essa o cara chegou lá com dez cara lá pra expulsar meu pai de lá. Nós não vimos ele. Quando nós chegamos lá eles tinham colocado outros cadeados nas nossas portas. Aí nós ficamos com medo das ameaças... A casa é lá embaixo e... lá a terra é alta, quando nós chegamos lá um cara ontem estava atirando lá de cima no rumo de cá... eu digo, eu não vou ficar aqui não, vou me embora tu tá doido, a máquina torando de lá pra cima e a bala comendo, não, aí tomaram conta da casa..., eu não quero mais ir pra lá nem sonho! Tu é doido! Eles puxaram a luz lá minha filha, quem tem dinheiro e bandido!

Figura 24: Colocação invadida com trator para roubo de madeira.



Foto de um interlocutor, 2022.

Colhendo castanha que ainda tinha umas castanheiras ainda, só que essas invasões tá tendo muito aí moço, esse povo tá vindo derrubando tudo dentro da reserva aí e tão invadindo as nossas terras, e tão derrubando castanheira

Porque é assim, eles tão lá, eles invadem quando a gente sai, enquanto a gente tá lá eles ficam lá, quando a gente sai eles vão lá tira madeira, eles começam tirando madeira depois vem e derruba, aí tá assim já tomaram mais da metade da terra dos ribeirinhos. É porque os extrativistas sempre morou na beira, as estradas sempre foi o rio nós nunca andamos por essas estradas que a gente não conhece, nossas estradas sempre foi rio, então eles vem de lá pra cá, e vem, eles vê que a gente saiu eles vão lá e tira madeira e some, depois, a gente saiu, e não sei o que é isso, que homem conseguem derrubar meio mundo de terra rapidinho dentro de dois três dia quando chega lá tá aquele negócio tudo derrubado parece que chegou com dez motosserra só pode.

De motosserra, empurrou com o trator a casa inteirinha pra dentro da água né?! E assim, ameaça dá tiro de noite ao redor da casa, e essas ameaça, atira nas panelas quando ninguém tá lá atira no fogão. Atualmente agora eles estão diferentes agora, agora eles vêm e cerca então já estão cercando a terra dos moradores pra eles já vem aqui já passa o trator e já cerca tudo.

Foram os fazendeiros que vieram transformando tudo em fazenda né? Veio desmatando a RESEX de dentro da RESEX e veio vindo né? Vieram até chegar à beira do rio. Agora atualmente a mata que tem é na beira do rio e eles agora estão querendo tomar de qualquer jeito dos ribeirinhos, essa beira de rio.

Figura 25: Fazenda no interior da Resex Jaci-Paraná.



Foto de um interlocutor extrativista, 2023

Onde era a casa que hoje não tem mais nada lá só tem a capoeirão alta mais tão lá sim não saíram tão dentro da nossa área também, aí a gente, eu não sei o que que eu faço aí eu tenho medo de ir pra lá de ficar lá e depois Deus o livre acontecer o que aconteceu com os próprios colegas da gente, que aconteceu isso de eles irem pra lá e sumir desaparecer, então a gente, eu tenho medo muito medo

Fomos expulsos mesmo porque se eles dessem a certeza de que eles iam ficar lá e não mexessem com a gente, mais lá pro lado lá pra cima pra onde eles estavam né, no terreno deles lá não estrassem pro nosso, quando a gente viu eles entrando pro nosso lá pro nosso terreno tomando mesmo né, aí nós não, a gente vai embora porque ficar aqui não vai dar certo já que eles estão fazendo isso eles não tão respeitando a gente

Eu mesmo fui ameaçado lá na minha terra. Eu estava deitado em casa e era umas 7 horas da noite começou um tiroteio próximo acho que dava mais de 50 m longe de casa. Armas pesadas mesmo, metralhadoras pelo barulho era (som de metralhadora feito com a boca) aqueles tiram assim sem parar e tiro, tiro, tiro, não sei de onde tiraram tanta bala para atirar. Aí eles passaram mais de meia hora

atirando (som de tiro feito pela boca) rajada e tiro de grosso calibre que a gente conhece o som de tiro de espingarda mais grossa, aqueles tiros, tiro...

Pois é eu queria te falar isso aí esse povo que está aí eles disseram para você sair de lá porque isso aí é deles, cê tem que sair de lá, eles falaram para você ir lá tirar tuas coisas e sair. Ele falou: o conselho que eu te dou é que tu saias né? E realmente eu fui tirei minhas coisas, carreguei 3km que dava... Minha casa era num canteiro de um igarapé lá dentro, passei 3 dias carregando minhas coisas de lá para cá e desocupeí a área

Eles foram com a máquina esteira e trator e já foram fazendo estrada até na minha casa e já fizeram outra casa grudada na minha casa, emendaram uma casa na minha casa e fizeram estrada até na porta da minha casa. Aí tive que tirar minhas coisas, tirei minhas coisas e sai de lá e abandonei e fui para outro local, cheguei em outro local novamente invasão outros fazendeiros, começaram tirando madeira, tirando madeira a noite aí não dá pra gente ir lá a noite... tirando madeira a noite.... tá aí pararam de tirar madeira aí já vieram com o moto serra derrubando, derrubando aí abandonei fiz as denúncias e sai de lá porque não dá para ficar num local assim né? Aí subi mais para cima do rio que é onde estou lá atualmente que é lá na pirapitinga que já lá próximo dos índios já e lá como já tem um fazendeiro nas fundiárias acho que ele não deixa quase ninguém vir para cá a mata está toda em pé, mas já estão começando a tirar madeira serrada eles não estão mais tirando tora, agora eles vão lá serram no local e já levam serrada.

Bem na divisa da minha terra lá, eles abriram fizeram uma porteira aí pegaram uma máquina esteira e fizeram até na beira do rio... da fazenda até lá na beira do rio uma estrada. Aqui que eles abriram essa porteira aqui, aí eles vão lá serram as castanheiras e o resto das madeiras e pegam e levam para cá, aqui ó!

Eles ponharam meu menino pra correr de lá foi ameaçado de morte meu irmão, tudo enfrentaram barreira quente, só que graças a Deus não aconteceu nada de morte coisa nenhuma, mais o negocio foi feio aí nos foi de novo, voltamos lá que minhas coisas estava lá aí nos ficamos mais três anos e começou de novo ninguém podia sair pros canto quando saia era sempre com cuidado, que os guachebas dos outros estavam perseguindo, tinha um tal de Mineiro Samambaia que era empresário e dizia que era dono de tudo ali a área dos índio foi invadida e lá onde eu morei foi invadido era do meu menino quem tinha direito lá era meu menino invadiram tudo lá e meu irmão ainda morava lá mais não era no mesmo canto morava mais pra cima e lá onde meu irmão tá já foram lá pra matar ele na casa dele, aí o cara conheceu ele e falou assim, eu vim pra te matar mas infelizmente eu te conheço não vou te matar mais vou dar dois tiro naquela arvore ali pra ele ver as casca da bala e eu sempre converso com meu irmão pelo telefone, e sempre ele me fala que tá sempre ameaçado desse povo, e os que tiveram lá muito saíram já é outras pessoas que mora lá, roubaram madeira o IBAMA ia durante o dia não tinha ninguém quando era de noite eles passavam a noite derrubando as arvores fizeram o limpa

nas madeira de lei, e muitos tocavam fogo nas telha de madeira pra ninguém mais tocar no fogo

Minha vó saiu de lá do sítio dela que era vizinho e a gente ficou, ficamos ali, e os invasores eles vinham se aproximando né? A gente fez várias denúncias meus pais fizeram várias denúncias né? Inclusive levaram lá no órgão ambiental e tudo aí tiraram o pessoal e depois eles retornaram de novo fizeram outras denúncias mais eles sempre invadindo mais, sempre invadindo tirando madeira derrubando desmantado e agente foi recuando né? A gente foi recuando porque eles tinham arma né? Tinham arma tinham, era muita gente, e a gente que nasceu e se criou ali nunca tinha visto algo do tipo né? Não sabia do que eles seriam capazes, porque a maioria deles eram de Buritis né? Eles tocavam o terror eles expulsavam as pessoas da propriedade e botavam pra comprar né? Se a pessoa não saísse aí eles tomavam a força, aí foi uma época que meu pai adoeceu e a gente tomou conta eu e outro irmão

Aí foi quando um deles botou pra comprar minha área, tinha se passado uns dez anos mais ou menos, aí botou pra comprar, eu falei, não está à venda eu quero isso aqui pra mim viver aqui entendeu? Cuidar daqui, não mas vocês não querem fazer nada na terra porque vocês não derrubam vocês não desmatam, aí foi quando eu falei pra ele, não a floresta ela tem mais valor pra mim ela em pé do que ela totalmente devastada, aí ele falou um deles lá, se vocês querem viver na floresta querem água vão lá pra beira do rio, aí foi quando eles me ofereceram dez mil reais, eu falei, não vou vender não, não está a venda, ele falou ou tu pega os dez mil e vai embora ou tu vai embora de qualquer jeito porque aqui tu não fica, e aí a gente veio pra cidade quando a gente voltou tinha um acampamento deles lá na fundiária,

Vamos sair logo daqui porque a gente não sabe do que esse pessoal é capaz, a gente não tem arma não tem nada e eles são muitos então é bom a gente sair já te ameaçou falou que aqui tu não fica, e do mesmo jeito foi na outra parte de cima, que isso ali era na mesma propriedade onde a gente estava, aí na divisa de cima eles desmataram tudo, castanheira, seringueira, acabaram com tudo formaram pasto, no meio tempo que a gente saio recuou mesmo, e a gente fez várias denúncias

Até tinha um igarapé lá a coisa mais linda lá dentro da propriedade e esse igarapé secou, que desmataram a cabeceira dele, aí ele secou e hoje em dia não corre mais água lá, então hoje pra gente assim é muito triste a gente ir lá ver a propriedade daquela maneira sem poder retomar o lugar sem poder voltar pra lá, porque na rua é muito difícil pra gente, a gente nasceu e se criou ali naquele, naquela natureza num lugar natural água e tudo, então o que a gente plantava dava, hoje em dia tá difícil aqui na rua e totalmente difícil.

Outros extrativistas mesmo que morava lá na área também foram ameaçados teve seus barracos queimados, teve um senhor lá também que eles deram um dia pra ele sair de lá, teve que sair nas pressas assim que ele saiu de dentro tacaram fogo no barroco dele.

Figura 26: Casa de Extrativista incendiada.



Foto de Eric Karipuna, 2023.

Entrou pelo Bandeirante os pessoal né, aí foram tirando madeira né, mais eu acho que eles já estavam com vontade de colocar os pessoal da beira do Rio Jaci como colocaram todo mundo

Pra ir embora aí lá no nosso terreno a gente escutava motor, escutava carro zoando assim, mais ou menos assim uns dois quilômetros três quilômetros já perto de casa sendo por trás da nossa terra, a gente escutava pau cair madeira cair escutava, aí a gente ficava escutando e dizia não mais isso não é normal antigamente desde quando a gente chegou aqui não viu isso, e depois o pessoal foram dizendo né, a gente foi sabendo porque o pessoal foram falando, não, tem gente entrando aí por trás

E eles estavam fazendo é uma estrada já por trás da nossa terra não tem? E tirando as madeiras depois eles já vinheram fazendo os barracos deles, as terras deles pra lá né, plantando capim e tudo e a gente sem saber depois quando a gente foi saber, aí tá foi vindo foi vindo e foram chegando pra perto

Aí eles disseram, não mais a gente não vai mexer com vocês não a gente tá só tá tirando madeira a gente não tá mexendo com terra, desde onde eles estavam demarcando terra, e foram demarcando, demarcando e depois quando a gente pesou que não, aí gente passou um tempo sem ir pro rumo de trás lá da casa, como a gente deixou já tudo certinho a área nossa demarcada em tudo né, a gente não ligou muito porque eles falaram que não iam entrar e quando a gente pesou que não eles já tinha entrado

E aí foi o tempo que eles começaram a ameaçar e a área lá era pra gente sair porque lá pertencia a eles e a gente não podia ficar ali e era dia e noite eles derrubando

Tirando madeira e demarcando a área deles lá já pra fazer campo pra plantar capim, aí tá a gente veio pra cá pro Jaci aí passamos uns acho que foi uns oito dias ou uns nove dias aqui no Jaci que a gente morava na casa da vovó que nem casa a gente tinha

Até isso eles empatarem da gente pegar água lá e era na nossa terra no nosso terreno e tudo e eles empatarem da gente pegar, aí meu pai ficou com medo de ficar por lá, a gente ficava com medo de sair porque eu quando ia pro mato junto com minha mãe a gente ia sozinha porque a gente ia cortar seringa e ia só nos duas cortar seringa. Nós viemos porque ficamos com medo do que podia acontecer, e meu pai ia pra outro conto né, cortar seringa pra baixo outras vezes pra cima ou do outro lado do rio e nos ia pra outro canto eu e mais ela, aí não foi nada não e a gente ficou por lá menina, e mamãe já não deixava a gente ir só porque as vezes a gente ficava em casa pra nós a gente trazia farinha e meu pai ia pescar mais ela pra pegar peixe né pra gente vender pra gente, vinha pra cá pro Jaci vender pra sobreviver né, e nos ia torrar farinha aí isso a mamãe já não deixava a gente ficar em casa sozinha, a gente já não ficava mais sozinho não, aí ia pra um canto ia todo mundo e aí foi indo.

Só ficou a parte da nossa casa que eles não queimaram, não foi queimado né, mais o resto as capoeira que era bem pertinho de casa foram tudo queimado, e eles plantaram capim.

Aí eles ficaram ameaçando que a gente não podia ficar ali, que ali agora era deles e a gente não podia ficar ali, podia sair e nisso a gente não viu assim a gente ouviu pessoas amigo nosso falar que eles tinham botado as pessoas os conhecidos da gente pra correr e ameaçado com espingarda com tudo, só que aí nos eles não fizeram isso né, com espingarda mais eles ameaçaram a gente, não podia ir pra lá porque a gente não sabia o que era capaz de acontecer ainda falaram assim ainda então a gente não tinha que ficar lá aonde pertencia a nos eles tinham feito casa aonde era casa de farinha derrubaram fizeram uma casa lá perto da onde era a casa de farinha né, e foram fazendo na beirada assim do lago que pertencia a gente né, nos pescava para gente pegar peixe pra gente sobreviver pois aí empatarem até nos ir pescar no lago. Meu pai ia colocar uma canoinha no lago eles não deixava mais, e aí a gente ficou com medo de ir pra lá né, aí foi o tempo que a gente veio se embora pra cá pro Jaci e aí não ficamos mais lá.

Até as mangueiras eles derrubaram, derrubaram os pés de pupunha que tinha também no nosso terreno lá e os pés de castanheira que tinha por trás também foi derrubado tudo pra, eu acho que era pra fazer madeira eu não sei, eu sei que aí eu a gente tá por aqui, até hoje.

Percepção sobre Estado, lógicas de Invasão e Direitos:

Ao longo desses anos o que vem acontecendo?! Pessoal entra, invade tira a madeira e expulsa os extrativistas entendeu?!...Aí que paira a situação, que nem eu estou te falando, o negócio das famílias, quem é que vai denunciar? Porque assim a gente denuncia, não tem nem uma nem duas não, tem um monte, tu chegas... pode ir lá na SEDAM, que tem inúmeras

Eu te falo com propriedade que dá de ver, então as autoridades, eles têm ciência, eles sabem né?!...tudo como é que funciona, mas, por quê? Porque tem político no meio, tem muitos políticos no meio, então eles não vão mexer. Se você pegar agora teve uma notícia agora lá no parque Guajará que a abrangência da RESEX que é a RESEX Jaci Paraná. Trocaram deram monte de tiro nos carros da polícia.

A gente teve que ir embora da região porque a gente foi expulso do nosso lote tem gente morando na casa que a gente construiu

Figura 27: “Abertura de área” numa colocação de extrativista.

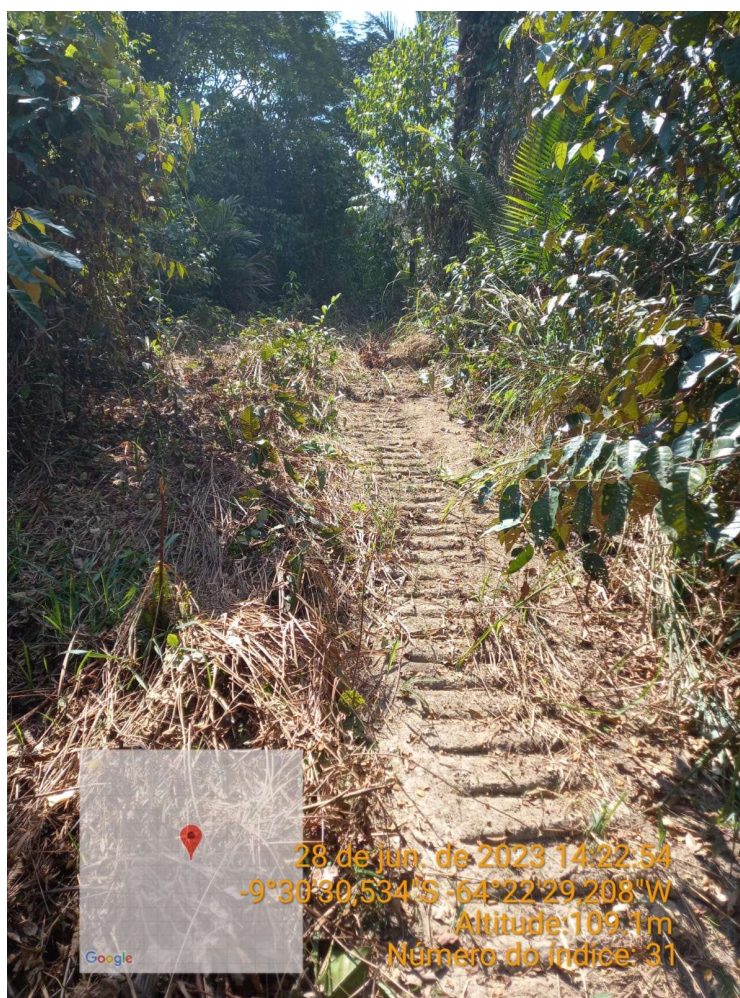


Foto de um interlocutor extrativista, 2023

A prática é sempre a mesma eles entram tiram a madeira derrubam, colocam gado

Por que assim, e essa prática é muito antiga...entendeu?!, eles não marcam o gado, o gado que tá lá ele não é marcado, tu olhas, tu podes olhar no meio do pasto não vê uma marca entendeu? Então o governo...eu não sei como o governo consegue, porque o governo tem controle de tudo

Porque o extrativista não é... vagabundo, o extrativista não tem poder de...o extrativista só quer tá lá, viver a vida dele, mas não consegue por causa dessas pessoas. A ganância é muito grande, porque se ele chegar, que nem eu falei lá no...se o cara que entrou na nossa terra, se ele pegasse e chegasse

Vou pegar esses quinhentos por dois mil e vou invadir lá na frente lá e, mas eles não é assim, eles mapeia a terra aonde que ela é mais propícia pra campo, que é um chapadão...entendeu? É uma terra mais plana, é ali que eles vão fazer entendeu?!

Pois é, mas justamente pra isso, porque quem tá dono é quem tá em cima então a partir do momento que legalizar a reserva... Vai fixar o que está ilegal. Vai legalizar o que está ilegal entendeu? Então eles querem fazer isso aí

A polícia ambiental lá no Jaci mano, bem atuante com pescador, pescador tá com a sua malhadeirinha aí eles prendem barco, prende...eu uma vez navegando, navegando! Não estava pescando!

O madeireiro é sempre o mesmo modo operante ele entra ele é um cara que tem um poder aquisitivo muito bom, ele entra, tira a madeira loteia a terra, aí ele ganha na madeira, ele ganha na terra, porque ele vai vender a terra e vai dar garantia que nem lá, o cara... que tá lá hoje, hoje o cara lá o dono da que virou a fazenda, não é mais o cara que invadiu, já é o terceiro dono, entendeu?!

Eu já estou com sete anos fazendo denuncia eu tiro foto, aí faço registro na polícia civil aí vou na ambiental aí faço denuncia aí vou na SEDAM, e a gente vem fazendo essas denúncias.

Nossa maior preocupação aí e de todos que moram na comunidade é a redução da mata, que estão desmatando demais e a invasão. Porque eles já desmataram tanto e agora estão entrando na terra do povo, né? Igual lhe falei chega lá do dia pra noite tem uma cerca lá te deixa só com a beira do rio.

Acabaram com tudo, ainda tem um pouco, as castanhas que a gente vende ainda, eles estão com tática, eles vão lá tacam veneno nas nossas plantas pra matar, estão derrubando as nascentes, eles chegam lá e mete pau pra cima das nascentes. Para poder afastar a gente.

Eu particularmente, tive nossa terra foi invadida, derrubaram e eu fui lá conversei com os invasores. Não! Nada! Ninguém é dono disso aqui, aqui não tem documento

Eles tiram a madeira, com o dinheiro da madeira eles derrubam e transformam em fazenda, compram gado... E tem muito seringueiro

que está morando aqui porque foram expulsos de suas terras na marra!

Eu parei de ir na SEDAM, porque nós fomos lá em 5 pessoas fazer uma denúncia coletiva, abafaram o caso lá, chamaram nós para um cantinho... Calma! Não precisa falar alto... Não fizeram nenhuma ocorrência...

Porque ambiental na época das invasões ela andava muito aí... agora ninguém anda mais ninguém vê mais ninguém e aí eu fiquei com medo porque os fazendeiros derrubou até na beira do rio a gente denunciemos pois ambiental eu limpando ao redor da minha casa ele disse que era me multar mas você não pode está cortando esse mato aí não que eu falei mas como é que é? eu moro aqui você vai me multar porque eu estou limpando ao redor da minha casa e os fazendeiro aí que derrubou toda a mata que existia porque você não vai prender eles, multar eles ficaram quietos então, assim venho denunciando esse caso. Eu fiz denuncia que tinha máquina tirando madeira tudo...

Tinham uns camaradas com moto serra lá dentro aí o policial da SEDAM desceu... Eu falei: Ah! Graças a deus que pegaram esses caras... aí eu subi... tinha um morrinho assim... Eles vocês ficam aqui! Todo mundo desceu eu desci também... Ele foi por ali e foi lá com os caras... Eu subi ali e vi ele conversando com os caras, os caras esconderam as motosserras no mato saíram de moto e foram embora e aí? Não, os caras estão fazendo não sei o que! E não tirou foto de nada... - E motorista? E aí rapaz, tem que tirar foto não? – Não, pode deixar... Então! O relatório que eles fizeram na época estava distorcendo tudo que aconteceu lá dentro pareceu ser que eu que era o invasor, voltei lá e tirei foto de tudo, tirei a foto de tudo. Fiquei até com medo de procurar esse órgão.

Eles se falam que são agricultores, mas como agricultor vai ter esse meio mundo de gado.

Mãe, eu arrumei terreno lá pra todo mundo trabalhar lá, lá não é de vender, lá na reserva, então para nós morar sobreviver, nós vai pra lá se a senhora quiser ir, tá bom aí eu fui mais cheguei lá eu encontrei muita coisa, pensar que foi eu que te matei mesmo, que eu vou chegar lá e eu vou ter que falar pra ele que eu te matei porque ele me pagou e tu vasa daqui, aí meu irmão vai e sai vem pra Jaci e ficou quase um mês no Jaci pra depois ele voltar pra lá de novo e até hoje tá lá mas sempre ameaçado e aonde eu morei eles tomaram conta tudo invadido de gente lá um diz que compraram outro diz que ganharam a terra.

Você precisa de uma árvore não tem, uma coisa pra você precisar, um caibro uma tabua pra alguma coisa não tem não existe, o povo acaba tudo, enquanto não acaba mulher o povo não sossega, e você vê a natureza cobrando.

A gente recorre à justiça mais a justiça demora muito pra nos atender, e com tudo isso a gente vai se sentido desfavorecido, porque nós não

temos como lutar a gente confia em Deus e acredita na justiça mais a justiça ela demora um pouco.

Os invasores da nossa propriedade vieram do rumo de Bandeirantes. Lá são pessoas que vieram de fora e que tinham dinheiro e pagavam para os outros ir lá meter medo na gente, ou então pagava pros outros ir lá e derrubar, a gente viu alguns entendeu, alguns deles ainda, mais o último que ameaçou a gente lá, é um que tá na propriedade até hoje é um tal de Salaciel⁸¹.

A gente foi na SEDAM, a gente denunciou na SEDAM, fomos no IBAMA fomos em um monte de órgãos que ele pediu pra gente ir, eu sei que a gente denunciou nuns três a quatro órgãos, comigo foi pelo INCRA, o INCRA mandou a gente ir na SEDAM a SEDAM mandou a gente, assim não mandou a gente ir procurar o IBAMA, a gente foi no IBAMA e o IBAMA mandou a gente pra SEDAM de novo, aí fomos pro juiz o juiz mandou fazer um levantamento na área um relatório, aí a gente foi lá dentro com eles aí ele disse, olha nós não encontramos invasores a gente não encontrou vestígio de máquinas nem nada ou seja fizeram vista grossa que tinha maquinários lá tinha trator tinha prancha de carregar trator

A gente na verdade era perseguido de várias formas, eu mesmo com carteira de pesca eu deixei a minha malhadeira na beira do barranco e fui pra colheita atrás de castanha quando eu cheguei, quando eu escutei a zoadá de uma voadeira isso.

Já tinha feito várias denúncias dos invasores aí eu deixei minhas malhadeiras na beira do rio e a gente foi lá na fundiária acho que foi da uma olhada como é que estava a situação, aí a gente escutou a zoadá da voadeira a gente veio pra beira do rio, rapaz deve ser a SEDAM que tá chegando a gente fez denúncia que era pra eles vir e tal, nós chegamos lá não tinha mais as nossas malhadeiras, nove malhadeira levaram tudo, levaram minhas nove malhadeiras

Numa situação dessa a gente fica desacreditado da justiça porque a gente corre pra um lado é os invasores, corre pro outro é a própria polícia nos tirando o direito que a gente não sabe mais nem o que que a gente pode fazer e o que que a gente não pode.

O lugar de subalternização imposto aos extrativistas apareceu na tese mediante a organização dos capítulos. Suas narrativas ficaram por último pois é dessa forma que são consideradas pelas instituições do estado, nas suas diversas esferas. Como protagonistas ignorados, concluir o trabalho com seus testemunhos também foi uma forma que encontrei para estabelecer a diferenciação dos mundos em que operam as moralidades distintas sustentadas pelos extrativistas e por aqueles que

⁸¹ Este nome consta no cadastro de proprietários de gado dentro da reserva, segundo relatório da IDARON de 2022

defendem a desafetação da Resex Jaci-Paraná. Além disso, concluir o trabalho com as falas dos extrativistas também é uma forma de reconhecer que são os próprios extrativistas os melhores conhecedores de sua própria situação, por mais que suas vozes sejam sufocadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Resex Jaci-Paraná está largamente ocupada por grandes rebanhos de bovinos, refletindo um processo avançado e que ocorreu com muita velocidade. A destruição da floresta ocorreu depressa e a expulsão dos extrativistas acompanhou o avanço da apropriação das terras públicas daquele território. Seguindo uma sequência de ilegalidades que iniciou com o roubo e transporte de madeiras até se chegar à situação atual, com a transformação das áreas da resex em pasto. As denúncias sobre as invasões iniciaram no final da década de 1990, porém nenhuma prática do estado foi suficientemente eficaz para conter as invasões.

No decorrer da ocupação do território, após as incursões coloniais expansionistas, tem-se como marco a atuação dos governos durante a ditadura civil-militar. Nesse período diversas ações, protagonizadas por agências privadas e governamentais, com o intuito de ocupação do território amazônico, compreendido como um “vazio” demográfico a ser explorado, com promessas de enriquecimento.

Após a ditadura, os planos de desenvolvimento para a Amazônia continuaram e uma das medidas de planejamento para o território de Rondônia foi a definição do ZEE- Zoneamento Econômico-Ecológico (depois denominado ZSEE-Zoneamento Socioeconômico Ecológico) que tinha como um de seus objetivos definir de forma utilitária o planejamento territorial. A primeira aproximação do zoneamento decorreu das ações implicadas do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFLORO (1992-2002). Este foi um dos elementos mobilizados pelas esferas do governo para que fluíssem aos cofres públicos os recursos vindos do Banco Mundial.

Teoricamente, o ZSEE-Zoneamento Socioeconômico Ecológico do estado de Rondônia seria a ferramenta que mediante larga pesquisa do território, indicaria as áreas mais propensas à produção agrícola, à preservação ambiental, aos diferentes tipos de aproveitamento “racional”. No entanto, o que se observa nos movimentos de aproximação, é a validação das áreas conquistadas pela fronteira do agronegócio.

A regularização da ocupação da área da reserva Jaci-paraná por produtores rurais vem sendo utilizada desde sua criação como capital político dos representantes do poder público. Reiteradas campanhas políticas têm como promessa a regularização fundiária da área, ignorando a presença de povos indígenas e outras

populações tradicionais ou grupos reivindicando o acesso à terra por meio da reforma agrária.

O posicionamento dos diferentes atores sociais envolvidos na ocupação da Resex indica o esforço de reduzir e eliminar barreiras legais que impedem a total apropriação indevida de terras públicas na Amazônia. O movimento das agroestratégias demonstra seguir as previsões do movimento dos extrativistas na década de 80, que via a expansão da destruição da floresta como alerta para a “rondonização” da Amazônia.

Na tese busquei compreender a repercussão dos atos de Estado para a situação atual de devastação da Resex Jaci-Paraná. O processo experienciados pelos extrativistas expulsos vem se repetindo em outras Reservas Extrativistas do estado de Rondônia, visto que os invasores reconhecem que suas ações não terão punição e provavelmente angariarão a atenção de atores políticos interesseiros, o que ficou bem explícito na situação social observada e descrita, a audiência pública para debater o PL 80/2020.

Nesta situação social foi possível visualizar os campos sociais que disputam a legitimidade e a autoridade sobre os recursos territoriais assim como as ordens de justificação às quais os grupos envolvidos se remetem para legitimar seus posicionamentos. Os extrativistas, personagens centrais para a criação de uma categoria de Unidade de Conservação denominada “Reserva Extrativista”, foram ignorados e sua existência é reiteradamente negada. O poder político do governo, juntamente com a câmara legislativa do estado de Rondônia se posicionaram em apoio às atividades ilegais.

A reforma agrária dos seringueiros foi esmagada pelo discurso das “pessoas de bem”, bandeira que agora é mais eficaz para converter votos na região onde está localizada a Resex Jaci-Paraná. Esta determinação discursiva que valoriza os invasores, atende a grupos que conseguiram manter e concentrar poder econômico e se apropriaram da área da reserva extrativista. Como os discursos também se constituem como formas de ação no mundo social, funcionam como parte da sustentação das agroestratégias, arregimentando também outros segmentos da sociedade que não necessariamente compõem a elite econômica local.

Ademais, no caso da Resex Jaci-Paraná, apareceu na pesquisa a questão desta reserva ter sido criada para resolver um problema gerado pela ocupação desorganizada do território de Rondônia. As instituições do estado geraram conflitos

entre colonos, indígenas e extrativistas e isto resultou numa espécie de reassentamento dos extrativistas na Resex Jaci-Paraná, que se somaram aos que lá já viviam. Desta forma, a criação da reserva se relaciona mais aos atos de estado tentando resolver problemas criados por atos de estado anteriores do que da mobilização e reivindicação dos extrativistas que ali viviam.

Assim, faz sentido pensar que as reservas de uso sustentáveis foram criadas também para atender demandas do mercado de terras futuros e outros mercados interessados visto que este tipo de reserva pode ser explorada de forma direta enquanto as unidades de proteção integral, como parques nacionais, por exemplo, permitem a exploração de seu valor turístico ou científico, como símbolos de um meio ambiente “intocado”.

A audiência pública para a desafetação da Resex Jaci-Paraná, assim como a análise de documentos elaborados pela empresa Gaia indicaram os regimes de justificação que apoiaram os setores de poder político e econômico para validarem as ações ilegais de ocupação da área da resex. Em se tratando de fazendas produtivas, geridas por pessoas de bem, não há que se falar em atos criminosos.

Observei um processo de violência contínuo, perpetuada por grupos de poder financeiro, político e simbólico, aliados às ações organizadas do estado para tornar a permanência dos extrativistas na reserva cada vez mais inviável. No início da pesquisa, ouvi relatos de uma liderança da Organização dos Seringueiros de Rondônia – OSR, que foi informada de que não havia mais extrativistas vivendo na área de reserva. Esta afirmação também apareceu nos estudos ambientais da Asprumin e nos comentários do *chat* da audiência pública. Mas, contra todas as expectativas, ainda persistem em torno de 30 famílias (informação da Organização dos Seringueiros de Rondônia), que se recusam a deixar suas colocações, apesar das ameaças violentas que ocorrem cotidianamente.

O esforço para a desafetação da Resex Jaci-Paraná se insere num certo discurso político atrelado ao agronegócio e sua legitimidade confere um sentido de menor gravidade aos crimes ambientais cometidos. As ações das instituições que devem gerir a reserva correspondem ao que se espera de um “estado de exceção” garantindo legitimidade às ações até mesmo ilegais do estado, sem que haja qualquer reflexão sobre a arbitrariedade.

Como revelado mediante a apresentação dos documentos advindos da Procuradoria do Estado de Rondônia, há uma coalisão de interesses econômicos e

políticos voltada para gerar lucros cada vez mais expressivos para a indústria da carne. Os territórios invadidos da resex são considerados produtivos pois funcionam como um gigantesco pasto que alimenta o produto de interesse dos grandes frigoríficos.

Além de se estabelecerem como agentes de um modelo específico de “desenvolvimento” há uma movimentação para o controle dos aspectos da moralidade, por parte das agroestratégias. O componente moral é essencial para consolidar o poder simbólico que o agronegócio exerce como grande produtor de alimentos e mantenedor do estado de Rondônia. A apropriação das reivindicações morais em relação ao tipo de uso do território, desloca o sentido de invasão e crime ambiental e transforma a percepção sobre estes atos em produção de bens para toda a sociedade.

Em oposição à expulsão e constante ameaça, pude observar, no trabalho de campo, a movimentação de resistência dos extrativistas para se manterem em suas colocações, mesmo que as seringueiras já tenha sido todas derrubadas e que permaneçam poucas castanheiras em pé. A resistência dos seringueiros que estão de reorganizando em uma associação é evidência da presença de extrativistas nesse território, coisa que o discurso das autoridades políticas da região negar.

O governo de Bolsonaro, confirmou o desmonte de qualquer tipo de regulação ou regulamentação ambiental e fortaleceu as práticas criminosas, a ponto de o governador do estado de Rondônia, coronel Marcos Rocha, submeter enquanto poder executivo, o Projeto de Lei Complementar nº 80 de 2020, que alterava significativamente as áreas da reserva Jaci-Paraná e outras áreas unidades de conservação. O governador foi considerado um homem corajoso pelo ato, sendo elogiado por diversos deputados estaduais.

Tanto SEDAM como IDARON, atuaram juntamente com a assembleia legislativa do estado de Rondônia para neutralizar e derrubar qualquer ação que indique o embargo e retomada das terras invadidas e hoje predominantemente ocupadas por rebanhos de gado bovino. Pelo acompanhamento de situações, depoimentos de servidores e de extrativistas vítimas das violências dos atos de Estado, pude observar que além das ações de grileiros com suas hordas bem armadas para as invasões, os atos de estado são fundamentais para que o processo de colonização da Amazônia pelo Agro não finde.

Há grupos economicamente poderosos interessados na área da reserva e não existe nenhuma certeza de que as ações para desocupação da área sejam cumpridas. Os representantes da população eleitos, estão apoiados e alguns deles mesmos são grandes empresários do agro e seu compromisso é com a “regularização” das terras. As mesmas terras que deveriam estar preservadas e à disposição para uso dos povos tradicionais.

Para o agronegócio há uma quantidade significativa de terras imobilizadas para a produção de *commodities*, na medida em que são ocupadas tradicionalmente por populações de indígenas, ribeirinhos, quilombolas, diversas denominações desses grupos que reivindicam identidades específicas e não acionam a ocupação territorial como mercadoria. Esses grupos sociais mobilizam territórios condicionando-os ao uso compartilhado para a produção e garantia de sustento material e cultural.

A vida dentro da reserva é permeada de dificuldades, segundo os extrativistas. Conversando com algumas pessoas e presenciando uma assembleia da Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), ouvi diversos relatos sobre os problemas enfrentados que vão desde a ausência de atendimento à saúde até a falta de projeto escolar para atender aos filhos dos extrativistas e isso obriga os extrativistas com famílias a migrarem para as regiões urbanas, ao menos durante um período.

Muitas famílias deixaram as colocações para que os filhos pudessem frequentar a escola e outros tantos tiveram que conviver com sua família separada por este motivo. Além disso a retirada do látex e castanha nas reservas não foi mais economicamente viável e muito se tentou implantar um sistema de manejo florestal gerido pelos extrativistas como forma de sustento, mas isto gerou uma série de dúvidas e desconfiças entre eles. Porém esse quadro situacional é heterogêneo, nem todas as reservas extrativistas estaduais estão na mesma situação de condições.

As usinas hidrelétricas do Madeira também impuseram ao espaço da reserva ameaças e inauguraram uma “nova frente” de invasão, por assim dizer. Como o reservatório da UHE de Santo Antônio impôs uma reorganização das Unidades de Conservação, da esfera estadual e federal, essa reorganização territorial, que foi feita de forma arbitrária, gerou um deslocamento da orientação esperada para as invasões e roubo de madeira. Além da ameaça de ocupação irregular da terra, há também a congruência do território de diferentes escalas de projetos de desenvolvimento.

Como ficou evidenciado, o Estado está permeando a discussão a respeito da função da Reserva Extrativista, sobre sua razão de existir e é indicado como

responsável tanto pela precariedade da situação dos extrativistas, assim como pelos agentes que reivindicam a legalização de uma ocupação ilegal do território público.

Até o momento, minhas visitas aos extrativistas vêm sendo adiadas, devido à episódios de violência que ameaçam a segurança da viagem. A última ocorrência que impediu o meu acesso às casas de algumas famílias que ainda estão na reserva foi o incêndio criminoso da residência de um morador. Isso ocorreu no dia 18 de setembro de 2023. Por sorte o dono da casa não estava no local, mas perdeu todos os seus pertences. O dono da residência queimada vinha denunciando o roubo de madeira e as constantes incursões de “seguranças” das fazendas que reivindicavam o espaço de sua colocação como área pertencente à uma fazenda.

A atuação das agroestratégias não se limitam à dimensão jurídica e a imposições de cunho econômico a partir de grupos de força no congresso e a partir de lobbys bem-organizados. Os meios simbólicos também se impõem em vista de constituir e reafirmar o imaginário do Agro como única forma viável de acesso à terra e alcance de algum status de “desenvolvimento”. No caso da Resex Jaci-Paraná as agroestratégias estão desdobradas nas atividades políticas, nos discursos colonizadores que se sobrepõem em força sobre os discursos dos povos tradicionais.

Nem sempre, documentos produzidos em determinados contextos detêm reconhecimento oficial, nos âmbitos aos quais estão atrelados assim como diversos tipos de papéis não receberam a outorga de validade promovida com algum ato do Estado, porém não se deve ignorar a eficácia simbólica que as práticas de registro e documentação se propõem a encerrar. Ao analisarmos um documento, buscamos as relações sociais as quais foram impostas ao mesmo assim como as relações sociais que um documento pode conformar entre pessoas e instituições. Por isso coube pensar etnograficamente os papéis que normalmente estariam inseridos em uma cadeia burocrática, como os estudos ambientais da Gaia.

Alguns dos documentos que compuseram essa tese são relatórios de diversos tipos que estavam em condição de abandono na Secretaria do Desenvolvimento Ambiental em Rondônia e foram recolhidos por um servidor, que os guardou em sua residência para que assim não sumissem, como me foi relatado por ele. Outros documentos são parte do acervo documental da OSR, atenciosamente me cedeu.

No decorrer dos acontecimentos que acompanhei, pude encontrar algumas famílias de extrativistas expulsas e especialmente após a vitória de um candidato à presidência “progressista”, do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais,

as famílias vêm se organizando de forma mais estruturada, em sua associação, a Associação Bem-te-vi e com apoio da OSR, para criarem mecanismos de reivindicar de volta o território da Resex. Nesse sentido tenho recebido informações, no decorrer do ano de 2024, que as incursões de policiais na área têm se intensificado, criando um clima de tensão. Ao menos essas ações estão ocorrendo, desarmando minimamente a sensação de impunidade por parte dos invasores.

O Estado enquanto essa projeção imaterial que está em toda parte é materializado em direcionamentos de gestão que refletem em atos. O Estado é um campo e como tal, implica em uma disputa de forças. As ações dos agentes de estado repercutem na vida dos extrativistas, assim como de outros grupos sociais que não estão na disputa pelo controle do capital econômico e político. O campo Estado cada vez mais se curva ao Agronegócio e às categorias morais e simbólicas que esse grupo carrega e defende.

Não é intensão desse trabalho impor qualquer tipo de tutela ou exotização aos extrativistas, tampouco impor modalidades de identidade imóveis diante de qualquer contexto histórico, social, político, econômico, ambiental. Desta forma, compreendi que um caminho longo, mas necessário aos extrativistas da Resex Jaci-Paraná é fortalecerem seus laços de mobilização política pois essa ação responderá pelo efeito de suas justas reivindicações. Não apenas em relação aos problemas imediatos enfrentados, mas também, em buscar reconstruir as políticas de Estado que compreendem os espaços das reservas de forma padronizada e homogênea, não permitindo uma gestão mais autônoma dos extrativistas.

ALBUM DE FOTOGRAFIAS E IMAGENS:

Figura 28: Estacas e cerca dentro da colocação de extrativistas na Resex Jaci-Paraná.



Foto de um interlocutor extrativista, 2023

Figura 29: Área desmatada próximo ao rio Jaci-Paraná.



Foto de um interlocutor extrativista, 2023

Figura 30: Castanheira derrubada.



Foto de um interlocutor extrativista, 2023

Figura 31: Nota publicada pela OSR no Diário da Amazônia em 12/12/1999.

Floresta em risco de invasão

Vimos através desta comunicar o que vem acontecendo por aqui. Infelizmente o que nós temíamos aconteceu, a Floresta Nacional do Bom Futuro no Distrito de Jacy Parana está sendo invadida, e o que é pior, hoje a invasão encontra-se dentro da Reserva do Jacy Paraná. Essa informação chegou até nós pelos próprios moradores.

Uma equipe da OSR, já se deslocou até o local para que haja uma averiguação mais concisa e possa tomar as devidas providências até mesmo contra os maiores interessados nesta invasão.

Recebemos comunicados do CNS de Guajará Mirim, que o mesmo acontece na Rese'x do Rio Ouro Preto

no Setor Caxoeirinha, na Rese'x do Rio Cautário e em diversas áreas de Machadinho D'Oeste. Estas Associações tem feito várias de nuncias e a OSR as tem apoiado mas até agora nenhuma providência foi tomada.

Gostaríamos de contar com apoio de todos os parceiros, no sentido de unirmos nossa forças e fossem feitas denúncias junto aos órgãos competentes, de tais invasões e o grande descaso com as Unidades de Conservação, que tem facilitado estas ações marginais.

José Maria dos Santos
*Presidente da Organização dos Seringueiros de Rôndônia.

Figura 32: Captura de tela referente à audiência pública.



Youtube, 2020.

Figura 33: Informe Polonoroeste.



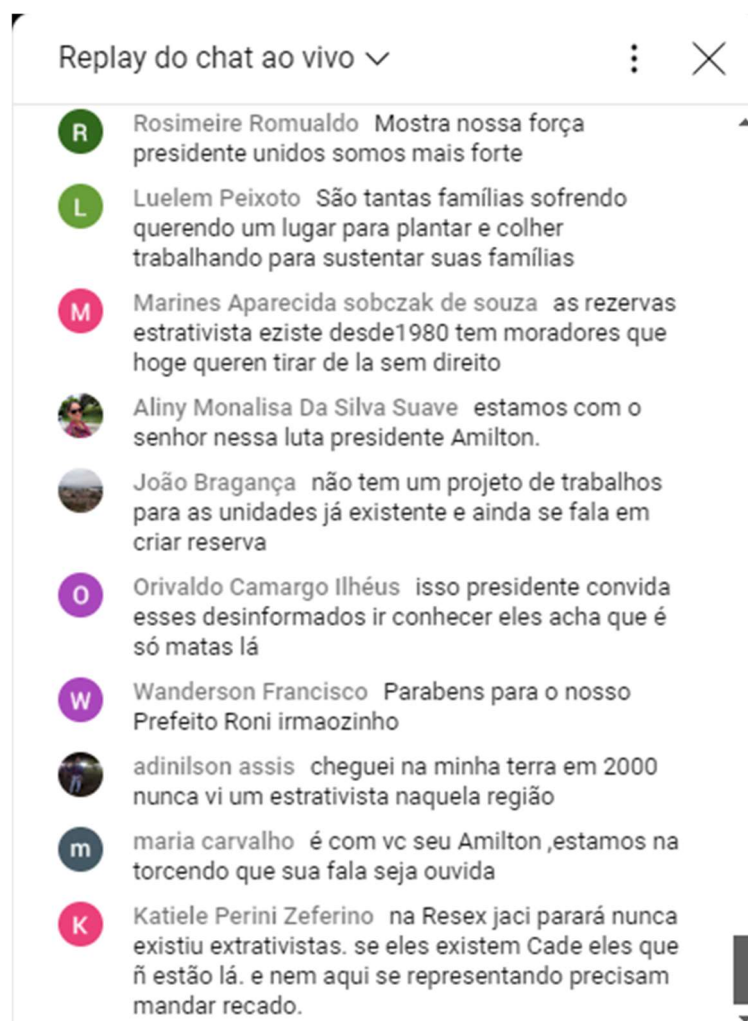
Acervo do ISA, sem data.

Figura 34: Captura de tela da Audiência Pública transmitida pelo YouTube



Youtube, 2020.

Figura 35: Chat da Transmissão com opiniões e comentários diversos.



Youtube, 2020.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (organizador). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____. **Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 84-105.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo : Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios**. In: Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

_____. **“Antropologia Da Ação” (Action Anthropology) Versus “Antropologia Em Ação” (Anthropology At Work/ Applied Anthropology)**. GUARIMÃ – REVISTA DE ANTROPOLOGIA & POLÍTICA. Volume 1, Número 1 — São Luís – Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA, Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Agosto - Dezembro de 2019. P. 100-113.

_____. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 /Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. **Cartografia social da Amazônia: os significados de território e o rito de passagem da 'proteção' ao 'protecionismo'**. In: SIFFERT FILHO, Nelson Fontes et al. Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Socialp. [350]-369, 2014.

_____. **“Cowboy Anthropology”: Nos Limites Da Autoridade Etnográfica**. EntreRios – Revista do PPGANT -UFPI • 1ª Edição, 2018.

_____. **Terra De Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livre”, “Castanhais Do Povo”, Faixinais E Fundos De Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas**. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

_____. **Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras**. In: Povos e Comunidades Tradicionais. Manaus: PNCSA/UEA, 2013. p.157-173.

_____. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
ARAÚJO, Fátima Abreu, ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Nova Cartografia Social dos conflitos por territórios no Brasil Central**. Manaus: UEA Edições. PNCSA, 2019.

BALANDIER, Georges. **A Situação Colonial: Abordagem Teórica**. Cadernos Ceru v. 25, n. 1, 02.pmd 18/12/2014, P.17-57. * Publicado originalmente nos *Cahiers internationaux de sociologie*, vol. XI, Paris, p. 44-78, 1951.

BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. Resolução No. BIRD 93-10. Resolução No. IDA 93-6. "Grupo de Inspeção do Banco Mundial 22 de setembro de 1993.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; 2012.

BERNARDO, Terezinha & TÓTORA, Silvana (organizadoras). **Ciências Sociais na atualidade**. Percursos e desafios. São Paulo: Cortez, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. A dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **A Miséria do Mundo** / sob direção de I Pierre Bourdieu; com contribuições de Pierre Bourdieu y Abdelmalek Sayad A. Accardo ... I et. ai. 17. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Sobre o estado: cursos no Collège de France (1989-1992)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Sociologia Geral, Vol. I: Lutas de Classificação: Curso no Collège de France (1981-1982)**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. SAYAD, Abdelmalek. **El desarraigo: La violencia del capitalismo en una sociedade rural**. – 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

BOLTANSKI, Luc. **Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária**. Sociologia & Antropologia. Rio de Janeiro, v.03.06: 441 – 463, novembro, 2013

BOLTANSKI, Luc, CHIAPELLO, Ève. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOLTANSKI, Luc, THÉVENOT, Laurent. **A Justificação: sobre as Economias de Grandeza**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

BRONZ, Deborah. **Nos bastidores do Licenciamento Ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

CARVALHO, José Jorge de. **O Olhar Etnográfico E A Voz Subalterna**. In Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182 - 198, 1998.

CARVALHO, Márcia Maria Andrade. **A “Ambientalização” do Discurso Empresarial no Extremo Sul da Bahia**”. Tese para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, 2006.

CASANOVA, Pablo González. **Colonialismo interno (uma redefinição). A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.pDf>

CLIFFORD, James; MARCUS, George. **A Escrita da Cultura: Poética e Política da Etnografia**. Tradução de Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, EdUFRJ, 2016

DAS, Veena. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas Veena DAS y Deborah POOLE* Revista Académica de Relaciones Internacionales, núm. 8 junio de 2008, GERI-UAM ISSN 1699 – 3950

_____. **Life and Words : Violence and the Descent into the Ordinary**. University of California Press, Ltd. London, England. 2007

Duarte, André. **A pandemia e o Pandemônio: Ensaio sobre a Crise da Democracia Brasileira**. Rio de Janeiro : Via Verita, 2020.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000

ESCOBAR, Arturo. **Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales**. Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales Lima, 2010.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. **Territórios conquistados e megaprojetos inconcludentes: quilombolas de cachoeira porteira**. São Luís: Ed. UEMA, 2022.

FERREIRA, Letícia. LOWENKRON, Laura. Orgs. **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. 1. ed. - Rio de Janeiro: E-papers, 2020.

FILHO, Milton Cordeiro Farias. HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. SILVA, David Costa Correia. **Reservas Extrativistas Na Amazônia: Modelo De Conservação**

Ambiental E Desenvolvimento Social? GEOgraphia Niterói, Universidade Federal Fluminense IS Vol.19, No 40: mai/ago, 2017.

FLEISCHER, S.; BONETTI, A. ETNOGRAFIA ARRISCADA: DOS LIMITES ENTRE VICISSITUDES E “RISCOS” NO FAZER ETNOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO. Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 19, n. 1, 2010. DOI: 10.4322/tp.v19i1.205. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/205>. Acesso em: 25 nov. 2023.

FOSTER, George. **O Antropólogo Em Ação: O Contexto Conceitual**. GUARIMÃ – REVISTA DE ANTROPOLOGIA & POLÍTICA. Volume 1, Número 1 — São Luís – Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia- PPGCSPA, Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Agosto - Dezembro de 2019. P.131-146.

_____. **O Antropólogo Em Ação: Estágios De Análise**. GUARIMÃ – REVISTA DE ANTROPOLOGIA & POLÍTICA. Volume 1, Número 1 — São Luís – Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia- PPGCSPA, Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Agosto - Dezembro de 2019. P. 147-166.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE, Jussara. **Agir no regime de desumanização: Esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro**. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 3, núm. 10, Rio de Janeiro, Brasil, 2010, pp. 119-142.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **LEMBRAR ESCREVER ESQUECER**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GARZÓN, Biviany R.; YAMADA, Erika M. ; OLIVEIRA, Rodrigo. Direito à consulta e consentimento de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. São Paulo: Rede de Cooperação Amazônica – RCA ; Washington, DC : Due Process of Law Foundation, 2016. Disponível em: <http://www.dplf.org/sites/default/files/direito_a_consultaprevia_no_brasil_dplf-rca-3.pdf>

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, LTC. 1989.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 19 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1990.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999.

INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?** Petrópolis, Vozes, 2019.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva, CIDADE, Lúcia Cony Faria, VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 .

LIMA, Elias Lopes de. **O mito do “fator antrópico” no discurso ambiental geográfico**. *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 109-122, set./dez. 2015.

LOPES, José Sergio Leite (coordenador). **A ambientalização dos conflitos sociais**. Diana Antonaz, Rosane Prado, Gláucia Silva (orgs.) / Beatriz Heredia... [et al.]. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MALHEIRO, Bruno. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. 1.ed. - São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Practical Anthropology**. *Africa: Journal of the International African Institute*, Vol. 2, No. 1 (Jan., 1929), pp.22-38

MALINOWSKI, Bronislaw, **Coral gardens and their magic**. A study of the methods of tilling the soil and of agricultural rites in the Trobriand Islands (1935), London, George Allen & Unwin Ltd., 1966, v.1- 2

MARCUS, George. **Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography**. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 95-117, 1995. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.an.24.100195.000523>.

MATTOS, CLG. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. *Etnografia E Educação: Conceitos E Usos* [Online]. pp. 49-83. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

NADER, Laura. **Harmonia Coerciva. A Economia Política dos Modelos Jurídicos**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.9 n.26 São Paulo. Outubro, 1994.

OTT, Ari Miguel Teixeira. **Dos Projetos de Desenvolvimento, ao Desenvolvimento dos Projetos: o Planaflo em Rondônia**. Tese apresentada no PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, UFSC, 2002.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia Não É Método**. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014

PEREIRA, Cloves Farias. **Estado e Agronegócio: Etnografia de um processo de regularização fundiária e descaracterização de territórios no sul do Amazonas**. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social – UFAM).

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, P. 200-212.

POMPEIA, Caio. **“Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio**. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 26, n. 56, p. 195-224, jan./abr. 2020

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O Nascimento Do Brasil E Outros Ensaio: “Pacificação”, Regime Tutelar E Formação De Alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

_____. **Pacificação e Tutela Militar na Gestão de Populações e Territórios**. Revista Mana, nº 20(1): p.125-161, 2014

RENOLDI, Brígida. **La cara pública de lo secreto: Antropología de la Investigación policial**. Vibrant-Virtual Brazilian Anthropology. Volume 20. 2023

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Outras Globalizações: Cosmopolíticas Pós-imperialistas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

EDWARD W. SAID. Reflexões sobre o exílio E outros ensaios Said, E. (2003). Reflexões sobre o exílio. In E. Said, Reflexões sobre o exílio e outros ensaios (pp. 46-60). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003.

SANTANA, Ravele da Silva. **A destruição de um território: o caso da Reserva Extrativista Jaci-Paraná, em Rondônia**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho – RO, 2020.

SANTOS, Rita de Cássia Melo. **Viagem ao “Coração do Brasil”: Roquette-Pinto e a Expedição de 1912**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SANTOS, Bianca Nunes dos, FERREIRA Raissa Fernanda Paixão de Souza, DIAS, Manoela do Socorro Athaide da Silva Sales, BRANDÃO, Ives Medeiros, AMORIM, Larissa Sousa Villas Boas, SOUZA Jr., Carlos Moreira de. **DINÂMICA DO DESMATAMENTO NA REGIÃO AMACRO COM O SISTEMA DE ALERTA DE DESMATAMENTO (SAD) 1**. Anais do XX Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, IMPE, Florianópolis, SC, 2023.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa**. Assis, 2011. 192 p. Tese (Doutorado). – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, 2011

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **A contra-reforma agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência**. In: Encontro de Grupos de Pesquisa — Agricultura, Desenvolvimento Regional e

Transformações Socioespaciais, 5, 2009, Santa Maria. Anais do V Encontro de Grupos de Pesquisa, UFSM, 2009. 15f

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode O Subalterno Falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

SYLVAIN, Renée. **Malinowski the Modern Other: An Indirect Evaluation of Postmodernism**. Canada: Anthropologica, Vol. 38, No. 1, p. 21-45, 1996.

TAX, Sol. **Antropologia Da Ação**. GUARIMÃ – REVISTA DE ANTROPOLOGIA & POLÍTICA. Volume 1, Número 1 — São Luís – Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia- PPGCSPA, Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Agosto - Dezembro de 2019. P. 114-123

WADE, Robert H.. **Boulevard to broken dreams, Part 1: the Polonoroeste road project in the Brazilian Amazon, and the World Bank's environmental and indigenous peoples' norms**. Revista de Economia Política 36 (1), 2016, pp. 213-230

ZHOURI, Andréa (Org.). **Desenvolvimento, Reconhecimento de Direitos e Conflitos Territoriais**; Brasília: ABA, 2012.

OBRAS CONSULTADAS

AMBIENTE GAIA-SOLUÇÕES AMBIENTAIS. ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS MINAS NOVA – ASPRUMIN ESTUDO AMBIENTAL RESEX JACIPARANÁ. 3 Volumes. Data: 07/02/2020.

DIRETRIZES PARA UM PROGRAMA DE RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA. Conselho Nacional dos Seringueiros. Acre. S/D.

CATÁLOGO DE PUBLICAÇÕES NA IMPRENSA DURANTE O ANO DE 1999.OSR- Em defesa do Homem e da Natureza.

ESTADO DE RONDÔNIA, SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL DO PLANAFLORO. Versão Final da Proposta de Revisão do Projeto do PNUD de Cooperação Técnica do Planafloro. (SIC) (PROJETO BRA/94/007). Porto Velho, 18 de dezembro de 1996.

ESTADO DE RONDÔNIA. ZONEAMENTO SOCIOECONOMICO-ECOLOGICO DO ESTADO DE RONDONIA. Secretaria do Estado do Desenvolvimento Ambiental. Vinte e Um Anos de Zoneamento Socioeconomico-ecologico do Estado de Rondonia. Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável e Proteção Ambiental. Porto Velho, 2010.

MILIKAN, Brent H. ZONEAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO-ECOLÓGICO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE RONDÔNIA. Oportunidades, Limites e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável. (versão preliminar para discussão).

PROJETO BRA/94/007/Cooperação Técnica do PNUD ao Planafloro. Departamento de Geografia, Universidade da Califórnia, Berkeley. Porto Velho, outubro de 1998.

RELATÓRIO 2: Áreas Prioritárias para Criação de Reservas Extrativistas na Amazônia. IEA. S/D.

RONDÔNIA, PLANAFLORO. Instituto de Terras e Colonização do Estado de Rondônia – ITERON. Levantamento Socioeconômico e Fundiário da Área Extrativista do Estado de Rondônia – Rio Jaci-Paraná. Instituto de Pesquisa em Defesa da Identidade Amazônica – INDIA. Fevereiro, 1994.

RONDÔNIA, PLANAFLORO. Instituto de Terras e Colonização do Estado de Rondônia – ITERON. Levantamento Socioeconômico e Fundiário da Área Extrativista do Estado de Rondônia/Tabelas – Rio Jaci-Paraná. Instituto de Pesquisa em Defesa da Identidade Amazônica – INDIA. Fevereiro, 1994.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA-Polícia Militar do Estado de Rondônia-Batalhão de Polícia Ambiental. Relatório Reserva Extrativista Jaci-Paraná 2002.